

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	8

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	9
3.2 - Medições não contábeis	10
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	15
3.4 - Política de destinação dos resultados	16
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	19
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	20
3.7 - Nível de endividamento	21
3.8 - Obrigações	22
3.9 - Outras informações relevantes	23

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	24
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	46
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	51
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	87
4.5 - Processos sigilosos relevantes	89
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	90
4.7 - Outras contingências relevantes	93

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	94
--	----

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	95
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	102
5.3 - Descrição dos controles internos	107
5.4 - Programa de Integridade	109
5.5 - Alterações significativas	114
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	115

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	116
6.3 - Breve histórico	117
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	121
6.6 - Outras informações relevantes	122

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	123
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	126
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	127
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	128
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	141
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	142
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	177
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	178
7.8 - Políticas socioambientais	179
7.9 - Outras informações relevantes	181

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	182
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	183

Índice

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	184
---	-----

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	185
---	-----

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	186
--	-----

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	187
---	-----

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	191
--	-----

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	203
---	-----

9.2 - Outras informações relevantes	204
-------------------------------------	-----

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	206
--	-----

10.2 - Resultado operacional e financeiro	242
---	-----

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	245
---	-----

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	246
---	-----

10.5 - Políticas contábeis críticas	260
-------------------------------------	-----

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	265
--	-----

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	267
---	-----

10.8 - Plano de Negócios	268
--------------------------	-----

10.9 - Outros fatores com influência relevante	269
--	-----

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	270
---	-----

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	273
---	-----

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	276
--	-----

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	285
---	-----

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	290
--	-----

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	292
--	-----

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	293
--	-----

Índice

12.7/8 - Composição dos comitês	301
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	302
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	303
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	306
12.12 - Outras informações relevantes	307

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	311
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	316
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	320
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	324
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	325
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	326
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	327
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	328
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	329
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	330
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	333
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	335
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	336
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	337
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	338
13.16 - Outras informações relevantes	340

14. Recursos humanos

Índice

14.1 - Descrição dos recursos humanos	342
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	343
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	344
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	346
14.5 - Outras informações relevantes	347
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	348
15.3 - Distribuição de capital	357
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	358
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	359
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	360
15.7 - Principais operações societárias	362
15.8 - Outras informações relevantes	370
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	371
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	373
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	376
16.4 - Outras informações relevantes	377
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	378
17.2 - Aumentos do capital social	379
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	380
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	381
17.5 - Outras informações relevantes	382
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	383

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	384
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	385
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	386
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	388
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	392
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	393
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	394
18.8 - Títulos emitidos no exterior	395
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	396
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	400
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	402
18.12 - Outras informações relevantes	403

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	420
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	421
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	423

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	424
20.2 - Outras informações relevantes	425

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	426
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	427
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	429
21.4 - Outras informações relevantes	430

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Max Xavier Lins

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Monica Hodor

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1.1 Declaração do Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

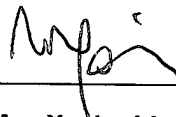
Max Xavier Lins

Cargo do responsável

Diretor Presidente

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Max Xavier Lins

1.2 Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário
Cargo do responsável

Monica Hodor

Diretora Vice Presidente e de Relações com Investidores

A Diretora de Relações com Investidores acima qualificada declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Monica Hodor

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

O Diretor Presidente e a Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional

Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	01/04/2015
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram os serviços listados abaixo: (i) auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (ii) revisão e emissão de relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) da Companhia para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2016, 2017 e 2018; (iii) auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014; (iv) revisão do Relatório de Controle Patrimonial – RCP referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, elaborado segundo com a norma da resolução ANEEL 367/2009; (v) auditoria dos relatórios específicos para fins de consolidação pela controladora indireta The AES Corporation, sediada nos Estados Unidos da América, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e para o ano de 2017 até a migração para o Novo Mercado (27 de novembro de 2017); (vi) realização durante o exercício social findo em 2017 de procedimentos previamente acordados para revisão do cálculo que demonstra que o somatório dos direitos emergentes já cedidos em operação vigente acrescido da nova operação referente a 3ª emissão de notas promissórias, 20ª emissão de debêntures, CCB Safra e FINEM (3º protocolo) não supera o valor do Fluxo de Caixa da Concessão de acordo com a resolução Normativa ANEEL nº 766/2017; (vii) realização de procedimentos previamente acordados de acordo com a norma NBC TSC 4400, para atendimento às disposições dos Despachos nº 512, de 10 de fevereiro de 2011, e nº 1.976, de 24 de julho de 2013, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, referente aos Programas e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética realizados pela Companhia em 2016, 2017 e 2018; (viii) revisão do Formulário de Referência da Companhia preparado de acordo com as diretrizes estabelecidas pela CVM, a fim de verificar a consistência das informações contábeis e financeiras da Companhia em relação às demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; e (ix) procedimentos previamente acordados em conexão com a tentativa de oferta pública realizada no exercício de 2018 com esforços restritos de ações de emissão da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa aos serviços de auditoria externa prestados no último exercício social correspondeu a um montante de R\$3.728.750,00.
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Adilvo França Junior	19/10/2018	740.975.555-53	Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Norte, 6 e 10 andares, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-900, Telefone (11) 25730000, Fax (11) 25734910, e-mail: adilvo.franca@br.ey.com

Marcos Antonio Quintanilha

01/04/2015

006.840.298-80

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Norte, 6 e 10 andares, Itaim Bibi, São Paulo, SP,
Brasil, CEP 04543-900, Telefone (11) 33220561, Fax (11) 25734910, e-mail:
marcos.a.quintanilha@br.ey.com

2.3 - Outras informações relevantes

A Administração da Companhia entende que os serviços mencionados nos itens 2.1 e 2.2 deste Formulário de Referência são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade do auditor independente contratado. A escolha dos auditores independentes da Companhia é de competência do Conselho de Administração e, ao contratar outros serviços que não de auditoria externa de seus auditores, a Companhia atua conforme as suas políticas de modo a preservar a independência do auditor seguindo os seguintes princípios: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)
Patrimônio Líquido	2.880.980.000,00	1.751.838.000,00	2.670.350.000,00
Ativo Total	18.554.580.000,00	16.087.314.000,00	15.209.895.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	14.489.839.000,00	13.083.172.000,00	11.659.899.000,00
Resultado Bruto	542.296.000,00	960.712.000,00	693.443.000,00
Resultado Líquido	-315.261.000,00	-876.556.000,00	-3.539.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	197.456.897	164.285.733	167.343.887
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	14,590425	10,660000	15,960000
Resultado Básico por Ação	-1,812824	-5,251980	-0,021115
Resultado Diluído por Ação	-1,81	-5,25	-0,02

3.2 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA, também conhecido como LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro (prejuízo) líquido, acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelas receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social e por todos os montantes de depreciação e amortização. Como as receitas e despesas financeiras, depreciação e amortização não são incorporadas ao cálculo do EBITDA, este se apresenta como um indicador do desempenho econômico operacional obtido pela Companhia e que, portanto, não é afetado por: (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como (iii) pelos níveis de depreciação e amortização.

O EBITDA Ajustado, utilizado pela Companhia para efeito de índices financeiros em instrumentos de dívida e contratos financeiros da Companhia (*covenants* financeiros), corresponde ao EBITDA ajustado pela despesa com entidade de previdência privada (Fundo de Pensão - Fundação CESP), classificada na conta de "custo de operação". A partir da emissão da 23ª debênture, o cálculo do EBITDA Ajustado da Companhia passou a considerar também os ajustes por: (i) provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa e (ii) contingências, com o objetivo de padronizar às condições utilizadas pelo grupo Enel.

Após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, a administração da Companhia procedeu a alguns ajustes e reclassificações em suas demonstrações do resultado para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, conforme detalhado no item 10.4 (a) e (b).

O EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB") e nem para fins regulatórios, tampouco devem ser considerados isoladamente, ou como uma alternativas ao lucro (prejuízo) líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medidas de liquidez e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos.

A seguir são demonstrados os valores do EBITDA e do EBITDA Ajustado para os últimos três exercícios sociais. Ressalta-se que apenas o valor de EBITDA Ajustado de 2018 considera os ajustes por provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa e contingências, e que os valores de 2017 foram reapresentados, conforme explicado anteriormente.

Medições não contábeis (em milhões de R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
EBITDA	1.101,2	1.484,8	1.183,9
EBITDA Ajustado	1.456,7	1.503,2	1.201,6

3.2 - Medições não contábeis

Dívida Bruta e Dívida Bruta Ajustada

A Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras e visa demonstrar a somatória dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (este último apenas para 2016 e 2017).

A Dívida Bruta Ajustada é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras e visa demonstrar a somatória dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (este último apenas para 2016 e 2017) e obrigações com entidade de previdência privada, excluindo os efeitos das remunerações atuariais do CPC 33- RI com entidade de previdência privada.

Seguem abaixo os valores da Dívida Bruta e Dívida Bruta Ajustada nos últimos três exercícios sociais:

Medições não contábeis (em milhões de R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Dívida Bruta	4.145,2	3.569,0	3.271,4
Dívida Bruta Ajustada	5.329,1	4.817,2	4.580,7

Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada

A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras e visa demonstrar a somatória dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (este último apenas para 2016 e 2017), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

A Dívida Líquida Ajustada é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras e visa demonstrar a somatória dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (este último apenas para 2016 e 2017) e obrigações com entidade de previdência privada, excluindo os efeitos das remunerações atuariais do CPC 33- RI com entidade de previdência privada, deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

A seguir são apresentados os valores da Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada nos últimos três exercícios sociais:

Medições não contábeis (em milhões de R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Dívida Líquida	3.203,8	2.967,7	2.203,8
Dívida Líquida Ajustada	4.387,7	4.216,0	3.513,1

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA e EBITDA Ajustado

A seguir são apresentadas as reconciliações do lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA e para o EBITDA Ajustado da Companhia para os últimos três exercícios sociais. Ressalta-se que os valores de 2016 e 2017 foram reapresentados, conforme explicado anteriormente.

3.2 - Medições não contábeis

Reconciliação do lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA e EBITDA Ajustado (em milhões de R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
(=) Lucro (Prejuízo) Líquido	(315,3)	(876,6)	(3,5)
(-) Resultado financeiro	(991,1)	(2.273,7)	(715,1)
(+/-) Tributos sobre o lucro	133,6	436,4	18,1
(-) Depreciação e Amortização	(558,9)	(524,1)	(490,4)
(=) EBITDA	1.101,2	1.484,8	1.183,9
(-) Entidade de Previdência Privada	(20,7)	(18,4)	(17,7)
(-) PECLD e Contingências	(334,8)	N/A	N/A
(=) EBITDA Ajustado	1.456,7	1.503,2	1.201,6

Dívida Bruta e Dívida Bruta Ajustada

A seguir são apresentadas as reconciliações da dívida bruta para a dívida bruta ajustada da Companhia para os últimos três exercícios sociais.

Reconciliação dos saldos de Dívida Bruta e Dívida Bruta Ajustada (em milhões de R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Dívida Bruta	4.145,2	3.569,0	3.271,4
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	493,4	934,2	788,8
Debêntures (circulante e não circulante)	3.573,0	2.551,4	2.405,8
Arrendamento Financeiro (circulante e não circulante)	78,9	83,5	76,7
Dívida Bruta Ajustada	5.329,10	4.817,20	4.580,70
Obrigações com entidade de previdência privada	3.799,8	3.707,1	3.777,3
Remensurações atuariais ^a	(2.537,0)	(2.458,9)	(2.468,0)

(a) Refere-se às remensurações atuariais (ganhos e perdas atuariais acumulados em outros resultados abrangentes) do CPC 33-R1 com entidade de previdência privada.

Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada

Seguem a seguir as reconciliações dos saldos de dívida bruta, dívida bruta ajustada, dívida líquida e dívida líquida ajustada registrados pela Companhia nos últimos três exercícios sociais:

Reconciliação dos saldos de Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada (em milhões de R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Total de Caixa e Equivalente Caixa e Investimentos de Curto Prazo	(941,4)	(601,3)	(1.067,6)
Caixa e Equivalentes Caixa	(936,7)	(597,4)	(1.012,6)
Investimentos de Curto Prazo	(4,7)	(3,8)	(55,1)

3.2 - Medições não contábeis

Dívida Bruta	4.145,2	3.569,0	3.271,4
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	493,4	934,2	788,8
Debêntures (circulante e não circulante)	3.573,0	2.551,4	2.405,8
Arrendamento Financeiro (circulante e não circulante)	78,9	83,5	76,7
Dívida Bruta Ajustada	5.329,10	4.817,20	4.580,70
Obrigações com entidade de previdência privada	3.799,8	3.707,1	3.777,3
Remensurações atuariais ^a	(2.537,0)	(2.458,9)	(2.468,0)
Dívida Líquida Ajustada	4.387,8	4.216,0	3.513,1
Dívida Líquida	3.203,80	2.967,70	2.203,80

(a) Refere-se às remensurações atuariais (ganhos e perdas atuariais acumulados em outros resultados abrangentes) do CPC 33-R1 com entidade de previdência privada.

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA e o EBITDA Ajustado são utilizados como medidas de desempenho pela administração da Companhia, por serem medidas práticas que melhor refletem a geração de caixa advinda dos resultados operacionais da Companhia. O EBITDA e o EBITDA Ajustado são informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados. O EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelo IFRS, emitidas pelo IASB. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Dívida Bruta e Dívida Bruta Ajustada

A Dívida Bruta e a Dívida Bruta Ajustada não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e Dívida Bruta Ajustada de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

A Companhia entende que a medição da Dívida Bruta e Dívida Bruta Ajustada é útil no acompanhamento do seu grau de endividamento.

Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada

A Dívida Líquida e a Dívida Líquida Ajustada não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Adicionalmente, nas escrituras de debêntures de emissão da Companhia e nos contratos financeiros, a Companhia está sujeita à observância de determinados índices financeiros (*covenants* financeiros) que utilizam a Dívida Líquida Ajustada como parâmetro na forma definida nos respectivos

3.2 - Medições não contábeis

instrumentos de dívida. Para maiores informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia e outros instrumentos de dívida, bem como os índices financeiros (*covenants* financeiros) a que a Companhia está sujeita, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Eventos subsequentes às demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Auto de infração de PIS/COFINS – 2014/2015

Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia visando à cobrança de débitos de contribuição ao PIS e de COFINS por suposto recolhimento a menor nos anos de 2014 e 2015, decorrentes da glosa de créditos tomados na aquisição de bens e de serviços. Em 22 de janeiro de 2019, a Companhia foi notificada da autuação e, contra ela, apresentará defesa no prazo legal (R\$ 59.346 com probabilidade de perda avaliada como possível). Para mais informações sobre este evento subsequente, vide item 4.3.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016
a. regras sobre retenção de lucros	<p>Cabe à assembleia geral da Companhia deliberar sobre retenção de lucros nos termos da legislação aplicável e do estatuto social da Companhia.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2018, além das previsões de retenção de lucros contidas na Lei nº 6.404/76, o estatuto social da Companhia prevê a possibilidade de destinação de até 75% do lucro líquido ajustado a uma reserva especial para reforço de capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, cujo saldo, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.</p>	<p>Cabe à assembleia geral da Companhia deliberar sobre retenção de lucros nos termos da legislação aplicável e do estatuto social da Companhia.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2017, além das previsões de retenção de lucros contidas na Lei nº 6.404/76, o estatuto social da Companhia prevê a possibilidade de destinação de até 75% do lucro líquido ajustado a uma reserva especial para reforço de capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, cujo saldo, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.</p>	<p>Cabe à assembleia geral da Companhia deliberar sobre retenção de lucros nos termos da legislação aplicável e do estatuto social da Companhia.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2016, além das previsões de retenção de lucros contidas na Lei nº 6.404/76, o estatuto social da Companhia prevê a possibilidade de destinação de até 75% do lucro líquido ajustado a uma reserva especial para reforço de capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, cujo saldo, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.</p>
a.1. valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não realizou retenções em seu lucro líquido, em função da apuração do prejuízo líquido no referido exercício social.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não realizou retenções em seu lucro líquido, em função da apuração do prejuízo líquido no referido exercício social.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou retenções em seu lucro líquido no valor de R\$1,6 milhões, os quais foram destinados à reserva estatutária de que trata o artigo 24, parágrafo terceiro, do estatuto social da Companhia.
a.2. percentuais em relação aos lucros totais declarados	-	-	1,8%
b. regras sobre a distribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2018, o estatuto social da Companhia previa que (i) pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, fosse anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório; e (ii) os acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia tinham direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos aos acionistas	Em 31 de dezembro de 2017, o estatuto social da Companhia previa que (i) pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, fosse anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório; e (ii) os acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia tinham direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos aos acionistas	Em 31 de dezembro de 2016, o estatuto social da Companhia previa que (i) pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, fosse anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório; e (ii) os acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia tinham direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos aos acionistas

3.4 - Política de destinação dos resultados

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016
	detentores de ações ordinárias da Companhia.	detentores de ações ordinárias da Companhia.	detentores de ações ordinárias da Companhia.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Em 31 de dezembro de 2018, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. No entanto, nos termos do artigo 11, inciso (vii), do estatuto social da Companhia, a Companhia poderia, a seu critério, distribuir dividendos intercalares e/ou intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta: (a) de lucros apurados em balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, ou (b) de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral.	Em 31 de dezembro de 2017, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. No entanto, nos termos do artigo 11, inciso (vii), do estatuto social da Companhia, a Companhia poderia, a seu critério, distribuir dividendos intercalares e/ou intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta: (a) de lucros apurados em balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, ou (b) de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral.	Em 31 de dezembro de 2016, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. No entanto, nos termos do artigo 11, inciso (vii), do estatuto social da Companhia, a Companhia poderia, a seu critério, distribuir dividendos intercalares e/ou intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta: (a) de lucros apurados em balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, ou (b) de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral.
d. restrições à distribuição de dividendos	De acordo com as debêntures e as cédulas de crédito bancário ("CCBs") emitidas em favor do Bradesco S.A., a Companhia não poderá efetuar declaração de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, no contrato de distribuição e/ou nos demais documentos da oferta. Para mais informações a respeito das referidas emissões, vide os itens 10.1(f) e 18.5 deste Formulário de Referência.	De acordo com as debêntures e as cédulas de crédito bancário ("CCBs") emitidas em favor do Bradesco S.A., a Companhia não poderá efetuar declaração de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, no contrato de distribuição e/ou nos demais documentos da oferta. Para mais informações a respeito das referidas emissões, vide os itens 10.1(f) e 18.5 deste Formulário de Referência.	De acordo com as debêntures e as cédulas de crédito bancário ("CCBs") emitidas em favor do Bradesco S.A., a Companhia não poderá efetuar declaração de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, no contrato de distribuição e/ou nos demais documentos da oferta. Para mais informações a respeito das referidas emissões, vide os itens 10.1(f) e 18.5 deste Formulário de Referência.
e. se o emissor possui uma política formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.	A Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.	A Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016
mundial de computadores onde o documento pode ser consultado			

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016
Lucro líquido ajustado	-290.763.000,00	-770.100.000,00	89.947.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	0,000000	0,776418
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	22.486.722,81
Lucro líquido retido	0,00	0,00	72.179.000,00
Data da aprovação da retenção			20/04/2017

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	0,00		0,00		7.027.100,92	19/12/2017
Preferencial	0,00		0,00		15.459.621,89	19/12/2017

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

A Companhia, nos últimos três exercícios sociais, não declarou dividendos em contrapartida às contas de lucros retidos ou reservas de lucros constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2018	15.673.600.000,00	Índice de Endividamento	5,44000000	
	0,00	Outros índices	3,01000000	Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado: Covenant previsto em contrato com os credores e acompanhado pelo mercado. Considera a Dívida Líquida Ajustada e o EBITDA Ajustado, pelas despesas com o plano de previdência privada (Fundação CESP), contingências e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos últimos doze meses. A Companhia entende que o índice melhor reflete o seu nível de alavancagem, pois representa de forma mais apropriada a sua geração de caixa operacional frente ao endividamento. Para mais informações sobre a reconciliação da Dívida Líquida Ajustada e EBITDA Ajustado, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2018)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		16.597.369,97	24.351.988,66	26.562.981,10	4.801.759,64	72.314.099,37
Títulos de dívida	Quirografárias		174.783.281,50	1.045.396.801,01	1.689.523.843,75	598.089.186,36	3.507.793.112,62
Empréstimo	Quirografárias		420.000.000,00	0,00	0,00	0,00	420.000.000,00
Total			611.380.651,47	1.069.748.789,67	1.716.086.824,85	602.890.946,00	4.000.107.211,99

Observação

As informações acima referem-se às informações contábeis da Companhia. O total demonstrado na tabela acima considera o saldo de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures.

De modo a facilitar a compreensão, seguem os critérios utilizados para segregação das dívidas elencadas acima (i) empréstimos com garantia real: financiamentos com a FINEP; (ii) títulos de dívida com garantia quirografária: 14ª e 23ª Emissões de Debêntures; e (iii) empréstimo com garantia quirografária: mútuo com Enel Finance International.

Os valores previstos na tabela acima não consideram a primeira parcela e seguintes referentes ao acordo celebrado com a Eletrobrás.

3.9 - Outras informações relevantes

Informações adicionais ao item 3.7

Nos contratos de dívidas da Companhia existem cláusulas de inadimplemento cruzado, que são condições padrões em instrumentos de financiamento em geral, de forma que a declaração de vencimento antecipado do saldo em aberto de determinada dívida, poderá constituir hipótese de vencimento antecipado de outras dívidas. Atualmente, a Companhia é devedora em emissões de debêntures simples e notas promissórias cujos instrumentos contemplam hipóteses de vencimento antecipado automático da respectiva dívida em caso de declaração de vencimento antecipado de outras dívidas.

A Companhia não tem como garantir que não irá contrair outras dívidas cujos instrumentos/contratos prevejam cláusula de inadimplemento cruzado, bem como não pode garantir que as dívidas correspondentes não vencerão antecipadamente. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os seus ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os investidores dos nossos títulos e valores mobiliários devem considerar de forma cuidadosa os riscos específicos relacionados à Companhia e aos nossos títulos e valores mobiliários. Devem ser consideradas, à luz das circunstâncias financeiras e dos objetivos do investimento, todas as informações constantes neste Formulário de Referência, em particular, os fatores de risco abaixo relacionados.

Os investidores devem observar, ainda, que os riscos abaixo relacionados não são os únicos riscos aos quais estamos sujeitos. Há outros fatores de risco adicionais que atualmente consideramos improváveis ou dos quais atualmente não temos conhecimento, que, todavia, podem acarretar efeitos similares aos dos riscos abaixo relacionados.

(a) à Companhia

Poderemos ser afetados negativamente por decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos em andamento.

Em 31 de dezembro de 2018, éramos réus em aproximadamente 14.264 processos judiciais e administrativos, incluindo processos relacionados a aumentos de taxas, responsabilidade civil, responsabilidade fiscal, obrigações trabalhistas e previdenciárias e questões ambientais e regulatórias. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de provisão para processos judiciais e outros (circulante e não circulante) era de R\$ 2.485,9 milhões.

As provisões são estabelecidas somente para montantes relativos a processos que acreditamos que envolvem uma chance de perda provável e não para processos que acreditamos envolvem uma chance de perda possível ou remota. Não podemos garantir que as provisões sejam suficientes para cobrir eventuais perdas. Além disso, existem processos para os quais não podemos estimar custos e não foram provisionados montantes para perdas. Os efeitos de uma decisão desfavorável podem ter um impacto negativo no nosso negócio e em nossa situação financeira.

Além disso, não podemos assegurar que as provisões que estabelecemos para estas contingências e outras contingências serão suficientes para cobrir todos os pagamentos de danos, custos e despesas com relação a decisões desfavoráveis. Calculamos essas provisões com base na probabilidade de perda informada por nossos assessores jurídicos externos e internos e em nossas melhores estimativas a respeito de nossa exposição financeira em cada caso. Não podemos assegurar que uma decisão negativa com relação a quaisquer processos judiciais ou administrativos atuais ou futuros não poderá resultar em um impacto negativo relevante em nossos resultados operacionais, nossa situação financeira ou reputação.

Na data deste Formulário de Referência somos parte do Grupo Enel e até novembro de 2017, eramos parte de um grupo econômico no qual haviam outras empresas localizadas no Brasil como AES Tietê Energia S.A., AES Uruguaiana Ltda., AES Ergos Ltda., AES Elpa S.A. e Brasileira Participações S.A. De acordo com a legislação brasileira, as empresas que fazem parte do mesmo grupo econômico poderão ser responsabilizadas conjunta e solidariamente por questões previdenciárias, trabalhistas, ambientais e outras questões legais. No curso de suas atividades, as empresas operacionais dos grupos econômicos aos quais pertencemos e pertencíamos, respectivamente, podem ser parte de processos judiciais de natureza previdenciária, trabalhista e ambiental, entre outras, e poderemos ser responsabilizados conjunta e solidariamente por quaisquer resultados negativos nesses processos. Caso sejamos responsabilizados conjunta e solidariamente por quaisquer decisões desfavoráveis em qualquer processo judicial dessa

4.1 - Descrição dos fatores de risco

natureza, nossos resultados operacionais e financeiros, bem como nossa imagem, poderão ser afetados negativamente.

Para maiores informações sobre os processos acima, consultar item 4.3 deste Formulário de Referência.

A construção, expansão e a operação de nossas instalações e equipamentos de distribuição de energia envolvem riscos significativos que poderão causar a perda de receitas ou aumento de despesas.

A construção, a expansão e a operação de nossas unidades e equipamentos para a distribuição de energia, bem como o fornecimento de energia, envolvem muitos riscos, incluindo:

- dificuldade em atender à demanda solicitada por clientes;
- frustração do crescimento do consumo resultando em perda de receita;
- falha em completar os cronogramas de trabalho (energização) dentro do prazo estipulado no contrato de fornecimento com o cliente;
- incapacidade de obter autorizações e aprovações governamentais exigidas;
- interrupções devido a interferências climáticas e hidrológicas;
- problemas de engenharia, regulatórios e/ou ambientais não previstos;
- interrupções de fornecimento e serviço;
- indisponibilidade de equipamentos;
- explosões e incêndios;
- incapacidade de contratar empresas terceirizadas;
- paralisações de trabalho, tensões trabalhistas e sociais;
- sabotagem, vandalismo e furto;
- interferência relacionada à exposição da população à rede elétrica;
- interferência relacionada ao compartilhamento das redes de telecomunicações nos postes da Companhia;
- insolvência e nível baixo de desempenho de empresas contratadas e terceiros;
- aumento nas perdas de energia, incluindo perdas comerciais e técnicas;
- aumento da inadimplência dos clientes;
- atrasos de construção e operacionais ou custos acima do previsto;
- aumento dos custos de empresas contratadas devido a mudanças na regulamentação trabalhista, de segurança e de saúde ou na demanda do mercado;
- incapacidade de adquirir energia elétrica;
- incapacidade de revender excesso de energia elétrica comprada;
- indisponibilidade de financiamento adequado;
- ineficácia de nossos sistemas de telecomunicações;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- ineficácia de nossos sistemas informatizados; e
- falha em nosso sistema comercial e operacional.

Caso enfrentemos esses ou outros problemas, poderemos não conseguir distribuir energia em quantidades compatíveis com as nossas projeções, o que poderá ter um efeito prejudicial sobre nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Além disso, no curso normal de nossas atividades, compramos equipamentos nacionais e importados e contratamos terceiros especializados para o desenvolvimento, a operação e manutenção de nossas instalações, incluindo nosso Centro de Processamento de Dados. A implementação de nossos projetos depende do fornecimento de equipamentos e serviços por empresas contratadas altamente especializadas. Na hipótese em que os equipamentos que recebemos e os serviços prestados a nós por terceiros estejam abaixo dos níveis de qualidade aceitáveis, poderemos não conseguir cumprir nossas obrigações com os órgãos reguladores e poderemos sofrer uma redução em nossa capacidade de distribuição de energia, afetando substancial e negativamente a nós e a nossa reputação. Além disso, a prestação de serviços de qualidade precária poderá desvalorizar nossas atividades e fazer com que incorramos em custos adicionais e multas, reduzindo nosso lucro. Da mesma forma, a suspensão ou rescisão não programada de nossos contratos de fornecimento de equipamentos ou de serviços poderá nos afetar substancial e negativamente, e os eventos ou interrupções não previstos enfrentados por nossos fornecedores, bem como as dificuldades na contratação de novos fornecedores, poderão afetar a qualidade ou o fornecimento de energia, o que poderá ter um impacto negativo sobre nossas margens, resultando em obrigação de compensações aos clientes, multas e até mesmo a caducidade da concessão.

Uma vez que parte significativa de nossos bens está vinculada à prestação de serviços públicos, esses bens não estarão disponíveis para liquidação em caso de falência nem poderão ser objeto de penhora para garantir a execução de decisões judiciais ou servir como garantia em contratos de financiamento.

Segundo as leis brasileiras e a Constituição Federal, uma parte substancial de nossos ativos, incluindo a rede de distribuição de energia que detemos e operamos, está vinculada à prestação de serviços públicos. Esses ativos não estão disponíveis para liquidação na hipótese de falência da Companhia e não podem ser utilizados como garantia na execução de qualquer decisão judicial, pois estão vinculados à prestação de um serviço público essencial.

Além disso, na hipótese de rescisão do nosso contrato de concessão, incluindo como resultado de falência da Companhia ou de prestação inadequada de nossos serviços, os ativos dedicados à prestação desses serviços previstos no contrato de concessão devem ser devolvidos ao governo brasileiro, de acordo com a lei brasileira e os termos de nosso contrato de concessão. Na hipótese da rescisão antecipada do nosso contrato de concessão como resultado de falência da Companhia ou da prestação inadequada de nossos serviços, poderemos ter o direito de receber indenização do governo brasileiro. Contudo, tal pagamento poderá não ocorrer ou qualquer pagamento de indenização que recebermos poderá ser inferior ao valor de mercado dos ativos que tivermos que devolver ao governo brasileiro.

Assim, o valor de mercado dos ativos disponíveis a nossos acionistas na hipótese de liquidação poderia ser substancialmente inferior ao valor de mercado dos ativos revertidos ao poder concedente. Além disso, essas limitações podem afetar substancial e negativamente nossos negócios e nossa capacidade de obter financiamentos, visto que não podemos utilizar esses ativos como garantia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O nosso grau de endividamento, bem como as disposições restritivas em nossos contratos financeiros (covenants) poderão afetar negativamente nossa capacidade de operar nosso negócio e de efetuar o pagamento de nossas dívidas. Qualquer inadimplemento decorrente de descumprimento, por nós, de nossas obrigações contratuais nos termos de nossos contratos de financiamento poderá nos afetar substancial e negativamente.

Nossa dívida bruta, em 31 de dezembro de 2018, era de R\$4.145,2. Sujeito aos termos de nossos instrumentos de dívida e aprovações regulamentares, poderemos incorrer em dívida adicional no futuro para amortizar parte de nossas dívidas existentes conforme se tornem devidas, bem como, poderemos incorrer em dívida adicional periodicamente para financiar investimentos ou para outros fins, sujeito às restrições aplicáveis às nossas dívidas atuais.

Além disso, alguns de nossos contratos de financiamento contêm cláusulas restritivas que impõem restrições operacionais e outras restrições a nosso negócio. Em especial, algumas dessas cláusulas nos impedem de incorrer em dívida adicional ou efetuar pagamentos restritos, incluindo a distribuição de dividendos, caso algum índice financeiro não seja cumprido. Esses índices são medidos por meio do nível de endividamento líquido da Companhia em relação ao seu EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (calculados de acordo com os critérios contidos em nossos instrumentos de dívida) e devem ser cumpridos continuamente todos os anos para não descumprirmos nossas obrigações de dívida. Assim, não podemos garantir que conseguiremos cumprir tais índices.

Nosso nível de endividamento e as cláusulas restritivas em nossos instrumentos de dívida podem implicar em riscos importantes, incluindo os seguintes:

- aumento de nossa vulnerabilidade a condições econômicas, financeiras e setoriais negativas em geral;
- necessidade de que dediquemos uma parte substancial de nossos fluxos de caixa das operações para o serviço da dívida, reduzindo assim a disponibilidade de nossos fluxos de caixa para o financiamento de despesas de capital;
- limitação de nossa flexibilidade no planejamento ou reação a mudanças em nossas atividades e no setor em que atuamos; e
- limitação de nossa capacidade de tomar emprestado recursos adicionais conforme necessário.

Nossa geração de caixa decorrente das operações poderá não ser suficiente para pagar o valor de principal, juros e outros valores devidos relacionados a nossas dívidas atuais e futuras e, nesse caso, poderemos não conseguir tomar empréstimos, vender ativos ou de outra forma levantar recursos em condições aceitáveis ou até mesmo de fazê-lo para refinaranciar nossa dívida tão logo vencida ou se torne devida. Caso incorramos em dívidas adicionais, os riscos relacionados às nossas dívidas, incluindo nossa inadimplência com relação aos prazos de nossas dívidas, poderão aumentar. Na hipótese de estarmos inadimplentes nos termos de qualquer um de nossos contratos de financiamento, os saldos devedores nos termos desses contratos (incluindo principal, juros e quaisquer multas) poderão ser antecipados, o que poderá acionar as disposições sobre inadimplemento cruzado nos termos dos nossos outros contratos de financiamento e, em vista de nosso nível significativo de endividamento, afetar substancial e negativamente nossa situação financeira. Na hipótese de antecipação de qualquer uma de nossas dívidas, poderemos não conseguir pagar o saldo devedor dessa dívida, o que poderá ter um efeito prejudicial relevante sobre nossos negócios e situação financeira.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nosso contrato de concessão está sujeito a rescisão antecipada, o que pode gerar perdas nos resultados. Além disso, poderemos não conseguir cumprir os termos do nosso contrato de concessão, o que poderia resultar em multas, outras sanções e, dependendo da gravidade do descumprimento, na rescisão da nossa concessão.

Nosso negócio de distribuição de energia é conduzido de acordo com a legislação brasileira e com o nosso contrato de concessão celebrado com o governo brasileiro, por meio da ANEEL, com prazo até 2028. Assim, somos dependentes de nosso contrato de concessão e estamos sujeitos ao risco de que nossa concessão seja rescindida antecipadamente ou não seja renovada após a expiração do prazo.

Conforme dispõe a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, ou Lei de Concessões, uma concessão está sujeita à rescisão antecipada em algumas circunstâncias, a saber: descumprimento total ou parcial do contrato de concessão, aquisição, expropriação pelo governo brasileiro que seja determinada como de interesse público, rescisão amigável ou litigiosa, anulação do contrato de concessão, falência ou liquidação da concessionária, e também caso a concessionária não cumpra o plano de resultado e correção das falhas e transgressões em caso de uma intervenção imposta pela ANEEL.

Caso nosso contrato de concessão seja rescindido, não seria possível conduzir nosso negócio e distribuir energia para nossos clientes na área abrangida por nosso contrato de concessão, e todos os ativos relacionados à concessão serão devolvidos ao governo brasileiro.

Em caso de rescisão antecipada do nosso contrato de concessão, não há garantia de que receberemos indenização do governo brasileiro com relação aos ativos que não tiverem sido totalmente amortizados. Qualquer pagamento de indenização que recebermos poderá ser inferior ao valor residual dos ativos que devolvemos ao governo brasileiro. Assim, poderemos não ser indenizados pela perda de lucros futuros relacionados aos ativos de concessão. Além disso, tal pagamento poderia ser postergado por muitos anos. Caso nosso contrato de concessão seja rescindido por razões atribuíveis a nós, o valor de indenização a ser pago pode ser substancialmente reduzido por meio da aplicação de multas ou outras penalidades. Não podemos garantir que a indenização a ser recebida na hipótese de rescisão do contrato de concessão ou reversão de nossos ativos será adequada ou paga pontualmente.

De acordo com as disposições de nosso contrato de concessão e regulamentação aplicáveis, a ANEEL pode impor penalidades a nós caso descumpramos qualquer disposição de nosso contrato de concessão ou caso violemos as leis e regulamentos aplicáveis. Dependendo da gravidade do descumprimento, as penalidades podem incluir os seguintes: advertência; multas de até 2% de nossa receita anual; embargo de obras; fechamento de instalações; suspensão temporária da participação em licitações a fim de obter novas concessões; intervenção administrativa; e rescisão da concessão.

A aplicação de quaisquer das sanções acima poderá afetar nossos custos, prejudicar nossa capacidade de conduzir nosso negócio e de prosseguir com nossos objetivos estratégicos, reduzir a disposição de nossos fornecedores para trabalhar conosco e resultar em publicidade negativa para nosso negócio.

Ademais, conforme dispõe a Lei nº 12.767/2012, poderemos sofrer a intervenção do agente regulador caso este entenda que há risco de fornecimento inapropriado de energia e violação de padrões contratuais, regulatórios e legais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A rescisão antecipada de nosso contrato de concessão, a reversão de ativos e outras formas de intervenção governamental, bem como a aplicação de sanções a nós, poderão afetar negativamente nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Não podemos assegurar que nosso contrato de concessão será renovado e se renovado, se seus termos e condições serão favoráveis para nós. Nosso negócio poderá ser afetado negativamente caso não consigamos renovar nossa concessão ou garantir condições favoráveis na renovação.

Conduzimos nossas atividades de distribuição de energia de acordo com um contrato de concessão celebrado com o governo, por meio da ANEEL, com prazo de 30 anos encerrando-se em 2028, com possibilidade de renovação uma única vez por mais 30 anos. O pedido de renovação deve ser apresentado à ANEEL até 36 meses antes do término do prazo de concessão.

Somos obrigados a atender certas exigências para renovar nosso contrato de concessão e não podemos garantir que nosso contrato de concessão será renovado, que será renovado nos mesmos termos e condições ou que conseguiremos cumprir tais exigências. Caso nosso contrato de concessão não seja renovado ou seja renovado com condições menos favoráveis, nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais serão afetados negativamente.

Caso não consigamos controlar com sucesso as perdas de energia, os resultados de nossas operações e nossa condição financeira poderão ser adversamente afetados.

Enfrentamos dois tipos de perdas de energia: perdas técnicas e perdas comerciais. As perdas técnicas são perdas causadas pelo consumo de elementos dentro de redes de distribuição, como a resistência interna dos transformadores e cabos elétricos, e ocorrem no curso normal de nossa distribuição de energia. As perdas comerciais resultam de conexões ilegais, fraude, deficiência na medição, erros de cobrança e questões semelhantes. Em virtude de condições econômicas e tarifas de energia, especialmente nos locais onde o fornecimento de energia é limitado, sofremos aumentos nas perdas de energia causadas por conexões ilegais, furto e fraude por parte de consumidores tentando evitar os limites de consumo ou burlar a medição real. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, registramos uma perda de energia de 9.5% sobre o total de energia adquirida, em comparação a 9,7% no período correspondente em 2017.

A implementação de programas de redução de perdas exige investimentos substanciais e não podemos garantir que teremos à disposição os recursos necessários para esses investimentos. Também não podemos garantir que as estratégias que implementamos para combater as perdas de energia serão efetivas. Qualquer falha no combate efetivo às perdas de energia pode afetar substancial e negativamente nossos negócios e resultados financeiros e operacionais.

A parcela de nossas perdas de energia que for superior às perdas permitidas pela ANEEL não pode ser repassada por meio de aumentos nas tarifas. Aumentos nas perdas de energia não repassados a nossos clientes podem afetar negativamente nossa situação financeira e nossos resultados operacionais. Além disso, não há garantia de que nossa perda máxima de energia permitida para fins regulatórios não será reduzida no futuro pela ANEEL, ou que outros parâmetros relacionados a perdas de energia poderão ser impostos, em cada caso afetando nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Nosso compromisso de atender às obrigações do plano de pensão de nossos funcionários, administrado pela Fundação CESP, poderá ser superior ao atualmente previsto e, conseqüentemente, poderemos ser obrigados a realizar aportes de recursos adicionais ao

4.1 - Descrição dos fatores de risco

referido plano de pensão ou a registrar passivo em nosso balanço e despesas no resultado que poderão ser superiores aos atualmente reconhecidos.

Na data deste Formulário de Referência, possuímos uma obrigação com a ANEEL, a qual foi assumida por nosso antigo acionista controlador, de manter ininterruptamente um plano de pensão com característica de benefício definido para nossos funcionários, o qual é administrado pela Fundação CESP. Além disso, temos de registrar anualmente nossos passivos atuariais futuros de acordo com nossas premissas atuariais e as da Fundação CESP. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de obrigações com entidade de previdência privada era de R\$3.799,8 milhões. Caso essas premissas se mostrem incorretas ou na hipótese de quedas nas taxas de juros de longo prazo, quedas nos valores de mercado dos valores mobiliários detidos por planos de pensão ou outras mudanças prejudiciais, a parte não capitalizada de nossos planos pode aumentar substancialmente, afetando, assim, o cronograma e aumentando o nível dos aportes em dinheiro que temos que fazer para nossos planos de pensão e afetando consequentemente nossos resultados financeiros e operacionais.

Nosso negócio exige despesas de capital substanciais e dependemos de fluxos de caixa de nossas operações e da disponibilidade contínua de financiamento de terceiros para implementar nosso programa de despesas de capital.

A manutenção de nossos ativos, nossa infraestrutura e nossos equipamentos exigem despesas de capital substanciais. Nossas despesas de capital (investimentos) foram de R\$1.026 milhões (R\$911,2 milhões financiado por nossos próprios recursos e R\$114,9 milhões financiado por terceiros) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 1.353,9 milhões (R\$1.256,8 milhões financiados com nossos próprios recursos e R\$97,1 milhões financiados por terceiros) em 31 de dezembro de 2018. Devemos continuar a investir capital para manter os níveis de distribuição de energia conforme demanda do mercado e para aumentar nossa eficiência operacional. Não podemos garantir que conseguiremos obter recursos suficientes para concluir nosso programa de investimento em bens de capital ou atender outras exigências de liquidez e recursos de capital. A não obtenção dos recursos necessários pode atrasar ou impedir a conclusão de nosso programa de investimento em bens de capital e outros projetos, o que poderá ter um efeito negativo relevante sobre a operação e o desenvolvimento de nosso negócio.

A falta de proteção adequada contra riscos relacionados à cibersegurança pode nos afetar substancial e negativamente.

Estamos sujeitos a diversos riscos de cibersegurança, incluindo, entre outros: invasão de nossos sistemas e plataformas de tecnologia da informação por terceiros mal-intencionados, infiltração de *malware* (como vírus de computador) em nossos sistemas, contaminação (intencional ou acidental) de nossas redes e sistemas por terceiros com quem trocamos dados, acesso não autorizado a dados confidenciais de clientes e/ou informações de propriedade da Companhia por pessoas dentro ou fora de nossa empresa e ataques cibernéticos que causam a degradação dos sistemas ou a indisponibilidade de serviços, o que pode resultar em perdas comerciais.

Poderemos não conseguir proteger com sucesso nossos sistemas e plataformas de tecnologia da informação contra essas ameaças. Nos últimos anos, temos visto sistemas de computação de companhias e organizações serem alvos não apenas de cibercriminosos, mas também de ativistas e Estados párias. Fomos e continuamos sujeitos a vários ataques cibernéticos, como *denial of service*, *malware* e *phishing*. Ataques cibernéticos podem gerar perda de quantidades significativas de dados de clientes e de outras informações sensíveis, bem como níveis significativos de ativos líquidos (incluindo caixa). Além disso, ataques cibernéticos podem desativar nossos sistemas de tecnologia da informação utilizados para o atendimento a nossos clientes. À medida em que as

4.1 - Descrição dos fatores de risco

tentativas de ataque continuam a evoluir em escopo e sofisticação, poderemos incorrer em custos significativos na tentativa de modificar ou aprimorar nossas medidas de proteção contra esses ataques, de investigar ou remediar qualquer vulnerabilidade ou consequente violação e de comunicar a nossos clientes sobre ataques cibernéticos.

Caso não consigamos gerenciar de maneira efetiva nossos riscos de cibersegurança, por exemplo, ao não atualizar nossos sistemas e processos em resposta a novas ameaças, isso poderá prejudicar nossa reputação e afetar negativamente nossos resultados operacionais, nossa situação financeira e nossas perspectivas, como decorrência das possíveis implicações tais como pagamento de indenização aos clientes, penalidades e multas regulatórias e/ou perda de ativos. Além disso, também poderemos estar sujeitos a ataques cibernéticos contra infraestruturas críticas do Brasil. Nossos sistemas de tecnologia da informação dependem dessa infraestrutura crítica e qualquer ataque cibernético contra essa infraestrutura crítica pode afetar negativamente nossa capacidade de atender nossos clientes. Temos capacidade limitada de proteger nossos sistemas de tecnologia da informação dos efeitos prejudiciais desses ataques cibernéticos. Dessa forma, caso qualquer dos fatores acima venha a ocorrer, nossos negócios e resultados financeiros podem ser adversamente impactados.

A falta de proteção de informações pessoais e confidenciais pode nos afetar negativamente.

Gerenciamos e mantemos informações pessoais confidenciais de clientes pessoas físicas no curso normal do nosso negócio e, portanto, nossas atividades estão sujeitas às regras de proteção de dados previstas na Constituição Federal, Código de Defesa do Consumidor e, a partir de 2020, na Lei Geral de Proteção de Dados. Divulgações não autorizadas, violações de segurança ou quaisquer infrações à legislação aplicável podem nos sujeitar a ações judiciais, bem como a danos que podem afetar substancial e negativamente nossos resultados operacionais, nossa situação financeira e nossas perspectivas. Além disso, nossas atividades estão expostas a possíveis riscos de inobservância de políticas, conduta imprópria de funcionários ou negligência e fraude, o que poderá resultar em graves danos reputacionais ou financeiros. Nem sempre é possível desencorajar ou impedir a conduta imprópria de funcionários e as precauções que tomamos para detectar e prevenir essa atividade poderão nem sempre ser efetivas. Qualquer interrupção ou desaceleração substancial de nossos sistemas pode resultar na perda ou entrega de informações a nossos clientes com atrasos ou erros, incluindo dados relacionados a solicitações dos clientes, o que pode reduzir a demanda por nossos serviços e, consequentemente afetar substancial e negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

Caso não consigamos analisar de forma precisa a demanda de energia em nossa área de concessão, poderemos ser forçados a comprar energia no mercado de curto prazo por preços substancialmente mais elevados quando comparados aos nossos contratos de compra de longo prazo para atender a demanda e poderemos não conseguir repassar totalmente a nossos clientes todos os custos de nossas compras de energia.

Segundo a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, uma distribuidora de energia deve contratar com antecedência, por meio de licitações públicas, 100% de suas necessidades projetadas de energia para distribuição a suas áreas de concessão, estando autorizada a repassar o custo de até 105% dessa energia aos consumidores. Superestimar ou subestimar a demanda pode ter consequências negativas. Considerando os vários fatores que afetam nossas análises de demanda de energia, incluindo crescimento econômico e populacional, não podemos garantir que nossa demanda projetada por energia será precisa. Caso analisemos incorretamente a demanda e compremos menos ou mais energia do que precisamos e sejamos responsabilizados de acordo com a regulamentação aplicável, poderemos ser impedidos de repassar integralmente os custos de nossas compras de energia aos consumidores e também poderemos ser forçados a entrar no

4.1 - Descrição dos fatores de risco

mercado de curto prazo para comprar energia por preços substancialmente mais elevados que os estabelecidos nos nossos contratos de compra de longo prazo (ou vendê-la por preços substancialmente menores que os estabelecidos nos momentos das compras de energia em leilões públicos).

Por exemplo, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece, entre outras restrições, que, se nossa demanda projetada ficar significativamente abaixo da demanda real de energia, poderemos ser forçados a compensar a diferença por meio de compras no mercado de curto prazo. Por outro lado, nossa demanda projetada de energia pode posteriormente se provar excessiva se, por exemplo, uma parte significativa de nossos consumidores livres em potencial migrar e adquirir energia no Ambiente de Contratação Livre ou se o consumo dos clientes cativos diminuir. Desta forma, nossa incapacidade de prever corretamente a demanda do consumidor e uma resultante incapacidade de transmitir, através de nossas tarifas, a totalidade ou uma parcela significativa dos custos de nossas compras de eletricidade pode nos afetar de forma significativa. Caso haja variações significativas entre nossas necessidades de energia e o volume de nossas compras de energia, nossos resultados operacionais poderão ser afetados negativamente.

Alterações no preço utilizado para avaliar a energia comercializada no mercado de curto prazo poderão afetar negativamente as companhias no setor de energia elétrica, incluindo a nossa.

O preço no mercado de curto prazo, ou PLD (Preço de Liquidação de Diferenças), é calculado semanalmente para cada patamar de carga e por submercado, e tem como base o custo marginal da operação. Os submercados do sistema de energia elétrica brasileiro são: Norte, Nordeste, Sudeste/Centro-Oeste e Sul. O PLD é calculado em base *ex-ante* (considerando informações fornecidas para disponibilidade de fornecimento e projeções de carga). O preço resultante desse cálculo é o preço base da liquidação de toda a energia não contratada entre os agentes.

Em dezembro de 2018, a ANEEL estabeleceu os valores mínimo e máximo do PLD em 2019 como R\$42,35/MWh e R\$513,89/MWh, respectivamente.

Os fatores que poderão afetar o PLD incluem (i) variações na oferta e demanda em um período determinado; (ii) reduções nos níveis dos reservatórios de usinas hidrelétricas; (iii) aumentos no despacho de usinas termelétricas; e (iv) atrasos no início das operações de novos geradores. A ocorrência de qualquer um desses fatores poderá levar a uma variação substancial do PLD, o que poderá resultar no aumento de custos na comercialização de energia no curto prazo, o que poderá consequentemente afetar negativamente nosso fluxo de caixa no curto prazo.

O nível de inadimplência de nossos consumidores pode afetar negativamente nosso negócio, nossos resultados operacionais e/ou nossa situação financeira.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de nossos recebíveis (consumidores, revendedores e outros e contas a receber – acordos, circulante e não circulante) era de R\$2.323,6 milhões, o que pode afetar adversamente nossos negócios e situação financeira, caso não sejam pagos. Caso qualquer montante destes valores não seja pago, os nossos negócios e situação financeira poderão ser adversamente afetados.

O nível de inadimplência dos nossos consumidores poderá ser afetado por fatores econômicos como níveis de renda, desemprego, taxas de juros, inflação e o preço da energia. A deterioração contínua ou futura da economia brasileira, especialmente nas áreas atendidas por nossas concessões, poderá afetar negativamente o setor de energia, inclusive a capacidade de pagamento de nossos consumidores e, consequentemente, nossos negócios e resultados financeiros. Além disso, interrupções no fornecimento de energia por companhias de distribuição em caso de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

inadimplência dos consumidores têm sido contestadas na justiça. Atualmente, as companhias de eletricidade no Brasil estão autorizadas a interromper o fornecimento de energia quando os clientes possuem uma dívida recente. Há, no entanto, uma discussão no Superior Tribunal de Justiça do Brasil (pedido de revisão nº REsp 1412433 / RS) questionando se tal conduta é legal. Decisões judiciais contra companhias de distribuição ou novas regulamentações favoráveis a consumidores inadimplentes poderão afetar substancial e negativamente nossos negócios.

Nosso crescimento depende da nossa capacidade de atrair e manter equipe técnica e administradores altamente qualificados.

Somos altamente dependentes do conhecimento da nossa equipe técnica e membros da nossa administração para a execução de nossas estratégias comerciais, o desenvolvimento e a implementação de nossos projetos e o gerenciamento de nossas operações. Há uma demanda alta por equipes técnicas e enfrentamos uma concorrência significativa por esses funcionários no mercado global de serviços. Oportunidades de trabalho atrativas no Brasil e no mundo poderão afetar nossa capacidade de contratar ou manter funcionários necessários. Caso não seja possível manter as pessoas-chave, precisaremos atrair e treinar equipes técnicas adicionais, que poderão não estar prontamente disponíveis ou só poderão estar disponíveis com um aumento significativo dos custos e depois de treinamentos demorados. Caso não seja possível atrair a tempo e/ou manter as pessoas-chave, poderemos não conseguir gerenciar nosso negócio de forma eficiente, o que poderá ter um efeito prejudicial substancial sobre nós.

A deficiência de infraestrutura e mão de obra no Brasil poderá afetar o crescimento econômico e ter um efeito prejudicial substancial sobre nós.

Nosso desempenho depende do bem-estar geral da economia brasileira. O crescimento contínuo pode ser limitado por infraestrutura inadequada, incluindo potencial escassez de energia e um setor de transporte deficiente, ou por falta de força de trabalho qualificada, o que pode contribuir para níveis baixos de produtividade e eficiência. Dependendo da intensidade e duração, esses fatores podem levar à volatilidade do emprego e, em geral, a menores níveis de renda e consumo, o que pode limitar nosso crescimento, resultando em taxas maiores de inadimplência e de perdas comerciais e poderá ter um efeito adverso relevante em nossos negócios.

Podemos não ser capazes de implementar completamente nossa estratégia de negócios.

A capacidade da Companhia de implementar a sua estratégia de negócios depende de vários fatores, dentre os quais sua capacidade de acessar o mercado de capitais e outras fontes de financiamento e uma variedade de contingências operacionais e regulatórias. Quaisquer desses fatores podem prejudicar a capacidade da Companhia de executar a sua estratégia de negócios, de maneira que não podemos assegurar que cumprimos com sucesso estes e outros objetivos. Qualquer falha na implementação bem-sucedida de nossas estratégias de negócios pode ter um efeito negativo relevante sobre nossos negócios.

Nossa margem de lucro poderá ser afetada negativamente pela variação e pelo desempenho insatisfatório do mercado de referência.

De acordo com a regulamentação vigente e com o contrato de concessão, o mercado de referência utilizado para a determinação das tarifas nos processos tarifários considera o mercado realizado no ano anterior (últimos doze meses). Ao calcular uma correção tarifária, a ANEEL usa o mercado de referência como base para determinar nossas tarifas para o próximo ciclo tarifário.

No caso da Companhia realizar um desempenho inferior ao mercado de referência durante o ciclo tarifário, os resultados poderão ser afetados adversamente, o que pode, por sua vez, impedir que

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a Companhia cumpra com suas obrigações financeiras e outras obrigações com nossos acionistas (como, por exemplo, o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio).

(b) aos controladores, diretos e indiretos, da Companhia

Os interesses de nosso acionista controlador poderão ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

Como resultado do leilão da oferta pública para aquisição (“OPA”) de até a totalidade das ações de emissão da Companhia realizado em 4 de junho de 2018, a Enel Brasil Investimentos S.A. (“Enel”) adquiriu ações representativas de 73,88% do capital total e votante da Companhia e, posteriormente, adquiriu 33.359.292 ações em circulação remanescentes da Companhia dos acionistas que solicitaram a venda de suas ações, conforme previsto no edital da OPA da Enel, totalizando sua participação em 93,3% do capital total e votante da Companhia, incluindo as ações em tesouraria. Em 11 de junho de 2018, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL aprovou a alteração de controle da Companhia e, atualmente, a Enel possui o poder de eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a nossa administração, determinar nossas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o nosso controle por eles detidas e determinar o resultado de qualquer deliberação dos nossos acionistas, inclusive, e desde que anuídas pelo regulador quando cabível, operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de ativos, ou a retirada das nossas ações do Novo Mercado, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. Nosso acionista controlador poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias de nossos resultados operacionais, o que pode afetar adversamente a cotação de nossa ação.

(c) aos acionistas da Companhia

Entendemos que não estamos sujeitos a riscos relevantes cujas fontes sejam nossos acionistas.

(d) às controladas e coligadas da Companhia

A Companhia não possui sociedades controladas e entende não existir riscos relacionados a suas coligadas.

(e) aos fornecedores da Companhia

Falhas na transmissão de energia podem afetar a distribuição de eletricidade e afetar nossos negócios e reputação.

As companhias de transmissão elétrica são responsáveis por transmitir substancialmente toda a eletricidade distribuída por nós. Qualquer falha no fornecimento ou transmissão de eletricidade pode afetar nossa distribuição de eletricidade e afetar adversamente nossos negócios, reputação e relacionamentos com os clientes. Além disso, as falhas na distribuição de energia elétrica podem nos sujeitar à responsabilidade civil e penalidades do poder concedente na forma da

4.1 - Descrição dos fatores de risco

regulamentação. Cumpre destacar que, no caso de suspensão de fornecimento, ANEEL não faz distinções sobre a responsabilidade pelo evento, cabendo exclusivamente às distribuidoras ressarcirem os consumidores por eventuais danos, o que, conseqüentemente, pode afetar adversamente nossos negócios e resultados financeiros.

A terceirização de certas operações pode ter um efeito adverso relevante sobre nós se considerarmos que estabelecemos uma relação de trabalho com nossos prestadores de serviços terceirizados de acordo com a legislação aplicável ou se nossos acordos com nossos prestadores de serviços terceirizados forem contestados nos tribunais trabalhistas brasileiros.

Nós terceirizamos certas operações para prestadores de serviços no curso normal de nossos negócios. Se os prestadores de serviços terceirizados que contratamos não atendem a quaisquer obrigações trabalhistas, previdenciárias e/ou tributárias, podemos ser judicialmente obrigados a cumprir tais obrigações, na medida em que seus empregados sejam considerados nossos empregados pela legislação trabalhista, o que pode nos afetar negativa e substancialmente.

Para definir quais garantias deverão ser exigidas em cada um de nossos contratos, é realizado um processo de avaliação de especificações técnicas e de análise sobre os riscos associados ao objeto do contrato e de necessidade de seguros.

(f) aos clientes da Companhia

Podemos ser afetados negativamente por decisões desfavoráveis decorrentes de reclamações de órgãos de defesa do consumidor.

Como prestadores de serviços aos consumidores, estamos sujeitos a demandas ligadas aos órgãos de defesa do consumidor (ex: PROCON, IDEC, etc), tanto em âmbito administrativo quanto judicial. A atuação dos referidos órgãos em defesa do consumidor pode gerar a aplicação de multas decorrentes de falhas na prestação do serviço da Companhia, ou mesmo o ajuizamento de ações de natureza coletiva, de forma que a Companhia poderá ter que desembolsar valores, os quais, ainda que não sejam passíveis de quantificação na data deste Formulário de Referência, podem representar em impacto financeiro substancial à Companhia e afetar adversamente seus negócios e sua situação financeira.

Somos estritamente responsáveis por quaisquer perdas e danos resultantes do serviço inadequado de distribuição de energia elétrica por nossas unidades de distribuição ou de falhas que não poderão ser atribuídas a nenhum outro agente específico do setor de energia. Nossas apólices de seguro contratadas poderão não cobrir totalmente essas perdas e danos, e a cobertura de seguro pode não estar disponível no futuro.

Segundo as leis brasileiras e regulamentação da ANEEL, como prestadores de um serviço público, somos estritamente responsáveis por perdas e danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada de serviços de distribuição de energia, como danos resultantes de falhas, interrupções ou perturbações em nossos sistemas de distribuição. Além disso, poderemos ser responsabilizados por perdas e danos causados a terceiros devido a interrupções ou perturbações no sistema de distribuição de energia que não forem atribuídos a nenhum membro identificável do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

A Companhia não possui seguro para cobrir quaisquer responsabilidades relacionadas às falhas de fornecimento de energia incorridas de fato no curso de seus negócios. Além disso, não é possível assegurar que o seguro de responsabilidade civil por ela contratado em decorrência das suas

4.1 - Descrição dos fatores de risco

atividades, será suficiente ou que esse seguro continuará disponível no futuro, o que pode causar um efeito adverso em sua situação financeira e em seus resultados operacionais.

Alguns tipos de risco podem resultar em perdas e outros passivos que não são cobertos por nossas apólices de seguro, resultar em custos adicionais para nós e ter um efeito material adverso em nossos negócios.

Parte de nossa receita é gerada por clientes qualificados como consumidores potencialmente livres, que têm a liberdade de procurar fornecedores alternativos de energia. Caso alguns de nossos grandes clientes optem por comprar sua energia de outros participantes do mercado e/ou optem por se conectar diretamente à Rede Básica isso poderá afetar negativamente nossos resultados.

As geradoras de energia e outros participantes do mercado brasileiro, o que compreende a Rede Básica, têm permissão para vender energia por preços de mercado diretamente a grandes clientes (normalmente grandes clientes industriais) que optam por sair do Ambiente de Contratação Regulada e se tornar consumidores livres. Adicionalmente, se os consumidores livres atendidos na alta tensão optarem por se conectar diretamente à Rede Básica, conforme disposto no Decreto nº 5.597/2005, a Companhia poderá sofrer uma perda de arrecadação e conseqüentemente, terá seus resultados negativamente afetados.

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua

Condições hidrológicas desfavoráveis podem afetar substancialmente nossos resultados operacionais.

A energia hidrelétrica é a principal fonte de energia do Brasil. A capacidade operacional das usinas hidrelétricas no Brasil depende dos níveis dos reservatórios e, conseqüentemente, da quantidade de chuva. Períodos de escassez severa de chuvas ou índices pluviométricos constantes abaixo da média, como no estado de São Paulo em 2014 e 2015 e nos anos anteriores a 2001 nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, podem resultar em baixos níveis de reservatório, baixa capacidade operacional das hidrelétricas e escassez de energia. Em resposta a qualquer escassez de energia, o governo brasileiro poderá criar programas de racionamento para limitar o consumo de energia. Por exemplo, durante o período de escassez entre 2000 e 2001, o governo brasileiro instituiu o Programa de Racionamento de Energia, um programa para reduzir o consumo de energia que ficou vigente de 1 de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002. O Programa de Racionamento de Energia estabeleceu limites para o consumo de energia por consumidores industriais, comerciais e residenciais. Da mesma forma, o volume de energia adquirido por distribuidoras foi forçadamente reduzido proporcionalmente ao consumo reduzido. Períodos de escassez intensa de chuvas ou índices pluviométricos constantes abaixo da média, resultando em escassez de energia, poderão afetar negativamente nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Além disso, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) pode, periodicamente, exigir cortes de energia temporários a fim de gerenciar a demanda de curto prazo por energia. O aumento na frequência ou duração desses cortes pode resultar no consumo reduzido de energia e em uma redução concomitante de nossa receita operacional bruta.

Caso o Brasil passe por outro período de escassez real ou potencial de energia (uma situação que pode acontecer e não podemos controlar ou prever), o governo brasileiro poderá implementar políticas ou medidas semelhantes ou alternativas no futuro para resolver a escassez, como programas de conservação de energia, incluindo reduções obrigatórias no consumo de energia,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

bem como campanhas públicas de sensibilização geral para a população para incentivar a redução do consumo de eletricidade.

A escassez futura de energia resultante de condições hidrológicas ou de políticas ou medidas do governo brasileiro, como programas de racionamento de energia e campanhas públicas, poderá resultar em uma redução obrigatória ou voluntária no consumo de energia e pode consequentemente nos afetar substancial e negativamente em diferentes níveis.

(h) à regulamentação dos setores em que a Companhia atua

Eventuais alterações na regulamentação do setor elétrico podem afetar de maneira adversa as empresas do setor de energia elétrica, inclusive os negócios e os resultados da Companhia.

A atividade da Companhia é regulamentada e supervisionada pela ANEEL. A ANEEL e outros órgãos fiscalizadores tem, historicamente, exercido um grau substancial de influência sobre os negócios da Companhia, inclusive a influência sobre as modalidades e os termos e condições dos contratos relacionados à energia que a Companhia está autorizada a celebrar. Nos últimos anos, o Governo Federal implantou novas políticas para o setor de energia.

As principais atividades comerciais, a implementação da estratégia de crescimento e a condução das atividades da Companhia podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais: (a) alteração na legislação aplicável aos negócios da Companhia; (b) descontinuidade e/ou mudanças nos programas de concessão federal e estaduais; e (c) imposição de critérios mais rigorosos para a qualificação em licitações futuras. A Companhia não pode assegurar as políticas que serão adotadas pelo Governo Federal no futuro e em que medidas tais definições poderão afetar os resultados operacionais da Companhia. Caso a Companhia seja obrigada a proceder de maneira substancialmente diferente daquela estabelecida em seu plano de negócio, os resultados financeiros e operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

Estamos sujeitos à regulamentação abrangente de nossas atividades pelo governo brasileiro e não podemos ter certeza do efeito que alterações na legislação poderão causar em nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Nossas atividades estão sujeitas a uma regulamentação intensa por diversas autoridades reguladoras brasileiras, especialmente a Agência Nacional de Energia Elétrica, ou ANEEL. A ANEEL regulamenta e supervisiona diversos aspectos de nossas atividades, incluindo os termos e as condições dos contratos de compra de energia que estamos autorizados a celebrar, visto que eles estão atrelados a leilões públicos federais e estabelecem nossas tarifas. Desde 2004, o governo brasileiro implementou alterações fundamentais na regulamentação do setor de energia. Em 15 de março de 2004, o governo brasileiro promulgou a Lei Federal nº 10.848, conhecida como a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. As principais reformas nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluíram:

- a criação de um Ambiente de Contratação Regulada para a compra e venda de energia por meio do qual as distribuidoras devem contratar com antecedência, por meio de licitações públicas, no mínimo 100% e no máximo 105% de suas necessidades de energia projetadas para períodos de cinco anos;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- uma proibição geral às distribuidoras de desempenhar quaisquer atividades além da distribuição de energia, incluindo a geração ou transmissão de energia, exceto conforme estabelecido por lei ou pelo contrato de concessão da distribuidora;
- uma proibição às distribuidoras de atenderem suas necessidades de abastecimento de energia por meio da compra de energia de afiliadas, exceto nos termos dos contratos bilaterais existentes e previamente aprovados pela ANEEL ou assinados no Ambiente de Contratação Regulada; e
- uma proibição às distribuidoras de vender energia a clientes livres por preços livremente negociados, exceto pelas vendas na área de concessão das distribuidoras nas mesmas condições aplicáveis a clientes cativos.

No dia 11 de janeiro de 2013, o governo brasileiro promulgou a Lei nº 12.783, que dispõe sobre novas normas a respeito das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, incluindo, entre outros, novas condições para a prorrogação dessas concessões.

A ANEEL tem amplos poderes de regulamentação nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico sobre as atividades das companhias no setor de energia elétrica no Brasil e, em alguns casos, os procedimentos de regulamentação da ANEEL incluem levar em consideração as opiniões das companhias em operação no setor de energia e do público em geral. As normas da ANEEL podem ter um impacto significativo sobre as operações das companhias de distribuição, incluindo as da nossa própria companhia. Esses poderes de regulamentação poderão afetar diferentes aspectos de nossas atividades, incluindo nossas tarifas, indicadores de qualidade, continuidade de serviços e sanções. Caso sejamos obrigados pela ANEEL a fazer investimentos de capital adicionais e inesperados, e não nos permitam ajustar adequadamente nossas tarifas, ou caso a ANEEL modifique os regulamentos relacionados aos ajustes tarifários ou às correções tarifárias, poderemos ter nossos negócios afetados negativamente.

Além disso, tanto a implementação de nossa estratégia de crescimento como de nossas atividades comuns poderão ser afetadas negativamente por ações governamentais como alterações na legislação vigente, o encerramento de programas federais e estaduais de concessão, a criação de critérios mais rígidos para a qualificação em leilões públicos de energia ou um atraso na correção e implementação de novas tarifas anuais.

Nossa incapacidade de prever, influenciar ou responder adequadamente a mudanças na lei ou na regulamentação, incluindo qualquer incapacidade de obter aumentos esperados ou contratados nas tarifas de energia ou ajustes nas tarifas para refletir o aumento das despesas, bem como determinar a possibilidade e as condições para a prorrogação do prazo da nossa concessão, pode afetar negativamente nossos resultados operacionais. Além disso, alterações na legislação ou alterações na aplicação ou interpretação de disposições regulatórias no Brasil, onde as tarifas de energia estão sujeitas à análise ou aprovação regulatória, podem afetar negativamente nossas atividades, incluindo, entre outros, por meio de:

- alterações na determinação, definição ou classificação de custos a serem incluídos como custos reembolsáveis ou de repasse a serem incluídos nas tarifas que cobramos de nossos clientes;
- alterações na determinação do que é uma taxa de retorno sobre o capital investido adequada ou uma determinação de que nosso lucro operacional ou de que as tarifas que cobramos dos clientes são muito elevadas, resultando na redução das tarifas ou descontos aos clientes;
- alterações na definição ou determinação de custos gerenciáveis e não gerenciáveis;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- alterações prejudiciais nas leis tributárias;
- alterações na definição de acontecimentos que podem ou não ser qualificados como alterações no equilíbrio econômico;
- alterações nas legislações estaduais e municipais;
- alterações na regulamentação impondo investimentos não previstos como, por exemplo, um programa de enterramento de rede elétrica;
- alterações nas interpretações das regulamentações pelas autoridades governamentais;
- alterações nos momentos de ajustes ou correções das tarifas; ou
- outras alterações relacionadas a licenciamento ou permissão que afetem nossa capacidade de conduzir nossas atividades.

Não há garantia de que nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais não sejam afetados negativamente por reformas ou mudanças na maneira como nossas tarifas são regulamentados pela ANEEL. O cenário regulatório está em constante mudança e pode ser difícil prever o impacto desses regulamentos sobre nosso negócio. Caso alterações regulatórias exijam que conduzamos nosso negócio de forma substancialmente diferente de nossas operações atuais, nossos resultados operacionais e financeiros poderão ser afetados negativamente.

A estrutura regulatória na qual operamos está sujeita a um questionamento jurídico.

Embora a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico esteja atualmente em pleno vigor, questionamentos a respeito da constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico ainda estão pendentes no Supremo Tribunal Federal. Na data deste Formulário de Referência, não existe nenhuma estimativa para o proferimento de uma decisão final. Caso toda ou parte da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico seja considerada inconstitucional, haveria consequências incertas para a validação da regulamentação existente e o futuro desenvolvimento da estrutura regulatória. É difícil prever o resultado do processo judicial, porém ele pode ter um impacto prejudicial sobre todo o setor de energia, incluindo sobre nossos negócios e resultados operacionais.

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Em 12 de julho de 2017, a Companhia foi informada pela ANEEL que, apesar da evolução da qualidade do serviço ter apresentado melhorias nos últimos anos, participaria do segundo ciclo do plano de recuperação dos indicadores, tendo em vista que ainda figurava entre as 16 distribuidoras que necessitam de aprimoramento na qualidade do serviço. Em decorrência disso, no dia 31 de agosto de 2017, a Companhia protocolou na ANEEL o plano de recuperação com a finalidade de fazer frente ao segundo ciclo de recuperação dos indicadores, o qual encontra-se em andamento, e foi aprovado pelo regulador em 21 de dezembro de 2017.

Em janeiro, maio e setembro de 2018, e janeiro de 2019, a Companhia apresentou à ANEEL os relatórios trimestrais de acompanhamento do plano de recuperação dos indicadores, onde foi evidenciada a evolução das ações realizadas, os recursos investidos para a melhoria contínua da prestação do serviço e os resultados alcançados em todas as dimensões do plano: qualidade do fornecimento, serviços comerciais, segurança do trabalho e da população e sustentabilidade econômico-financeira.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Acerca dos resultados alcançados, destaca-se a significativa melhora dos indicadores de continuidade do fornecimento, que acompanharam a trajetória de redução planejada para o presente período do Plano, mantendo a tendência de redução contínua. Nos indicadores comerciais, destaca-se a redução significativa de todos os prazos de conclusão de obras, que já atingiram resultados abaixo do limite acordado com a ANEEL para o final do Plano de Resultados. O próximo relatório de acompanhamento será entregue à ANEEL em maio de 2019.

Em 12 de dezembro de 2018, através do Memorando nº 484/2018–SFE/ANEEL, a SFE apresentou o seu entendimento à Diretoria da ANEEL de que, considerando a evolução dos resultados apresentados pela Companhia, se faz desnecessária a manutenção do acompanhamento da execução do Plano da Empresa pela Diretoria da ANEEL. Diante do cenário de evolução, foi recomendado que a SFE e a ARSESP mantenham o acompanhamento em andamento até que o Plano de Resultados seja efetivamente concluído, visto que ainda há necessidade de melhorias em casos específicos.

Ao final do segundo ciclo do plano, previsto para agosto de 2019, caso a Companhia não atenda aos indicadores compromissados, a ANEEL poderá aplicar advertência, multa e, em casos extremos, intervenção da concessão.

Conforme demonstrado no plano apresentado e aprovado pela ANEEL, as melhorias contínuas da prestação do serviço em todas as suas dimensões demandam investimentos e custos adicionais.

A contratação de energia elétrica está sujeita à regulação por parte da ANEEL

De acordo com o Decreto Federal nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação pública na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de até 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Não há garantia de que nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais não sejam afetados negativamente por reformas ou mudanças na maneira como nossa forma de contratação é regulamentada pela ANEEL. O cenário regulatório está em constante mudança e pode ser difícil prever o impacto desses regulamentos sobre nosso negócio. Caso alterações regulatórias exijam que conduzamos nosso negócio de forma substancialmente diferente de nossas operações atuais, nossos resultados operacionais e financeiros poderão ser afetados negativamente.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nossos controles internos poderão ser insuficientes para evitar ou detectar violações da legislação aplicável ou de nossas políticas internas dentro de nossa companhia.

Nossos procedimentos de *compliance* e controle internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes ou violações de leis aplicáveis por parte de nossos funcionários e membros de nossa administração. Caso nossos funcionários ou outras pessoas relacionadas a nós se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou nossas políticas internas, poderemos ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente nossos negócios e imagem.

Alterações na legislação tributária, incentivos e benefícios fiscais ou diferentes interpretações das legislações fiscais podem prejudicar nossos resultados operacionais.

As mudanças nas leis tributárias, legislações fiscais, interpretações das autoridades fiscais e normas contábeis tributárias no Brasil podem resultar em alíquotas maiores de impostos sobre nossos resultados, o que pode reduzir significativamente nossos lucros e fluxos de caixa operacionais. Além disso, nossos resultados operacionais e condição financeira podem reduzir se certos incentivos fiscais não forem mantidos ou renovados. Nós podemos não ter conhecimento de todas as alterações que afetem nossos negócios e, portanto, podemos falhar no recolhimento de impostos e taxas aplicáveis ou no cumprimento das legislações fiscais, o que poderá resultar em liquidações fiscais adicionais e penalidades para nós.

Ademais, estamos envolvidos em procedimentos fiscais fundados em diferentes interpretações entre nós e as autoridades fiscais brasileiras a respeito da legislação tributária que, caso sejam julgados desfavoravelmente a nós, podemos ser obrigados a arcar com o pagamento de impostos em grandes montantes, que podem afetar adversamente nossos negócios e resultados financeiros.

Não podemos garantir que obteremos ou renovaremos todas as permissões de operação necessárias para a condução do nosso negócio ou que todos os imóveis utilizados em nossa operação estão com titularidade regularizada.

As licenças e autorizações exigíveis e aplicáveis às atividades da Companhia são emitidas por órgãos públicos como prefeituras, agências ambientais e/ou Corpo de Bombeiros e devem ser mantidas válidas. Quando necessário, essas licenças e autorizações devem renovadas com as autoridades públicas apropriadas. Atualmente, existem imóveis utilizados pela Companhia, tais como subestações, bases operacionais e lojas que (i) possuem pendências a serem superadas para a emissão ou renovação das referidas licenças e autorizações ou (ii) cuja titularidade não está em nome da Companhia.

Nós não podemos garantir que obteremos todas as licenças, autorizações, licenças ambientais e/ou licenças de uso e operação necessárias para a operação das nossas atividades. A demora ou indeferimento, por parte dos órgãos licenciadores, na emissão ou na renovação de licenças, assim como eventual impossibilidade da Companhia em atender às exigências estabelecidas por tais órgãos no curso do processo de licenciamento poderão afetar adversamente os seus resultados operacionais.

A falta de obtenção ou renovação dessas licenças e/ou autorizações pode resultar na aplicação de multas e na interdição de nossos estabelecimentos irregulares, com a interrupção de nossas atividades. Ainda, na possibilidade de fechamento ou interrupção temporária de qualquer uma de nossas unidades, os nossos negócios e resultados poderão ser afetados negativamente. A não obtenção ou renovação do auto de vistoria do Corpo de Bombeiros implica não só na possibilidade de multas e de interrupção das atividades, como também no risco da respectiva seguradora não

4.1 - Descrição dos fatores de risco

indenizar à Companhia em caso de sinistro. Por fim, caso eventual sinistro venha a ocorrer em imóvel sem o auto de vistoria do Corpo de Bombeiros e resulte em vítimas ou feridos, poderá agravar a responsabilidade civil (da Companhia e administradores) e criminal (dos administradores) pelo acidente, e ainda resultar em dano à imagem da Companhia, afetando negativamente os seus negócios e resultados.

(i) aos países estrangeiros em que a Companhia atua

Não aplicável, pois a Companhia atua somente em território brasileiro.

(j) questões socioambientais

As nossas atividades, incluindo os equipamentos, instalações e operações, estão sujeitos a ampla regulamentação ambiental que podem se tornar mais rigorosos no futuro e resultar em maiores responsabilidades e investimentos de capital.

As atividades da Companhia, incluindo os equipamentos, instalações e operações, podem causar danos ao meio ambiente, como contaminações ambientais decorrentes do manuseio de equipamentos isolados a óleo, emissão de ruído na operação de transformadores, intervenção em áreas ambientalmente protegidas, poda e manejo inadequado de vegetação e, por essa razão, estão sujeitos a ampla regulamentação ambiental, de segurança e saúde – em âmbito federal, estadual e municipal.

No âmbito federal, a legislação prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, bem como responsabilidade pessoal dos administradores para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como consequência, os sócios e administradores da empresa poluidora poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental.

A legislação estadual (Lei Estadual nº 13.577, de 8 de julho de 2009) impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de gerenciar as áreas contaminadas, assim como a legislação federal impõe o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Além do risco de sanções tanto na esfera penal (pena de reclusão de um a quatro anos e multa) quanto na esfera administrativa (multas variando de R\$5.000,00 a R\$50.000.000,00, valor máximo estipulado na legislação para infração ambiental), bem como o dever de reparar o dano na esfera civil, a existência de contaminação ambiental (solo e lençol freático) pode ter um impacto negativo sobre a nossa imagem, principalmente quando existe risco à saúde humana. A limpeza e o monitoramento dos processos de uma área contaminada são dispendiosos e demorados.

Além disso, no Estado de São Paulo vige a Lei Estadual n.º 12.288, de 22 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a eliminação controlada dos PCBs (Bifenilas Policloradas) e dos seus resíduos, a descontaminação e da eliminação de transformadores, capacitores e demais equipamento elétricos que contenham PCB. Nos termos da referida Lei Estadual, os transformadores, capacitores e demais equipamentos elétricos contaminados com PCBs, que forem desativados por atingirem o final da sua vida útil, ou por qualquer outro motivo, deverão ter a sua destinação final processada, no máximo, após 3 anos da data da sua desativação, não podendo ultrapassar dezembro de 2020.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Existem discussões em andamento em Brasília para o estabelecimento de regras em âmbito federal e fixação de prazo para destinação final adequada até 2028, tratadas no PL 1075/2011.

No âmbito municipal, a Portaria nº 80, de 14 de outubro de 2005, da SVMA (Secretaria do Verde e do Meio Ambiente) estabelece o licenciamento ambiental para as atividades de reforma com ampliação de tensão ou de corrente nominal e de implantação de novas unidades de Linhas de Transmissão e Subestações dos sistemas de geração, de transmissão e de distribuição de energia elétrica, com tensão nominal igual ou superior a 69 kV no Município de São Paulo.

Esta mesma Portaria estabelece o Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA) a ser apresentado no processo de licenciamento ambiental para sistemas lineares com tensão nominal de 69 kV a 230 kV, o que é aplicável à Companhia e que a torna mais restritiva do que as demais normas legais, ao prever a adoção de medidas de precaução, estruturais, operacionais e técnicas que visem à diminuição dos campos elétricos e magnéticos gerados nas áreas de livre acesso à população em geral, mediante limites extremamente restritivos. Caso a Companhia não tenha êxito em seguir os termos da referida Portaria, estará sujeita à aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Adicionalmente, a emissão das licenças ambientais poderá ficar comprometida, impossibilitando a operação e a realização das obras de expansão, manutenção e melhoria do sistema. Projetos especiais para atendimento aos limites da Portaria (tais como o alteamento de estruturas, linhas subterrâneas e faixas de segurança mais largas) tendem a tornar as obras mais caras, impactando negativamente no orçamento da Companhia.

Cumprir destacar, ainda, que existem leis municipais em São Paulo e em Barueri, a Lei Municipal nº 14.023/2005, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 47.817/2006 e a Lei Municipal nº 2.534/2017, respectivamente, ambas dispendo sobre a obrigatoriedade de tornar subterrâneo todo o cabeamento instalado nos referidos municípios.

O pagamento de substanciais despesas para recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais pode obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas e ter um efeito adverso sobre os resultados da Companhia. As agências governamentais ou outras autoridades podem, ainda, atrasar de maneira significativa a emissão ou renovação das licenças e autorizações necessárias para o desenvolvimento dos negócios de empresas do setor elétrico, inclusive da Companhia, podendo causar atrasos em cronogramas de implantação de projetos. Qualquer ação neste sentido por parte das agências governamentais poderá afetar de maneira negativa os negócios do setor de energia elétrica e ter um efeito adverso para os negócios e resultados da Companhia.

Adicionalmente, as regulamentações ambientais poderão ficar mais rigorosas no futuro, resultando em um aumento de investimentos necessários que poderá gerar um efeito adverso nos negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

Em linha com a política de contratação de seguros da Companhia, contratou-se apólice de seguro de Responsabilidade Civil Ambiental até 31/10/2019. A referida apólice garante cobertura para a Enel Distribuição São Paulo e as demais empresas do Grupo Enel Brasil. Seu limite pode não ser suficiente e este seguro pode não estar disponível no futuro.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(k) questões macroeconômicas

O governo federal brasileiro exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem nos afetar adversamente.

O governo federal brasileiro frequentemente influencia de forma significativa a economia do país e ocasionalmente realiza mudanças significativas em políticas e regulamentações. As ações do governo do Brasil para controlar a inflação e outras políticas e regulamentações frequentemente envolvem, entre outras medidas, aumentos nas taxas de juros, mudanças nas políticas tributárias, controles de preços, controles cambiais, desvalorizações da moeda, controles de capital e limites às importações. Não temos controle e não podemos prever que medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro. Nós e o preço de mercado de nossos valores mobiliários poderemos ser afetados negativamente por mudanças nas políticas governamentais, bem como por fatores econômicos gerais, incluindo, entre outros:

- crescimento ou desaceleração da economia brasileira;
- taxas de juros e políticas monetárias;
- taxas de câmbio e flutuações cambiais;
- inflação;
- liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimos;
- controles de importação e exportação;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- modificações na legislação segundo interesses políticos, sociais e econômicos;
- políticas fiscais e mudanças nas leis tributárias;
- instabilidade econômica, política e social;
- regulamentos trabalhistas e previdenciários;
- escassez e racionamento de energia;
- intervenção, ou modificação, ou rescisão de concessões de energia existentes pelo governo brasileiro; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o Brasil.

A incerteza com relação a se o governo federal brasileiro implementará mudanças nas políticas ou regulamentos que afetam esses ou outros fatores no futuro poderá afetar o desempenho econômico e contribuir para a incerteza econômica no Brasil, o que poderá ter um efeito prejudicial sobre nós e nossas ações ordinárias. Não podemos prever que medidas o governo federal brasileiro tomará frente ao acúmulo das pressões macroeconômicas ou outros fatores. A recente instabilidade política e econômica resultou em uma percepção negativa da economia brasileira e em volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, o que também poderá afetar negativamente a Companhia e nossas ações ordinárias.

Incerteza econômica e instabilidade política no Brasil e no exterior poderão nos afetar negativamente e o preço de nossas ações ordinárias.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O cenário político do Brasil influenciou historicamente, e continua a influenciar, o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando historicamente em desaceleração econômica e alta volatilidade dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

A instabilidade econômica recente no Brasil contribuiu para uma queda na confiança do mercado na economia brasileira, bem como para uma deterioração do cenário político. A incerteza sobre a possibilidade de o atual governo brasileiro implementar mudanças em políticas ou regulamentos no futuro poderá contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. A incerteza política pode ter um efeito prejudicial substancial sobre a economia brasileira e, consequentemente, sobre nós e o preço de nossas ações ordinárias.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é afetado pelas condições econômicas e de mercado no Brasil e, em diferentes graus, pelas condições de mercado em outras regiões emergentes, bem como nos Estados Unidos, China, União Europeia e em outros países. Ainda que a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica brasileira, a reação dos investidores a eventos e crises estrangeiras poderá afetar negativamente o valor de mercado dos valores mobiliários da Companhia, à medida em que as condições dos mercados ou da economia global deterioram. Crises políticas e instabilidade em outros países podem reduzir a demanda dos investidores por valores mobiliários brasileiros, como nossas ações ordinárias.

Alterações na legislação tributária do Brasil poderão afetar adversamente os nossos resultados operacionais.

O Governo Federal regularmente implementa alterações no regime fiscal, que afetam os participantes do mercado de energia. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas e, ocasionalmente, a cobrança de tributos temporários, cuja arrecadação é associada a determinados propósitos governamentais específicos. Algumas dessas medidas poderão resultar em um aumento da nossa carga tributária, o que poderá, por sua vez, influenciar nossa lucratividade e afetar adversamente os preços de nossa energia vendida e do nosso resultado financeiro. Não há garantias de que seremos capazes de obter um reajuste tempestivo e integral das nossas receitas e, por consequência, nem de que conseguiremos manter nossos preços, nosso fluxo de caixa projetado e nossa lucratividade. Caso não haja o repasse desses tributos adicionais aos consumidores em valores suficientes e prazo hábil, os resultados operacionais e condição financeira da Companhia podem ser adversamente afetados.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de crédito

A Companhia está sujeita a riscos de crédito relacionados à (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo financeiro contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2018:

	2018
Caixa e equivalentes de caixa	936.678
Investimentos de curto prazo	4.756
Consumidores, revendedores e outros	2.348.632
Contas a receber - acordos	203.313
Ativo financeiro setorial	2.645.791
Ativo contratual	634.918
Ativo financeiro da concessão	3.795.279
Total da exposição	10.569.367

- (a) Os saldos de “consumidores, revendedores e outros” e “contas a receber – acordos” referem-se ao circulante e não circulante.

Consumidores, revendedores e outros (contas a receber)

O risco de crédito relacionado às contas a receber de clientes está concentrado nas atividades de distribuição de energia elétrica. Em decorrência da regulamentação do setor de energia elétrica e dos termos dos contratos de concessão, a Companhia está obrigada a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão, podendo ser adversamente afetada pelo não pagamento de faturas por seus clientes, risco de inadimplência que geraria a constituição de Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa e, conseqüentemente, impactaria o resultado da Companhia. O risco de inadimplência que gera a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) impactou o resultado da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 em R\$ 57,4 milhões

A Companhia entende que o impacto deste risco é alto e não é possível mensurar antecipadamente os impactos financeiros nos negócios e na situação financeira da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

A Companhia está exposta aos riscos associados às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras, que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores caso uma dessas instituições torne-se insolvente, afetando adversamente a situação financeira da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, a exposição da companhia era de R\$ 941,5 milhões e todo o caixa e investimentos de curto prazo estavam alocados junto às instituições financeiras.

Ativo financeiro setorial, ativo contratual e ativo financeiro da concessão

Em caso de rescisão antecipada ou término do nosso contrato de concessão, os contratos firmados asseguram à Companhia o direito incondicional de receber, do Poder Concedente, caixa ao final da concessão referente a investimentos não amortizados até o vencimento da concessão. De qualquer forma, não está descartada a hipótese de eventual pagamento de indenização que

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

recebermos poderá ser inferior ao valor residual dos ativos. Assim, poderemos não ser indenizados pela perda de lucros futuros relacionados aos ativos de concessão. Além disso, qualquer referido pagamento poderia ser postergado por muitos anos. Caso nosso contrato de concessão seja rescindido por razões atribuíveis a nós, o valor de indenização a ser pago pode ser substancialmente reduzido por meio da aplicação de multas ou outras penalidades. Não podemos garantir ao investidor que a indenização a ser recebida na hipótese de rescisão do contrato de concessão ou reversão de nossos ativos será adequada ou paga pontualmente, o que pode afetar adversamente nossa situação financeira.

Risco de gerenciamento de capital

A estrutura de capital é impactada pelas condições macroeconômicas e setoriais e, por serem fatores externos e não controlados pela Companhia, podem impactar negativamente a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, e o pagamento de dividendos, bem como afetar adversamente nossa condição financeira.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrada a dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de reais, exceto percentuais):

	2018
Empréstimos e financiamentos	493.369
Debêntures	3.572.963
Arrendamento financeiro	78.856
Caixa e equivalentes de caixa	(936.678)
Investimentos de curto prazo	(4.756)
Dívida líquida	3.203.754
Patrimônio líquido	2.880.980
Dívida líquida / Patrimônio líquido	111,20%

- (a) Os saldos de “empréstimos e financiamentos”, “debêntures” e “arrendamento financeiro” referem-se ao circulante e não circulante.
- (b) A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Para mais informações sobre a dívida líquida, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

Do endividamento financeiro total (saldo da dívida, sendo empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro – circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2018, 17,1% era de curto prazo (28,8% em 31 de dezembro de 2017) e o prazo médio era de 3,59 anos (2,10 anos em 31 de dezembro de 2017).

Risco de Liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas. Caso a Companhia não seja capaz de liquidar suas obrigações nos prazos acordados, a

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

cobrança de multas, ou qualquer ação de cobrança por parte de seus credores podem afetar adversamente a situação financeira da Companhia.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de reais):

Posição em 31 de dezembro de 2018	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.625.422	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	6.189	18.320	18.708	49.546	5.172
Debêntures	105.133	335.216	426.895	3.101.259	670.687
Arrendamento financeiro	8.073	23.182	17.079	23.926	6.597
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	358	-	-	-	-
Total	1.745.175	376.718	462.682	3.174.731	682.456

Riscos de taxas de juros

Risco de taxa de juros representa a possibilidade de a Companhia poder incorrer aumento nos custos do serviço da dívida e das despesas financeiras deles originadas, por conta de elevação da taxa de juros relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures, o que pode impactar adversamente a situação financeira da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, a somatória dos saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (circulante e não circulante) era de R\$3.670,7 milhões, dos quais 87,9% indexados à taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI"), 10,5% indexados a taxa pré-fixada e 1,6% indexados à TJLP.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros em 31 de dezembro de 2018 é (valores expressos em milhares de reais):

	2018
Equivalentes de caixa	783.960
Investimentos de curto prazo	4.756
Empréstimos e financiamentos	(65.579)
Debêntures	(3.605.170)
Total da exposição líquida	(2.882.033)

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI, taxa pré-fixada e TJLP e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Além disso, a Companhia tem obrigações com entidade de previdência privada (FUNCESP) cujo custo do serviço também pode incorrer aumento. O saldo de obrigações com entidade privada em 31 de dezembro de 2018 era de R\$3.799,8 milhões, indexado a IGP-DI.

Risco de moeda

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu. O risco decorre das diferenças verificadas entre a taxa de câmbio considerada pelo órgão regulador quando da homologação dos reajustes tarifários e aquelas efetivamente verificadas nos pagamentos no decorrer do ano tarifário. No exercício social encerrado de 2018 representou 22,3% da nossa de energia comprada. Entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor, ainda que não imediatamente, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial), conforme previsto em regulação.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Dessa forma, pode ocorrer descasamento do fluxo de caixa expondo a empresa a restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio. Podemos, ainda, sofrer impactos financeiros nos negócios e na situação financeira da Companhia e não é possível mensurar antecipadamente tais impactos em nossos negócios e resultados operacionais.

Risco de preço

As tarifas que cobramos pelas vendas de energia a Consumidores Cativos e as tarifas pela utilização do sistema de distribuição que cobramos dos Consumidores Livres e Especiais são determinadas pela ANEEL de acordo com um contrato de concessão com o governo brasileiro; assim, nossas receitas operacionais podem ser afetadas negativamente caso a ANEEL tome decisões em relação às nossas tarifas que não sejam favoráveis a nós.

A ANEEL estabelece as tarifas que poderemos cobrar de nossos consumidores, de acordo com uma fórmula já estabelecida em nosso contrato de concessão, que podem variar de acordo com novas metodologias de cálculo implementadas por lei e/ou por resoluções da ANEEL.

Nosso contrato de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo que permite três tipos de ajustes tarifários: (i) Reajuste tarifário anual, ou RTA; (ii) Reajuste tarifário periódico, ou RTP; e (iii) Revisão tarifária extraordinária, ou RTE. Para maiores informações sobre os reajustes tarifários, ver item 7.5 deste Formulário de Referência.

Temos o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, que é destinado a compensar certos efeitos da inflação sobre as tarifas e repassar aos consumidores certas alterações da nossa estrutura de custos que estão fora do nosso controle, tais como o custo da energia elétrica que compramos e certos encargos regulatórios, incluindo encargos do uso da rede de transmissão e distribuição. Ademais, a ANEEL costuma realizar a revisão tarifária periódica a cada quatro anos. Essa revisão periódica tem por objetivo compartilhar quaisquer ganhos correlatos com nossos consumidores e incentivar as concessionárias a atingirem melhores níveis de eficiência. Dessa forma, ela visa identificar a variação dos nossos custos, bem como determinar um fator de redução baseado em nossa eficiência operacional que será aplicado em comparação com o índice dos nossos reajustes tarifários anuais correntes. As revisões extraordinárias das nossas tarifas podem ser pleiteadas pela Companhia a qualquer tempo, quando algum evento provocar significativo desequilíbrio econômico-financeiro. As revisões extraordinárias podem tanto afetar negativamente os nossos resultados operacionais ou posição financeira, quanto compensar custos imprevisíveis (tais como tributos que afetem significativamente a nossa estrutura de custo).

Adicionalmente, a ANEEL atualmente revisa as metodologias aplicáveis ao setor elétrico de tempos em tempos, item por item, metodologias essas outrora revisadas em ciclos. Não podemos prever se (i) o reajuste tarifário anual, ou RTA; (ii) a revisão tarifária periódica, ou RTP; (iii) a revisão tarifária extraordinária, ou RTE; ou (iv) a revisão das metodologias aplicadas ao setor elétrico nos serão favoráveis ou desfavoráveis.

Não podemos garantir que a ANEEL estabelecerá tarifas adequadas que permitam que os custos de aumentos nas tarifas sejam integrais ou parcialmente repassados aos consumidores. Além disso, à medida que qualquer um desses ajustes não seja feito pela ANEEL quando necessário, nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais poderão ser afetados negativamente. Além disso, a ANEEL poderá não autorizar a recuperação de todos os custos relacionados a nossos investimentos de capital e poderá exigir que as quantias recuperadas anteriormente sejam reembolsadas aos consumidores caso seja determinado que nossos investimentos de capital não foram prudentes ou foram resultantes de falhas em nossos controles internos, como a falha em registrar adequadamente o investimento de capital. Nossos resultados, bem como nossa capacidade de adimplir nossas obrigações contratuais, inclusive relativas às

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

debêntures de nossa emissão, poderão ser adversamente afetados pelos reajustes e revisões de que trata este item.

O critério da ANEEL para revisão das nossas tarifas, bem como possíveis alterações na metodologia utilizada para calcular correções tarifárias periódicas, geram incerteza significativa na operação de nossos negócios e poderá resultar em tarifas inferiores do que as que solicitamos ou previmos. Além disso, não há garantia de que as tarifas que cobramos dos nossos clientes não serão inesperadamente reduzidas e não há garantia de que conseguiremos repassar os custos que incorremos aos nossos clientes. Se não conseguirmos repassar nossos custos a nossos consumidores (incluindo custos de aquisição de energia, subsídios tarifários e outros custos), isso poderá ter um efeito prejudicial substancial sobre nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Riscos de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("*covenants*") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros.

Os *covenants* financeiros preveem um limite máximo de 3,5x do indicador Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, sob pena de eventual vencimento antecipado da dívida em caso de descumprimento por dois trimestres consecutivos.

A Companhia não pode garantir que continuará cumprindo com todos os índices econômico-financeiros e que, caso um descumprimento venha a ocorrer, que as suas dívidas não serão aceleradas, causando um impacto adverso negativos em seus negócios e resultados operacionais.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia está atualmente envolvida em processos judiciais e administrativos sobre diversas questões legais, regulatórias e administrativas, inclusive processos relacionados a aumentos de tarifa, responsabilidade civil, responsabilidade fiscal, obrigações trabalhistas, previdenciárias e questões ambientais, sendo que a maioria destes processos se originou do curso regular dos negócios da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia figurava em 14.264 demandas judiciais, sendo: (i) 8.751 processos judiciais cíveis, os quais compreendem direito do consumidor, responsabilidade civil, regulatório, e imobiliário; (ii) 1.193 processos judiciais e administrativos fiscais e (iii) 4.320 são processos judiciais, trabalhistas e judiciais e administrativos previdenciários.

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como processos individualmente relevantes: (i) processos com valor individual igual ou superior a R\$30,0 milhões; e (ii) processos que individualmente tenham potencial de impacto financeiro adverso, de dano à imagem e/ou às atividades da Companhia. A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Processos de natureza tributárias

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia era parte em 1.193 disputas tributárias.

De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, o valor total envolvido nos processos tributários com chance de perda provável e possível era, conjuntamente, de R\$2.530,8 milhões e o montante provisionado era de R\$182,8 milhões.

A maioria dos processos de natureza tributária em que a Companhia figura no polo passivo envolvem execuções fiscais promovidas pelas autoridades fiscais e discussão sobre a exigibilidade de tributos cobrados por meio da lavratura de autos de infração.

Dentre os processos de natureza tributária individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2018, destacam-se os seguintes:

Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão

Processo nº 1014613-32.2017.4.01.3400	
a. juízo	Esfera Judicial
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	20/04/2005
d. partes no processo	Autor: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Réu: União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 168,0 milhões (em 31 de dezembro de 2018)
f. principais fatos	Trata-se de processo em que se discute auto de infração lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL referente aos anos- calendários de 2001 e 2002, decorrente da dedução integral da base de cálculo os valores pagos a título de previdência privada, sem a limitação de 20% imposta pela lei 9.532/97. Processo Administrativo n. 19515.000234/2005-06 encerrado desfavoravelmente à Cia. Para prosseguir a discussão, a Companhia propôs ação judicial em outubro de 2017. Em novembro de 2017, foi concedida a medida liminar pleiteada para suspender a exigibilidade do débito sem apresentação de garantia. Atualmente, aguarda-se o julgamento desta ação em 1ª instância.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor informado, o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando o valor envolvido.
i. Valor provisionado	Não há.

Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP

Processo nº 1017678-22.2018.8.26.0053	
a. juízo	Esfera Judicial
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	06/04/2018
d. partes no processo	Autor: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Réu: Prefeitura de São Paulo/SP
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 118,6 milhões (em 31 de dezembro de 2018)
f. principais fatos	Trata-se de mandado de segurança impetrado em 6 de abril de 2018 em face do Secretário da Fazenda do Município de São Paulo – SP, contra autos de infração lavrados para exigir o recolhimento da contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP relativa ao período de março de 2011 a dezembro de 2015. Os referidos autos de infração estão baseados em fatos e motivos distintos que, em resumo, são os seguintes: (i) classificação incorreta de unidades consumidoras, (ii) aplicação indevida de isenção e (iii) ausência de pagamento de multa no recolhimento da contribuição em atraso. Em sua defesa, a Companhia alega, em síntese, (a) nulidade das autuações por falta de comprovação da ocorrência das infrações, (b) observância das normas regulatórias e tributárias relativas à classificação tarifária dos consumidores, (c) aplicação das isenções em conformidade com as determinações do Município e (d) impossibilidade de cobrança de multa moratória no pagamento em atraso de débitos que foram objeto de denúncia espontânea. A Companhia ofereceu seguro-garantia. Em 17 de julho de 2018, foi publicada decisão de primeira instância parcialmente favorável, afastando a cobrança de juros pelo Município de São Paulo/SP em patamar superior à variação da taxa SELIC e mantendo a exigência remanescente. No que se refere à parte mantida da exigência, a Companhia apresentou recurso contra esta decisão em 1º de agosto de 2018, o qual aguarda julgamento em segunda instância.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor informado, o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando o valor envolvido.
i. Valor provisionado	Não há.

Contribuições ao PIS

Processos nº 2007.61.82.008485-9; 2007.61.82.033333-1; 2007.61.82.033332-0; 2007.61.82.033331-8; 2008.61.82.005088-0 e 2008.61.82.005087-8	
a. juízo	Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo
b. instância	Instância Superior (STJ)
c. data de instauração	16/08/2006
d. partes no processo	Autor: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Réu: União Federal

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	0033333-55.2007.4.03.6182 – R\$288,8 milhões 0033331-85.2007.4.03.6182 (2007.61.82.033331-8) – R\$169,3 milhões 2008.61.82.005088-0 – R\$52,6 milhões 2008.61.82.005087-8 – R\$77,1 milhões 2007.61.82.033332-0 – R\$52,8 milhões 2007.61.82.008485-9 – R\$196,4 milhões
f. principais fatos	Em julho de 2000, a Companhia ajuizou Ação Judicial visando o reconhecimento dos créditos de PIS decorrentes do pagamento a maior efetuado durante a vigência dos mencionados Decretos julgados inconstitucionais pelo STF. Em maio de 2012, a Companhia obteve decisão definitiva favorável reconhecendo o direito ao mencionado crédito. Contudo, há em trâmite Execuções Fiscais que visam a cobrança dos débitos compensados pela Companhia em 2002, cujas compensações foram indeferidas sob os argumentos de que teriam sido feitas antes do trânsito em julgado da ação judicial e com débitos de outros tributos federais além do PIS. A Companhia sustenta que procedeu às compensações conforme a decisão judicial favorável e que o procedimento adotado foi correto.
g. chance de perda	Possível (R\$640,7 milhões) e remoto (R\$196,4 milhões).
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor informado devidamente atualizado, o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando o valor envolvido.

Processo nº 2008.61.82.011529-0	
a. juízo	Execuções Fiscais Federais
b. instância	Instância Superior (STJ)
c. data de instauração	06/05/2008
d. partes no processo	Autor: União Federal Réu: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 238,5 milhões.
f. principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal visando à cobrança de supostos débitos de PIS decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP nº 1.407/1996. Quanto ao mérito da discussão, foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia em 1ª e 2ª instâncias. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos recursos interpostos pela Companhia perante o STJ e o STF. Em 16 de março de 2018, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região indeferiu o pedido liminar (efeito suspensivo) apresentado no recurso da Procuradoria da Fazenda Nacional contra a decisão de 1ª instância que negou a substituição da garantia da execução fiscal em fiança bancária por depósito judicial. Atualmente, aguarda-se o julgamento deste recurso pela Turma (órgão colegiado) do TRF da 3ª Região. Quanto ao prognóstico de perda do caso, a Companhia, juntamente com seus assessores legais, classifica-o como possível, considerando os fundamentos a seu favor e que amparam os recursos que aguardam julgamento. Sustenta-se que (i) para que o crédito tributário tenha exequibilidade, é imprescindível o lançamento, que não foi realizado pelo Fisco, (ii) apenas os tributos declarados em DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) no campo “saldo a pagar”, com valores discriminados, são passíveis de inscrição direta em dívida ativa e (iii) nos termos da legislação aplicável, créditos tributários com exigibilidade suspensa devem ser necessariamente constituídos, sob pena de decadência, tal como a ocorrida neste caso.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor informado, o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando o valor envolvido.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**COFINS Multa de Ofício**

Processos nº 0000617-74.2016.403.6144 e 0008059-28.2015.4.03.6144	
a. juízo	Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	20/01/2016
d. partes no processo	Autor: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Réu: União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$59 milhões (em 31 de dezembro de 2018).
f. principais fatos	<p>Esfera Administrativa: Auto de infração lavrado para exigir crédito tributário relativo a COFINS (período de apuração compreendido entre abril de 1992 a março de 1993), acrescido de multa de ofício calculada no percentual de 100% e juros com base na Selic. No exclusivo entendimento da Receita Federal do Brasil, a multa de ofício se justifica pelo fato de os créditos de COFINS terem sido recolhidos por meio da Anistia Fiscal instituída pela MP 2158/99 1999 e não no prazo original do pagamento do tributo. Decisão desfavorável em 1ª instância e parcialmente desfavorável em 2ª instância administrativa. Em janeiro de 2015, a Companhia foi intimada da decisão que negou seguimento ao recurso especial apresentado no CARF. Assim, tornou-se definitiva a decisão que reduziu a multa de ofício de 100% para 75%, bem como excluiu a incidência da SELIC sobre tais valores. Como não há mais a possibilidade de recurso, o débito foi reduzido para R\$59 milhões.</p> <p>Esfera Judicial: Ajuizada ação preparatória de execução fiscal para possibilitar a garantia do débito remanescente e a consequente suspensão da exigibilidade. Em fevereiro de 2017, a Companhia foi citada na execução fiscal ajuizada pela Procuradoria da Fazenda Nacional e apresentou exceção de pré-executividade, pugnando pela retificação da certidão de dívida ativa (CDA) que embasa a exigência. Em 7 de maio de 2018, a Procuradoria apresentou manifestação concordando com o equívoco cometido na indicação do valor da CDA, diante da suficiência da garantia (seguro) apresentada na ação preparatória, a qual foi transferida para a execução fiscal. Em 11 de junho de 2018, a Companhia opôs embargos à execução fiscal que, atualmente, aguardam julgamento em 1ª instância. A exposição da Companhia refere-se à multa de ofício, a qual não sofre atualização.</p>
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor informado, o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando o valor envolvido.

Auto de infração PIS/COFINS (glosa de créditos)

Processo nº 13855.720907/2017-36	
a. juízo	Esfera Administrativa
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	26/06/2017
d. partes no processo	Autor: Delegado da Receita Federal de Franca Réu: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 260,3 milhões.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para cobrança de PIS e COFINS em razão de suposta utilização indevida de crédito destas contribuições no ano de 2013. Foi proferida decisão de primeira instância administrativa desfavorável, contra qual foi interposto recurso voluntário que atualmente aguarda julgamento.
g. chance de perda	Remota (R\$241,5 milhões)/Possível (R\$ 18,8 milhões)
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera administrativa, haverá possibilidade de discussão judicial (com eventual necessidade de garantia do débito mediante depósito judicial ou contratação de carta fiança ou seguro garantia) e caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera judicial, a Companhia terá que desembolsar o valor corrigido informado, o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando os valores envolvidos.

Autos de Infração ICMS

Processo nº 1022573-26.2018.8.26.0053	
a. juízo	Esfera judicial
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	07/05/2018
d. partes no processo	Autor: Fazenda do Estado de São Paulo Réu: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 49,1 milhões.
f. principais fatos	Esfera administrativa: auto de infração de n. 4.056.706-0 lavrado em virtude de suposto aproveitamento indevido de créditos de ICMS oriundos de estorno dos respectivos débitos do imposto. As decisões de primeira e segunda instâncias administrativas foram desfavoráveis. Foi interposto recurso especial pela Companhia, cuja decisão final também foi desfavorável. Esfera judicial: em maio de 2018, foi ajuizada ação anulatória de débito fiscal pela Companhia, a qual aguarda julgamento em primeira instância.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor informado o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando o valor envolvido.

COFINS ANISTIA

Processo nº 0044512-19.1999.4.03.6100; 0518346-69.1998.4.03.6182; e 05220626- 62.1998.4.03.6182	
a. juízo	2ª Vara da Justiça Federal
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	09/09/1999
d. partes no processo	Autor: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. e Bandeirante Energia S.A. Réu: União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.159,3 milhões, sendo que apenas parte deste valor, correspondente à R\$796,4 milhões é de responsabilidade da Companhia.
f. principais fatos	Trata-se de ação consignatória ajuizada com vistas a garantir o direito das autoras de quitar os débitos apurados nas Execuções Fiscais 98.0518346-7 e 98.0522026-5 (execuções sobrestadas até decisão final desta ação), com o benefício da anistia de que cuidam as MPs 18586 e 1858-8. Em 1ª instância, foi proferida decisão favorável. Em maio de 2012, houve decisão em 2ª instância reconhecendo o direito às reduções trazidas pela anistia, mas aduzindo que os encargos legais de 20% sobre o valor do débito, decorrentes do ajuizamento de execuções fiscais, não teriam sido afastados pela anistia,

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	permanecendo a sua exigência. Contra esta decisão, a Companhia opôs embargos infringentes, os quais não foram acolhidos. Em agosto de 2017, foram opostos embargos de declaração, também não acolhidos. Em 12 de abril de 2018, a Companhia apresentou recursos especial e extraordinário contra a decisão desfavorável de 2ª instância sobre os encargos legais de 20% das execuções fiscais. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos referidos recursos perante o STJ e o STF. O prognóstico de perda permanece possível para os encargos legais.
g. chance de perda	Possível (R\$159,3 milhões) / Remota (R\$637,1 milhões)
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão final desfavorável, em todos os processos mencionados acima (ação consignatória e execuções fiscais), a Companhia terá que desembolsar o valor informado, o que resultará em um impacto financeiro adverso para a companhia, considerando os valores envolvidos.

PIS Compensação Decretos (Créditos Remanescentes)

Processo nº 13896-903.048/2014-90	
a. juízo	Esfera Administrativa
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	08/08/2014
d. partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Réu: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 151,8 milhões.
f. principais fatos	A Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas realizadas entre créditos remanescentes de PIS recolhidos a maior com base nos Decretos Leis nº 2.445/88 e 2.449/88, e débitos de PIS e COFINS relativos ao período compreendido entre abril e maio de 2013. A Companhia apresentou defesa administrativa, a qual foi julgada parcialmente procedente com o reconhecimento do direito a R\$11,9 milhões dos R\$85,8 milhões de créditos utilizados em 2013 (valor original) e homologando as compensações até o limite destes créditos. Contra esta decisão, a Companhia apresentou recurso que aguarda julgamento em 2ª instância administrativa.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera administrativa, haverá possibilidade de discussão judicial (com eventual necessidade de garantia do débito mediante depósito judicial ou contratação de carta fiança ou seguro garantia) e caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera judicial, a Companhia terá que desembolsar o valor de R\$ 151,8 milhões (em 31 de dezembro de 2018), o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando o montante envolvido.

Processo nº 0010645-38.2015.4.03.6144	
a. juízo	Esfera Judicial
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	22/07/2015
d. partes no processo	Autor: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. e Outros Réu: União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 107,6 milhões.
f. principais fatos	Mandado de Segurança impetrado com o intuito de afastar a cobrança das contribuições ao PIS e a COFINS incidentes sobre receitas financeiras, apuradas com base no Decreto nº 8.426/2015, que alterou a alíquota combinada de Zero para 4,65%, a partir de 1º de julho de 2015. Foram

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	proferidas decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias mantendo a tributação. A Companhia interpôs recursos especial e extraordinário. Em 27 de março de 2018, foram proferidas decisões pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região admitindo o recurso extraordinário e não admitindo o recurso especial. Contra a decisão relativa ao recurso especial, a Companhia apresentou recurso (agravo) e, em 25 de setembro de 2018, o Superior Tribunal de Justiça - STJ determinou a suspensão do processo até o julgamento de recurso representativo da controvérsia pelo Supremo Tribunal Federal - STF, considerando que a posição adotada neste caso deverá ser seguida pelos demais Tribunais do país em processos análogos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável, os depósitos judiciais integrais efetuados pela Companhia visando à suspensão da exigibilidade dos tributos discutidos serão convertidos em renda da União Federal. Como tais valores já se encontram provisionados, referida decisão desfavorável não ocasionará impacto negativo adicional em resultado.

Ação Declaratória e Auto de Infração CSLL – Base Negativa

Processo nº 2005.61.00.025272-3 e 19515.002950/2010-87	
a. juízo	Justiça Federal e Delegacia da Receita Federal de Adm. Tributária, respectivamente.
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	16/08/2006
d. partes no processo	Autor: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. e União Federal, respectivamente. Réu: União Federal e Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., respectivamente.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 148,3 milhões.
f. principais fatos	<p>Esfera Judicial: Ação Declaratória visando afastar a aplicação da MP nº. 2.158/01, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aproveitar os créditos de base negativa de CSLL na exata proporção do patrimônio líquido da empresa cindida. Foram proferidas decisões favoráveis à Companhia em 1ª e 2ª instâncias. Em 7 de maio de 2018, a Companhia foi intimada da interposição de recurso (agravo) pela União Federal ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e apresentou suas contrarrazões. Em 06 de dezembro de 2018, a Companhia foi intimada de decisão proferida pelo STJ que, conhecendo do agravo interposto, determinou o processamento do recurso especial da União Federal. Atualmente, aguarda-se o julgamento do referido agravo pelo STJ.</p> <p>Esfera Administrativa: Apesar da decisão, que suspende a exigibilidade do débito nos autos da Ação Declaratória, em setembro de 2010, a Receita Federal lavrou Auto de Infração e proferiu um Despacho Decisório em face da controlada indireta da Companhia, exigindo valores de CSLL compensados nos 3º e 4º trimestres de 2005 e nos anos de 2006 e 2007. Em julho de 2012, houve decisão de 1ª instância desfavorável. Em razão desta decisão, foi apresentado Recurso Voluntário, o qual teve decisão parcialmente favorável. Em dezembro de 2014, foi mantida a decisão parcialmente favorável à Companhia, que cancelou a cobrança da multa isolada (R\$22,3 milhões - em valores históricos), mantendo a autuação apenas com relação ao principal, multa de ofício e SELIC (R\$65,1 milhões - em valores históricos). Em 19/10/2017, a Companhia tomou ciência do acórdão que negou provimento ao seu Recurso Voluntário. Em face dessa decisão, a Companhia apresentou Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados. Em 10/09/18, a Companhia interpôs recurso especial, o qual não foi admitido. Diante desta decisão, em 10/12/2018 a Companhia interpôs agravo.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia entende que poderá desembolsar o valor informado, o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando o valor envolvido.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**FINSOCIAL**

Processo nº 10880.725887/2011-07 e 16349.720115/2012-65	
a. juízo	Esfera Administrativa
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	07/08/2012
d. partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Réu: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 216,9 milhões.
f. principais fatos	Em razão de decisão definitiva concedida em processo judicial, a Companhia teve reconhecido o direito de compensar os créditos de FINSOCIAL, relativos ao período de setembro de 1989 a março de 1992, bem como seus respectivos expurgos inflacionários (correção monetária). Contudo, por supostas divergências na apuração dos créditos apurados, a Receita Federal não homologou parte das compensações, dando início a uma nova discussão sobre o montante não homologado. Em abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável para a Companhia, contra a qual foi apresentado recurso voluntário que aguarda julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera administrativa, haverá possibilidade de discussão judicial (com eventual necessidade de garantia do débito mediante depósito judicial ou contratação de carta fiança ou seguro garantia) e caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera judicial, a Companhia terá que desembolsar o valor informado, o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando os valores envolvidos.

Processo nº 13896.901968/2013-92	
a. juízo	Esfera Administrativa
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	16/08/2013
d. partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Réu: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 53,2 milhões.
f. principais fatos	Trata-se de despacho decisório de número de rastreamento 057842808, que homologou parcialmente a compensação objeto do PER/DCOMP nº 42238.62785.291110.1.3.02-9310, bem como não homologou as compensações declaradas nos PER/DCOMP's nºs 29039.01276.231210.1.3.02-8749 e 02259.69561.240513.1.3.02-7792. Apresentada Manifestação de Inconformidade. Decisão de 1ª instância desfavorável. Interposto Recurso Voluntário. Processo suspenso até o julgamento do Processo Administrativo nº 10880.725887/2011- 07.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera administrativa, haverá possibilidade de discussão judicial (com eventual necessidade de garantia do débito mediante depósito judicial ou contratação de carta fiança ou seguro garantia) e caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera judicial, a Companhia terá que desembolsar o valor informado o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando os valores

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	envolvidos.
--	-------------

Processo nº 0003609-86.2006.8.26.0161	
a. juízo	Vara da Fazenda Pública do Foro de Diadema – SP
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	15/02/2006
d. partes no processo	Autor: Fazenda do Município de Diadema Réu: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 49,3 milhões.
f. principais fatos	<p>Trata-se de Execução Fiscal que visa a cobrança de multa por descumprimento de obrigação acessória relacionada ao ISS incidente sobre o serviço relacionado ao fornecimento de energia elétrica e compartilhamento de infraestrutura com as operadoras de serviços de TV a cabo e telecomunicações. Este débito foi apurado por meio do AI nº. 26462 e constituído através da CDA nº. 96.382.</p> <p>Em 1ª instância foi proferida sentença julgando procedentes os embargos à execução.</p> <p>Na 2ª instância, o Tribunal de Justiça de São Paulo declarou nula a sentença que julgou procedentes os embargos à execução fiscal, determinando-se a remessa dos autos à vara de origem para novo julgamento, com a produção de novas provas.</p> <p>Em 12 de julho de 2017, foram opostos embargos de declaração contra o acórdão, os quais foram rejeitados.</p> <p>Em 13 de julho de 2018, o recurso especial interposto pela Companhia foi inadmitido. Contra esta decisão, a Companhia interpôs agravo ao STJ, que aguarda julgamento.</p>
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor informado devidamente atualizado, o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando o valor envolvido.

Processo nº 10880.720.810/2006-75 e 10880.721.001/2006-81 (cobrança)	
a. juízo	Esfera Administrativa
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	14/08/2006
d. partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Réu: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 79,7 milhões.
f. principais fatos	<p>Pedido de compensação CSLL - exercício de 1988 - não homologado. Objeto dos seguintes PER/DCOMP's 05330.22951.28090.4.1.3.54-7893 e 29267.06395.131004.1.354-2865.</p> <p>Decisão em 1ª instância desfavorável. Interposto Recurso Voluntário que aguarda julgamento.</p>
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera administrativa, haverá possibilidade de discussão judicial (com eventual necessidade de garantia do débito mediante depósito judicial ou contratação de carta fiança ou seguro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	garantia) e caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera judicial, a Companhia terá que desembolsar o valor informado o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando os valores envolvidos.
--	--

Processo nº 11610.007343/2003-94	
a. juízo	Esfera Administrativa
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	14/05/2003
d. partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Réu: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 105,1 milhões.
f. principais fatos	Pedido de compensação IRPJ - exercício de 2002 (102.099.67825 - reconhecido 65.731.26337) - homologado parcialmente. Apresentamos Manifestação de Inconformidade. Aguardando julgamento em 1ª instância.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera administrativa, haverá possibilidade de discussão judicial (com eventual necessidade de garantia do débito mediante depósito judicial ou contratação de carta fiança ou seguro garantia) e caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera judicial, a Companhia terá que desembolsar o valor informado o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando os valores envolvidos.

Processos nº 1511121-79.2017.8.26.0090 (execução fiscal) e 1002082-18.2017.8.26.0090 (embargos à execução fiscal)	
a. juízo	Vara das Execuções Fiscais Municipais - Foro das Execuções Fiscais Municipais da Comarca de São Paulo/SP
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	01/02/2017
d. partes no processo	Autor: Prefeitura Municipal de São Paulo Réu: Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 42,9 milhões.
f. principais fatos	Trata-se de execução fiscal visando à cobrança de ISS sobre receitas auferidas pela Companhia a título de (i) compartilhamento de infraestrutura; (ii) TUSD; e (iii) outros serviços que não deveriam sofrer a incidência do imposto. A Companhia, após ser citada, apresentou garantia e opôs embargos à execução, os quais aguardam julgamento em 1ª instância.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor informado devidamente atualizado, o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando o valor envolvido.

Processo nº 1022050-59.2017.8.26.0114	
a. juízo	2ª Vara da Fazenda Pública do Foro de Campinas
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	27/04/2017

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

d. partes no processo	Autor: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Réu: Delegado da Delegacia Tributária em Campinas – SP
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$35,4 milhões.
f. principais fatos	Trata-se de mandado de segurança impetrado para discutir a cobrança realizada no auto de infração 4.030.972-0, relativo a alegação de creditamento indevido de ICMS nos períodos de janeiro a dezembro de 2008. Sustentamos que os débitos em questão foram extintos por decadência. Em 9 de agosto de 2018 foi proferida sentença parcialmente favorável para reduzir a multa de ofício imposta na autuação, bem como para afastar a cobrança de juros em patamar superior à SELIC. Contra esta decisão, a Companhia interpôs apelação, que aguarda julgamento em 2ª instância.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor informado devidamente atualizado, o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando o valor envolvido.

ICMS

Processo nº 4.104.706-0	
a. juízo	Esfera Administrativa
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	22/12/2017
d. partes no processo	Autor: Fazenda do Estado de São Paulo Réu: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 123,2 milhões.
f. principais fatos	Auto de Infração decorrente da acusação fiscal de supostas irregularidades no estorno de débitos de ICMS (tais como decadência do direito de estornar, estorno duplicado, operações estranhas àquelas constantes das notas fiscais estornas, notas fiscais duplicadas, notas fiscais canceladas, estorno antes do registro do débito, não localização das segundas-vias das notas fiscais substitutas, valor do estorno superior ao valor do débito estornado, e não informação à SEFAZ- SP do número da nota fiscal substituta) no período correspondente a janeiro a dezembro de 2012. Em 24 de janeiro de 2018 foi apresentada defesa pela Companhia, a qual foi julgada parcialmente procedente para cancelar mais de 90% da autuação. Atualmente, aguarda-se a intimação da Companhia e do Estado para apresentação de recursos contra a referida decisão.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera administrativa, haverá possibilidade de discussão judicial (com eventual necessidade de garantia do débito mediante depósito judicial ou contratação de carta fiança ou seguro garantia) e caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera judicial, a Companhia terá que desembolsar o valor informado o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando os valores envolvidos.

Processo nº 4.101.991-0	
a. juízo	Esfera Administrativa
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	06/12/2017

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

d. partes no processo	Autor: Fazenda do Estado de São Paulo Réu: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 43,6 milhões.
f. principais fatos	Auto de infração lavrado em virtude de suposto aproveitamento indevido de créditos de ICMS em relação aos bens do seu ativo imobilizado. Foi proferida decisão de primeira instância parcialmente favorável. Em 12 de julho de 2018, a Companhia apresentou recurso contra esta decisão, o qual aguarda julgamento em 2ª instância administrativa.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera administrativa, haverá possibilidade de discussão judicial (com eventual necessidade de garantia do débito mediante depósito judicial ou contratação de carta fiança ou seguro garantia) e caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera judicial, a Companhia terá que desembolsar o valor informado, o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando os valores envolvidos.

Processo nº 11080.732.348/2018-71	
a. juízo	Esfera Administrativa
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	05/12/2018
d. partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Réu: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 42,7 milhões.
f. principais fatos	Trata-se de processo administrativo oriundo da imposição de multa isolada pela Receita Federal do Brasil à Companhia em face da não homologação de compensações efetuadas com créditos de Contribuição ao PIS, decorrentes de recolhimentos indevidos realizados com base nos Decretos-Leis 2445 e 2449/88. Tal multa compreende 50% do valor histórico das compensações que, apesar de não homologadas, encontram-se em discussão na esfera administrativa. Em 5 de dezembro de 2018, a Companhia foi notificada da imposição da multa e, em 28 de dezembro de 2018, apresentou sua defesa, a qual aguarda julgamento em primeira instância administrativa.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera administrativa, haverá possibilidade de discussão judicial (com eventual necessidade de garantia do débito mediante depósito judicial ou contratação de carta fiança ou seguro garantia) e caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera judicial, a Companhia terá que desembolsar o valor informado, o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando o montante envolvido.

Processo nº 13896.720142/2019-10	
a. juízo	Esfera Administrativa
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	22/01/2019
d. partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Réu: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 59,3 milhões.
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia visando à cobrança de débitos de contribuição ao PIS e de COFINS por suposto recolhimento a menor nos anos de 2014 e 2015, decorrentes da glosa de créditos tomados na aquisição de bens e de serviços. Em 22 de janeiro de 2019, a Companhia foi notificada da autuação e, contra ela, apresentou defesa que aguarda julgamento em 1ª instância administrativa.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera administrativa, haverá possibilidade de discussão judicial (com eventual necessidade de garantia do débito mediante depósito judicial ou contratação de carta fiança ou seguro garantia) e caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera judicial, a Companhia terá que desembolsar o valor corrigido informado, o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando os valores envolvidos.

Processos de natureza trabalhista e previdenciária

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia era parte em 4.320 demandas, judiciais trabalhistas e judiciais e administrativas, de natureza previdenciária.

De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, o valor total envolvido nos processos trabalhistas e previdenciários com chance de perda provável e possível era, conjuntamente, de R\$1.368,0 milhões e o montante provisionado era de R\$349,1 milhões.

A maioria das demandas de natureza trabalhista em que a Companhia figura no polo passivo envolvem pedidos de ex empregados próprios, empregados ativos e ex-empregados de empresas prestadoras de serviços.

Deste universo de ações, a grande maioria dos objetos discutidos nas demandas trabalhistas versam sobre (i) equiparação salarial; (ii) horas extras; (iii) horas de sobreaviso; (iv) adicional de periculosidade; (v) multa de 40% sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS decorrente de expurgos de planos econômicos e responsabilidade subsidiária da Companhia, em razão de inadimplemento das obrigações trabalhistas devidas pelas empresas prestadoras de serviços, dentre outras matérias.

Dentre os processos de natureza trabalhista e previdenciária individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2018, destaca-se o seguinte:

Ação Civil Pública – Terceirização

Processo nº 1002267-94.2016.5.02.0709	
a. juízo	88ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	26/11/2016
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho - São Paulo (PRT/MPT 02ª Região/SP)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, pleiteando ordem liminar, para que a Companhia, no prazo de 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50 mil para cada obrigação não cumprida: (i) se abstenha de efetuar terceirização de atividade fim e/ou de qualquer atividade em que exerça subordinação direta aos seus terceirizados, (ii) internalize os terceirizados que atuem na atividade fim e/ou em qualquer atividade que a Companhia exerça subordinação, (iii) garanta tratamento isonômico aos terceirizados em relação aos colaboradores da Companhia (enquadramento

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	sindical, remuneração e benefícios) e, ao final da ação, também seja condenada (iv) a indenizar no valor de R\$120,0 milhões (R\$20,0 milhões de dumping social e R\$100,0 milhões de danos morais coletivos).
f. principais fatos	A Companhia foi citada no dia 17 de janeiro de 2017, tendo se manifestado contra pedido liminar em 26 de janeiro de 2017. Em 21 de Fevereiro de 2017, foi negado o Pedido Liminar feito pelo Ministério Público do Trabalho – MPT. Realizada instrução processual em 01º de outubro de 2018 e marcado julgamento para 19 de dezembro de 2018. Ainda não foi proferida sentença de mérito.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	<p>A Companhia poderá em caso de perda ser impedida de realizar novas contratações de empresas terceirizadas e ter de internalizar os serviços já prestados por estas empresas atualmente contratadas; para as atividades em que a terceirização for permitida, garantir tratamento isonômico aos empregados terceirizados em relação aos empregados próprios da Companhia (enquadramento sindical, remuneração e benefícios); e arcar com uma indenização.</p> <p>Os valores envolvidos são inestimáveis, uma vez que somente uma decisão judicial poderá delimitar as obrigações a serem cumpridas e, quanto à indenização, não há previsão legal que fixe tais valores e, ainda, em razão da subjetividade envolvida na sua definição pelo juiz.</p>

Ação Coletiva Periculosidade – Nova Sede

Processos nº 1004117-46-2016.5.02.0202, 1004123-53-2016.5.02.0205, 1004125-23-2016.5.02.0205, 1004128-75-2016.5.02.0205 e 1004130-45-2016.5.02.0205	
a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Barueri/SP
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	05/12/2016
d. partes no processo	Autor: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Ajuizamento de 05 (cinco) ações coletivas pelo Sindicato visando pagamento do adicional de periculosidade para todos os colaboradores da Companhia lotados na Sede Administrativa de Barueri no período em que um motogerador esteve instalado no topo do Edifício (entre fevereiro/2012 a fevereiro/2016).
f. principais fatos	A Companhia foi cientificada de 4 ações em março de 2017 e a última ação em abril de 2017, tendo sido todas as ações unificadas. Inspeção judicial realizada no dia 26/01/2018, com a participação de prepostos da empresa e assistentes técnicos. A audiência de instrução foi realizada no dia 08 de março de 2019. Julgamento marcado para o 25 de abril de 2019.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenham eventuais decisões finais desfavoráveis nas ações acima mencionadas, a Companhia poderá ter que desembolsar o valor estimado atualizado para 31 de dezembro de 2018 de R\$ 109,6 milhões (R\$ 99,6 milhões em 31 de dezembro de 2017), o qual, dado o atual andamento dos processos representa o cálculo da estimativa de liquidação dos pedidos formulados nas ações.

Contribuição Previdenciária

Processo nº 2004.61.82.050718-6 (embargos nº 2005.6182000188-0); 2007.61.82.001769-0 (embargos nº 2007.6182006923-8) e 2004.61.82.030088-9 (embargos nº 2005.61.82000187-8)	
a. juízo	Esfera Judicial
b. instância	1ª e 2ª Instância
c. data de instauração	23/06/2004 (2004.61.82.030088-9), 07/02/2007 (2007.61.82.001769-0) e

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	13/09/2004 (2004.61.82.050718-6)
d. partes no processo	Autor: INSS Réu: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$52,4 milhões.
f. principais fatos	Execuções Fiscais promovidas pelo INSS em face da Companhia. Em suma as discussões versam sobre a possível incidência de contribuição previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório. Duas execuções fiscais tiveram decisão de 1ª instância desfavorável e, no momento, aguarda-se decisão de 2ª instância. A outra execução fiscal ainda se encontra pendente de julgamento em primeira instância. O valor estimado em 31 de dezembro de 2018 remonta em R\$ 52,4 milhões (R\$ 50,8 milhões em 31 de dezembro de 2017).
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera judicial, a Companhia terá que desembolsar o valor informado devidamente atualizado, o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando os valores envolvidos.

FGTS

Processo nº 0008551-36.2007.4.03.6100 e 0005931-51.2007.4.03.6100 (medida cautelar)	
a. juízo	19ª Vara da Justiça Federal
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	26/04/2007
d. partes no processo	Autor: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Réu: União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 93,5 milhões.
f. principais fatos	Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas a suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998. Após a apresentação dos competentes recursos, em março de 2007, houve decisão desfavorável no âmbito administrativo e a consequente inscrição deste débito em Dívida Ativa da União. Diante disso, por entender como infundada a cobrança pretendida, a Companhia ajuizou medida cautelar pugnando pela suspensão da exigibilidade dos débitos e, posteriormente, uma ação anulatória visando o cancelamento do débito. Na ação cautelar, foi proferida decisão reconhecendo a suspensão mediante oferecimento de garantia. Atualmente, aguarda-se o julgamento de reexame necessário. Na ação anulatória, em setembro de 2014 foi proferida decisão de 1ª instância julgando parcialmente procedente o pedido, anulando em parte os lançamentos de débitos superiores aos apurados pela perícia. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação das partes.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor informado o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando o valor envolvido.

SAT

Processo nº 5003955-97.2018.4.03.6144	
a. juízo	2ª Vara Federal de Barueri
b. instância	1ª instância

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

c. data de instauração	22/10/2018
d. partes no processo	Autor: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A Réu: União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 42,8 milhões.
f. principais fatos	<p>Trata-se de processo administrativo decorrente de despacho decisório lavrado pela Receita Federal do Brasil não homologando compensações declaradas no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011 com créditos de contribuição previdenciária apurados entre setembro de 2006 e agosto de 2011. Tais créditos são oriundos da revisão do enquadramento da Companhia nos graus de risco destinados ao antigo Seguro Acidente do Trabalho (SAT), atual Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa e Riscos de Acidente do Trabalho (GILL-RAT), considerando a atividade preponderante realizada, amparada em Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT).</p> <p>Com base no argumento de que o código CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) informado em campos específicos de guias de recolhimento e declarações fiscais seria o que determinaria o referido enquadramento em graus de risco, a despeito dos laudos apresentados, as referidas compensações não foram homologadas em julho de 2014. Em setembro de 2014, a Companhia apresentou manifestação de inconformidade contra esta decisão, a qual não foi provida. Em fevereiro de 2015, foi interposto recurso voluntário, também não acolhido pelo CARF.</p> <p>Em abril de 2017, a Companhia apresentou recurso especial, o qual não foi admitido. Em outubro de 2017, a Companhia apresentou agravo contra esta decisão à Câmara Superior do CARF, que não foi provido por decisão proferida em setembro de 2018, encerrando desfavoravelmente o processo administrativo.</p> <p>A Companhia promoveu ação judicial dando continuidade à discussão da exigência fiscal, em 22 de outubro de 2018, tendo obtido em 12 de novembro de 2018 decisão liminar parcialmente favorável para emissão de Certidão Positiva com Efeito de Negativa (CPEN) em favor da Companhia. Da decisão, foi interposto Agravo de Instrumento para suspensão da exigibilidade do crédito, bem como a liberação do seguro garantia apresentado nos autos. Considerando que as Cortes Judiciais Superiores (STJ e STF) ainda não firmaram posição sobre o tema, o prognóstico de perda do caso, que foi remoto durante a fase administrativa pela existência de precedentes favoráveis naquela esfera, foi alterado para possível.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor informado devidamente atualizado, o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando o valor envolvido.

Processos de natureza cível e outros

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia era parte em 8.751 disputas cíveis, sendo 301 ações em que a Companhia figura como autora (incluindo imobiliário) e 8.450 ações em que a Companhia figura como ré (incluindo imobiliário).

De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, o valor total envolvido nos processos cíveis com chance de perda provável e possível era, conjuntamente, de R\$2.196,1 milhões e o montante provisionado era de R\$1.842,1 milhões.

De uma maneira geral, os processos de natureza cível em que a Companhia figura no polo passivo envolvem ações de natureza consumerista, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral.

Por outro lado, as ações em que a Companhia figura como autora consistem em execuções e ações de cobrança ajuizadas em virtude do inadimplemento do contrato de fornecimento de energia elétrica.

Além disso, a Companhia também é parte em alguns processos relacionados com sua privatização. Naquela ocasião, determinados segmentos da população brasileira se opuseram à privatização de

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

empresas de infraestrutura e diversas privatizações foram questionadas em juízo. Com base no fato de que nenhuma das empresas privatizadas sofreu consequências relevantes como resultado desse litígio, acredita-se que o efeito final destes processos não terá, da mesma forma, um impacto prejudicial relevante sobre a situação financeira ou sobre os resultados das operações da Companhia.

Dentre os processos de natureza cível individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2018, destacam-se os seguintes:

Acordo Eletrobrás

Processo nº 89.001.010.266-6	
a. juízo	5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	01/02/1989
d. partes no processo	Autor: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás Réu: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. e CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica de São Paulo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.600,7 milhões
f. principais fatos	<p>Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo Estatal"), obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1046/86 empréstimo das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobrás").</p> <p>Tendo em vista os questionamentos que surgiram acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado e a impossibilidade de se chegar a um entendimento com a Eletrobrás, em dezembro de 1988 a Eletropaulo Estatal propôs Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás.</p> <p>Ao propor a demanda acima mencionada, a Eletropaulo Estatal realizou o depósito judicial do valor que apurou como representativo do saldo devedor, qual seja, aquele que era composto pelo valor principal acrescido de correção monetária anual.</p> <p>Após apresentar a sua defesa na Ação de Consignação em Pagamento, em abril de 1989 a Eletrobrás ajuizou Ação de Cobrança contra a Eletropaulo Estatal perante a 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro ("5ª Vara Cível"), fundamentando seu pedido de cobrança na alegação de que os valores depositados na Ação de Consignação não estavam de acordo com os termos do Contrato de Financiamento ECF 1046/86, já que este, de acordo com a interpretação da Eletrobrás, previa correção monetária mensal do valor principal e não anual conforme sustentado pela Eletropaulo Estatal.</p> <p>Durante o andamento de ambas as ações, foi firmado o Protocolo de Cisão em 22 de dezembro de 1997, onde a Eletropaulo Estatal foi cindida em 4 empresas, quais sejam: a Companhia, Bandeirante Energia S.A. ("Bandeirante"), Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A. ("EMAE"), Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo ("Companhia"), posteriormente privatizada, e Empresa Paulista de Transmissão de Energia S/A. ("EPTE"), sendo que esta última acabou por ser incorporada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP").</p> <p>Em abril de 1999, a 5ª Vara Cível, em decisão de primeira instância, julgou tanto a Ação de Cobrança como a Ação de Consignação em Pagamento em favor da Eletrobrás, reconhecendo, na primeira ação, que a correção monetária do Contrato de Financiamento ECF 1046/86 é mensal e, na segunda ação, que o valor depositado pela Eletropaulo Estatal não estava de acordo com os termos do mencionado Contrato, reconhecendo que a Eletropaulo Estatal estava em mora com a Eletrobrás.</p> <p>Ao não submeter os termos da sentença à reanálise do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ("TJRJ"), na medida em que não apresentou quaisquer dos Recursos cabíveis à época em que as ações foram</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>sentenciadas, a Eletropaulo Estatal sagrou-se perdedora em todas as questões referentes à correção monetária do referido Contrato de Financiamento. Em setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou a execução do julgado, também na 5ª Vara Cível, e, com base no seu entendimento quanto à interpretação do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal exigiu, em termos proporcionais da Companhia (90,11%) e da CTEEP (9,89%) os valores que lhes teriam sido transferidos como passivo.</p> <p>Por conta de tal posicionamento, foi exigido da CTEEP o pagamento de valor correspondente ao depositado na Ação de Consignação em Pagamento (valor principal do Contrato de Financiamento acrescido de correção monetária anual) e da Companhia de valor que corresponde à diferença entre a correção anual e a correção mensal do Contrato de Financiamento.</p> <p>Em novembro de 2002, em decisão de primeira instância, a 5ª Vara Cível não acolheu os argumentos da Companhia quanto à sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da demanda e a manteve como parte do processo, sendo que desta decisão foi apresentado recurso perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ("TJRJ").</p> <p>Em setembro de 2003 o TJRJ acolheu todos os argumentos levados pela Companhia, acabando por reconhecer, com base no Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal, que a Companhia não seria responsável pela quitação do Contrato de Financiamento ECF 1046/86, já que o passivo por ele representado teria sido vertido à EPTE, empresa incorporada pela CTEEP.</p> <p>Tendo em vista a decisão que lhes foi desfavorável, a Eletrobrás, em dezembro de 2003, e a CTEEP em março de 2004, apresentaram recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) com vistas à cassação da decisão do TJRJ.</p> <p>Sem adentrar nos méritos dos processos ou nas disposições do contrato de Financiamento, em junho de 2006, o STJ reverteu a decisão que eximia a Companhia de qualquer responsabilidade pelos débitos discutidos no processo e a excluía da relação litigiosa. De acordo com a mencionada Corte Superior, o litígio entre as partes requer ampla dilação probatória e apreciação de questões através de procedimento que não a exceção de pré-executividade interposta e, por tal motivo, o processo deveria retornar à primeira instância (5ª Vara Cível) para uma completa análise das questões que envolvem as três empresas (Companhia, CTEEP e Eletrobrás), o Contrato de Financiamento e o Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal.</p> <p>Contra esta decisão perante o STJ foram apresentados, em dezembro de 2006, "Embargos de Declaração" e, em abril de 2007, "Embargos de Divergência" e "Recurso Extraordinário", sendo que todos os recursos foram decididos contra a Companhia.</p> <p>Tendo sido apresentados todos os recursos cabíveis, tanto no STJ como no STF, e não cabendo qualquer outra medida, o processo foi devolvido à primeira instância (5ª Vara Cível).</p> <p>Paralelamente, em fevereiro de 2008, a CTEEP ajuizou Ação Ordinária contra a Companhia e a Eletrobrás perante a 5ª Vara Cível, sendo que o referido processo visava o reconhecimento de que a CTEEP não era responsável pelo pagamento de qualquer quantia que esteja sendo cobrada pela Eletrobrás em virtude das ações que tiveram por objeto a discussão dos termos do Contrato de Financiamento ECF 1046/86. Em setembro de 2008, a Companhia apresentou sua defesa.</p> <p>No dia 17 de abril de 2009, com base no Código de Processo Civil Brasileiro ("CPC"), a Eletrobrás requereu a conversão da referida execução em procedimento judicial de "Liquidação de Sentença por Arbitramento" perante a 5ª Vara Cível, para auferir o valor em discussão e definir a parte responsável pela dívida através de trabalho a ser realizado por perito judicial.</p> <p>Em 26 de maio de 2009, a Companhia apresentou manifestação concordando com a apuração de valores através de cálculos por Liquidação de Sentença, mas ressaltando que neste processo a forma mais adequada para apuração de valores seria a Liquidação de Sentença por Artigos, e não por Arbitramento, como sugerido pela Eletrobrás, na medida em que diversos dos pontos do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal devem ser analisados em sua plenitude, já que não foram observados pela sentença de 1999, em especial toda e qualquer questão relativa a qual das empresas cindidas (Companhia</p>
--	--

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>e/ou CTEEP) cabe a responsabilidade pelo pagamento.</p> <p>Em 25 de fevereiro de 2010, a D. Juíza da 5ª Vara Cível acolheu o pedido de Liquidação de sentença por Arbitramento, sendo que em vista dos termos da mencionada decisão, a Companhia apresentou Embargos de Declaração à 5ª Vara Cível postulando que a liquidação de sentença fosse processada na modalidade de Artigos e a Eletrobrás apresentou impugnação à nomeação do perito, sendo que ambos foram rejeitados pela D. Juíza da 5ª Vara Cível em 4 de março de 2010.</p> <p>Contra a rejeição de seu recurso, em 31 de março de 2010, a Companhia apresentou Agravo de Instrumento perante o TJRJ, o qual foi acolhido em 15 de abril de 2010, para determinar a ampla produção de provas acerca dos fatos que norteiam a responsabilidade pelo pagamento do débito, restando decidido que a liquidação da sentença fosse processada na modalidade de Artigos, conforme requerido pela Companhia.</p> <p>Em julho de 2011, a 5ª Vara Cível determinou que a Companhia e a CTEEP apresentassem suas respostas ao pedido de início da liquidação por artigos, o que foi feito pela Companhia em 10 de agosto de 2011 e pela CTEEP em 26 de julho de 2011.</p> <p>Em dezembro de 2012, foi proferida decisão de 1ª instância, julgando antecipadamente a liquidação por artigos, atribuindo à Companhia a responsabilidade pelo pagamento do saldo de correção monetária, referente ao Contrato de Financiamento ECF 1046/86, firmado com a Eletrobrás. Tal decisão não considerou a ordem para que fosse realizado o procedimento de liquidação da sentença com ampla produção de provas, do STJ e do TJRJ, bem como desconsiderou o pedido de produção de provas apresentado pelas partes. Além disso, foi também proferida sentença na ação declaratória movida pela CTEEP, a qual foi extinta sem julgamento de mérito, uma vez que a matéria em discussão já era objeto da liquidação de sentença.</p> <p>Contra a decisão acima referida que julgou a liquidação por artigos, em 07 de janeiro de 2013, a Companhia apresentou recurso ao TJRJ, pedindo a imediata suspensão da execução da sentença, bem como a posterior anulação da decisão, para que fosse determinada a realização de ampla produção de provas, inclusive perícia.</p> <p>Em 21 de janeiro de 2013, tornou-se pública a Liminar concedida pelo Desembargador Carlos Santos de Oliveira, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ("Liminar"), acatando pedido preliminar do recurso interposto pela Companhia contra a decisão proferida em 12 de dezembro de 2012, tendo posteriormente dado provimento integral ao recurso.</p> <p>O processo foi retomado em 1ª instância para que se prosseguisse com a análise das questões técnicas e jurídicas, assim como realização de perícia contábil. Em 20 de fevereiro de 2014, foi nomeado o perito judicial, tendo sido as partes intimadas a apresentar seus quesitos e indicação de assistente técnico, o que foi feito pela Companhia e pela CTEEP em março de 2014.</p> <p>Em 17 de setembro de 2015, foi divulgado laudo pericial contábil, que, apesar de reconhecer as premissas técnicas defendidas pela Companhia, emitiu opinião no sentido de que a responsabilidade pelo pagamento da diferença de correção do saldo do empréstimo teria ficado com a Companhia. Em relação ao laudo, a Companhia apresentou, em 30 de setembro de 2015, sua impugnação, assim como o parecer divergente de seu assistente técnico, bem como submeteu novos questionamentos ao perito judicial.</p> <p>Em 25 de abril de 2016, a Companhia apresentou em juízo pareceres de renomados contadores (Dr. Eliseu Martins e Dr. Nelson Carvalho) indicando que a Companhia não é responsável pela dívida. Na mesma data, a Eletrobrás apresentou quesitos suplementares ao perito oficial no sentido de que seja calculado o valor atual da dívida.</p> <p>Em 12 de maio de 2016, a Companhia protocolou petição argumentando que antes da remessa dos autos ao perito para elaboração dos cálculos de atualização, deveria ser decidida a forma de atualização do débito, uma vez que a definição de critérios de cálculo é matéria de direito e tem que ser decidida pelo Juízo. Apresentou, ainda, o critério de cálculo que entende como correto, o qual não considera a aplicação de juros moratórios sobre a dívida após a data da cisão da Eletropaulo Estatal, o que ocorreu em 1º de janeiro de</p>
--	--

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>1998. Entende a Companhia que não há inadimplemento culposo por parte do devedor (Companhia ou CTEEP), haja vista que a própria Eletrobrás reconhece a indefinição acerca da responsabilidade sobre o pagamento da dívida. Em 29 de junho de 2016, o Juízo determinou que a Eletrobrás se manifestasse quanto à petição</p> <p>protocolada pela Companhia no dia 12 de maio de 2016. Em 12 de julho de 2016, a Eletrobrás se pronunciou solicitando a rejeição do critério da Companhia para o cálculo.</p> <p>Em 22 de julho de 2016, a Companhia reafirmou a correção dos seus critérios de cálculo, apresentando parecer jurídico de renomado advogado, sustentando não ser a Companhia responsável pela dívida em discussão, bem como a correção dos critérios de cálculo apresentados pela Companhia.</p> <p>Em 18 de abril de 2017, a Juíza determinou a intimação do perito judicial para: (i) se manifestar sobre as impugnações ao laudo feitas pela Companhia, bem como (ii) para que analise os novos questionamentos feitos pelas partes, e, caso considere que os quesitos são realmente suplementares aos já respondidos no laudo anterior, que solicite o que entender de direito.</p> <p>Em julho de 2017, a Eletrobrás apresentou manifestação solicitando que fosse rejeitado o critério apresentado pela Companhia para o cálculo da dívida.</p> <p>Em agosto de 2017, foi certificado o trânsito em julgado da decisão que declarou que a discussão sobre a responsabilidade pelo pagamento da dívida deve ocorrer na ação principal e não na ação declaratória movida pela CTEEP. Além disto, neste mês, o perito judicial foi intimado para analisar os novos questionamentos feitos pelas partes e se manifestar sobre as impugnações ao laudo.</p> <p>Em 04 de outubro de 2017, a Companhia iniciou o processo de mediação junto a Eletrobrás visando estabelecer critérios para negociar as bases para um acordo, a fim de encerrar a longa disputa judicial.</p> <p>Em 05 de novembro de 2017, foi juntado ao processo o laudo complementar apresentado pelo perito judicial, que quantificou o débito seguindo os critérios contratuais de atualização monetária, chegando ao montante de R\$ 1.907 milhões, atualizados para agosto de 2017, incluindo neste valor os honorários de sucumbência de 15%.</p> <p>Em 19 de fevereiro de 2018, após pedido de suspensão do processo realizado pela Companhia e Eletrobrás, a Juíza deferiu o pedido suspendendo o processo por 60 dias.</p> <p>Em 09 de março de 2018, depois da finalização da negociação e obtenção da aprovação dos Conselhos de Administração de ambas as companhias, a Companhia celebrou um acordo com a Eletrobrás, e um acordo com os advogados da Eletrobrás, visando encerrar a discussão quanto ao pagamento do saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo ECF-1046/86 ("Acordo").</p> <p>Com base nos termos do Acordo, a Companhia irá desembolsar o valor de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões reais), definido pelas partes no âmbito do processo de mediação, da seguinte forma: R\$1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões reais) em favor da Eletrobrás e R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) em favor dos advogados indicados pela Eletrobrás, relativamente a honorários de sucumbência.</p> <p>O valor a ser pago à Eletrobrás, em breve síntese, será quitado da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pagamento de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) a ser realizado após trânsito em julgado da homologação judicial do Acordo com Eletrobrás e com os advogados, o que ocorrer por último; • Pagamento de 3 parcelas anuais de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), sendo a primeira 12 meses após o pagamento da primeira parcela descrita anteriormente; • Pagamento da última parcela de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), 48 meses após o pagamento da primeira parcela.
--	--

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>Os valores serão atualizados e corrigidos a partir de 01º de fevereiro de 2018 até o mês de pagamento de cada parcela – incluindo a parcela à vista -, pelo correspondente a 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (“Taxa DI”), acrescido de 1% (um por cento) ao ano, calculado pro rata temporis por dias úteis.</p> <p>O valor a ser pago aos advogados será quitado da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pagamento de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) quando da data de pagamento da primeira parcela do Acordo, desde que após o trânsito em julgado da homologação judicial do Acordo com Eletrobrás e com os advogados, o que ocorrer por último; e • Pagamento do saldo remanescente ao final de 60 meses após o pagamento da primeira parcela. <p>Os valores serão atualizados, a partir de 31 de janeiro de 2018, pela Taxa DI mais 1% ao ano calculado pro rata temporis por dias úteis.</p> <p>Haverá o vencimento antecipado de todas as prestações na ocorrência das seguintes hipóteses, cumulativamente: (i) atraso superior a 60 dias no pagamento de cada parcela; (ii) não regularização do pagamento em até 30 dias a partir da notificação enviada pela Eletrobrás com a finalidade específica de configurar o vencimento antecipado das parcelas vincendas; e (iii) não cumprimento da obrigação de oferecimento da garantia.</p> <p>O Acordo possui como garantia o “Instrumento Contratual de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Prestação de Serviços de Depositário”, por meio do qual, para assegurar o cumprimento das obrigações previstas no Acordo, a Companhia cede à Eletrobrás o canal de arrecadação “Débito Automático”, mantido junto à instituição financeira Bradesco S.A e que compõe como documento anexo do referido Acordo.</p> <p>A eficácia do Acordo ainda está sujeita ao trânsito em julgado da sua homologação judicial perante o Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, o que dará ensejo ao encerramento do processo judicial. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a administração da Companhia considera que as chances de não homologação do Acordo são remotas. Diante disso, a Companhia classificou esses montantes como provisão na rubrica de processos judiciais e outros e não como contas a pagar.</p> <p>Em 15 de março de 2018, a Companhia protocolou petições informando que as partes chegaram a um acordo com o objetivo de quitar o débito oriundo do Contrato ECF 1046/86, bem como os honorários dos advogados da Eletrobrás, e requereu a homologação do Acordo com a consequente extinção da ação.</p> <p>Entre os dias 18 e 28 de março, foram juntadas petições apresentadas por 9 ex-advogados da Eletrobrás (ou espólio dos mesmos), os quais não fizeram parte do Acordo e questionaram, por isso, o acordo de honorários e o critério de rateio.</p> <p>Em 23 de março de 2018, a CTEEP apresentou petição informando que não se opõe à homologação do Acordo, mas requereu o prosseguimento da ação para que seja declarado que a ela não é a responsável pela dívida – ou seja, discordou do pedido de extinção do processo em relação a ela – bem como requereu a condenação da Companhia em honorários de sucumbência de 10 a 20% do valor envolvido na liquidação.</p> <p>Em 05 de abril de 2018, a Companhia apresentou petição requerendo seja proferida sentença parcial homologatória do Acordo, concordando com o pedido da CTEEP de prosseguimento da ação e, por fim, requerendo a intimação da CTEEP para informar se concorda com a substituição do polo ativo da ação figurando a Companhia como autora contra a CTEEP para discussão do direito de regresso.</p> <p>Ainda em 05 de abril de 2018, a Companhia e a Associação de Advogados da Eletrobras apresentaram petição concordando que os advogados que</p>
--	--

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>comprovadamente atuaram no processo sejam incluídos no rateio de honorários, mas impugnando a inclusão dos que apenas constaram na procuração. Em 06 de abril de 2018 a Eletrobrás apresentou manifestação no mesmo sentido.</p> <p>Em 09 de abril de 2018 foi proferida decisão, em suma: (i) homologando o valor do Acordo; (ii) excluindo a CTEEP do feito;</p> <p>(iii) determinando a suspensão do processo até que se cumpra integralmente o Acordo; e, (iv) determinando que os advogados que não tiveram a concordância de participação no rateio do acordo de honorários, que formulem o pedido pela via autônoma.</p> <p>Em 10 de abril de 2018, foram juntadas aos autos: (i) petição de mais um ex-advogado da Eletrobrás que não fez parte do Acordo, impugnando a homologação da transação; passando para 10 o número de ex-advogados da Eletrobras que peticionaram nos autos.</p> <p>Com relação a 6 destes 10 ex-advogados da Eletrobras, uma vez que estes comprovaram a sua participação no feito, as partes concordaram em integrá-los ao acordo de honorários, nas mesmas condições já previstas na avença.</p> <p>Com relação aos outros 4 ex-advogados da Eletrobras, os quais não comprovaram a prática de atos processuais no feito, em 27 de abril de 2018, estes, em conjunto, interpuseram agravo de instrumento contra a decisão proferida em 9 de abril de 2018, requerendo que o direito ao recebimento aos honorários seja discutido nos próprios autos e não pela via autônoma. O pedido de efeito suspensivo formulado no recurso foi indeferido em 21 de maio de 2018.</p> <p>A Companhia, em conjunto com a Eletrobras e a Associação dos Advogados da Eletrobras, em 8 de maio de 2018, apresentou embargos de declaração visando esclarecer omissões e erros materiais constantes da decisão para: (i) homologar integralmente ambos os acordos (com Eletrobras e com os advogados) e não apenas o valor; (ii) excluir a Eletrobras do feito, uma vez que esta terá seu direito satisfeito com o cumprimento do acordo principal, autorizando que a Companhia a suceda no polo ativo da demanda; e (iii) seja mantida a CTEEP no polo passivo da liquidação de sentença, a qual prosseguirá apenas entre ela e a Companhia, para que seja definida a responsabilidade pela dívida originária.</p> <p>Na mesma data, a CTEEP também apresentou embargos de declaração, requerendo que fosse analisado o pedido de condenação ao pagamento de honorários advocatícios em seu favor.</p> <p>A Companhia apresentou resposta aos embargos opostos pela CTEEP no dia 7 de junho de 2018, em suma argumentando que: (i) é descabida a condenação da Companhia ao pagamento de honorários de sucumbência à CTEEP, já que ambas são rés, não havendo sucumbência entre duas partes integrantes do mesmo polo; (ii) o acordo firmado não coloca fim à discussão quanto à responsabilidade pela dívida; e (iii) a ação deverá prosseguir entre a Companhia e a CTEEP, para apuração da responsabilidade sobre a dívida objeto da presente liquidação.</p> <p>Em 31 de julho de 2018 foi negado o recurso em 2ª instância dos 4 Ex-advogados da Eletrobras, confirmando-se a decisão de 21 de maio de 2018 que havia negado efeito suspensivo ao recurso.</p> <p>Em 30 de agosto de 2018, foi proferida decisão negando provimento aos embargos de declaração opostos pela CTEEP e Ex-advogados da Eletrobras. Em 3 de setembro de 2018 foram apresentados novos recursos (embargos de declaração) por 2 ex-advogados da Eletrobras, em razão de omissão da Juíza ao deixar de incluí-los na repartição da verba de sucumbência. Em 5 de setembro de 2018, foram opostos novos embargos de declaração pela CTEEP, reiterando o requerimento de apreciação do pedido de fixação de honorários de sucumbência aos seus patronos. Em 17 de setembro de 2018 foram rejeitados todos os recursos (embargos de declaração) opostos pelas partes (CTEEP, Ex-advogados da Eletrobras e, conjuntamente, Companhia, Eletrobras, Associação dos Advogados da Eletrobras), sob o argumento de que os pontos que supostamente necessitariam de esclarecimentos devem ser objeto de recurso ao Tribunal de Justiça, eis que visam a reforma da decisão</p>
--	--

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>antes proferida, tendo expressamente sido rejeitado o pedido de honorários de sucumbência em favor dos advogados da CTEEP.</p> <p>Em 26 de setembro de 2018, um dos ex-advogados da Eletrobras apresentou recurso de apelação impugnando a homologação do acordo de honorários.</p> <p>Em 25 de outubro de 2018 a CTEEP e a Companhia apresentaram recurso (agravo de instrumento), reiterando o pedido dos embargos de declaração. Em 22 de novembro de 2018 a Eletrobras apresentou contrarrazões não se opondo à homologação mais clara, mas argumentando que o acordo está integralmente homologado, que o recurso da Companhia é desnecessário e teria finalidade de procrastinar sua obrigação de pagamento. Em 26 de novembro de 2018 a CTEEP apresentou contrarrazões alegando que não cabe a sub-rogação e direito de regresso pela Companhia.</p> <p>Em 12 de fevereiro de 2019, foi realizado o julgamento dos recursos pelo Tribunal de Justiça – RJ, que decidiu pela (i) homologação integral dos acordos; (ii) manutenção da exclusão da CTEEP do processo, remetendo à via autônoma a discussão entre Companhia e CTEEP relativa à responsabilidade pela dívida originária (direito de regresso); e (iii) condenação da Eletrobras ao pagamento de honorários de sucumbência aos advogados da CTEEP, fixados em 1% sobre o valor do acordo.</p> <p>Em 13 de março de 2019, foi publicado o acórdão da decisão que homologou os acordos.</p> <p>No tocante ao recurso interposto originariamente pela CTEEP em 20 de março de 2019, a empresa de transmissão apresentou embargos de declaração requerendo a majoração da condenação da Eletrobras nos honorários de sucumbência. Nesta mesma data, a Eletrobras apresentou embargos declaratórios requerendo a reforma da decisão que a condenou ao pagamento de honorários de sucumbência, alegando que somente a Companhia poderia ser condenada a tal verba.</p> <p>Com relação ao recurso originariamente interposto pela Companhia, o qual versava a homologação dos acordos, em 25 de abril de 2019 foi certificado o trânsito em julgado do aludido acórdão, atendendo a última condição de eficácia pendente relativa ao acordo com a Eletrobras.</p> <p>No que tange ao acordo de honorários firmado entre a Companhia e os Advogados da Eletrobras, em 30 de abril de 2019 foi rejeitado o recurso de apelação interposto em 26 de setembro de 2018 por um dos ex-advogados da Eletrobras. Atualmente, aguarda-se o seu trânsito em julgado, para que se possa efetuar os pagamentos devidos sob tais acordos, bem como providenciar o direito de regresso a ser buscado contra a CTEEP, na forma decidida pelo Judiciário.</p>
g. chance de perda	Considerando que as chances de não homologação do Acordo informado acima são remotas, a Companhia avaliou como provável o pagamento de R\$1.600.581.000,00. Caso o acordo não seja homologado e a ação tenha seu trâmite retomado, as chances de êxito são possíveis.
h. análise do impacto em caso de perda	A Companhia avalia como provável a homologação do acordo e o pagamento de R\$ 1.600.581.000,00. Caso a homologação não ocorra, a ação volte a tramitar e sobrevenha decisão final (irrecorrível) desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de R\$ 2.203.499.043,22, o que resultará em um impacto adverso nas finanças da Companhia e nos seus resultados.

Ação Civil Pública – Recomposição Tarifária – Contrato Bilateral

Processo nº 2003.61.00.035723-8	
a. juízo	Tribunal Regional Federal da Terceira Região
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	05/12/2003
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réu: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. e ANEEL –

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	Agência Nacional de Energia Elétrica
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Desconsiderar, na composição tarifária, os valores de compra e venda de energia no contrato firmado entre a Companhia e a AES Tietê Energia S.A., bem como o reembolso aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003, em decorrência da alegada onerosidade excessiva do contrato em questão. Dado o atual andamento do processo, os valores não são passíveis de quantificação.
f. principais fatos	O Ministério Público Federal instaurou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a Companhia e a AES Tietê Energia S.A. na composição tarifária, bem como o reembolso aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. A Liminar foi indeferida e contra esta decisão foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, ao qual foi negado provimento. Após a apresentação das contestações e consequentes réplicas, a demanda foi julgada improcedente. Em março de 2012, o recurso apresentado pelo Ministério Público Federal foi acolhido para determinar que o processo passe por uma perícia para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da Companhia, sendo que contra tal decisão, foi apresentado pela Companhia pedido de esclarecimento, rejeitado em junho de 2012. Em 3 de julho de 2012 a Companhia apresentou recurso ao STJ contra a decisão que reformou a sentença de improcedência da ação. O valor econômico envolvido não pode ser estimado, por se tratar de ação civil pública e os eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda desta ação são possíveis. A Companhia entende que o processo é relevante em razão da matéria discutida.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação em 31 de dezembro de 2018, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

Ação Civil Pública – Recomposição Tarifária – Inclusão Benefício Fiscal – Juros sobre Capital Próprio

Processo nº 2004.61.00.031792-0	
a. juízo	11ª Vara Cível Federal da Seção Judiciária de São Paulo
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	16/11/2004
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réu: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. e ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Indevida contabilização dos benefícios gerados pelo pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária. Dado o atual andamento do processo, os valores não são passíveis de quantificação.
f. principais fatos	Por conta da análise da Revisão Tarifária de 2003, o Tribunal de Contas da União emitiu parecer desfavorável à ANEEL e à Companhia, fazendo constar em seu acórdão que a Companhia teria sido beneficiada indevidamente em razão da indevida contabilização dos benefícios gerados pelo pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária. Em vista de tais argumentos, o Ministério Público Federal propôs Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, visando o reconhecimento e consequente extinção do benefício que alega ter sido gerado de forma indevida, bem como a devolução aos clientes dos valores supostamente cobrados a maior. Com a apresentação de defesa pelas partes requeridas e o encerramento da fase de produção de provas, o processo foi julgado favoravelmente em primeira instância à Companhia, sendo mencionado que não houve qualquer benefício indevido por parte da mesma. Aguarda-se julgamento de apelação interposta pelo Ministério Público Federal. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. A Companhia

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	entende que o processo é relevante em razão da matéria discutida.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação em 31 de dezembro de 2018.

Ação Civil Pública – Baixa Renda

Processo nº 2005.61.00.009796-1	
a. juízo	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	01/06/2005
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal e Pro Teste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor Réu: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. e ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Civil Pública visando (a) ao enquadramento de todos os consumidores incluídos nos empreendimentos habitacionais de interesse social na sub-classe residencial baixa renda, (b) à devolução dos valores pagos em excesso por estes consumidores e (c) a condenação da Eletropaulo ao pagamento de multa. Dado o atual andamento do processo, os valores não são passíveis de quantificação.
f. principais fatos	O Ministério Público Federal e a Pro Teste ingressaram com uma Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL requerendo o enquadramento de todos os consumidores na sub-classe baixa renda, e que fossem assim faturadas as contas das unidades consumidoras incluídas nos empreendimentos habitacionais de interesse social. O pedido de tutela antecipada para determinar o imediato enquadramento dos mencionados consumidores na sub-classe baixa renda foi indeferido e esta decisão foi objeto de recurso da Pro-Teste para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região ("TRF"), sendo mantida a decisão de indeferimento. Em outubro de 2008 a demanda foi julgada improcedente. Contra a decisão que lhes foi desfavorável, os autores apresentaram recursos de apelação. Em março de 2019 o TRF manteve a sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados pela Proteste e pelo MPF. O valor envolvido nesta ação não pode ser estimado, uma vez que se trata de Ação Civil Pública e, em sendo alterado o teor da decisão que foi favorável à Companhia, os usuários deverão requerer individualmente o cumprimento e os benefícios decorrentes da decisão. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. A Companhia entende que o processo é relevante em razão da matéria discutida.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação em 31 de dezembro de 2018.

Ação Civil Pública – Contas Vencidas

Processo nº 2005.61.00.901778-0	
a. juízo	23ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	15/04/2005
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réu: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	<p>Ministério Público Federal (MPF) ajuizou Ação Civil Pública contra a Companhia visando: (i) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias, (ii) à restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram Termos de Confissão de Dívida (TCD's) que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (antigos proprietários, inquilinos ou ocupantes) e, por fim, (iii) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela Companhia.</p> <p>Dado o atual andamento do processo, os valores não são passíveis de quantificação.</p>
f. principais fatos	<p>Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou Ação Civil Pública contra a Companhia visando: (i) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias, (ii) à restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram Termos de Confissão de Dívida (TCD's) que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (antigos proprietários, inquilinos ou ocupantes) e, por fim, (iii) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela Companhia. Em 1ª Instância foi proferida sentença parcialmente procedente, determinando o reembolso dos valores erroneamente cobrados de consumidores que assinaram TCD's relativos a débitos de terceiros. A Companhia apresentou recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF3. Foi negado provimento ao recurso da Companhia no TRF3 e dado provimento ao recurso do MPF para majorar a condenação à restituição em dobro da quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram os TCD's. A Companhia interpôs recursos especial e extraordinário contra a decisão. No dia 28 de junho de 2016, o recurso especial foi admitido e o recurso extraordinário foi inadmitido. A Companhia interpôs agravo de instrumento contra a decisão que inadmitiu o recurso extraordinário. Aguarda-se o julgamento dos recursos em Brasília.</p> <p>Iniciada a execução provisória da parte da sentença que determinou a identificação dos consumidores porventura atingidos pela decisão e a quantificação do valor envolvido na demanda judicial. Em 09 setembro de 2014 foi proferida decisão suspendendo a execução provisória requerida pelo Ministério Público Federal, para que fosse feita a identificação de consumidores que assinaram TCD's em primeira instância. Em 15 de junho de 2015, os embargos de declaração opostos pelo Ministério Público Federal foram parcialmente acolhidos pelo Juízo de primeira instância para considerar satisfeita a execução provisória da sentença e incabível a multa diária, uma vez que o próprio MPF havia concordado com a dilação do prazo para o cumprimento da execução provisória. O MPF apresentou agravo de instrumento contra tal decisão. Em 4 de outubro de 2018 o TRF3 acolheu recurso do MPF e determinou que Companhia apresente todos os TCDs, sob pena de multa, sem fixar prazo para cumprimento, determinando que a ANEEL fiscalize. Em 23 de outubro de 2018, a Companhia recorreu contra essa decisão opondo embargos de declaração, o qual se encontra pendente de julgamento. De acordo com o levantamento concluído pela Companhia na execução provisória, da totalidade de consumidores potencialmente considerados na decisão de mérito pendente de julgamento final, foram efetivamente identificados 3.211 TCD's, relativos a consumidores que não assumem a responsabilidade de débitos de terceiros, no montante histórico em dobro de R\$12,9 milhões (fevereiro de 2013).</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação em 31 de dezembro de 2018.

IDEC – Ação Civil Pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

Processo n.º 1015746-86.2017.8.26.0100	
a. juízo	3ª Vara Cível de São Paulo
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	21/02/2017
d. partes no processo	<p>Autor: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC</p> <p>Réu: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	<p>Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) ajuizou ação civil pública contra a Companhia, objetivando a (1) devolução em dobro, juros e correção monetária a todos os consumidores que pagaram por serviços atípicos cobrados na fatura de energia elétrica nos últimos 5 anos, sem que houvesse sua respectiva solicitação expressa; e (2) danos morais coletivos em valor não inferior a R\$ 1,0 milhão.</p> <p>Dado o atual andamento do processo, os valores não são passíveis de quantificação.</p>
f. principais fatos	<p>Em março de 2017, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) ajuizou ação civil pública contra a Companhia, objetivando a (1) devolução em dobro, juros e correção monetária a todos os consumidores que pagaram por serviços atípicos cobrados na fatura de energia elétrica nos últimos 5 anos, sem que houvesse sua respectiva solicitação expressa; e (2) danos morais coletivos. Em 31 de janeiro de 2018, a primeira instância julgou procedente a ação civil pública, condenando a Companhia a restituir em dobro os consumidores indevidamente cobrados e ao pagamento de uma indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 500 mil. A Companhia apresentou recurso de apelação contra esta decisão na segunda instância. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar somente valores relacionados à condenação por danos morais e eventual devolução aos consumidores que não localizamos a evidência de aceite do seguro, vez que, ao longo de 2017, a Companhia já efetuou a devolução em dobro dos consumidores que localizamos evidência do aceite de seguro.</p>
g. chance de perda	<p>Provável quanto à devolução simples aos consumidores indevidamente cobrados e Possível quanto à devolução em dobro dos valores indevidamente cobrados dos consumidores, bem como em relação ao Dano Moral Coletivo.</p>
h. análise do impacto em caso de perda	<p>Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação em 31 de dezembro de 2018.</p>

Arbitragem Neoenergia

Arbitragem Neoenergia - CAM 106/18	
a. juízo	Câmara de Arbitragem do Mercado - CAM
b. instância	Arbitragem
c. data de instauração	07/05/2018
d. partes no processo	<p>Autor: Neoenergia S/A.</p> <p>Réu: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A.</p>
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
f. principais fatos	<p>Trata-se de arbitragem proposta pela Neoenergia em face da Companhia perante a Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM com base no Acordo de Investimento celebrado entre a Companhia e a Neoenergia em 16 de abril de 2018. Em 2 de agosto de 2018 houve formalização da nomeação dos árbitros que atuarão no caso e, em 3 de setembro de 2018 foi formalizado o Termo de Arbitragem. Em 18 de outubro de 2018 a Neoenergia apresentou as alegações iniciais. Em 03 de dezembro de 2018 a Eletropaulo apresentou defesa. A Neoenergia apresentou replica em 14 de janeiro de 2019. Em 20 de janeiro de 2019 a Eletropaulo apresentou tréplica. A Neoenergia deverá especificar os documentos que pretend ever exibidos até o dia 26 de março de 2019. A audiência de apresentação do caso e produção de provas está pré-agendada para os dias 30/05/2019 e 31/05/2019. A Companhia, em conjunto com seus assessores legais, classifica o prognóstico de perda do caso como possível. Como ainda não foram especificados pedidos na arbitragem, o valor envolvido é, atualmente, inestimável. Esse caso é tratado sob confidencialidade, razão pela qual a Companhia limitou-se em divulgar as informações acima descritas.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	<p>Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação em 31 de dezembro de 2018.</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processos administrativos e judiciais regulatórios

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia era parte em alguns processos judiciais cujo objeto é a impugnação judicial de decisões administrativas e autos de infração impostos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, o valor total envolvido nos processos administrativos e judiciais regulatórios com chance de perda provável e possível era, conjuntamente, de R\$1.412,3 milhões e o montante provisionado era de R\$95,4 milhões.

Dentre os processos de natureza regulatória individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2018, destacam-se os seguintes:

Auto de Infração nº 0064/2017 (Processo nº. 48500.005077/2015-56)	
a. juízo	Não aplicável
b. instância	Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade ("SFE") - ANEEL
c. data de instauração	06/11/2017
d. partes no processo	Autor: ANEEL Réu: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 29,8 milhões
f. principais fatos	A Companhia recebeu, em 22 de novembro de 2017, o Auto de Infração nº 0064/2017- SFE, em virtude de indicadores de continuidade individuais e coletivos para o ano de 2015 (avaliação do processo de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, bem como pagamento das compensações financeiras relacionadas às transgressões dos índices), bem como acerca do reprocessamento dos indicadores de continuidade individuais e coletivos realizados pela Companhia no período de 2011 a 2015, no montante de R\$ 29.775. A Companhia manifestou-se tempestivamente sobre o AI em 04 de dezembro de 2017 e aguarda pela análise do recurso apresentado na ANEEL. Por ora, a Companhia avalia, por meio de assessoria jurídica, a classificação de perda no Judiciário para fins de provisionamento.
g. chance de perda	Provável e possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em análise

Indicadores de Continuidade

Auto de Infração nº 014/2015 - Processo nº 1015988-34.2018.4.01.3400	
a. juízo	14ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	12/08/2018
d. partes no processo	Autor: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Réu: ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$3,1 milhões (provável) R\$30,1 milhões (possível)
f. principais fatos	Em 31 de julho de 2018, a ANEEL manteve a penalidade de multa referente aos indicadores de continuidade individuais e coletivos do ano de 2014, no entanto após análise dos recursos apresentados pela Companhia, o valor original da penalidade foi reduzido para R\$ 21,9 milhões. Em 13 de agosto de

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	2018 foi ajuizada ação pela Companhia contra a ANEEL buscando suspender os efeitos de tal penalidade. Em 15 de agosto de 2018 foi concedida liminar para suspender a exigibilidade da multa cobrada. Contra essa decisão, a ANEEL recorreu e ainda não houve julgamento. Em 21 de agosto de 2018, a Companhia opôs Embargos de Declaração para que a liminar fosse complementada para também constar a suspensão de determinações decorrentes do auto de infração e não somente a multa, os quais foram rejeitados pela necessidade de complementação da garantia. A garantia foi complementada e novos pedidos para a extensão da liminar foram realizados em 18 de outubro de 2018 e 13 de novembro de 2018 não tendo havido decisão a respeito. O processo tramita em primeira instância ainda sem decisão de mérito. Dessa forma, considerando a (i) reavaliação da assessoria jurídica efetuada no 1º semestre de 2018 que reduziu a provisão em R\$ 19,9 milhões, e (ii) a redução da penalidade aplicada pela ANEEL, que gerou uma reversão de R\$ 4,8 milhões, o saldo provisionado em 31 de dezembro 2018, perfaz o total de R\$ 3,1 milhões, sendo que R\$ 30,1 milhões estão classificados como probabilidade de perda possível
g. chance de perda	Provável e Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que efetuar o pagamento da multa aplicada no valor de R\$33,2 milhões, estimado em 31 de dezembro de 2018.

Auto de Infração nº 001/2016 - Processo nº 1015115-34.2018.4.01.3400	
a. juízo	03ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	06/08/2018
d. partes no processo	Autor: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Réu: ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$15,0 milhões (provável) R\$50,0 milhões (possível)
f. principais fatos	Em 24 de julho de 2018, a ANEEL manteve a penalidade de multa referente aos indicadores de continuidade individuais e coletivos do ano de 2013, no entanto após análise dos recursos apresentados pela Companhia, o valor original da penalidade foi reduzido de R\$ 45.729 para R\$ 43.806. Em 6 de agosto de 2018, foi ajuizada ação pela Companhia contra a ANEEL buscando suspender os efeitos de tal penalidade. Em 7 de agosto de 2018 foi concedida liminar em favor da Companhia, para que a ANEEL não cobre nem insira a Companhia no rol do cadastro de inadimplentes enquanto a questão estiver sendo discutida no Judiciário. Em 14 de agosto de 2018, a Companhia apresentou embargos de declaração com o objetivo de ver expressamente estendida a liminar, também para as determinações decorrentes das não conformidades fixadas pela ANEEL e vem buscando os meios jurídicos para referida complementação da decisão liminar. O processo tramita em primeira instância ainda sem decisão de mérito. Dessa forma, considerando a redução da penalidade e avaliação da assessoria jurídica da Companhia, foi efetuada reversão de R\$ 4,4 milhões, restando em 31 de dezembro de 2018, o valor total provisionado de R\$ 15,0 milhões, sendo que R\$ 50,0 milhões estão classificados como probabilidade de perda possível.
g. chance de perda	Provável e Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que efetuar o pagamento da multa aplicada no valor de R\$65,0 milhões, estimado em 31 de dezembro de 2018.

Devolução Tarifária – Base Blindada

Processo nº 0054491-83.2014.4.01.3400	
a. juízo	7ª Vara Federal do Distrito Federal

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

b. instância	1ª instância
c. data de instauração	19/08/2014
d. partes no processo	Autor: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Réu: ANEEL
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Anulação do Despacho ANEEL nº 4.259/2013 e decisões administrativas posteriores da ANEEL em processo administrativo (PA) que determinou que a Companhia efetue a restituição aos seus consumidores da quantia total de R\$847,2 milhões, atualizados até 31 de dezembro de 2018), anulando os efeitos da incorporação das parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (i.e., Cabo), bem como indeferiu pedido subsidiário da Companhia no PA para que determinados ativos não incluídos na base de remuneração regulatória de 2003 fossem considerados no reajuste tarifário anual.
f. principais fatos	<p>Em 21 de novembro de 2012, foi aberto processo para que fossem examinados determinados ativos pertencentes à base blindada da Base de Remuneração Regulatória da Companhia e eventual sobreavaliação de ativos e possível devolução de valores cobrados em excesso de consumidores. Em 18 de fevereiro de 2013 foi nomeado o Diretor Relator para o referido processo. Em novembro de 2013, ANEEL notificou a Companhia para apresentação de manifestação referente ao referido processo específico para saber se é devido o recálculo das tarifas praticadas pela Companhia antes da data da sua terceira revisão tarifária periódica, para eventual desconto e restituição de parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (246.474,87 metros de Cabo AL Nu CAA 1272 MCM). A Companhia apresentou manifestação e em 17 de dezembro de 2013 a Diretoria da ANEEL, por meio do Despacho ANEEL nº 4.259/2013, decidiu pelo recálculo das tarifas praticadas pela controlada indireta da Companhia no período de julho de 2007 a julho de 2011, representando o valor de R\$ 626,1 milhões, devendo o mesmo ser corrigido por IGP-M a partir de 1º de dezembro de 2013 até a data de início da devolução, a qual será feita por meio de componente financeiro negativo, diferido em até 4 eventos tarifários, a partir de julho de 2014 ("Decisão").</p> <p>Após a publicação da Decisão, que ocorreu no dia 27 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou pedido de reconsideração administrativo à ANEEL, requerendo ainda a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração apresentado fosse analisado pela ANEEL.</p> <p>Em 28 de janeiro de 2014, por meio de despacho, o Diretor Geral da ANEEL negou o pedido da Companhia para que fossem suspensos os efeitos da Decisão. Contra este ato, a Companhia interpôs, também em 28 de janeiro de 2014, perante a Justiça Federal de Brasília, um mandado de segurança com pedido de liminar, para que a Justiça determinasse a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração fosse julgado pela ANEEL. Em 29 de janeiro de 2014 foi deferida liminar em favor da Companhia suspendendo os efeitos da Decisão até que a ANEEL julgasse o pedido de reconsideração. Em 3 de fevereiro de 2014 foi nomeado o Diretor Relator do Pedido de Reconsideração interposto pela Companhia junto à ANEEL.</p> <p>Em 1º de julho de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria deliberou o pedido de reconsideração da Companhia sobre análise da procedência do recálculo das tarifas praticadas pela Companhia antes da data da sua 3RTP (Processo nº 48500.006159/2012-75 – "Processo Específico"), para eventual desconto e restituição de parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente e decidiu pela manutenção da decisão tomada em dezembro de 2013.</p> <p>Em 3 de julho de 2014, a ANEEL, mediante o Despacho ANEEL nº 2.176/2014, decidiu pela devolução de 50% das parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente no valor de R\$325,5 milhões, gerando um impacto de -3,30% no reajuste total de 2014.</p> <p>Na mesma data, a Companhia ingressou com o novo pedido de reconsideração, requerendo a revisão da decisão na parte em que não acolheu o pedido subsidiário de recálculo tarifário considerando o subdimensionamento de outros ativos de serviço existentes.</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>Ainda, em 3 de julho de 2014, a Companhia requereu ao Juízo do Mandado de Segurança a extensão da medida liminar que havia suspenso os efeitos da Decisão proferida em dezembro de 2013 até o julgamento definitivo do novo pedido de reconsideração realizado pela Companhia no processo administrativo nº 48500.006159/2012-75.</p> <p>Em 9 de julho de 2014, o Juízo do Mandado de Segurança determinou a extensão da medida liminar deferida anteriormente até o julgamento final do novo pedido de reconsideração realizado pela Companhia no Processo nº 48500.006159/2012- 75, restando desta forma suspensos os efeitos da decisão proferida pela ANEEL no dia 1º de julho de 2014.</p> <p>Em 16 de julho de 2014, o Diretor Geral da ANEEL, monocraticamente, negou conhecimento ao novo pedido de reconsideração protocolado pela Companhia em 3 de julho de 2014, sob o fundamento de que a discussão na esfera administrativa se encontrava exaurida.</p> <p>Em 18 de julho de 2014, a Companhia interpôs recurso na ANEEL (agravo), alegando que o pedido de reconsideração deveria ser julgado pela Diretoria da ANEEL e que diante do fato do processo administrativo não estar concluído, a medida liminar obtida no Mandado de Segurança permanece surtindo seus efeitos.</p> <p>Em 12 de agosto de 2014, a Diretoria da ANEEL negou provimento ao recurso de agravo da Companhia, confirmando o encerramento da discussão da matéria na esfera administrativa.</p> <p>Em 19 de agosto de 2014, a Companhia propôs perante a Justiça Federal de Brasília Ação Ordinária em face da ANEEL, com pedido de antecipação de tutela para sustar os efeitos do Despacho ANEEL nº 4.259/2013, confirmado pelo Despacho ANEEL nº 2.176/2014. A tutela antecipada foi indeferida.</p> <p>A Companhia interpôs recurso de Agravo de Instrumento ("Agravo") perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região ("TRF1"). Em 9 de setembro de 2014, a Companhia obteve decisão liminar no Agravo para que a ANEEL efetuassem o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014 até o julgamento do mérito do recurso.</p> <p>Em 25 de setembro de 2014, a ANEEL apresentou petição apontando dificuldades no cumprimento da medida liminar em razão da necessidade da observância de procedimento interno complexo e postulou a suspensão do cumprimento da decisão até o julgamento do Agravo.</p> <p>Em 6 de outubro de 2014, o Desembargador Relator não revogou a liminar favorável à Companhia, porém suspendeu o cumprimento da liminar até o julgamento do Agravo no TRF1. Portanto, a liminar permaneceu vigente e apenas o seu cumprimento foi suspenso.</p> <p>Em 13 de outubro de 2014, teve início o julgamento do Agravo, sendo proferido, inicialmente, voto favorável pelo Desembargador relator do Agravo e posteriormente o julgamento foi suspenso uma vez que o Desembargador revisor pediu vista dos autos. O julgamento prosseguirá com o voto do Desembargador revisor e mais um voto de outro Desembargador (o julgamento é realizado por três Desembargadores) em data ainda a ser definida.</p> <p>Em 18 de dezembro de 2014, os efeitos da liminar foram reestabelecidos pelo TRF1.</p> <p>Em 07 de janeiro de 2015, a ANEEL interpôs recurso para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) visando suspender a liminar em vigor.</p> <p>Em 08 de janeiro de 2015, a ANEEL publicou o novo índice de Reajuste Tarifário, que exclui o componente financeiro de -3,30 pontos percentuais.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar R\$ 847,2 milhões, estimado em 31 de dezembro de 2018.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Auto de Infração nº 008/2012-SFF - Processo nº 0051411-43.2016.4.01.3400	
a. juízo	13ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	26/08/2016
d. partes no processo	Autor: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Réu: ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Multa imposta pela ANEEL no Auto de Infração nº 008/2012-SFF, que confirmou parcialmente o Despacho nº 2.192, de 16.8.2016 – em razão de supostas violações às práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor R\$88,4 milhões
f. principais fatos	Ação ajuizada com o objetivo de anular multa imposta pela ANEEL no Auto de Infração nº 008/2012-SFF, que confirmou parcialmente o Despacho nº 2.192, de 16.8.2016 – em razão de supostas violações às práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor. A tutela antecipada para suspender a exigibilidade da penalidade foi deferida em 26 de agosto de 2016. Após a apresentação de contestação pela ANEEL e réplica pela Companhia, o processo aguarda o início da fase de instrução.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que efetuar o pagamento da multa aplicada no valor de R\$88,4 milhões, estimado em 31 de dezembro de 2018.

Auto de Infração nº 122/2012-SFF - Processo nº 0051114-70.2015.4.01.3400	
a. juízo	3ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	31/08/2015
d. partes no processo	Autor: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Réu: ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Auto de Infração nº 122/2012-SFF – que analisou se as práticas contábeis e econômico-financeiras da concessionária estão em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor. R\$178,2 milhões
f. principais fatos	Ação Ordinária ajuizada para questionar a legalidade de parte do Ato Administrativo consubstanciado no Despacho ANEEL nº 2.720 (18.8.2015) - Processo Administrativo nº 48500.000236/2011-01 - Auto de Infração nº 122/2012-SFF – que analisou se as práticas contábeis e econômico-financeiras da concessionária estão em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor. A Companhia efetuou depósito do valor incontroverso no total de R\$8.939.706,33. Foi deferido o pedido liminar da Companhia, suspendendo a exigibilidade da multa. Decisão de primeira instância desfavorável à Companhia em 7 de julho de 2017. A liminar não foi expressamente revogada pela decisão de primeira instância desfavorável, permanecendo em vigor. Em 20 de julho de 2017, a Companhia apresentou embargos de declaração apontando defeitos de contradição e omissão e exigindo que fossem resolvidos, requerendo que a decisão desfavorável fosse totalmente reformada. Em 23 de maio de 2018, os embargos de declaração da Companhia foram rejeitados e mantidos os termos da sentença. Em 11 de junho de 2018, a Companhia apresentou recurso de apelação, o qual será remetido ao Tribunal para julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Com base no critério de cálculo adotado pela ANEEL o valor dessa autuação corresponde a R\$ 178,2 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2018.

PCLD

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº MS 2001.34.00.018010-2 (Apelação 0017985-65.2001.4.01.3400) e MS 2001.34.008424-0 (Apelação 0008415-55.2001.4.01.3400)	
a. juízo	6ª Turma do TRF da 1ª Região
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	24/06/2001 e 22/03/2001
d. partes no processo	Autor: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Réu: ANEEL
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Autos de Infração nº 0027/TN0336/1 envolvendo R\$64,3 (possível) e nº 015/TN170, envolvendo R\$18,8 (provável) milhões.
f. principais fatos	<p>Pela ANEEL foram lavrados dois autos de infração em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD - Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa. Contra tais autuações, a Companhia propôs dois Mandados de Segurança com o objetivo de anular tais autuações. Ambas as ações foram julgadas improcedentes, sendo que contra as decisões de primeira instância foram apresentados os recursos cabíveis.</p> <p>AI nº 015/TN170 – Em 4 de julho de 2012, sobreveio decisão de mérito desfavorável ao recurso interposto pela Companhia no mandado de segurança, sendo proposto um novo recurso de agravo em 6 de julho de 2012, o qual teve provimento negado. Em 23 de agosto de 2013, a Companhia apresentou Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em 10 de setembro de 2013, a Companhia ajuizou duas Medidas Cautelares, com pedido de liminar, perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), visando suspender o processo e a exigibilidade da multa imposta pela ANEEL até julgamento final dos recursos pelo STJ e pelo STF. Em 17 de setembro de 2013, o TRF1 concedeu o efeito suspensivo requerido pela Companhia. Em 12 de maio de 2014, a ANEEL apresentou contrarrazões. Aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário.</p> <p>Em 4 de dezembro de 2018 a Companhia foi citada nos autos de execução fiscal em que a ANEEL pretende a satisfação do valor correspondente à referida multa. Em 18 de dezembro de 2018 a Companhia opôs exceção de pré-executividade requerendo a extinção ou, subsidiariamente, a suspensão da Execução Fiscal, uma vez que há decisão vigente, proferida nos autos das Medidas Cautelares supramencionadas, suspendendo exigibilidade do débito. Aguarda-se decisão do juízo sobre os pedidos da Companhia. Considerando o recebimento da execução fiscal e diante da restrição da possibilidade de ampla argumentação do caso nas instâncias superiores, em dezembro de 2018 a probabilidade de perda da ação passou a ser classificada como provável com o consequente provisionamento do montante de R\$ 18,8 milhões, com base nas atualizações feitas a partir do critério de atualização adotado pela ANEEL.</p> <p>AI 027/TN0336/1 – Em 27 de agosto de 2013, o recurso da Companhia, apresentado contra a sentença desfavorável de 1ª instância de fevereiro de 2002, foi provido, cancelando a multa imposta pela ANEEL. Em 20 de maio de 2014 a ANEEL interpôs Recurso Especial e em 08 de setembro de 2014, a Companhia apresentou contrarrazões. Aguarda-se o julgamento do recurso. Com base nas atualizações feitas a partir do critério de atualização adotado pela ANEEL o valor de tal autuação monta em R\$64,3 milhões atualizado até 31 de dezembro de 2018.</p> <p>Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor acima. A Companhia entende que o processo é relevante devido ao valor envolvido.</p>
g. chance de perda	Provável e Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de R\$83,1 milhões, estimado em 31 de dezembro de 2018.

Processos de natureza ambiental

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Em 31 de dezembro de 2018, tais demandas respondiam pela provisão de R\$5,8 milhões.

Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a remediação do solo e água subterrânea – as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais –, tais como a do Complexo Cambuci, Miguel Yunes e Estações transformadoras de distribuição, bem como o processo judicial descrito a seguir:

Represa Guarapiranga

Processo nº 0409787-68.1996.8.26.0053 (583.53.1996.409787-1 ou 953/96)	
a. juízo	4ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	20/09/1996
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo Réu: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. e Associação Desportiva Cultural Eletropaulo
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga, mediante as alternativas consistentes (i) na implantação de um projeto ambiental devidamente aprovado junto ao órgão ambiental competente, ou (ii) na cessão ao Estado de uma área verde desocupada, localizada em zona de mananciais (desde que devidamente aprovada pelo órgão ambiental competente).
f. principais fatos	<p>Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural Eletropaulo visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as Rés, solidariamente, ao cumprimento de obrigação de fazer, visando a implementação de medidas de reparação ambiental, bem como à demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na perícia técnica realizada.</p> <p>A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à primeira instância, tendo o Ministério Público requerido o cumprimento da sentença. Após determinação do juízo, a Companhia esclareceu que pretendia cumprir a condenação alternativa por meio de doação de área verde em zona de manancial ao Estado de SP. A Secretária do Meio Ambiente (SMA) notificou o juízo e a Companhia informando que não aceitaria a doação de área verde em zona de manancial oferecida pela Companhia, uma vez que representaria custos adicionais ao Estado para instalação e manutenção de infraestrutura ("doação com encargos ao Estado"). Considerando isto, iniciamos as tratativas com a SMA para cumprir essa parte da sentença por meio da implementação de um projeto ambiental na região.</p> <p>Após longos 08 meses de negociação e da finalização de um projeto ambiental que possuía três frentes de atuação, o Centro de Apoio Técnico do Ministério Público (CAEX) emitiu parecer opinando pela não aprovação do referido projeto, alegando que não haveria ganho ambiental efetivo e que a melhor alternativa seria o replantio de mudas nativas na região, razão pela qual iniciamos novas tratativas, buscando áreas e parcerias no entorno da represa para elaborarmos novo projeto e assim submetermos à análise do Ministério Público novamente.</p> <p>Em reunião realizada no dia 25.01.2017 apresentamos novas frentes de atuação ao Promotor em exercício. A Promotoria entendeu que os Parques Naturais de Jaceguava e Itaim atenderiam às especificidades necessárias e solicitou que apresentássemos projeto ambiental para o local, o que foi</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	atendido. Atualmente, o processo aguarda a manifestação do Ministério Público em relação ao projeto ambiental apresentado.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	Cumprimento da obrigação de fazer, visando a implementação de medidas de reparação ambiental, bem como a demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na perícia técnica realizada, caso a proposta de replantio de mudas nativas não seja acolhida pela Promotoria. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantém provisão para cumprimento das partes estimáveis da presente demanda no montante de R\$ 3,9 milhões

Multa Postural

Processo nº 0004697-76.2013.8.26.0271	
a. juízo	Esfera Judicial
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	07/08/2013
d. partes no processo	Autor: Município de Itapevi/SP Réu: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 35,9 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada com a finalidade de exigir multas administrativas aplicadas pela não apresentação de laudos técnicos de segurança relativos a 11.075 (onze mil e setenta e cinco) postes instalados / mantidos nas vias e logradouros públicos do Município de Itapevi/SP, no ano de 2012. A Companhia apresentou Seguro Garantia como forma de suspender a exigibilidade do crédito tributário e apresentar sua defesa. Em setembro de 2014, a Companhia opôs Embargos à Execução, os quais foram julgados improcedentes. A Companhia interpôs Recurso de apelação, mas foi negado provimento. Opostos Embargos de Declaração, que foram rejeitados. Interpostos recursos Especial e Extraordinário.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de R\$ 35,9 milhões (em 31 de dezembro de 2018), o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando os valores envolvidos.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

A Companhia é parte em diversos processos judiciais no desenvolvimento normal de suas atividades. Para os processos em que a Companhia é parte, foram provisionados R\$ 2,5 bilhões.

O cálculo dos valores a serem provisionados reflete a melhor expectativa de perda das ações judiciais, apurado conjuntamente pelos advogados externos e internos, responsáveis pela condução dos processos. Somente encontram-se provisionados valores relativos aos processos cujo prognóstico de perda apurado conjuntamente com os advogados internos e externos é provável.

Não há como assegurar que o valor provisionado será suficiente para cobrir eventuais condenações. Ademais, há ações cujo valor não pode ser estimado de modo que não foi realizada provisão. O efeito de uma decisão desfavorável nessas ações pode ter um impacto negativo sobre o negócio da Companhia.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não é parte de quaisquer processos judiciais, administrativos e arbitrais cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável em decorrência da não existência de processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos na forma descrita no item 4.4 acima.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas subsidiárias são parte nos seguintes processos sigilosos relevantes.

Procedimento Arbitral	
Objeto	Procedimento Arbitral requerido pela Neoenergia contra à Companhia em decorrência do cancelamento do Acordo de Investimento celebrado em 2018 entre as partes.
Chance de Perda	Possível
Análise do Impacto em caso de perda	O valor envolvido é inestimável e não há valores provisionados para esta arbitragem

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Para os fins deste item 4.6, foram considerados como processos que tenham potencial de impacto financeiro adverso, de dano à imagem e/ou às atividades da Companhia. A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos repetitivos ou conexos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza:

Contingências tributárias

Execuções fiscais referentes a IPTU, ISS e Taxas

Número de processo não aplicável, já que são ações de massa.	
a. valores envolvidos	R\$ 57,6 milhões (em 31 de dezembro de 2018), sendo R\$ 3 milhões com prognóstico de perda provável e R\$ 54,6 milhões com prognóstico de perda possível.
b. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A Companhia figura no polo passivo em diversas execuções fiscais promovidas por diversas Municipalidades que buscam o recolhimento de supostos débitos de IPTU, ISS e taxas contempladas em suas respectivas legislações. A Companhia entende que o conjunto de ações é relevante devido ao montante total envolvido.

Contingências cíveis

Procon

A Companhia figura em 12 processos judiciais e administrativos	
a. valores envolvidos	R\$83,5 milhões (R\$43,1 milhões provisionados)
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A Companhia recebeu 12 autos de infração lavrados pelo Procon do Estado de São Paulo em decorrência de supostas não conformidades na operação da Companhia em relação aos direitos de seus consumidores.

Ações Anulatórias - Multas de Trânsito – Rodízio e Zona Máxima de Restrição de Circulação

A Companhia figura em 8 Ações Anulatórias de Multas de Trânsito	
a. valores envolvidos	R\$59,2 milhões (R\$44,0 milhões provisionados)
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Ajuizadas contra a Prefeitura do Município de São Paulo, visando liminarmente a suspensão e ao final da ação o cancelamento de multas relacionadas a: (i) Rodízio Municipal de Veículos; (ii) Zona Máxima de Restrição de Circulação de caminhões; e (iii) Não Indicação de Condutor correlatas às duas primeiras.

Uso da faixa de domínio de rodovias

Processo nº Não aplicável, já que são ações de massa.	
a. valores envolvidos	Caso sobrevenham decisões finais desfavoráveis, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento dos processos não são passíveis de quantificação.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A Companhia é parte em ações judiciais que discutem a onerosidade de sua atuação para a instalação e manutenção de infraestrutura de distribuição de energia em faixas intermediárias e laterais das rodovias. A Companhia também ajuizou ações contra o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER), obtendo decisões favoráveis em primeira e segunda instância, adotando ainda outras medidas legais para discussão do tema. Existem decisões favoráveis e desfavoráveis julgadas em diferentes instâncias, com repercussão geral reconhecida no Recurso Extraordinário nº 581.947 (tema 261), o qual aguarda-se julgamento.
--	---

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

A Companhia é parte em diversos processos no curso normal de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2018, o valor total envolvido nos processos descritos no item 4.6 deste Formulário de Referência era de R\$200,3 milhões, dos quais R\$90,1 milhões foram provisionados.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não há outras contingências que a Companhia julgue relevantes além daquelas listadas nos itens anteriores.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desses direitos, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(e) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Desde a integração ao Grupo Enel, a Companhia vem adaptando seu modelo de Gerenciamento de Riscos, estabelecendo uma transição da Política de Gerenciamento de Riscos com abrangência unicamente a Enel Distribuição São Paulo, para as Políticas Globais do Grupo Enel.

Dessa forma, a partir de janeiro de 2019 a Companhia segue as políticas de gerenciamento de riscos definidas por seu acionista controlador indireto (Enel Spa). As políticas estabelecem os riscos enfrentados e as diretrizes para seu monitoramento interno e são aprovadas pelo Conselho de Administração da Enel SpA, o qual abriga um Comitê de Controles e Riscos, que dá suporte à avaliação e decisões do Conselho de Administração da Companhia, relativas aos controles internos e sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relativas à aprovação das demonstrações financeiras periódicas. Conforme Estatuto Social da Companhia, compete, ainda, ao Conselho de Administração avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controle e gerenciamento de riscos.

O sistema de gestão de riscos abrange três tipos de atividades: (i) controles de primeiro nível, que consistem em atividades de controle realizadas por cada unidade operacional, em seus próprios processos, como forma de assegurar a correta realização das operações; (ii) controles de segundo nível, os quais são executados por áreas corporativas específicas e que visam monitorar e gerir tipos específicos de riscos; (iii) controles de terceiro nível (auditoria interna), que visam verificar a estrutura e funcionamento do sistema como um todo, através do monitoramento dos controles, assim como do trabalho executado pelo segundo nível.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gestão de Riscos e o sistema de gestão de riscos indicam as diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão de fatores de riscos inerentes aos negócios da Companhia, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

(i) os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os seguintes riscos:

- **Mercado/Commodity:** Volatilidade de produção e preço assim como commodities, demanda de energia contratada de forma regulada ou livre e oscilações de comportamentos no mercado presente em cada uma das cidades do Brasil e o mesmo como um todo.
- **Regulatórios:** Mudanças de normas e regulamentos aplicáveis à concessão do serviço e a prestação de serviço ao consumidor;
- **Operacionais:** Disponibilidade e eficiência das redes de distribuição e transmissão, passando pelas nossas subestações com o fim de evitar penalidades regulatórias em termos de não observação dos limites impostos em termos de qualidade e perdas, bem como, a excelência nas nossas usinas de geração, desde o planejamento do investimento

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

até as operações de Operação e Manutenção, com o fim de atender de forma excelente os nossos compromissos.

- **Financeiros:** Volatilidade cambial (*Foreign Exchange*) e de taxa de juros (*Interest Rate*), bem como, adequação as normas contábeis nacionais e internacionais;
- **Estratégicos:** Planos de investimento, demandas de novos clientes, digitalização, retenção de pessoal;
- **Socioambientais:** Gestão sócio-ambientais, com foco nas mudanças climáticas, descarbonização, redução de emissão de CO₂, bem como, segurança do colaborador próprio e parceiro, e do cliente no contato com as redes elétricas; consumo de recursos naturais; atuação em áreas de violência urbana e vulnerabilidade social;
- **Reputação e imagem:** Qualidade de serviços, conduta ética, acidentes com a população; e
- **Legais:** Ações cíveis, estratégicas, consumidor, ambientais, bem como, rescisões contratuais, processos trabalhistas e fiscais.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: (i) aprovar as políticas de riscos propostas pelo *Controller* de risco da holding da Companhia Enel Brasil S.A.; (ii) aprovar os limites de exposição propostos; (iii) autorizar quebras de limites; (iv) definir estratégias de riscos identificando planos de ação e instrumentos para mitigar os riscos; e (v) supervisão global do gerenciamento e controle de riscos.

A função de *Risk Control* atende as sociedades do grupo Enel nas funções relacionadas ao processo de gestão de riscos, abrangendo identificar riscos de forma *ex ante* e definir em conjunto com os *Risk Owners* e *Risk Assessors*, as ações de mitigação, quantificação, planos de ação para controlar os riscos (endógenos e exógenos) inerentes em cada negócio para continuar no processo *ex post* com a contínua gestão de riscos.

Adicionalmente, com o objetivo de monitorar o cumprimento das políticas internas, inclusive relacionadas a riscos, a Companhia conta com uma área de auditoria interna, responsável por realizar periodicamente auditorias e verificar se as políticas e controles estabelecidos estão em funcionamento.

A área de auditoria interna elabora um plano anual de auditoria em conformidade com o resultado da avaliação de riscos, cujo principal objetivo é prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. A auditoria interna atua na avaliação dos processos relacionados aos segmentos operacional (infraestrutura e redes), comercial (mercado), administrativo, compras e de tecnologia da informação.

Há ainda divulgação de normas de conduta entre colaboradores, ressaltando aspectos éticos. A Companhia também possui um Programa de Compliance que objetiva garantir aderência aos requisitos da legislação brasileira anticorrupção, como a Lei 12.846/13, através do qual se estabelece uma série de medidas preventivas e detectivas de eventuais violações. O Programa de Compliance foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de setembro de 2018.

A Companhia dispõe de um Código de Ética, que expressa os compromissos éticos e responsabilidades no desempenho das atividades do negócio e das operações corporativas pelos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

colaboradores da Companhia, sejam eles executivos ou colaboradores com qualquer vínculo com esta empresa. A Companhia também dispõe de um canal de denúncias em seu website, que garante o anonimato para o denunciante e a confidencialidade das informações. Como maneira de garantir a observância e o cumprimento do Código de Ética, são realizados treinamentos no momento da admissão de cada colaborador. Adicionalmente, treinamentos e discussões de temas éticos *vis-a-vis* o Código de Ética da Companhia são praticados anualmente.

Adicionalmente, periodicamente os empregados são treinados para garantir conhecimento quanto a Governança Corporativa da Companhia e de disseminar as boas práticas.

Além do comitê de riscos e da auditoria interna, a Companhia conta ainda com uma área de Controles Internos que tem por objetivo assegurar que as atividades de controles internos para mitigação de riscos relacionados elaboração das informações financeiras divulgadas são adequadas e estão em funcionamento. Essa área atende a todos requisitos de acompanhamento periódico da Lei Sarbanes Oxley, inclusive com certificação semestral desses controles por auditoria externa.

Adicionalmente, a Companhia possui políticas e práticas para a proteção de riscos que são utilizados e aplicados pelo seu controlador, Enel SpA, ao seu grupo, conforme destacamos abaixo.

Para os riscos financeiros, a Companhia adota a Política Global de Gerenciamento de Riscos Financeiros do grupo Enel, a qual estabelece parâmetros para proteger a Companhia de eventuais prejuízos em operações financeiras, bem como de falhas nos processos de registro, acompanhamento e avaliação de tais operações. Os controles internos são monitorados e avaliados semestralmente através do sistema corporativo GRC. A Companhia acompanha sua exposição a contrapartes e segue critérios que classificam as contrapartes por nível de risco e limitam o seu nível de exposição a cada contraparte. Esta exposição é medida diariamente por meio dos fluxos de caixa diário e projetados, permitindo planejar a alocação adequada dos recursos disponíveis. A Companhia também se utiliza de instrumentos derivativos com o único objetivo de proteger suas posições financeiras sujeitas a variações cambiais e taxas de juros.

A atual matriz de riscos do grupo Enel no Brasil classifica a revisão tarifária e a possibilidade de racionamento de energia como riscos regulatórios. Para gerir esses riscos, a Companhia utiliza o controle de parâmetros que influenciam a tarifa em diferentes cenários, levando em consideração inclusive as condições hidrológicas projetadas. Uma área específica de Regulação acompanha também as determinações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e promove a conformidade nas atividades das empresas do grupo Enel.

Os riscos da operação têm como principais aspectos a qualidade no fornecimento de energia e o índice de perdas. Esses riscos são gerenciados por meio de procedimentos e normas formais comerciais, operacionais e de execução.

A Companhia possui um Gestão de Gestão Ambiental (SGA) utilizado para identificar e monitorar riscos socioambientais. O princípio da precaução é a base considerada no Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que orienta a execução de processos operacionais e tem por base requisitos das certificações ISSO 14001 e OHSAS 18001 e normas técnicas ambientais. Os principais riscos sociais são gerenciados por meio de procedimentos comerciais, operacionais, de execução e de segurança do trabalho, além de projetos e procedimentos que minimizam os impactos.

As notícias divulgadas pela imprensa e as redes sociais são diariamente monitoradas para identificar qualquer informação que possa impactar negativamente a imagem da Companhia. Há ainda divulgação de normas de conduta entre os colaboradores, ressaltando aspectos como ética e respeito ao ser humano e ao meio ambiente.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da companhia é multidisciplinar e conta com as áreas de (i) gestão de riscos; (ii) controles internos; e (iii) auditoria interna, conforme descritas abaixo.

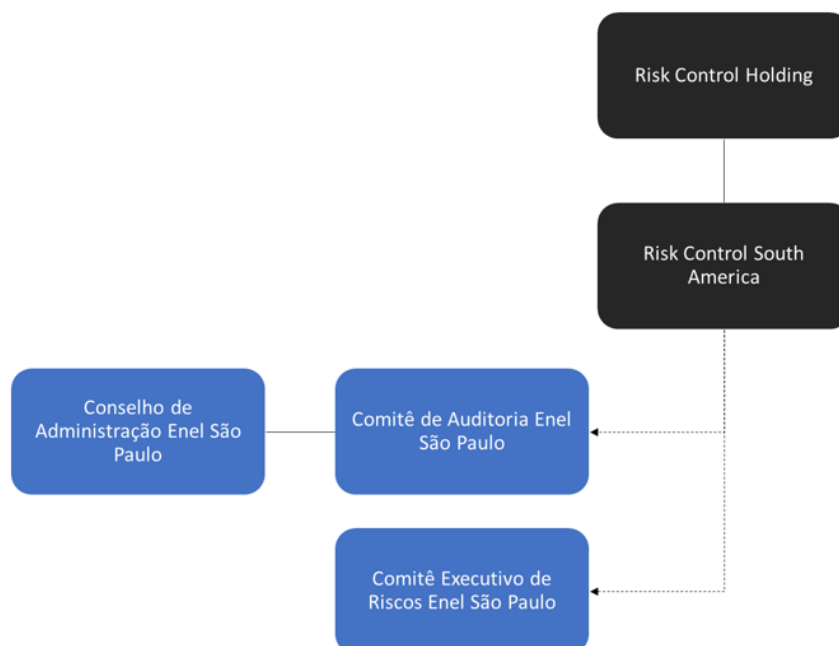
No âmbito de cada companhia do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional em que se origina o risco é também responsável pelo tratamento e pela adoção de medidas de controle e mitigação dos riscos.

Gestão de Riscos

A função de *Risk Control South America* atende a todos, e cada um dos países dentro da América do Sul, onde é responsável pela gestão dos principais riscos relacionados a *Commodity, New Investments, Modeling, Counterparts, Credit, Guarantees, Regulatory, Legal, Tax, Environmental, Foreign Exchange, Interest Rate*, bem como, identificar outros riscos de forma ex-ante e definir em conjunto com os *Risk Owners* e *Risk Assessors*, as ações de mitigação, quantificação, planos de ação para controlar os riscos (endógenos e exógenos) inerentes em cada negócio para continuar no processo ex post com a continua gestão de riscos, com a finalidade de eliminar, reduzir ou tratar os riscos associados e identificados, que impactam as *Business Line de Infra-estrutura & Networking (I&N), Trading Generation (TGx), Geração (GT), Enel Green Power (EGP)* e Enel X.

A partir do terceiro trimestre de 2017, com a criação do Comitê de Auditoria da Companhia, compete ao Comitê de Auditoria avaliar e supervisionar a efetividade e suficiência do processo de gerenciamento de riscos empresariais relevantes da Companhia e a conformidade da gestão para com as normas estabelecidas pela Companhia para assunção de riscos corporativos, bem como avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia.

A estrutura organizacional da área de Gestão de Riscos está apresentada a seguir:



Controles Internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

A área de controles internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

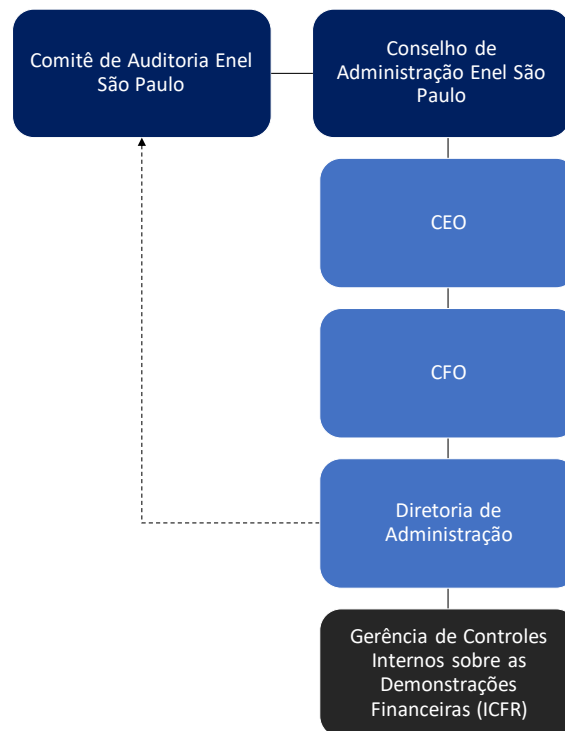
Visando garantir o alinhamento dos processos com as exigências de controle da Companhia, a área de controles internos atua também na gestão da política de alçadas, na gestão dos controles de acessos ao sistema financeiro e realiza *follow up* das deficiências de controle identificadas pela auditoria externa que afetam as demonstrações financeira para garantir a mitigação de todos os riscos nos prazos acordados.

A partir de 2019, a Companhia tem que atender aos requisitos das Leis Sarbanes-Oxley (SOX) e Lei Italiana 262/05 e passou a ter a avaliação dos controles sobre as demonstrações financeiras semestralmente com objetivo de garantir a eficácia e eficiência de seus processos e controles em linha com as boas práticas de Governança Corporativa, COSO reporte (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), em conformidade com os procedimentos emitidos pelo PCAOB (*Public Company Accounting Oversight Board*), e dos controles de ITGC (*IT General Controls*) em conformidade com COBIT.

A Companhia analisa todas as oportunidades de melhorias reportadas pelos auditores independentes na carta de recomendação e define planos de ação para implementação de todas as recomendações que considere pertinente. A área de Controles Internos é responsável por acompanhar a implementação dos planos de ação.

A Companhia conta também com o Comitê de Auditoria, a quem compete entender e avaliar o ambiente de controles internos, supervisionar a área de Controles Internos e monitorar a qualidade e integridade dos sistemas de controles internos, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias. Para mais informações sobre o Comitê de Auditoria, ver item 12 deste Formulário de Referência.

A estrutura organizacional da área de controles internos é apresentada a seguir:



Auditoria Interna

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

A Diretoria de Auditoria Interna atua, como área independente, na avaliação da eficiência dos processos e procedimentos ligados à operação da Companhia (infraestrutura e redes, comercial, administrativo e compras), dos controles associados às demonstrações contábeis, bem como dos controles de segurança da informação, todos em conformidade com as exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos. Adicionalmente, atua na avaliação dos processos de Governança Corporativa, que inclui atividades de Controles Internos e Gestão de Riscos, bem como cumprimento das políticas, normas e procedimentos internos, considerando os subsídios fornecidos pelas áreas Risk Control South America e Controles Internos como parte de sua avaliação para elaboração do plano anual de auditoria. De forma complementar, os resultados das atividades performadas por Risk Control são constantemente avaliadas pelo Conselho de Administração da Enel Americas, controladora indireta da Companhia, e demais fóruns diretivos da Companhia.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis pelos processos, revisados pela área de Controles Internos quando possuem impacto nas demonstrações financeiras, e sua implementação devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, quando aplicável, e Auditoria Interna.

O plano de auditoria é aprovado pela Diretoria e pelo Comitê de Auditoria da Companhia. Adicionalmente, o resultado das respectivas auditorias e a evolução dos planos de ação para implementação de potenciais melhorias e regularizações são apresentados periodicamente aos Diretores, Vice-Presidentes, Comitê de Auditoria e membros do Conselho de Administração.

A eficácia dos controles-chaves implementados pela Companhia para garantir a conformidade das Demonstrações Contábeis é testada de acordo com o plano de auditoria definido. Em caso de identificação de eventuais deficiências sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a mitigação dos riscos associados. O plano de ação é revisado e acompanhado pela área de controles internos.

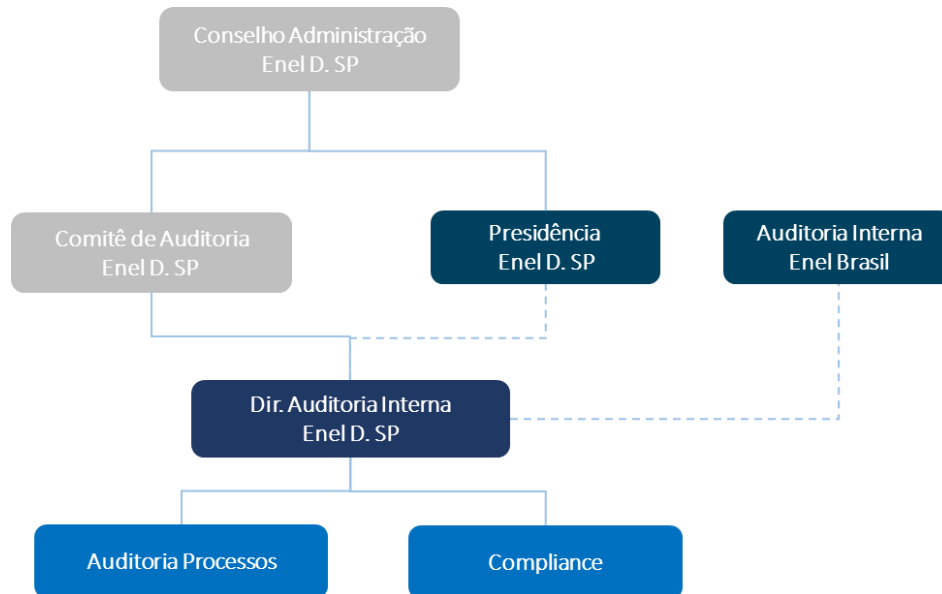
A Auditoria Interna possui uma política interna, que descreve as responsabilidades e principais atividades da área de auditoria, incluindo documentos gerados, comunicação com responsáveis, divulgação dos relatórios, acompanhamento dos planos de ação, entre outros.

Adicionalmente, a Auditoria Interna também é responsável pela gestão do Programa de Compliance da Companhia, que tem como objetivo promover a obediência às políticas e diretrizes da empresa, bem como às leis e regulamentações vigentes e a ela aplicáveis, além de encorajar uma cultura organizacional pautada pela ética.

Os assuntos referentes ao Programa de Compliance são reportados periodicamente ao Comitê de Auditoria, que deve assegurar a efetividade do gerenciamento dos riscos da Companhia, a integridade e ética das suas práticas em conformidade com normas e regimentos, o funcionamento do Código de Ética, do Plano de Tolerância Zero com a Corrupção e Programa de Compliance Global do Grupo Enel.

A estrutura organizacional da área de Auditoria Interna é apresentada a seguir:

5.1 - Política de gerenciamento de riscos



Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria tem por principal objetivo assessorar e aconselhar o Conselho de Administração na supervisão financeira da Companhia, bem como assegurar adequação das atividades dos auditores independentes e efetividade dos controles internos da Companhia, supervisionar as atividades da auditoria interna, da área de controles internos e dos sistemas de controle e gerenciamento de riscos. Adicionalmente, monitora a efetividade e a suficiência das respectivas estruturas, bem como a qualidade e integridade de seus processos, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias. O Comitê de Auditoria é responsável por monitorar e controlar a qualidade das demonstrações contábeis, a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Ao Comitê de Auditoria compete também supervisionar as atividades da Auditoria Interna, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como o planejamento, a qualidade e integridade dos processos de Auditoria Interna como qualidade dos trabalhos, estrutura existente, plano de trabalho e resultados dos trabalhos realizados.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A gestão dos riscos está alinhada com os objetivos estratégicos da organização e envolve, além da área de auditoria interna e de controles internos, gestores das áreas de negócio e de apoio, definidos como *Process* e *Control Owners* dos riscos que afetam as demonstrações financeiras da companhia. Portanto, eles utilizam suas estruturas específicas para o gerenciamento dos riscos, enquanto as áreas de Auditoria Interna e Controles Internos estão estruturadas para executar testes periódicos, assegurando a efetividade dos controles internos da Companhia.

A Companhia entende que a sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui uma política exclusiva para gerenciamento de riscos de mercado por entender que as práticas e controles atualmente previstas na Política de Gestão de Riscos, cuja última alteração foi aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2019, são suficientes para identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos de mercado aos quais está exposta em decorrência de suas operações e atividades.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Embora a Companhia não possua uma política específica para gerenciamento de riscos de mercado, a Companhia tem como objetivos de gerenciamento de riscos: (i) manter um nível mínimo de caixa para assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

(i) os riscos para os quais se busca proteção

O principal risco de mercado para o qual a Companhia busca proteção é o de liquidez, devido principalmente à variação de receita (mercado) e aos impactos regulatórios, que podem resultar na variação do preço de energia.

Ademais, a Companhia monitora o risco cambial decorrente do preço da energia comprada de Itaipu, o qual é estabelecido em dólares americanos, sendo que as variações das taxas de câmbio desse contrato são reconhecidas nas tarifas de distribuição por meio do mecanismo da CVA.

A Companhia também monitora potenciais necessidades de contratação de instrumentos para proteção de risco de liquidez, taxa de juros e risco cambial referente a eventuais obrigações atreladas à moeda estrangeira. No entanto, na data deste Formulário de Referência, nenhum instrumento é utilizado diante da inexistência de risco efetivo.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Uma vez identificados os riscos a serem mitigados, a Companhia poderá buscar os instrumentos mais adequados para contratar o hedge. Os principais fatores que deverão direcionar a decisão do instrumento a ser utilizado estão listados a seguir:

- Situação de liquidez da Companhia;
- Condição de crédito junto ao mercado financeiro; e
- Cenário de mercado.

(iii) os instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)

Os instrumentos financeiros mais utilizados pelo mercado visando à proteção patrimonial são SWAPS e Contratos a Termo para proteção (Hedge) contra o risco de taxa de juros e moeda estrangeira em certas obrigações atreladas à moeda não funcional.

Definido o objeto do hedge e o instrumento a ser utilizado, a Companhia precifica tais operações sempre seguindo as metodologias de mercado vigentes. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não havia contratado instrumentos de hedge.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacionais, de reputação e imagem, regulatório, legal, ambiental e outros riscos financeiros (contábil, atuarial e fiscal).

Além de sua categorização, suas naturezas, causas, responsáveis pelos riscos e gestores dos riscos também são identificados.

Os riscos são classificados de acordo com o seu impacto e probabilidade, onde os impactos podem ser mensurados de forma quantitativa e/ou qualitativa. Os impactos e probabilidades possuem uma classificação que varia de Muito Baixo, Baixo, Médio, Alto e Muito Alto.

- A régua de classificação quantitativa é baseada na situação da Companhia considerando a geração de caixa líquido e capacidade de captação de novos recursos.
- O impacto qualitativo também possui uma régua de classificação de muito baixo até muito alto e considera os danos que o risco pode gerar a Companhia que influenciem a performance da mesma ou que até mesmo geram danos extremos que inviabilizam as atividades da Companhia.
- A probabilidade também é classificada de muito baixa até muito alta considerando a possibilidade de materialização do risco.

O mapa de riscos da Companhia é construído com a mensuração do impacto e probabilidade. Métricas complementares de trajetória e velocidade do risco também são aplicadas para entendimento de tendências e exceções de comportamento do risco no futuro.

O plano de ação para cada um dos riscos é dividido em ações preventivas e contingenciais.

- O plano de ação preventivo é composto pelas ações que objetivam influenciar a probabilidade e/ou impactos atuais do risco, como também, em sua trajetória e velocidade. Estão atrelados aos tratamentos de mitigação, eliminação, diminuição ou transferência do risco.
- O plano de ação contingencial se caracteriza pela ação de acompanhamento do risco e está atrelado ao tratamento de aceitação do risco.

(iv.a) Risco de Crédito

Quanto à proteção à sua exposição ao risco de crédito presente em instrumentos financeiros, a Companhia procura selecionar instituições financeiras pelos critérios de reputação no mercado (instituições sólidas, seguras e de boa reputação) e pelo fato de poderem ou não prover um tratamento diferenciado nas operações, seja em custos, qualidade de serviços, termos e inovação. As operações também deverão atender aos requisitos de *compliance* e as instituições financeiras deverão enquadrar-se em classificação de risco para operações referentes a aplicações financeiras conforme política interna da Companhia.

(iv.b) Risco de gerenciamento de capital e liquidez

Conforme indicado no item 4.2 deste Formulário de Referência, a Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como captar novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia também mantém um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e realiza ações de controle como: (i) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (ii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; e (iii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

Além disso, Companhia monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

Como forma de monitoramento da situação financeira e do risco de gerenciamento de capital, a Companhia avalia a variação de seus *covenants* financeiros em relação a seus contratos de dívida. Atualmente, a Companhia acompanha o seguinte índice financeiro:

- Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

Quanto ao caixa, a Companhia busca manter um caixa mínimo de R\$500,0 milhões, valor constantemente revisado, a fim de garantir a liquidez mesmo com possíveis oscilações em detrimento do mercado, mudanças regulatórias ou possíveis gastos não recorrentes. Esse valor é monitorado diariamente e nas projeções de longo prazo que respaldam as decisões de captação de recursos.

O monitoramento do risco de liquidez e dos parâmetros acima mencionados é acompanhado pelo Conselho de Administração da Companhia no âmbito das discussões acerca do seu Panorama de Negócios.

(iv.c) Risco de taxa de juros e câmbio

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos 5 cenários. Com base no relatório FOCUS de 28 de dezembro de 2018, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, SELIC e TJLP para um ano e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2018, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário (valores expressos em milhares de reais, exceto percentuais). A projeção do cálculo considera a taxa de juros contratual índice mais *spread*, conforma abaixo:

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 31.12.2018	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,57%	5,35%	7,13%	8,91%	10,70%
Equivalentes de caixa	CDI	783.960	27.987	41.942	55.896	69.851	83.884
Investimentos de curto prazo	CDI	4.756	170	254	339	424	509
Subtotal		788.716	28.157	42.196	56.235	70.275	84.393
Dívidas	Taxa de juros contratual	Posição em 31.12.2018	Projeção despesas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI / SELIC			3,57%	5,35%	7,13%	8,91%	10,70%
Debêntures - 14ª Emissão	CDI + 1,50% a.a.	(543.640)	(27.854)	(37.676)	(47.498)	(57.319)	(67.197)
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série)	108,25% do CDI	(717.878)	(27.743)	(41.575)	(55.407)	(69.240)	(83.150)
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	111% do CDI	(1.424.065)	(56.431)	(84.568)	(112.705)	(140.841)	(169.136)
Debêntures - 23ª Emissão (3ª série)	CDI+1,45	(919.587)	(33.322)	(49.949)	(66.585)	(83.229)	(99.975)
TJLP			3,49%	5,24%	6,98%	8,73%	10,47%
FINEP 2	TJLP+5,00	(65.579)	(5.682)	(6.887)	(8.085)	(9.290)	(10.488)
Subtotal		(3.670.749)	(151.032)	(220.655)	(290.280)	(359.919)	(429.946)
Total da exposição líquida		(2.882.033)	(122.875)	(178.459)	(234.045)	(289.644)	(345.553)

Conforme indicado acima, a Companhia acompanha e monitora a variação das taxas de juros e câmbio. Sensibilidades são avaliadas pela Companhia no seu processo mensal de atualização de suas projeções financeiras e qualquer variação relacionada a taxa de juros que impacte o caixa mínimo da Companhia ou mesmo os *covenants* são monitorados.

Conforme mencionado acima, variações das taxas de câmbio às quais a Companhia está sujeita são originadas de um contrato regulado de compra de energia, de forma que tais exposições são reconhecidas nas tarifas de distribuição por meio do mecanismo da CVA.

O acompanhamento desse risco é realizado constantemente por meio dos modelos financeiros e são avaliados impactos na receita, nos gastos operacionais e financeiros. A Companhia também reavalia seu cenário de projeção de indicadores financeiros mensalmente para capturar possíveis mudanças de mercado e antecipar ações de mitigação, caso seja necessário. Uma das avaliações que Companhia faz é quanto à necessidade de derivativo para proteção, considerando: (i) situação de liquidez da Companhia, (ii) a condição de crédito da Companhia junto ao mercado financeiro, e (iii) o cenário de mercado.

A avaliação do impacto de taxa de juros e da variação cambial faz parte do controle de liquidez e do acompanhamento dos indicadores financeiros (*covenants*). Sensibilidades dos impactos da variação da taxa de juros são apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia possui uma área denominada Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, a qual também é responsável pela avaliação dos riscos de mercado, permitindo uma visão consolidada de todos os riscos, ainda que eles sejam gerenciados nas áreas de origem em que há a exposição, conforme exposto no item 5.1.b.iii deste Formulário de Referência. Em sua estrutura, a Companhia conta com a Gerência de Análises Contábeis, Controles Internos e Gestão de Riscos que têm como principais atribuições garantir o mapeamento de atividades de controle sobre práticas que possam afetar as demonstrações financeiras, imagem e informações confidenciais da Companhia, a capacidade de atingir seus objetivos estratégicos, bem como auxiliar na revisão de processos de

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

maneira a assegurar que as políticas, procedimentos e normas internas em geral estabeleçam um ambiente de controles internos confiável e níveis adequados de aprovação para desembolsos e contratações. Complementarmente, a Diretoria de Auditoria Interna atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia a conformidade dos processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo das demonstrações financeiras e os controles associados, e o terceiro dos controles de segurança da informação, todos em conformidade com as exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

Os riscos empresariais mais significativos que possam vir a afetar financeiramente a Companhia, bem como sua imagem e a capacidade da organização de alcançar os seus objetivos estratégicos e do negócio são classificados, analisados e tratados por meio de ações estruturantes, tendo como referência o Modelo COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, ERM - *Enterprise Risk Management*).

A estrutura organizacional da área de Gestão de Riscos é apresentada no item 5.1 deste Formulário de Referência.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Conforme citado acima, a Companhia executa o monitoramento da gestão dos riscos por meio da implantação de controles internos, que mitigam os riscos que podem impactar nos resultados financeiros da Companhia, bem como através de testes de efetividade destes controles. A área de Controles Internos tem a função de assegurar a implantação e continuidade dos controles e os testes de efetividade são efetuados pela área de auditoria interna.

A Companhia entende que a sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para verificação da efetividade da política de risco adotada.

5.3 - Descrição dos controles internos

A Companhia implementou e mantém controles internos relacionados às suas demonstrações contábeis e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), previamente aprovados e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), quando aplicável, bem como as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A partir de 2019, os processos e controles que impactam as demonstrações financeiras da Companhia serão auto-avaliados semestralmente, pelos *Control Owners* (executor controle) e *Process Owners* (dono dos processos), e testados por uma empresa de consultoria independente, para garantir o cumprimento das exigências da Lei Sarbanes Oxley e Lei Italiana 262/05 e garantir a eficácia e eficiência de seus processos e controles em linha com as boas práticas de governança corporativa.

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Em sua estrutura, a Companhia conta com a Gerência de Controles Internos que tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

A Companhia conta também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia a conformidade dos processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo das demonstrações contábeis e os controles associados, e o terceiro dos controles de segurança da informação, todos em conformidade com a lei norte-americana Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis dos processos, revisados pela área de Controles Internos quando possuem impacto nas demonstrações financeiras, e sua implementação é devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, quando aplicável, e Auditoria Interna.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Conforme descrito no item “a” acima, as estruturas organizacionais diretamente envolvidas no processo de monitoramento da eficácia do ambiente de controle da Companhia são a Gerência de Controles Internos e a Diretoria de Auditoria Interna.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

5.3 - Descrição dos controles internos

A partir de 2019, os processos e controles que impactam as *demonstrações financeiras da Companhia* serão *auto-avaliados semestralmente*, pelos *Control Owners* (executor controle) e *Process Owners* (dono processo) dos processos, e testados por uma empresa de consultoria independente para garantir o cumprimento das exigências da Lei Sarbanes Oxley e Lei Italiana 262/05.

O plano de auditoria é recomendado pelo Comitê de Auditoria e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. O resultado das respectivas auditorias e a evolução das implementações ou regularizações dos planos de ação são apresentados periodicamente aos Diretores e Vice-Presidentes.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente

Os auditores externos, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras, não identificaram deficiências de controle que pudessem ser consideradas significativas e/ou com impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social. A Companhia analisou todas as oportunidades de melhorias reportadas pelos auditores independentes na carta de recomendação e definiu planos de ação para a implementação das recomendações que julgou pertinentes. A implementação dos planos de ação vem sendo acompanhada pela área de Controles Internos. A carta de recomendação relacionada ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 dos Auditores Independentes não observou pontos relevantes de controle.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A administração da Companhia concorda com a maior parte das recomendações da carta de recomendação dos auditores independentes sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. As recomendações apresentadas estão relacionadas ao processo de conciliação dos ativos elétricos imobilizados, unitização de obras, avaliação a valor justo de propriedades para investimento, aprimoramento do modelo de aplicação de IFRS 9, aprimoramento do processo de conciliação contábil e aspectos fiscais.

De acordo com a avaliação da administração, nenhuma das melhorias reportadas pelos auditores apresentam probabilidade ou magnitude com relação a distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

5.4 - Programa de Integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Política de Gestão de Riscos da Companhia, descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, visa, dentre outros objetivos, à proteção de riscos de reputação e imagem. Além disso, a Companhia possui regras, políticas e procedimentos para prevenir e detectar a ocorrência de irregularidades, incluindo irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, descritos abaixo.

A Companhia também segue um Programa de Compliance aprovado por seu Conselho de Administração que visa garantir aderência aos requisitos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção"), através do qual se estabelece uma série de medidas preventivas.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são:

- **Código de Conduta:** A Companhia dispõe de um Código de Ética que expressa os compromissos éticos e responsabilidades no desempenho das atividades do negócio e das operações corporativas pelos colaboradores da Companhia, sejam eles executivos ou colaboradores com qualquer vínculo com a Companhia.
- **Plano de Tolerância Zero Corrupção:** O grupo Enel é comprometido com o respeito a seu Código de Ética e com os compromissos alcançados mediante a adesão ao Pacto Global. Dessa forma, exige aos seus colaboradores que sejam honestos, transparentes e justos no desempenho de suas tarefas. Os mesmos compromissos também são exigidos às demais partes interessadas, ou seja, às pessoas, grupos e instituições que contribuem para o alcance de seus objetivos, ou que estejam envolvidos nas atividades desempenhadas para obtê-los.
- **Política de Conflito de Interesses:** Orienta em como identificar e proceder em situações de conflito de interesses. Essa política aplica-se a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia.
- **Política de Presentes e Entretenimento:** Define padrões e limitações sobre a oferta e a aceitação de presentes e entretenimento. Essa política aplica-se a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia.
- **Política de Vedação ao Segundo Emprego ou Atividade Externa:** Define parâmetros de aplicação ou não da vedação aos colaboradores da Companhia em atuarem em um segundo emprego ou em atividades externas. Essa política aplica-se a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais

5.4 - Programa de Integridade

terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia.

- **Política de Contribuições e Doações de Qualquer Natureza:** Orienta na realização de contribuições e doações de qualquer natureza em nome da Companhia. Essa política aplica-se a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia.
- **Ações de Comunicação:** Ao longo do ano são realizadas ações de comunicação em parceria com a área de Comunicação Interna da Companhia. Essas ações incluem mensagens sobre os temas de *Compliance* através dos meios de comunicação disponíveis como e-mails, murais e TV.
- **Condução de Treinamentos:** São realizados treinamentos, presenciais e online, para reforçar os temas relacionados à gestão de *Compliance* e fortalecer os padrões éticos da Companhia. Os treinamentos abrangem colaboradores de todas as áreas e níveis hierárquicos, incluindo membros da alta administração.
- **Canal de Denúncias:** A Companhia disponibiliza um canal de comunicação para receber denúncias sobre possíveis violações às leis e ao Código de Ética da Companhia. As denúncias podem ser feitas através do e-mail do Canal Ético da Enel (<http://www.ethicspoint.com/>), pelo número de telefone 0800-892-0696, ou por carta ao seguinte endereço: Enel Brasil S.A. Auditoria Interna, Praça Leoni Ramos, nº 1 – bloco 1 – 5º andar, 24210- 205-São Domingos, Niterói - Rio de Janeiro. É garantido o anonimato da pessoa informante, sem prejuízo das obrigações legais previstas e a defesa dos direitos da empresa ou das pessoas envolvidas no testemunho.
- **Gestão de Riscos:** A função de *Risk Control Enel South América* é responsável pela gestão dos principais riscos relacionados a *Commodity, New Investments, Modeling, Counterparties, Credit, Guarantees, Regulatory, Legal, Tax, Environmental, Foreign Exchange, Interest Rate*, bem como, identificar outros riscos e definir em conjunto com os *Risk Owners* e *Risk Assessors*, as ações de mitigação, quantificação, planos de ação para controlar os riscos (endógenos e exógenos) inerentes em cada negócio para continuar no processo *ex post* com a continua gestão de riscos, com a finalidade de eliminar, reduzir ou tratar os riscos associados e identificados, que impactam as *Business Lines*.

Em decorrência da aquisição da Companhia pelo grupo Enel, ainda está sendo realizada a consolidação das práticas e mecanismos de integridade, sendo que alguns documentos já foram atualizados e aprovados pelos órgãos de governança da Companhia enquanto outros ainda estão em processo de análise e aprovação interna.

Abaixo apresentamos algumas políticas e procedimentos que estão em processo de aprovação pela Companhia:

- **Protocolo de Atuação no Relacionamento com funcionários públicos e autoridades públicas:** O relacionamento do grupo Enel com órgãos e autoridades da administração pública está regulamentado pelo Protocolo de Atuação no Relacionamento com

5.4 - Programa de Integridade

funcionários públicos e autoridades públicas - documento anexo ao Código de Ética, que visa: (i) estabelecer princípios claros de atuação que orientem as ações para aqueles que tenham relacionamento com funcionários públicos ou autoridades públicas, como forma de prevenir a ocorrência de práticas ilícitas; (ii) proteger o processo de competência e o correto funcionamento dos mercados, mediante a prevenção e eliminação de práticas que suponham vantagens competitivas ilícitas; (iii) velar pela aplicação dos princípios de transparência e o correto trato nas relações com funcionários públicos e autoridades públicas.

- **Operações com Pessoas Expostas Politicamente e Pessoas Conexas – PEPPC:** Tal procedimento define o processo para a realização de atos, contratos ou acordos de qualquer natureza envolvendo qualquer companhia do grupo Enel, com pessoas expostas politicamente e as conexas com estas últimas.
- **Contratação de Serviços de Consultoria e serviços profissionais:** Considerando o elevado nível de risco de fraude e corrupção associado a contratação de serviços de consultoria, o grupo Enel conta com procedimento específico que regula este tipo de contratação com fluxos específicos de comunicação e aprovação. Para verificar o seu correto cumprimento, semestralmente é realizada uma revisão amostral de serviços contratados, com a verificação de integridade da contraparte, fluxos de aprovação, existência de documentação suporte que evidencia a prestação do serviço, controle de pagamentos e toda a gestão contratual.
- **Declaração de Cumprimento com o Programa de *Compliance*:** Semestralmente, a primeira linha do corpo diretivo assina a declaração de conformidade com o Programa de *Compliance* do grupo Enel no qual afirmam que não identificaram qualquer irregularidade ou infração ao referido programa, nem qualquer fato ou comportamento que possa configurar qualquer das violações previstas na Lei Anticorrupção e que estão comprometidos a comunicar caso venham a conhecer algum fato novo”.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A Companhia possui um funcionário responsável pela auditoria interna formalmente nomeado pelo Conselho de Administração da Companhia em setembro de 2018 como “Responsável pela Prevenção de Delitos” (correspondente à função de *Compliance Officer*) e possui, entre suas principais funções, apoiar o Conselho de Administração na implantação e manutenção do Programa de *Compliance* da Companhia. A unidade de auditoria interna é a responsável por realizar a análise de riscos e prever controles, recebimento e tratamento de denúncias sobre possíveis violações aos normativos éticos do grupo e pela definição do plano de treinamento.

(iii) código de ética ou de conduta

A Companhia dispõe de um Código de Ética aprovado pelo Conselho de Administração em 13 setembro de 2018, que dispõe sobre os compromissos éticos e responsabilidades no desempenho das atividades do negócio e das operações corporativas que guiam todas ações da Companhia, fornecendo um modelo de como todos devem interagir com os demais colaboradores da Companhia, parceiros, fornecedores e clientes. Dentre as orientações estabelecidas no Plano de Tolerância Zero temos a obediência ao Pacto Global e as definições claras das políticas realizadas para atos de suborno, comissões ilícitas ou qualquer outro pagamento inadequado. Dessa forma, a Companhia se compromete a observar as leis e normas nacionais e internacionais anticorrupção.

5.4 - Programa de Integridade

Os princípios e condições contidos no Código de Ética da Companhia são aplicáveis aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Comitê de Auditoria e de outros órgãos de controle da Companhia e do grupo Enel e das demais companhias do grupo, como também responsáveis e colaboradores ligados à Companhia e ao grupo Enel por meio de relações contratuais de qualquer natureza, incluindo contratos ocasionais e/ou apenas temporários. Além disso, as companhias do grupo Enel exigem que seus principais fornecedores e parceiros conduzam suas atividades de acordo com os princípios gerais deste Código de Ética. Esses compromissos estão formalmente refletidos nos contratos assinados com intermediários, fornecedores e prestadores de serviços.

Anualmente são feitos treinamentos para garantir conhecimento quanto a governança corporativa da Companhia bem como aos temas de ética e *compliance*.

Todas as alegações recebidas através do Canal Ético do grupo Enel são apuradas e, caso seja identificado o descumprimento de algum valor e/ou política da Companhia, medidas disciplinares são aplicadas.

O Código de Ética e o Plano de Tolerância Zero Corrupção foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de setembro de 2018 e estão disponíveis no site da Companhia (<https://www.enel.com.br/pr/investidores/a201612-comportamento-etico.html>), no site da intranet do grupo Enel e no site de Relações com Investidores pelo caminho (<http://ri.eneldistribuicaosp.com.br/show.aspx?idCanal=ALVYjDvptRra9s2VT7KNuw==>).

(b) canal de comunicação

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia possui um canal de comunicação chamado Canal Ético confidencial, disponível 24h por dia, 7 dias por semana, o qual pode ser utilizado por qualquer pessoa, colaborador ou terceiro, para compartilhamento de informações sobre possíveis violações ao Código de Ética da Companhia e ao Plano de Tolerância Zero com a Corrupção.

O Canal Ético pode ser acessado pelo número de telefone 0800-892-0696 ou por site (<https://secure.ethicspoint.eu/domain/media/pt/gui/102504/index.html>).

A recepção das manifestações é feita por uma empresa terceirizada o que garante total isenção no acolhimento das manifestações. Todas as preocupações sobre possíveis violações ao Código de Ética e ao Plano de Tolerância Zero com a Corrupção são averiguadas e respondidas ao relator. A Companhia apura as investigações e, após sua conclusão, toma as medidas cabíveis para sanar tais violações.

Dependendo do tema abordado na denúncia, a equipe de investigação poderá buscar o suporte com outras áreas da Companhia, como recursos humanos, jurídico, segurança e meio ambiente e segurança patrimonial, com a finalidade de obter mais orientações sobre um tema e/ou apoio para realizar uma remediação. Ainda, conforme o resultado da investigação, poderão ser feitas recomendações para o gestor da área/processo envolvido, o qual será responsável por implantar tais ações em resposta aos riscos e vulnerabilidades identificadas.

Se o resultado de uma eventual investigação puder impactar materialmente as demonstrações financeiras da Companhia, a alta administração da Companhia é prontamente notificada para que possa tomar as medidas necessárias e implementar planos de remediação.

5.4 - Programa de Integridade

A recepção das manifestações é feita por uma empresa terceirizada para garantir total isenção no acolhimento de toda e qualquer manifestação. Por outro lado, a gestão e o tratamento, das remediações está sob responsabilidade da auditoria interna da Companhia.

O *Canal Ético* está aberto para o recebimento de denúncias de quaisquer pessoas, incluindo empregados e terceiros.

O contato com o Canal Ético pode ser feito de forma anônima e as informações são tratadas de forma confidencial, sem prejuízo das obrigações legais previstas e a defesa dos direitos da Companhia ou das pessoas envolvidas no testemunho.

Além disso, a Companhia tem o compromisso de manter um ambiente de trabalho em que todos se sintam à vontade para esclarecer dúvidas, expressar preocupações e fazer sugestões apropriadas quanto às práticas de negócio. Por esse motivo, a Companhia não tolera nenhum tipo de retaliação contra quem fizer algum questionamento ou demonstrar alguma preocupação, ou, de boa-fé, denunciar um comportamento possivelmente inadequado.

As indicações enviadas ao Canal Ético são apuradas pela equipe da auditoria interna da Companhia e da Enel.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

A Companhia realiza verificações sobre risco de práticas irregulares, como parte das atividades de *due diligence* realizadas durante processos de fusão, aquisição e reestruturação societária, verifica se são dadas as condições mínimas necessárias para cumprir as diretrizes dos códigos éticos seguidos pela Companhia.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável.

5.5 - Alterações significativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta.

Os principais riscos a que a Companhia está exposta estão sujeitos a fatores internos e externos, de diferentes complexidades conforme descritos na seção 4 deste Formulário de Referência. A estrutura organizacional, as políticas, os métodos e processos de controles internos agem de forma sistemática e consistente na identificação das mudanças, na avaliação e em respostas mais efetivas sobre os efeitos daqueles riscos. Neste contexto, a Companhia aperfeiçoa sua estrutura, seus processos e controles internos visando mitigar a sua exposição aos principais riscos a que está exposta.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos na seção 4 deste Formulário de Referência.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 5.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	08/09/1971
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	19/08/1993

6.3 - Breve histórico

A Companhia foi constituída em 8 de setembro de 1971 sob a denominação social de Emissor de Passagens, Serviços e Turismo S.A. (Emitur). Em 1981, com o desenvolvimento de plano do Governo do Estado de São Paulo na área de energia elétrica, a denominação social da Companhia foi alterada para Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A. e suas atividades passaram a ser, principalmente, a operação de (i) usinas produtoras de energia elétrica, (ii) linhas de transmissão, e (iii) linhas de distribuição de energia elétrica.

A Companhia obteve seu registro como companhia aberta junto à CVM em 19 de agosto de 1993.

Com o programa de privatização brasileiro, lançado em 1995, a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. foi reestruturada, dando origem a quatro empresas: as distribuidoras Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia") e EBE - Empresa Bandeirante de Energia S.A; a companhia de transmissão EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A (atual CTEEP) e a geradora EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. Com a cisão, a Companhia passou a distribuir energia elétrica aos 24 municípios da Grande São Paulo.

Em 1998, a Companhia foi adquirida por meio de leilão público de privatização pela Lightgás Ltda., com participação de capital entre a The AES Corporation ("AES Corporation"), Companhia Siderúrgica Nacional, Eletricité de France e Reliant Energy.

Em 15 de junho de 1998, a Companhia celebrou com a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") contrato de concessão que lhe concedeu o direito de distribuir energia na sua área de concessão até 15 de junho 2028.

Em 2001, após diversas alterações em sua composição acionária, a Companhia passou a ser controlada pela AES Corporation.

Em 22 de dezembro de 2003, a AES Corporation e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") concluíram a reestruturação das dívidas da AES Elpa S.A. e da AES Transgás Empreendimentos S.A. junto ao BNDES, que passou a deter, por intermédio da sua subsidiária BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR"), participação no capital da Companhia por meio da criação da *holding* Brasileira de Energia S.A. (que posteriormente alterou sua denominação para Companhia Brasileira de Energia).

Em 13 de dezembro de 2004, a Companhia passou a ter suas ações negociadas no Nível 2 de Governança Corporativa da B3.

Em 2006, a Brasileira, a AES Corporation e a BNDESPAR, realizaram uma reorganização societária e financeira com o intuito de fortalecer a estrutura de capital do grupo e eliminar ineficiências decorrentes da existência de empresas holding ou de participações intermediárias, compreendendo, entre outras, uma oferta secundária de ações preferenciais classe "B" de emissão da Companhia.

Em 20 de dezembro de 2010, foi aprovada a conversão mandatária da totalidade das ações preferenciais classe A da Companhia em ações preferenciais classe B. Em virtude da conversão, as ações preferenciais classe A foram extintas e as ações preferenciais classe B passaram a ser denominadas simplesmente como "ações preferenciais".

Em 31 de dezembro de 2015, foi implementada uma reestruturação societária na qual houve a cisão parcial da Companhia Brasileira de Energia e versão do acervo cindido foi transferido para a

6.3 - Breve histórico

sociedade denominada atualmente Brasileira Participações S.A. e o restante do acervo permaneceu na Companhia Brasileira de Energia. Como resultado da reestruturação societária, a Companhia Brasileira de Energia passou a deter diretamente o controle exclusivo da AES Tietê S.A. e a Brasileira Participações S.A. passou a deter o controle, direto ou indireto, da Companhia, AES Elpa S.A., AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. e AES Serviços TC Ltda. Em ato seguinte, a Companhia Brasileira de Energia incorporou a empresa AES Tietê S.A. alterando sua denominação social para AES Tietê Energia S.A.

Em 17 de novembro de 2016, a AES Holdings Brasil Ltda. e a BNDESPAR celebraram um acordo de reestruturação prevendo os termos e condições de uma proposta de reorganização societária envolvendo a Companhia, a AES Elpa S.A., a Brasileira Participações S.A. e determinadas sociedades controladas direta e indiretamente pela Companhia. A referida reorganização societária foi aprovada pela ANEEL em 13 de dezembro de 2016 e tornou-se eficaz em 30 de dezembro de 2016.

Em 05 de dezembro de 2016, foi aprovada a proposta de conversão voluntária de 10.823.521 ações ordinárias de emissão da Companhia em 10.823.521 ações preferenciais. Após a conversão de ações, o capital social da Companhia passou a ser representado por 167.343.887 ações, sendo 55.781.296 ações ordinárias e 111.562.591 ações preferenciais.

Em 12 de setembro de 2017, foi aprovada a proposta de migração das ações listadas da Companhia para o Novo Mercado da B3 e, em 27 de novembro de 2017, a totalidade das ações preferenciais da Companhia foram convertidas em ações ordinárias, passando estas a serem negociadas no Novo Mercado da B3. Nesta mesma data, o acordo de acionistas da Companhia foi extinto em decorrência da migração da listagem das ações da Companhia para o segmento do Novo Mercado.

Em 4 de outubro de 2017, a Companhia assinou um Memorando de Entendimentos com a Eletrobrás, nos termos do qual as partes concordaram em estabelecer um processo de mediação com o objetivo de encerrar a disputa judicial entre a Companhia, a Eletrobrás e CTEEP em relação à responsabilidade pelo pagamento do saldo de um empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobrás à Eletropaulo-Eletricidade.

Em 09 de março de 2018, a Companhia firmou um acordo com a Eletrobrás, pelo qual ficou acordado que a Companhia irá desembolsar o valor de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), definido pelas partes no âmbito do processo de mediação, da seguinte forma: R\$1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais) em favor da Eletrobrás e R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) em favor dos advogados da Eletrobrás, relativamente a honorários de sucumbência. A eficácia do acordo foi confirmada com o trânsito em julgado da sua homologação judicial perante o Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro.

Em 6 de abril de 2018, a Energisa S.A. ("Energisa") publicou um edital de oferta pública voluntária para aquisição de até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria, sujeito a determinadas condições ("OPA Energisa").

Em 17 de abril de 2018, a Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A. ("Enel") publicou um edital de oferta pública voluntária concorrente à OPA Energisa, para aquisição de até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, posteriormente aditado ("OPA Enel").

Em 20 de abril de 2018, a Neoenergia S.A. ("Neoenergia") lançou oferta pública voluntária concorrente à OPA Energisa para aquisição de até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, excluídas as ações da Companhia mantidas em tesouraria, sujeito ao atendimento de determinadas condições.

6.3 - Breve histórico

Em decorrência do não atendimento de condições da OPA Energisa, a Energisa publicou em 07 de maio de 2018 fato relevante informando seus acionistas que a OPA Energisa foi revogada em todos os seus termos e condições.

Em 30 de maio de 2018, seguindo procedimento fixado pela Comissão de Valores Mobiliários, a Enel e a Neoenergia apresentaram em envelopes lacrados suas últimas ofertas de preço. A Enel ofereceu o maior preço por ação, de R\$45,22 e a OPA Enel foi então registrada para leilão.

O leilão para aquisição do controle da Companhia foi realizado em 4 de junho de 2018, tendo sido adquiridas, pela Enel, 122.799.289 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 73,38% do capital total e votante da Companhia, incluindo as ações em tesouraria, pelo preço de R\$45,22 por ação.

Em 13 de julho de 2018, a Enel concluiu a aquisição das ações de acionistas minoritários que solicitaram a venda de suas ações até o dia 04 de julho de 2018. Essa aquisição ocorreu em três fases, nos dias 27 de junho, 06 de julho e 13 de julho de 2018, totalizando 33.359.292 ações, correspondentes a 19,9% do capital total e volante da Eletropaulo.

Com a referida aquisição e o término do prazo de 30 (trinta) dias em que a Enel estava obrigada, na forma do artigo 32-A da Instrução CVM nº 361/02 e do item 3.4.2 do Edital da Oferta Pública Voluntária Concorrente para Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("OPA"), divulgado pela Enel em 30 de maio de 2018, a adquirir as ações não vendidas no leilão da OPA, realizado em 04 de junho de 2018, a Enel passa a deter 156.158.581 ações de emissão da Companhia, correspondentes a 93,3% do seu capital total e votante.

Em 21 de maio de 2018, a Enel protocolou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL ("ANEEL") solicitação de anuência para a aquisição de até 100% das ações ordinárias de emissão da Companhia e, em 11 de junho de 2018, tal anuência foi formalizada pela ANEEL.

Conforme previsto no item 7.2 do Edital de Oferta Pública Voluntária Concorrente para Aquisição de Ações Ordinárias de emissão da Companhia ("OPA"), a Enel se comprometeu, em até 30 (trinta) dias contados da data em que for obtida a última aprovação regulatória referente à aquisição das ações da Companhia pela Enel no leilão de ações ocorrido em 04 de junho de 2018, a promover um aumento de capital social que resulte em um aporte, na Companhia, de um montante de, pelo menos, R\$ 1.500.000.000,00.

Em 26 de junho de 2018, a Enel e a Companhia celebraram termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no montante de R\$ 900.000.000,00 para antecipar o valor do compromisso do aumento de capital.

Em 26 de julho, a Enel e a Companhia celebraram novo AFAC no montante de R\$600.000.032,52. Na mesma data, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia por subscrição privada, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$1.500.000.036,08, e que foi implementado mediante a capitalização dos créditos detidos pela Enel contra a Eletropaulo.

Em 26 de julho a Companhia, por meio de Aviso aos Acionistas, informou as condições do aumento de capital, realizado mediante a emissão, por subscrição privada, de 33.171.164 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$45,22 por ação, passando, portanto, o capital social da Companhia a ser de R\$ 2.823.486.421,33, dividido em 200.515.051 ações ordinárias.

O percentual de diluição para os acionistas que não subscreveram nenhuma ação durante o período para exercício de direito de preferência foi de 16,54%.

O direito de preferência foi exercido durante o prazo de 30 dias contados a partir de 01 de agosto de 2018 (inclusive), ou seja, entre (i) o dia 01 de agosto de 2018 (inclusive) e (ii) o dia 30 de agosto

6.3 - Breve histórico

de 2018 (inclusive), sendo que cada uma ação ordinária conferiu ao seu titular o direito à subscrição de 0,201911410043 nova ação ordinária.

O aumento de capital teve como objetivo: (i) viabilizar a execução do plano de investimento da Companhia; e (ii) fortalecer a estrutura de capital da Eletropaulo, reforçando o seu caixa para fazer frente a necessidades e obrigações de curto prazo.

Durante o período para exercício do direito de preferência, foram subscritas 31.536.396 novas ações ordinárias ao preço de emissão de R\$ 45,22 por ação, equivalente a 95,07% do total do aumento de capital, não sendo subscritas, portanto, 1.634.768 ações ordinárias ("**Sobras**").

Após o término do prazo para o exercício do direito de preferência, as Sobras não subscritas foram rateadas entre os acionistas que manifestaram interesse na reserva de sobras no respectivo boletim de subscrição, conferindo ao subscritor o direito para cada uma ação ordinária subscrita e integralizada o direito à subscrição de 0,051837502294 Sobras. Também durante a rodada de sobras, foi facultado aos acionistas que manifestaram interesse em quantidade de sobras superior à que teriam direito.

Em 18 de setembro de 2018 encerrou-se o prazo para integralização das Sobras.

Após a homologação do aumento de capital, aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia em 19 de setembro de 2018, a Enel passou a deter a participação de 94,4% do capital total e votante.

Para maiores informações sobre a alteração de controle da Companhia, vide item 15 deste Formulário de Referência.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data de publicação deste Formulário de Referência não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 6.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Visão Geral

Detemos a maior concessão de distribuição de energia elétrica no Brasil, em termos de volume de energia distribuída, segundo a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, ou ABRADEE, em 31 de dezembro de 2017. Dedicamo-nos à comercialização de energia, por meio da compra de energia elétrica e distribuição aos usuários finais na região metropolitana de São Paulo. Nossa área de concessão abrange 4.526 quilômetros quadrados na Cidade de São Paulo e em outros 23 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e regiões adjacentes. Fornecemos energia elétrica a aproximadamente 1.596 unidades consumidoras por quilômetro quadrado. Em 31 de dezembro de 2018, nossa área de concessão representou 32,6% do total de energia elétrica consumida no Estado de São Paulo e 9,3% do total de energia elétrica consumida no Brasil. De acordo com relatório mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou IBGE, a atividade econômica em nossa área de concessão representou 15,9% do Produto Interno Bruto, ou PIB, do Brasil em 2016.

Operamos nosso negócio de distribuição de energia elétrica sob um contrato de concessão de longo prazo com a Agência Nacional de Energia Elétrica, ou ANEEL. Nossa concessão foi outorgada em 1998 e expira em 15 de junho de 2028; no entanto, concessões de distribuição brasileiras podem ser renovadas a critério da ANEEL por um período adicional de 30 anos, sujeito ao cumprimento de determinadas exigências.

Nossa rede é composta por 163 subestações de distribuição, com capacidade total de transformação de 15.000 MVA; 1.605 km de circuitos de linhas aéreas e 218 km de circuitos de linhas subterrâneas de subtransmissão de 88 kV e 138 kV; rede primária composta por 19.830 km de redes aéreas e 1.428 km de redes subterrâneas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, nossa receita operacional líquida foi de R\$13.083,2 milhões com a distribuição de 44.158,7 GWh de energia elétrica para aproximadamente 7,2 milhões de unidades de consumo faturadas. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, nossa receita operacional líquida foi de R\$14.489,8 milhões com a distribuição de 44.475,9 GWh (incluindo energia no curto prazo) de energia elétrica para aproximadamente 7,2 milhões de unidades de consumo faturadas.

A tabela a seguir apresenta nossas principais informações financeiras e operacionais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

Em milhões de R\$, exceto %	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Variação de	
	2018	2017	2016	2018/2017	2017/2016
Receita Operacional Líquida	R\$14.489,8	R\$13.083,2	R\$11.534,3	10,8%	13,4%
EBITDA ⁽¹⁾	R\$1.101,2	R\$1.484,8	R\$1.183,9	(25,8)%	25,4%
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	R\$1.456,7	R\$1.503,2	R\$1.205,6	(3,1)%	24,7%
(Prejuízo) Lucro Líquido	R\$(315,3)	R\$(876,6)	R\$(3,5)	(64,0)%	(24.668,5)%

O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, que consiste no lucro (prejuízo) líquido do exercício acrescido das despesas (receitas) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, da adição ou

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

exclusão do resultado financeiro líquido, adição dos custos de depreciação e amortização, ajustado pelas despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de "custo de operação", provisão predestinada para créditos de liquidação duvidosa e contingências. O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como um indicador de nosso desempenho operacional, ou como uma alternativa ao fluxo de caixa ou indicador de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode ser definido e calculado de forma diferente por diferentes companhias. Para mais informações sobre o EBITDA Ajustado, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

A tabela abaixo indica o consumo de energia em GWh nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

Consumo - GWh	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Variação	
	2018	2017	2016	2018/2017	2017/2016
Residencial	16.187,3	16.090,1	15.930,0	0,6%	1,0%
Comercial	10.410,1	10.698,9	11.757,8	(6,6)%	(9,0)%
Industrial	3.122,9	3.343,8	4.055,5	(2,7)%	(17,5)%
Consumidores livres ⁽¹⁾	10.647,4	10.205,6	8.362,1	4,3%	22,0%
Outros ⁽²⁾	2.510,0	2.643,5	2.720,3	(5,1)%	(2,8)%
Total	42.877,7	42.981,9	42.825,7	(0,2)%	0,4%

"Consumidores livres" são consumidores que compram eletricidade de participantes do mercado fora do Ambiente de Contratação Regulada, mas que contam com nossos serviços e nossa rede de distribuição de eletricidade que eles compram.

"Outros consumidores" são consumidores rurais e consumidores de energia para fins públicos (tais como energia elétrica para edifícios federais, estaduais e locais) e serviços públicos (como energia elétrica para tratamento de água, transporte urbano e iluminação pública).

O total não considera a venda de energia no curto prazo.

A tabela a seguir indica o número de unidades consumidoras faturadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

Número de Unidades Consumidoras	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de			Variação (%)	
	2018	2017	2016	2018/2017	2017/2016
Residencial	6.781.509	6.705.497	6.564.721	1,1%	2,1%
Comercial	402.502	402.368	402.341	0,0%	0,0%
Industrial	26.073	26.932	27.870	(3,2)%	(3,2)%
Livres	1.324	1.192	905	11,1%	31,7%
Outros	19.336	20.471	20.072	(5,5)%	2,0%
Total	7.230.744	7.156.460	7.015.909	1,0%	2,0%

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Nossa Estratégia

Focada na sustentabilidade, nossa estratégia coloca clientes, comunidades e colaboradores no centro dos esforços, utilizando a digitalização para abrir novas possibilidades de engajamento e de comunicação com o público atendido. Nossa estratégia, é amparada pelo Plano de Sustentabilidade, que é revisto anualmente em observância a padrões internacionais de governança corporativa com base nos temas materiais identificados no engajamento com os stakeholders, no Plano Estratégico de Negócios do Grupo, nos contextos social, ambiental e econômico em que estamos inseridos e nos diversos compromissos assumidos.

Para a efetividade da estratégia, as iniciativas seguem o conceito de criação de valor compartilhado, com envolvimento de todas as áreas e acompanhamento da evolução por meio de indicadores ambientais, sociais e de governança. Assim, atuamos pautada pelo bem-estar da comunidade, proteção do meio ambiente e segurança das pessoas, com foco no desenvolvimento de projetos tecnicamente inovadores.

Nosso Plano Estratégico pode ser observado no diagrama a seguir:



7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

A Companhia possui um único segmento operacional passível de reporte em suas demonstrações contábeis, qual seja, a distribuição de energia elétrica. A atividade de distribuição de energia da Companhia é realizada de acordo com o Contrato de Concessão nº 162/98 firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com vigência até 2028, sendo que as concessões existentes poderão ser renovadas em acordo com a ANEEL, por período igual, ou seja, de 30 anos, nos termos da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013. De acordo com as regras vigentes para a concessão da Companhia, a distribuidora não pode desenvolver outras atividades operacionais e/ou deter participações em controladas e coligadas. Desta forma, os investimentos da Companhia consistem basicamente em expansão e manutenção de seus ativos para prestação do serviço de distribuição em sua área de concessão.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A tabela abaixo apresenta a receita operacional líquida proveniente do único segmento operacional da Companhia, bem como sua participação na receita operacional líquida da Companhia, para os três últimos exercícios sociais:

Em R\$ milhões (exceto %)	2018		2017		2016	
Receita Operacional Líquida	R\$14.489,8	100%	R\$13.083,2	100%	R\$11.534,3	100%

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A tabela abaixo apresenta o lucro (prejuízo) líquido proveniente do único segmento operacional da Companhia para os três últimos exercícios sociais. Ressalta-se que os valores de 2016 e 2017 foram reapresentados, conforme explicado no Item 3.2:

Em R\$ milhões (exceto %)	2018	2017	2016
Lucro (Prejuízo) Líquido	(315,3)	(876,6)	(3,5)

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

A Companhia não produz a energia que distribui. A Companhia adquire toda a sua energia principalmente por meio de: (i) compra em leilões regulados de energia; (ii) cotas de energia de Itaipu; (iii) cotas de garantia física e cotas de Angra 1 e 2; e (iv) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("PROINFA").

Para uma descrição da relação mantida entre a Companhia e os seus fornecedores, vide item 7.3 "e" deste Formulário de Referência. Para informações sobre os efeitos relevantes da regulação estatal no processo de compra de energia pela Companhia, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

(b) características do processo de distribuição

Área de Concessão e Processo de Distribuição de Energia

A Companhia é a maior distribuidora privada de energia elétrica do Brasil em termos de volume de energia, conforme dados da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, atualizados em 31 de dezembro de 2018.

O processo de distribuição de energia elétrica realizado pela Companhia, em 31 de dezembro de 2018, abrangia uma área de concessão de, aproximadamente, 4.526 quilômetros quadrados, que inclui o município de São Paulo e outros 23 municípios da grande São Paulo e regiões adjacentes.

A Companhia distribui energia na sua área de concessão, que engloba aproximadamente 8,6% da população do Brasil, de acordo com estimativas divulgadas pelo IBGE em 2017. Em 2016, data em que houve as últimas informações divulgadas pelo IBGE sobre o Produto Interno Bruto (PIB) por município, a área de concessão da Companhia representou aproximadamente 15,9% do PIB. A área de concessão da Companhia cobre aproximadamente 18 milhões de habitantes. O processo de distribuição de energia elétrica realizado pela Companhia em sua área de concessão consiste na transferência da energia para consumidores por meio de sistemas de distribuição, conforme apresentados a seguir.

Transmissão

O sistema nacional de transmissão, em tensões iguais ou superiores a 230 kV, possibilita a integração das instalações de geração existentes aos sistemas de distribuição das concessionárias de distribuição, que realizam a transferência em grande volume de energia em voltagens de 230kV ou superiores a partir de instalações de geração e estações de energia para os sistemas de subtransmissão e distribuição por meio de uma rede de transmissão. Tal sistema é composto pelas linhas de transmissão e subestações das concessionárias de transmissão nacionais.

Em São Paulo, essas instalações de transmissão são basicamente de propriedade das empresas Furnas Centrais Elétricas S.A. e Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. – CTEEP ("CTEEP"), sendo que o sistema distribuidor da Companhia está conectado em 20 pontos de conexão de propriedade do grupo ISA CTEEP (IE CTEEP, IE Serra do Japi e IE Pinheiros) e em um ponto de conexão de propriedade da empresa de geração EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia. Os pontos de conexão são subestações que transformam as tensões de transmissão (230 kV e acima) em tensões de sub- transmissão (88kV e 138 kV) e, no caso específico da CTEEP, também em tensões de distribuição (13,8 kV, 20 kV e 34,5 kV).

Subtransmissão (88kV e 138 kV)

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia conecta-se às subestações transformadoras do grupo ISA CTEEP e da EMAE nas tensões de 88 kV e 138 kV e desses pontos de conexão derivam as linhas de subtransmissão de sua propriedade e que permeiam sua área de concessão.

O sistema de subtransmissão da Companhia consiste em 1.605,4 quilômetros de circuito ("km.c") de linhas aéreas e 218,4 km.c de linhas subterrâneas. A este sistema são conectadas as 162 subestações de distribuição de energia da Companhia. Essas subestações, por seu turno, rebaixam a tensão de 88 kV ou 138 kV para as tensões de distribuição de 3,8 kV, de 13,8 kV, de 20 kV, de 23 kV e de 34,5 kV. Seu sistema de subtransmissão opera de forma radial em condições normais de operação, com circuitos duplos, possibilitando, em função da carga do momento, a transferência de carga na hipótese de desligamento de um deles. A Companhia faz o acompanhamento da evolução da carga além das projeções de crescimento de mercado. A Companhia realiza estudos técnicos como forma de garantir o atendimento ao mercado de energia, em condições normais de operação.

A Companhia opera 162 subestações de distribuição com uma capacidade de transformação de 15.422 mega volt ampère (MVA). A exemplo das linhas de subtransmissão, com circuitos duplos, as subestações da Companhia estão planejadas para suportar a perda de uma unidade transformadora sem causar interrupção do fornecimento de energia elétrica. Cada subestação de transformação de distribuição possui, portanto, mais de um transformador.

Desta forma, o sistema da Companhia foi desenhado a partir de um critério de contingência conhecido por "N-1", o qual visa garantir a continuidade do fornecimento em caso de perda de um elemento importante do sistema, como por exemplo, uma linha de subtransmissão ou um transformador de potência de subestação.

Além disso, a Companhia elaborou um plano de contingência para restaurar o fornecimento de energia às suas instalações com a finalidade de prevenir interrupções aos seus clientes. Para se proteger também, quando da eventual queima de transformadores, a Companhia possui subestações portáteis e transformadores e equipamentos sobressalentes que podem rapidamente serem repostos no lugar daqueles que tenham sido avariados.

Distribuição (3,8kV a 34,5kV)

Por fim, das subestações de distribuição derivam os circuitos de distribuição.

A Companhia opera 1.748 circuitos de distribuição aérea nas tensões de 3,8kV, 13,8kV, 23kV e 34,5kV, e 108 circuitos de distribuição subterrânea nas tensões de 20 kV e 34,5 kV. O sistema de distribuição da Companhia consiste em 19.830 km de redes aéreas e 1.428 km de redes subterrâneas. Parte dos seus consumidores é suprida diretamente por esse sistema (consumidores de média tensão).

O restante dos seus consumidores é atendido pela rede secundária (consumidores de baixa tensão), através de 215 mil transformadores de distribuição, que transformam as tensões de distribuição para as chamadas tensões secundárias (ou baixa tensão). Da saída desses transformadores derivam os circuitos secundários, que consistem em 19.554 km de cabos aéreos e 1.000 km de cabos subterrâneos (secundários), operando nas tensões 115/230 V ou 127/220 V.

A manutenção e expansão da rede de distribuição da Companhia em geral exigem a construção de novas instalações e a instalação de novos equipamentos. Essa expansão pode sofrer atrasos por diversas razões, inclusive problemas ambientais e de engenharia imprevistos. Entretanto, eventuais perdas resultantes de insuficiências na rede de distribuição da Companhia devidas a atrasos na construção e instalação de equipamentos são, em geral, reduzidas porque seu sistema de distribuição está projetado para suportar sobrecargas temporárias dentro de limites pré- definidos e monitorados, e seus planos de manutenção e expansão em geral contemplam soluções de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

construção alternativas.

Para mais informações sobre os investimentos realizados pela Companhia na manutenção e expansão de sua rede, vide item 10.8 deste Formulário de Referência.

Desempenho do Sistema de Distribuição

A tabela a seguir mostra informações a respeito das perdas de energia elétrica conforme apuradas pela Companhia, não incluindo perdas de transmissão (rede básica) relacionadas à sua rede e a frequência e duração de interrupções de energia por cliente por ano, nos três últimos exercícios sociais:

Indicadores de Desempenho	2018	2017	2016
Perdas técnicas	5,2%	5,2%	5,2%
Perdas não técnicas (Perdas comerciais)	4,3%	4,5%	4,4%
Total de perdas de energia elétrica	9,5%	9,7%	9,6%
Interrupções			
Frequência de interrupções por cliente por ano (em número de vezes)	4,39	6,22	6,88
Duração média de interrupções por cliente por ano (em horas)	7,18	11,72	15,71
Tempo Médio de Atendimento - TMA (em minutos)	365	449	458

A Companhia está sujeita a regulamentação da ANEEL que determina o pagamento de compensações financeiras aos consumidores da área de concessão quando houver violação dos indicadores individuais de qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Perdas de Energia

Costuma-se classificar as perdas de energia em dois tipos: técnicas e não técnicas ou comerciais. As técnicas são aquelas que ocorrem no curso regular da distribuição de energia da Companhia (perdas por aquecimento), incluindo perdas em todos os fios e equipamentos da rede elétrica, enquanto as não técnicas resultam de ligações ilegais, furto de energia, queima de medidores e erros de cadastro e medição.

As perdas totais de energia são calculadas com base no “Critério de Perdas Físicas”, que considera o total de suprimento de energia medido na fronteira da rede elétrica da Companhia com a da rede de transmissão nacional, ou seja, no ponto de medição entre a transmissora e a distribuidora de energia nos últimos 12 meses, que em 31 de dezembro de 2018 era 47.425 GWh e deduzindo-se a parcela referente ao faturamento de todos os seus clientes, inclusive os livres, excetuando-se as energias retroativas faturadas relativas à recuperação de fraudes. Com base nessa metodologia, a perda física total apurada em 31 de dezembro de 2018 foi de 9,5%, comparada a 9,7% em 31 de dezembro de 2017 e 9,6% em 31 de dezembro de 2016. A redução do indicador de perdas em 2018 deve-se as ações de combate às perdas não técnicas que a empresa vem realizando.

A taxa de perda de energia da Companhia é baixa se comparada à média de outras grandes distribuidoras de energia brasileiras, que possuem um índice de complexidade social equivalente ao da área de concessão da Companhia.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas 380 mil inspeções e identificadas 103 mil irregularidades, em comparação com 410 mil inspeções e 118 mil irregularidades no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Para identificar estas irregularidades a empresa tem adotado o uso de tecnologias atuais com inteligência analítica, redes neurais, machine learning e revisão das estratégias para identificar instalações de clientes com perdas, inclusive aquelas originadas por falhas de processos internos. Além disso, no exercício de 2018, foram regularizadas 44,7 mil ligações clandestinas que estavam conectadas na rede de distribuição da concessionária sem que sua energia consumida fosse faturada pela Companhia e recuperadas 42,8 mil instalações que se encontravam cortadas no sistema comercial da Companhia, porém ligadas fisicamente e consumindo energia indevidamente.

O programa de redução de perdas da Companhia consiste em medidas relacionadas ao mapeamento da perda de energia, uso de novas tecnologias de detecção e coibição de fraudes, treinamento de equipes, disponibilização de canais de denúncias, regularização de instalações que estão consumindo energia indevidamente, blindagem de centros de medições, entre outras. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as iniciativas de combate a perdas já acrescentaram ao mercado faturado 705 GWh de energia.

Interrupções de Energia

Comparando-se os valores de Duração Equivalente por Consumidor ("DEC"), que indica o tempo total anual de interrupção, que, em média, cada consumidor sofreu durante o período de um ano, e os valores de Frequência Equivalente por Consumidor ("FEC"), que mostra quantas vezes no ano houve interrupções, a Companhia obteve indicadores de qualidade e confiabilidade bem melhores.

Para o ano de 2016 os valores de DEC e FEC foram de 15,71 horas e 6,88 vezes, respectivamente. Em 2017, os indicadores foram de 11,72 horas e 6,22 vezes, representando uma redução de 25% no DEC e de 10% no FEC. Em 2018, a Companhia apresentou um DEC de 7,18 horas e um FEC de 4,39 vezes, reduções de 39% e 29%, respectivamente. As contínuas reduções dos indicadores de qualidade refletem o maior patamar de investimentos e as iniciativas associadas à modernização, automação e mudanças de processos.

Em agosto de 2017 a Companhia comprometeu-se a executar um extenso programa de obras que garantirão, até agosto de 2019, o alcance dos limites regulatórios de qualidade do fornecimento para DEC e FEC. Esse programa inseriu-se no que a ANEEL chamou de 2º Ciclo do Plano de Resultados, por meio do qual serão acompanhados quadrimestralmente a evolução das ações planejadas e os resultados parciais alcançados.

A Companhia encerrou o ano de 2018 com os indicadores de qualidade dentro dos patamares regulatórios estabelecidos pela ANEEL. A Companhia continua focando seus investimentos na melhoria da qualidade e confiabilidade da rede de forma a cumprir o acordado com a ANEEL no 2º Plano de Resultados.

Este programa de obras reflete o esforço da Companhia na ampliação e modernização da rede de distribuição, com investimentos em novas subestações, larga aplicação de rede compacta (*spacer cable*), automação da rede, além do aumento das ações de manutenção programada e de poda preventiva e das melhorias nos processos de despacho de equipes de manutenção.

Para mais informações sobre os investimentos realizados pela Companhia para melhoria dos serviços prestados aos seus clientes, vide item 10.10 deste Formulário de Referência.

Procedimentos de Faturamento

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

As tarifas que a Companhia cobra pela distribuição de energia a consumidores finais são determinadas de acordo com o contrato de concessão celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) em 15 de junho de 1998, que lhe concede o direito de distribuir energia na sua área de concessão até 15 de junho 2028 (“Contrato de Concessão”) bem como de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANEEL a esse respeito. O Contrato de Concessão da Companhia e a regulamentação estabelecem um teto para as tarifas e preveem ajustes anuais, periódicos e extraordinários.

Para determinar as tarifas aplicáveis, cada cliente é colocado em um grupo específico de tarifa, definido por lei. Clientes do Grupo A são aqueles que recebem energia com tensão fornecimento igual ou superior a 2,3 kV, com a característica de possuírem Cabine Primária (Média Tensão) ou Estação de Transformação (Alta Tensão). O Grupo A é dividido em Subgrupos tarifários (A1, AS, A2, A3, A3a e A4) para cada tipo de tensão de fornecimento.

Nas modalidades tarifárias horárias Azul e Verde leva-se em conta o horário de utilização do dia, tendo uma tarifa mais elevada no horário de ponta.

Desde julho de 2015, por força de alteração da resolução 414, artigo 57, parágrafo 6º, a modalidade tarifária convencional foi extinta sendo que os clientes foram migrados para as modalidades tarifárias verde ou azul.

Adicionalmente, existem os clientes classificados como Grupo B que, por sua vez, são aqueles que recebem energia com tensão de alimentação inferior a 2,3 kV (Tensão Nominal de 115 / 230 V), sendo esse grupo de clientes subdividido em: clientes residenciais, residenciais baixa renda (também conhecido como tarifa social de energia elétrica – TSEE), rurais, de iluminação pública e outras classes (comerciais, industriais, etc.) tendo cada um dos subgrupos uma tarifa específica (“Grupo B”). O Grupo B é dividido em subgrupos, residencial baixa renda, residencial B1, rural B2, demais classes B3 e iluminação pública B4a e B4b.

Os clientes enquadrados como residencial baixa renda, possuem uma tarifa escalonada por faixa de consumo, e para os demais subgrupos aplica-se uma única tarifa.

As leituras de medidores e a emissão das faturas são feitas mensalmente para todos os clientes. As faturas são preparadas a partir de leituras de medidores ou com base no valor estimado quando ocorre impedimento de acesso à leitura ou deficiência no equipamento de medição.

Clientes de baixa tensão, em geral, recebem as faturas no ato da leitura (impressão simultânea da fatura com a leitura, também chamado de “*on site billing*”). Em casos excepcionais, a fatura é apresentada dentro de três dias úteis após a leitura do medidor e ainda há possibilidade da entrega da fatura por meio eletrônico (e-mail). Em todos os casos, o vencimento ocorre em, no mínimo, cinco dias úteis após a data da apresentação da fatura. Em caso de falta de pagamento, a fatura passa por um processo de segmentação automática no sistema comercial CCS, onde a mesma é classificada em cinco níveis de inadimplemento: auto-pagável, baixo risco, médio risco, alto risco e super alto risco. Nos meses seguintes, os clientes passam a receber em suas faturas avisos de débitos, sendo que quinze dias após o recebimento deste aviso, o cliente estará sujeito a suspensão do fornecimento, caso o pagamento não seja recebido neste prazo. Para os casos auto- pagável e baixo risco de inadimplemento, isto ocorre no segundo ciclo de faturamento e para os casos de super alto risco de inadimplemento, um aviso é enviado separado da fatura de energia, sete dias após a data de vencimento.

Clientes privados atendidos em média ou alta tensão recebem as faturas dentro de dois dias úteis após a leitura, com vencimento em cinco dias úteis após a data da apresentação da fatura. Já os

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

clientes públicos atendidos nessas tensões, têm o vencimento dez dias úteis após a apresentação da fatura. Em caso de falta de pagamento, um aviso é enviado em quatro dias úteis após a data de vencimento, concedendo um prazo de quinze dias para que seja efetuado o pagamento. Caso o pagamento não seja efetuado nesse prazo, o cliente fica sujeito à suspensão do serviço.

Diariamente, os dados relacionados às unidades consumidoras sujeitas à suspensão do fornecimento de energia elétrica devido à inadimplência ficam disponíveis em uma mesma base de dados no CCS (cesta de corte). A área de cobrança fica responsável por selecionar as unidades consumidoras que devem ter o fornecimento de energia elétrica suspenso, seguindo critérios de logística, montante da dívida e capacidade operacional.

A tabela abaixo apresenta a despesa com perda estimada com créditos de liquidação duvidosa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, bem como quanto a referida despesa representava em relação à receita (1) da Companhia, para os três últimos exercícios sociais:

Em R\$ milhões (exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2018		2017		2016	
	R\$	% da Receita ⁽¹⁾	R\$	% da Receita ⁽¹⁾	R\$	% da Receita ⁽¹⁾
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(57,4)	1,0%	(219,4)	0,9%	(309,0)	1,5%

(1) A partir de 2016 a Receita utilizada para apuração do indicador passou a ser a Receita Regulatória que desconsidera: Energia de Curto Prazo, Subvenção de CDEE, Fator X, Atualização do Ativo Financeiro da Concessão, Outras Receitas e Obrigações Especiais.

Para mais informações sobre as regras que regem as tarifas praticadas pela Companhia, bem como sobre as metodologias de reajuste e revisão dessas tarifas, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

(c) características dos mercados de atuação

(i) participação em cada um dos mercados

O Contrato de Concessão da Companhia prevê exclusividade para a distribuição de energia dentro de sua área de concessão (monopólio natural da rede de distribuição), não incluindo a venda de energia para os clientes livres. A legislação do setor elétrico prevê que, sob determinadas condições, alguns de seus clientes se tornem consumidores livres, o que lhes possibilita contratar a compra de energia elétrica diretamente de geradoras ou comercializadoras. Quando esses clientes escolhem outro fornecedor de energia elétrica, podem negociar o preço da energia (*commodity*) com o fornecedor de sua escolha e pagam uma tarifa do uso do sistema de distribuição ("TUSD") e transmissão ("TUST"), correspondentes à remuneração dos custos referentes ao uso do sistema de distribuição e transmissão e à remuneração do ativo da Companhia.

A decisão acerca da migração deve ser bem avaliada por parte do cliente, uma vez que há regras que enrijecem o retorno ao mercado regulado atendido pela Companhia. Esse retorno somente pode ocorrer cinco anos após a comunicação formal dessa intenção por parte do cliente à Companhia ou em prazo menor, a critério da concessionária.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía 1.317 unidades consumidoras faturadas que optaram por tornarem-se consumidores livres, representando 0,02% do total de consumidores dentro da área de concessão da Companhia. A receita referente a disponibilização do sistema de transmissão e distribuição – TUSD foi de R\$1.000,4 milhões e R\$943,4 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. De forma complementar, consumidores com grande capacidade instalada podem, mediante autorização da ANEEL, migrar sua conexão para a rede básica, afetando diretamente a rentabilidade da Companhia, pois deixariam de pagar pela tarifa de uso do sistema de distribuição. São consumidores com características específicas que podem fazer essa opção.

(ii) condições de competição nos mercados

A Companhia não sofre concorrência no seu ramo de atividade, tendo em vista que sua prestação de serviços ocorre sob o regime de concessão. A Companhia poderá enfrentar concorrência no futuro em novo processo licitatório para renovação de tal concessão. Não obstante, a Companhia acredita ter vantagens competitivas, conforme descritas abaixo, que facilitarão o seu sucesso em eventual licitação.

Como a Companhia atua em ambiente regulado, as regras de competição desse mercado são restritas, estando sujeitas a variáveis como:

Atividades Restritas: Distribuidoras participantes do Sistema Interligado Nacional – SIN não podem (i) desenvolver atividades relacionadas à geração e transmissão de energia, (ii) vender energia a consumidores livres, (iii) deter, direta ou indiretamente, qualquer participação em qualquer outra empresa, ou (iv) desenvolver atividades que não estejam relacionadas às suas respectivas concessões, exceto aquelas permitidas por lei ou constantes do contrato de concessão.

Eliminação do *self-dealing*: Uma vez que a compra de energia para consumidores cativos passou a ser realizada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a contratação entre partes relacionadas (*self-dealing*), por meio da qual as distribuidoras podiam atender até 30,0% de suas necessidades de energia por meio da aquisição de energia de empresas afiliadas, não é mais permitida, exceto no contexto dos contratos que foram devidamente aprovados pela ANEEL antes da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico ou em função de leilões de energia em que empresas afiliadas atuem concomitantemente; e

Limitações à Participação: Em 2008, a ANEEL estabeleceu novas regras à concentração de certos serviços e atividades no setor energético, com base na Resolução 378/09. De acordo com essas regras a ANEEL analisará, quando entender pertinente, os atos e concentrações no âmbito do setor de energia.

(d) eventual sazonalidade

O comportamento do mercado de atuação da Companhia está diretamente relacionado ao crescimento da economia. Sua área de concessão cobre a maior parte da grande São Paulo, a maior região metropolitana do Estado mais desenvolvido e industrializado do Brasil.

Adicionalmente, cada consumidor apresenta características típicas de consumo, de acordo com as variações climáticas, período do ano, região geográfica e classe de consumo a que pertence, introduzindo assim, períodos de sazonalidade nas vendas de energia. Essa sazonalidade pode exercer impacto em magnitudes distintas ao longo dos anos, isto é, em determinado ano ela pode ser maior ou menor dependendo de fatores como: calendário de feriados e de dias de faturamento; e cenário econômico do país. Assim, a Companhia entende que não é possível isolar e mensurar

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

o impacto da sazonalidade nos meses, mas sabe-se que ela existe pelo histórico do consumo.

Nos meses de janeiro e fevereiro, o negócio da Companhia apresenta um impacto sazonal negativo em função:

- do faturamento dos últimos ciclos de dezembro (que são mais fracos devido aos feriados e faturados somente em janeiro);
- de ser um período de férias onde uma parte significativa da população viaja e consequentemente, deixa a área de concessão; e
- de grande concentração de feriados, com destaque para o carnaval.

Adicionalmente, o consumo e, consequentemente, a venda de energia elétrica (GWh) oscilam em decorrência da variação de temperatura e da atividade comercial e industrial. Assim, as vendas da Companhia são maiores no primeiro e quarto trimestre devido ao verão, em razão das temperaturas elevadas, e à proximidade das festas de final de ano, razão do aumento da atividade industrial e comercial.

(e) principais insumos e matérias primas, informando:

O principal insumo da Companhia é a energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2018, a fonte de suprimento de energia da Companhia era composta da seguinte forma: 79,7% proveniente de energia hidrelétrica, 12,5% de energia proveniente de combustíveis fósseis, 4,2% proveniente de energia nuclear e 3,6% de energia proveniente de fontes alternativas (energia eólica, energia solar, biomassa etc.).

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As relações mantidas pela Companhia com fornecedores ocorrem dentro de um setor regulado, que segue normas e parâmetros de venda de energia, conforme abaixo descritas.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía três tipos básicos de acordos de fornecimento:

- cotas de energia de Itaipu, que se estendem até 2026 e respondiam por 22,3% de seu fornecimento de energia;
- cotas de suprimento de energia de projetos do PROINFA, que correspondiam a 2% de seu fornecimento de energia; e
- compras através de leilões regulados e cotas de garantia física que respondiam por aproximadamente 73,7% do restante de seu fornecimento de energia.

Eventualmente a Companhia pode suprir volumes de energia através de compras na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), o chamado mercado *spot*.

A Companhia não pode prever os eventuais efeitos da renegociação das disposições contratuais dos contratos celebrados por ela e mencionados neste item.

Compra de Energia em 2018

As tabelas a seguir estabelecem, com respeito aos três últimos exercícios sociais, algumas informações sobre tarifas e volumes relativos às principais compras de energia da Companhia.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(R\$/MWh)	2018	2017	2016
Itaipu	239,9	200,5	192,5
Leilões	204,9	203,3	176,7
PROINFA	311,0	287,7	337,6
Angra 1 e 2	245,7	227,6	201,0
Quotas de Garantia Física	88,5	55,6	57,0
Quotas de Garantia Física – Partes Relacionadas	185,2	-	-

	2018		2017		2016	
	GWh	%	GWh	%	GWh	%
Itaipu	8.740	22,3	9.344	23,7	9.167	20,5
Leilões (CCEE/CCEAR)	18.373	46,8	17.105	43,5	22.671	50,8
PROINFA	819	2,1	839	2,1	904	2,0
Angra 1 e 2	1.631	4,2	1.631	4,1	1.636	3,7
Quotas de Garantia Física	9.607	24,5	10.448	26,5	10.286	23,0
Quotas de Garantias Físicas - Partes Relacionadas	88	0,2	-	-	-	-
Total	39.258	100	39.367	100	44.664	100

Em 30 de julho de 2004, o governo editou regulamentação relativa à compra e venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) e no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), assim como a outorga de autorizações e concessões para projetos de geração de energia. Essa regulamentação inclui regras referentes aos leilões, aos contratos de comercialização de energia e ao método de repasse dos custos de aquisição de energia elétrica aos consumidores finais.

De acordo com as diretrizes dessa regulamentação:

- todas as distribuidoras devem garantir a contratação de toda a energia (e potência) necessária para o atendimento de 100,0% de seus mercados ou cargas; e
- os agentes vendedores de energia devem fornecer suporte comprobatório (lastro) por meio de garantia física de usinas próprias ou de contratos de compra e venda de energia com terceiros. Os agentes que não cumprirem tais exigências estão sujeitos às multas impostas pela ANEEL, por meio da CCEE, conforme procedimentos vigentes.

As distribuidoras devem definir os montantes a serem contratados por meio dos leilões, conforme prazos e condições estabelecidos em ato do MME. Além disso, as empresas de distribuição são obrigadas a especificar a parte do montante que pretendem contratar para atender seus consumidores potencialmente livres, ou seja, aqueles que apresentam os requisitos para se tornarem consumidores livres, mas ainda não exerceram essa opção.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Uma das principais diretrizes do processo de implementação do novo modelo do setor elétrico consiste na obrigação de que as concessionárias de distribuição adquiram energia através do ambiente regulado. De acordo com o Decreto nº 5163, de 30 de julho de 2004, os agentes de distribuição devem comprar energia para atendimento de seus mercados de consumidores cativos por meio dos leilões de energia elétrica realizados no ACR.

O MME estabelece o montante total de energia a ser comercializado no ACR e a lista das instalações de geração que terão permissão para participar dos leilões a cada ano.

Os Leilões de Energia Elétrica

A regulamentação determina que as empresas de distribuição de energia cumpram suas obrigações de fornecimento de energia basicamente por meio de leilões públicos, em conformidade com os procedimentos descritos abaixo.

Além desses leilões e de contratos celebrados anteriormente à vigência da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a empresa de distribuição pode comprar energia de (i) geração distribuída, empresas de geração ligadas diretamente à rede da empresa de distribuição que não sejam hidrelétricas com capacidade maior que 30 MW e algumas companhias geradoras térmicas, e, compulsoriamente, de (ii) projetos de geração de energia participantes da fase inicial do PROINFA, (iii) Itaipu Binacional, (iv) Angra I e II e (v) Cotas de Garantia Física.

Os editais para os leilões são preparados pela CCEE, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo MME, notadamente a utilização do critério de menor tarifa no julgamento. Cada empresa geradora que contrate a venda de energia por meio do leilão firmará um Contrato de Comercialização de Energia no ambiente Regulado ("CCEAR") com cada empresa distribuidora, proporcionalmente à demanda estimada da distribuidora.

Leilões de energia Existente

Os Leilões de Energia Existente estão previstos no artigo 19 do Decreto n.º 5.163/04.

Os leilões de energia existente complementam os contratos de energia nova para cobrir assim 100% da carga. Seu objetivo é recontratar periodicamente a energia existente, por meio de leilões anuais de contratos com duração de 1 a 15 anos. A entrega da energia pode ser feita até 5 anos após o leilão, conforme produtos criados no edital do certame. Os leilões A-1 possuem limites máximos de compra de energia.

O preço do CCEAR de energia existente é determinado em leilão promovido pela ANEEL pelo lance do vendedor. Os reajustes de preços dos CCEARs de energia existente dependem do edital de cada leilão. Nos leilões de energia de 2017 e 2018, por exemplo, apesar da duração de 2 anos de suprimento não há reajuste de preços após o primeiro ano de suprimento. Todos os leilões anteriores de energia existente com mais de 1 ano de suprimento previram esse reajuste de preços.

O repasse de preços destes leilões às tarifas das distribuidoras é integral.

Além da duração, os contratos de energia existente têm outras características especiais que os diferenciam dos contratos de energia nova: a quantidade de energia existente contratada pode ser gerenciada através de diversas modalidades de Mecanismo de Cessão de Sobras e Déficit (MCSD). Ao todo, existem quatro opções de MCSD de energia existente, sendo elas:

- MCSD Mensal: referente à migração de consumidores potencialmente livres do mercado cativo para o livre, desde que a migração se dê por fonte convencional. A energia não cedida entre distribuidoras é devolvida aos geradores;

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

- MCS D Trocas Livres: é derivado de outros desvios de mercado e limitado até a equalização dos montantes declarados de sobras e déficits. Não é feita devolução de montantes ao gerador, e as cessões dependem de haver distribuidoras com sobras e outras com déficits de energia;
- MCS D 4%: a quantidade de energia contratada pode ser reduzida a critério da distribuidora, em até 4% a cada ano para adaptação a desvios em relação às projeções de demanda;
- MCS D Ex-post: ocorre anualmente e se dá apenas para compensação para fins de lastro, ou seja, não há cessão ou redução de contratos.

Leilões de Energia Nova

Segundo a regulamentação em vigor, cabe à ANEEL promover, direta ou indiretamente, licitação na modalidade de leilão, para a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição do Sistema Interligado Nacional ("SIN"), observando as normas gerais de licitações e concessões e as diretrizes fixadas pelo MME. Os leilões de energia nova ("EN") têm como objetivo promover a construção de nova capacidade para atender ao crescimento do consumo das distribuidoras.

Nestes leilões, contratos de suprimento de energia de longo prazo (20 a 25 anos para termelétricas e outras fontes e 30 anos para hidrelétricas) são oferecidos pelos geradores candidatos.

A cada ano, ao menos dois tipos de leilões de EN são realizados: (i) leilão A-6 ou A-5, que oferece contratos bilaterais para nova capacidade com duração entre 15 e 30 anos, com entrada em operação em cinco anos ou seis anos após o leilão. (ii) leilão A-4 ou A-3, que oferecem contratos bilaterais para nova capacidade com duração entre 15 e 30 anos e com entrada em operação em 4 ou 3 anos após o leilão. O objetivo é a criação de um complemento para o leilão A-5 ou A-6 realizado dois anos antes, permitindo uma correção dos desvios causados pela incerteza na trajetória da demanda. Cabe ressaltar que o processo de leilão é conduzido separadamente de acordo com o tipo de empreendimento: se termelétrico ou hidrelétrico.

A sistemática destes leilões de energia determina que as distribuidoras devem declarar sua demanda para os referidos anos de suprimento, sendo as demandas individuais agregadas para a formação de um pool comprador de energia elétrica. A alocação da quantidade de energia a ser demandada de fonte termelétrica, alternativa ou hidrelétrica é estabelecida pelo MME, que fixa uma fração de energia elétrica mínima a ser demandada de fontes de geração, com o intuito de diversificar a matriz energética nacional no longo prazo de tal maneira a atingir os objetivos de diversificação estabelecidos no Plano Decenal de Energia Elétrica. Sendo assim, dentro de cada fonte de geração, são selecionados aqueles projetos cujas propostas de preço de venda de energia elétrica futura sejam as menores, mas sempre respeitando o percentual mínimo de energia advinda de cada fonte conforme estabelecido pelo MME para cada leilão. Estes projetos vão sendo gradativamente selecionados até que o montante de oferta agregada de energia seja suficiente para atender à demanda do pool comprador.

Especificamente, para a classificação dos empreendimentos de fontes termelétrica ou alternativa, os preços ofertados em leilão são baseados em um índice custo-benefício ("ICB"), que leva em consideração o custo associado à previsão de geração das usinas. O preço efetivo da energia é composto por uma remuneração fixa (RF, em R\$/ano), que compensa seu investimento e demais custos fixos e por uma remuneração variável que inclui o reembolso dos custos operativos da usina, quando ela gera energia, ou os custos de compra de energia no mercado de curto prazo, quando a usina não gera energia. Portanto, o ICB resultante do leilão é um preço de referência, que pode ser diferente do valor efetivamente pago pelas distribuidoras às usinas contratadas.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Independente da fonte de geração, a distribuidora conta com a possibilidade do repasse integral dos custos de aquisição de energia às tarifas de fornecimento, desde que respeitados os limites de contratação de energia estabelecidos pelo Decreto n.º 5.163/2004. Até a presente data, a Companhia assegurou o repasse integral dos custos de aquisição de energia às suas tarifas de fornecimento, pendente apenas de decisão da ANEEL a sobra de energia do ano de 2016.

Após a realização do leilão de energia nova, há a possibilidade de troca ou redução de montantes contratos nos mecanismos de MCSD Energia Nova, que ocorrem trimestralmente, com cessões de energia entre distribuidores ou reduções contratuais com os geradores. No caso de cessão entre distribuidores, a cessão ocorre até o final do ano civil, ou anualmente, com cessões a partir do ano civil seguinte até o 4º ano subsequente. No caso de redução do contrato do gerador, a duração desta redução pode ser até o final do ano civil ou a rescisão contratual total.

Leilões de Ajuste

Esse tipo de leilão tem o objetivo de fazer um “ajuste fino” entre energia contratada e a demanda. Estes leilões oferecem contratos com duração de até 2 anos com início de suprimento para o mesmo ano. Por esta razão, esses contratos são conhecidos como “A-0”. A distribuidora poderá comprar até 5% do total de sua energia contratada. Da mesma forma que os contratos de geração distribuída, os custos de aquisição desta energia também serão limitados para efeitos de repasse para os consumidores cativos pelo maior valor entre a média móvel do Valor de Referência (VR) atualizado dos últimos 5 anos e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) previsto para o mesmo período de suprimento.

Leilões de Energia de Fontes Alternativas

Além dos leilões de energia nova e existente, o MME pode periodicamente organizar também leilões específicos para contratar energia de fontes alternativas (biomassa, PCH, eólica e solar). Contratos padronizados de longo prazo (10-30 anos) são oferecidos e a sistemática do leilão são similares aos dos leilões de energia nova.

Leilões de Geração Distribuída (GD)

As distribuidoras podem fazer licitações especiais para a contratação de geração distribuída localizada em sua área de concessão (tensões abaixo de 230 KV). Até 10% da demanda da distribuidora pode ser suprida por este tipo de contrato. Para participar do processo, o gerador deve respeitar algumas restrições: (i) eficiência mínima de 75% para empreendimentos termelétricos (com exceção para fonte biomassa ou resíduos de processo), (ii) limite máximo de capacidade de 30MW para hidrelétricas, entre outros. A Companhia não promoveu esse tipo de leilão até a presente data.

Leilão de Projetos Estruturantes

A atual legislação dá direito ao governo de promover leilões de projetos específicos que são considerados estratégicos para o País. Este é o caso, por exemplo, dos leilões das usinas do rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, leiloadas em dezembro de 2007 e maio de 2008, respectivamente, além da usina de Belo Monte licitada em 2010.

Para maiores informações sobre a regulamentação governamental aplicável à Companhia vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A compra de energia da Companhia é exclusivamente através de leilões públicos pela CCEE por delegação da ANEEL e MME através da publicação de editais nos quais todos os geradores do país podem participar.

Desta forma, a Companhia não tem dependência de fornecedores, pois pode adquirir energia de todos os geradores nacionais de energia por meio destes sistemas de leilão, lhe dando acesso ao mercado regulado nacional. O preço resultante, dentro dos limites de contratação regulada, é repassável para os consumidores finais de forma a garantir a neutralidade do distribuidor.

(iii) eventual volatilidade de seus preços

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico instituiu a contratação de compra de energia por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia e cotas compulsórias de energia regulada. A referida lei introduziu alterações relevantes na regulamentação do setor elétrico brasileiro visando: (i) fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter a capacidade de geração e (ii) garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas módicas por meio de processos de leilões públicos de compra e venda de energia elétrica ou por meio da aquisição de energia com preços regulados.

Os preços da energia são resultantes desses leilões públicos ou das quotas compulsórias de energia. As cotas de garantia física podem sofrer variações de preços devidos a decisões regulatórias, como alterações no valor da garantia física das usinas ou a realização de leilões de outorgas de usinas com concessões não renovadas. No que diz respeito às quotas de compra de energia de Itaipu, destaque-se que as obrigações de compra da Companhia com Itaipu são vinculadas ao dólar e, portanto, a companhia está exposta ao risco das taxas de câmbio em caso de valorização do dólar frente ao real, dessa forma impactando seu custo.

Porém, as variações da taxa de câmbio desse contrato são reconhecidas nas tarifas de distribuição por meio do mecanismo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), e que por sua vez, serão repassadas aos consumidores no próximo reajuste e/ou revisão tarifária. A fórmula de Reajuste Anual de Tarifa estabelecida pelo Contrato de Concessão juntamente com o mecanismo de conta de rastreamento de CVA criado em resposta ao Plano de Racionamento garantem a neutralidade dos impactos financeiros de variações de componentes da Parcela A registradas entre as datas de Reajuste Anual de Tarifa.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**(a) montante total de receitas provenientes do cliente**

Não aplicável, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, nenhum cliente representou mais de 10% da receita operacional líquida da Companhia.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, nenhum cliente representou mais de 10% da receita operacional líquida da Companhia.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A Companhia é concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, estando sujeita à regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) e do Ministério de Minas e Energia (“MME”). A Companhia também está sujeita aos termos de seu contrato de concessão, celebrado com a ANEEL em 15 de junho de 1998, que lhe concede o direito de distribuir energia na sua área de concessão até 15 de junho 2028, sendo que atividade operacional da Companhia depende exclusivamente dos direitos outorgados no âmbito do Contrato de Concessão (“Contrato de Concessão”). Nesse contexto regulação estatal provoca efeitos relevantes sobre as atividades da Companhia, regendo a concessão a ela outorgada, as tarifas que compõem sua receita, as tarifas e encargos a que está sujeita no exercício de sua atividade bem como as regras de compra de energia pela Companhia e os programas desenvolvidos para a diversificação da matriz energética brasileira.

Serão apresentadas a seguir as principais características da regulação do Setor Elétrico Brasileiro, no qual a Companhia atua, bem como as autoridades e penalidades estabelecidas pela regulação estatal para monitorar e contribuir para implantação do modelo de setor elétrico estabelecido pela Lei 10.848, de 15 de março de 2004 (“Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico”).

Em seguida, serão descritas as regras tarifárias e os encargos setoriais aos quais a Companhia está sujeita, incluindo as normas de reajustes tarifários. Por fim, serão destacadas as normas que regem a concessão outorgada à Companhia para o exercício de suas atividades.

Para informações adicionais sobre efeitos da regulação estatal sobre as atividades da Companhia, em especial, sobre o processo de produção, distribuição e compra de energia elétrica, vide item 7.3 deste Formulário de Referência.

O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Considera-se como marco inicial da reforma do Setor Elétrico Brasileiro a Lei nº 8.631/93, que extinguiu a equalização tarifária vigente e criou os chamados contratos de suprimento entre geradores e distribuidores, visando estancar as dificuldades financeiras das empresas na época.

Outro marco importante na reforma do setor foi a Lei nº 9.074/95, de 7 de julho de 1995, que estimula a participação da iniciativa privada no setor de geração de energia elétrica com a criação da figura do Produtor Independente de Energia (PIE) e estabelece os primeiros passos rumo à competição na comercialização de energia elétrica, com o conceito de consumidor livre, que é o consumidor que, atendendo a requisitos estabelecidos na legislação vigente, tem liberdade de escolha de seu fornecedor de energia elétrica.

Em 1996 foi implantado o Projeto de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro (“Projeto RE-SEB”), coordenado pelo MME. Os trabalhos do Projeto RE-SEB definiram as bases conceituais que deveriam nortear o desenvolvimento do setor elétrico. As principais conclusões do projeto foram a necessidade de implementar a desverticalização das empresas de energia elétrica, ou seja, dividi-las nos segmentos de geração, transmissão e distribuição, incentivar a competição nos segmentos de geração e comercialização, e manter sob regulação os setores de distribuição e transmissão de energia elétrica. Concluído em 1998, o Projeto RE-SEB definiu o arcabouço conceitual e institucional do modelo a ser implantado no setor elétrico brasileiro.

Acrescente-se ainda a Lei nº 9.427/96, de 26 de dezembro de 1996, que instituiu a ANEEL, autarquia vinculada ao MME, com a finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A ANEEL veio a substituir (em parte) o antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (“DNAEE”), recebendo deste o acervo técnico e patrimonial, as obrigações, os direitos e receitas, exceto aquelas decorrentes da compensação

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

financeira pelo uso de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica (§1º do artigo 20 da Constituição Federal). O acervo e a administração dos assuntos vinculados ao uso das águas, de competência do antigo DNAEE, não foram transferidos para a ANEEL: parte foi transferida para o MME (a rede hidrométrica e atividades de hidrologia relativas aos aproveitamentos de energia hidráulica) e parte, posteriormente para a Agência Nacional de Águas (ANA).

As maiores diferenças entre a ANEEL e o antigo DNAEE, podem ser resumidas em: (i) Autonomia – instituída como autarquia, a ANEEL dispõe de autonomia de ação (patrimonial, administrativa e financeira), desde que cumpridas as determinações legais, as políticas e diretrizes setoriais; (ii) Gestão – existem dispositivos legais para a escolha e especialmente para a destituição dos dirigentes da ANEEL, o que garante desvinculação da gestão administrativa da Agência em relação ao Poder Executivo; e (iii) Receita – a garantia de receita própria, decorrente especialmente da taxa de fiscalização, desvinculada a execução orçamentária da ANEEL da existência ou não de disponibilidade de recursos no orçamento da União.

Em 1998, foi promulgada a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, ou a Lei do Setor Energético, com vistas a revisar a estrutura básica do setor elétrico. A Lei do Setor Energético determinou:

- a criação de um órgão autorregulador responsável pela operação do mercado de energia de curto-prazo, ou o Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE (mais tarde substituído pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE), que substituiu o sistema anterior de preços de geração e contratos de fornecimento regulados;
- a exigência de que as empresas de distribuição e geração firmassem contratos de fornecimento de energia inicial, ou os contratos iniciais, em geral compromissos do tipo *take or pay*, a preços e volumes previamente aprovados pela ANEEL. O principal objetivo dos contratos iniciais era garantir que as empresas de distribuição tivessem acesso a um fornecimento estável de energia a preços que lhes assegurassem uma taxa mínima de retorno durante o período de transição (2002 a 2005), levando ao estabelecimento de um mercado de energia elétrica livre e competitivo;
- a criação do ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, uma entidade de direito privado sem fins lucrativos responsável pela administração operacional das atividades de geração e transmissão do Sistema Interligado Nacional – SIN;
- o estabelecimento de processos de licitação pública para concessões para construção e operação de usinas de energia elétrica e instalações de transmissão;
- a separação das atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica (desverticalização);
- o estabelecimento de restrições de concentração da titularidade de ativos nas áreas de geração e distribuição; e
- a nomeação do BNDES como agente financeiro do setor, especialmente para dar suporte a novos projetos de geração.

Em 2001, o Brasil enfrentou uma grave crise de abastecimento de energia que durou até o fim de fevereiro 2002. Como resultado, o Governo Federal implantou medidas que incluíram:

- um programa para racionamento de consumo de energia nas regiões mais adversamente afetadas, a saber as regiões sudeste, centro-oeste e nordeste do Brasil; e
- a criação da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (“GCE”) que estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica pela Medida

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Provisória nº 2.147, de 15 de maio de 2001, com objetivo de propor e implementar medidas de natureza emergencial para compatibilizar a demanda e a oferta de energia elétrica, de forma a evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia elétrica. O CGE aprovou uma série de medidas emergenciais que estabeleceram metas para reduzir o consumo de energia pelos consumidores residenciais, comerciais e industriais nas regiões afetadas, por meio de regimes tarifários especiais.

Em março de 2002, a GCE suspendeu as medidas emergenciais e o racionamento de energia em consequência do grande aumento no fornecimento (em virtude de um aumento significativo nos níveis dos reservatórios) e de uma redução moderada na demanda. O Governo Federal promulgou novas medidas em abril de 2002 que, entre outras coisas, determinou um reajuste tarifário extraordinário para compensar as perdas financeiras incorridas pelas fornecedoras de energia como resultado do racionamento obrigatório.

Adicionalmente, o Governo Federal, por meio do BNDES, lançou o Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica em novembro de 2002, e o Programa de Apoio à Capitalização de Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica, ou Programa de Capitalização, em setembro de 2003, com o objetivo de oferecer apoio financeiro ao refinanciamento das dívidas das empresas de distribuição, para compensá-las pela perda de receitas resultantes do Racionamento, da desvalorização do Real frente ao Dólar e dos atrasos na aplicação dos reajustes tarifários durante 2002.

Em 2002, novas mudanças foram introduzidas por meio da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, (a) proibiu as concessionárias de oferecerem bens vinculados à concessão, os direitos dela emergentes e qualquer outro ativo que possa comprometer suas respectivas concessões em garantia de operação destinadas a atividade distinta de sua concessão; e (b) autorizou a criação de subvenção econômica para outorga de benefícios tarifários aos consumidores integrantes da subclasse residencial baixa renda, dentre outras providências.

O Governo Federal estabeleceu, ainda, regras para universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica, o qual consiste no atendimento a todos os pedidos de fornecimento, inclusive aumento de carga, sem qualquer ônus para o consumidor solicitante, desde que atendidas às condições regulamentares exigidas. A ANEEL estabeleceu as condições gerais para elaboração dos planos de universalização de energia elétrica, prevendo as metas de universalização até 2014 e estipulando multas no caso de descumprimento destas por parte da distribuidora.

Durante os anos de 2003 e 2004, o Governo Federal lançou as bases de um novo modelo para o Setor Elétrico Brasileiro, sustentado pelas Leis nº 10.847, pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, e pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 - Decreto do Novo Modelo de Comercialização de Energia Elétrica do Setor Elétrico. Tratou-se de um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia. Essa lei foi regulamentada por inúmeros decretos a partir de maio de 2004 e está sujeita à regulamentação posterior emitida pela ANEEL e pelo MME, conforme detalhado mais adiante.

As Leis nº 10.847 e 10.848, de 15 de março de 2004, introduziram regras como a competição nos leilões de novos empreendimentos pelo menor valor da tarifa para o consumidor. O critério substituiu o anterior que privilegiava o maior ágio pago ao Governo. As usinas passam a ser licitadas com a concessão da licença prévia. Contratos de longo prazo e a compra centralizada contribuem para maior segurança do abastecimento. O setor público reassume o planejamento do setor elétrico e cria a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

("CCEE") substituiu os antigos Mercado Atacadista de Energia e Mercado Brasileiro de Energia e assume a liquidação dos contratos de compra e venda de energia elétrica e o sistema para aquisição de eletricidade em conjunto pelas distribuidoras.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu alterações relevantes na regulamentação do setor elétrico brasileiro visando (1) fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter a capacidade de geração e (2) garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas módicas por meio de processos de leilões públicos de compra e venda de energia elétrica. As principais características da Lei são:

- Criação de dois ambientes paralelos que definem a comercialização de energia elétrica, quais sejam (i) o Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") e (ii) o Ambiente de contratação Livre ("ACL").
- Os agentes de geração, sejam concessionários de serviços público de geração, produtores independentes de energia ou autoprodutores, assim como os comercializadores, podem vender energia elétrica nos dois ambientes, mantendo o caráter competitivo da geração. Adicionalmente, todos os contratos, sejam no ACR ou no ACL, devem ser registrados na CCEE e servem de base para a contabilização e liquidação das diferenças no mercado de curto prazo.
- Restrições a certas atividades das distribuidoras, de forma a garantir que estejam voltadas apenas a seu principal negócio a fim de assegurar serviços mais eficientes e confiáveis a seus consumidores, incluindo a proibição da venda de eletricidade pelas distribuidoras aos consumidores livres a preços não regulados.
- Cumprimento dos contratos assinados antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a fim de proporcionar estabilidade às transações realizadas antes de sua promulgação.
- Proibição de as distribuidoras venderem eletricidade fora do ACR; e
- Exclusão da Eletrobrás e de suas subsidiárias do Plano Nacional de Desestatização (programa criado pelo governo em 1990), visando promover o processo de privatização das empresas estatais.

Em 30 de agosto de 2012, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 577, posteriormente convertida na Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, por meio do qual definiu as condições para extinção e intervenção em concessões de serviço público no setor elétrico, e dentre outras disposições, indicou que concessionárias de serviço público não poderiam mais se submeter ao regime de recuperação judicial ou extrajudicial.

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579 (posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11.01.2013) disciplinando condições para a renovação de concessões alcançadas pelos artigos 17, § 5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, as indenizações correspondentes e redução de determinados encargos setoriais, buscando contribuir para a modicidade tarifária.

As principais alterações que permitiram a redução da tarifa de distribuição foram:

- Alocação de cotas de energia, resultantes das geradoras com concessão renovadas, com reduções de preço;
- Redução dos custos de transmissão;
- Redução dos encargos setoriais;

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Retirada de subsídios da estrutura da tarifa, com aporte direto do Tesouro Nacional por meio da CDE.

O Setor Elétrico novamente passou por alterações por meio da Lei nº 13.360/2016, conversão da Medida Provisória nº 735/2016, a qual alterou 16 leis que estavam em vigor e promoveu mudanças significativas no setor, a saber:

a) Objetivos Originais da MP nº 735/2016 e que foram mantidos integralmente:

- Transferir para a CCEE a responsabilidade de gerir a RGR, CCC e CDE a partir de 1º de maio de 2017;
- Aperfeiçoar a gestão da Reserva Global de Reversão (RGR), da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE);
- Adequar o custeio da CDE às disponibilidades orçamentárias e financeiras; antecipar de 2035 para 2030 o prazo para o fim da assimetria regional nas cotas; estabelecer que as cotas serão fixadas conforme o nível de tensão e com vistas a proteger os consumidores de baixa renda de impactos tarifários; isentar da CDE os consumidores beneficiados pela Tarifa Social de Energia Elétrica;
- Permitir que a União licite as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica alcançadas pela Lei nº 12.783/2012, junto com a transferência do controle acionário da concessionária controlada pela União;
- Ampliar os descontos nas tarifas de uso suportados pela CDE, incluindo, além da TUSD, também a TUST (consumidores ligados diretamente na rede básica).

b) Incrementos no Custeio da CDE

- Custear pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, com destinação ao MME de 3% dos recursos;
- Realizar empréstimos destinados ao custeio ou investimento a serem realizados por empresa controlada pela União;
- Prover recursos para os dispêndios da CCEE na administração da CDE, CCC e RGE;
- Prover recursos para compensar impacto tarifário da reduzida densidade de carga do mercado de cooperativas de eletrificação rural, concessionárias ou permissionárias, em relação à principal distribuidora supridora, na forma a ser definida pela ANEEL.

c) Transferência do controle societário da concessionária

- Permitir a transferência do controle societário da concessionária, como opção à caducidade da concessão, para grupo com habilitação técnica e financeira para garantir a prestação adequada do serviço. Para tanto, deverá haver aprovação da ANEEL a partir da demonstração da viabilidade da troca de controle e do benefício dessa medida para a adequação do serviço prestado.

d) Venda de excedentes contratuais pelas distribuidoras

- Autoriza a venda de excedentes contratuais pelas distribuidoras aos consumidores livres, sem restringir tal venda à respectiva área de concessão;

e) Liberalização do mercado

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer fornecedor a partir de 2019, os consumidores existentes em julho de 1995 com carga ≥ 3 MW, atendidos em tensão inferior a 69 kV;
- Poder Concedente poderá antecipar esses prazos.

f) Antecedência de contratação pelas distribuidoras

- Para a energia de empreendimentos de geração existentes, o início de entrega poderá ser no mesmo ano ou até no 5º ano subsequente ao da licitação e o prazo de suprimento de no mínimo 1 e no máximo 15 anos;
- Para a energia de novos empreendimentos de geração, o início de entrega poderá ser a partir do 3º e até o 7º ano após a licitação, com prazo de suprimento de no mínimo 15 e no máximo 35 anos.
- Ou seja, a mudança amplia do 2º para o 5º ano a possibilidade de entrega da energia existente licitada no ACR e do 5º para o 7º ano a energia nova. Logo, aumenta as incertezas oriundas do processo de compra de energia por parte das distribuidoras, embora favoreça as construções das usinas, minimizando a ocorrência de atrasos na entrega da energia.

g) Extensão da Outorga dos Geradores

Em caso de atrasos no início da operação comercial caracterizado pela ANEEL como excludentes de responsabilidade, o prazo da outorga de geração ou transmissão de energia elétrica será recomposto pela ANEEL por meio da extensão da outorga pelo mesmo período do excludente de responsabilidade, bem como será feito o adiamento da entrega de energia caso o empreendedor tenha um contrato de venda em ambiente regulado - CCEAR.

Por fim, cumpre destacar que recentemente o MME abriu consultas públicas para apresentação de contribuições no sentido de aprimorar o setor elétrico, com a definição de novo marco legal (Consultas Públicas MME nº 32 e 33/2017). A nova proposta tem como propósito a recuperação da economia real, com a atração de investimentos e atenção a desafios atuais enfrentados pelo setor, tal como solucionar sobras de energia no segmento de distribuição e parcelar débitos judiciais pendentes.

Em 12 de dezembro de 2017 foi editada a Resolução Normativa n.º 797, que estabelece os procedimentos para o compartilhamento de infraestrutura de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica com agentes do mesmo setor, bem como com agentes dos setores de Telecomunicações, Petróleo, Gás, com a Administração Pública Direta ou Indireta e com demais interessados.

Ambiente de Contratação Regulada – ACR

No Ambiente de Contratação Regulada, empresas de distribuição compram energia, visando atender à carga dos consumidores cativos, por meio de leilões públicos regulados pela ANEEL, e operacionalizados pela CCEE. Compras de energia são feitas por meio de duas modalidades: (1) Contratos na modalidade “Quantidade de Energia” (CCEAR por Quantidade), e (2) Contratos na modalidade “Disponibilidade de Energia” (CCEAR por Disponibilidade).

- Contratos na modalidade “Quantidade de Energia”: a vendedora compromete-se a fornecer determinado volume de energia e assume o risco de que esse fornecimento de energia seja afetado por condições hidrológicas e níveis baixos dos reservatórios, entre outras condições, que poderiam reduzir a energia produzida ou alocada, hipótese na qual a geradora é obrigada a comprar energia de outra fonte a fim de cumprir seu compromisso

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

de fornecimento. Cabe acrescentar ainda que os volumes anuais dos CCEARs são definidos no leilão que o originou, sendo necessária a realização dos processos de sazonalização e modulação da energia para efeito de contabilização na CCEE.

- Contratos na modalidade “Disponibilidade de Energia”: a vendedora compromete-se a disponibilizar uma determinada capacidade de geração ao Ambiente de Contratação Regulada. Nesse caso, a receita da geradora está garantida e possíveis riscos hidrológicos são imputados ao grupo de distribuidoras participantes do leilão. Entretanto, a legislação vigente prevê que eventuais custos adicionais incorridos pelas distribuidoras deverão ser repassados aos consumidores por meio das tarifas. Acrescente-se ainda que os volumes anuais dos CCEARs por disponibilidade são definidos nos leilões que o originou, sendo necessária a realização dos processos de sazonalização e modulação para efeito de contabilização na CCEE.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a previsão de mercado de cada Distribuidora é o principal fator na determinação do volume de energia a ser contratado pelo sistema e as Distribuidoras são obrigadas a celebrar contratos para garantir o atendimento de 100% de suas necessidades projetadas de energia, e não mais os 95,0% estabelecidos pelo modelo anterior. O não atendimento da totalidade dos seus requisitos pode resultar em penalidades às Distribuidoras. Devido ao risco inerente às previsões de mercado, as distribuidoras têm assegurado o repasse de até 105% do nível de contratação em relação a carga, possibilitando uma certa margem em caso de desvios decorrentes do comportamento do mercado consumidor nos anos posteriores à decisão de contratação sinalizada no momento dos leilões.

A partir de 2013, A Lei 12.783 instituiu o regime de comercialização de energia por meio de cotas de garantia física para as usinas cuja concessão foi renovada a partir de então. Nesse regime, o preço é regulado e corresponde ao custo de operação e manutenção, bonificação pela outorga e remuneração por investimentos em melhorias. O risco hidrológico é assumido pelos distribuidores e repassado aos consumidores finais.

Ambiente de Contratação Livre – ACL

No Ambiente de Contratação Livre a energia elétrica é comercializada entre agentes de geração, produtores independentes de energia, autoprodutores, agentes de comercialização, importadores e exportadores de energia elétrica e consumidores livres. Nesse ambiente há liberdade para se estabelecer algumas condições contratuais, como volumes de compra e venda de energia e seus respectivos preços e vigência do contrato, sendo as transações pactuadas através de contratos bilaterais.

Acrescente-se ainda a existência da figura do consumidor parcialmente livre que é o consumidor livre que exerce a opção de contratar parte das necessidades de energia e potência das unidades consumidoras de sua responsabilidade com a distribuidora local, nas mesmas condições reguladas aplicáveis a consumidores cativos, incluindo tarifas e prazos.

Consumidores potencialmente livres são aqueles cuja demanda excede 3 MW, em tensão, igual ou superior a 69 kV ou em qualquer nível de tensão, se o fornecimento teve início após a edição da Lei 9.074/95. Estes consumidores potencialmente livres poderão optar por mudar de fornecedor de eletricidade, desde que notifiquem a distribuidora a respeito de sua intenção de rescindir o contrato, com antecedência mínima de 180 dias do vencimento do mesmo, sob pena de renovação automática e multa contratual caso opte pela saída antes da nova validade. Além disso, consumidores com demanda contratada igual ou superior a 500 kW poderão ser servidos por fornecedores, que não sua empresa local de distribuição, contratando energia de empreendimentos de geração por fontes incentivadas, tais como eólica, biomassa ou pequenas centrais hidrelétricas,

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

denominados consumidores especiais. Vale destacar que a Portaria do MME nº 514/2018 reduziu o limite para migração ao Mercado Livre para 2,5 MW a partir de 1º de julho de 2019 e 2,0 MW a partir de 1º de janeiro de 2020.

Uma vez que um consumidor tenha optado pelo Ambiente de Contratação Livre, nos termos estabelecidos pela Lei 9.074/95, este somente poderá retornar ao ambiente regulado se notificar seu distribuidor local com cinco anos de antecedência, ou em menor prazo a critério do distribuidor. Tal exigência prévia busca garantir que, se necessário, a distribuidora tenha tempo hábil para contratar o suprimento da energia necessária para atender o regresso de consumidores livres ao Ambiente de Contratação Regulada. A fim de minimizar os efeitos resultantes da migração de consumidores livres, as distribuidoras podem reduzir o montante de energia contratado junto às geradoras, por meio dos CCEARs de energia oriunda de empreendimentos de geração existente, de acordo com o volume de energia que não irão mais distribuir a esses consumidores.

Os agentes de geração, sejam concessionários de serviço público de geração, produtores independentes de energia ou autoprodutores, assim como os comercializadores, podem vender energia elétrica nos dois ambientes, mantendo o caráter competitivo da geração, e todos os contratos, sejam do ACR ou do ACL, devem ser registrados na CCEE e servem de base para a contabilização e liquidação das diferenças no mercado de curto prazo.

Os clientes de alta tensão que compravam energia de Distribuidores no Ambiente de Contratação Regulado o faziam a preços subsidiados. Esse subsídio, conhecido por “subsídio cruzado”, começou a ser reduzido gradualmente a partir de julho de 2003, e foi totalmente eliminado em julho de 2007.

Contratos Assinados Antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que contratos assinados por empresas de distribuição e aprovados pela ANEEL antes da edição da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não podem ser alterados em seus prazos, preços ou volumes já contratados, com exceção dos contratos iniciais.

Renovação das Concessões e a MP 579

Em setembro de 2012 o Governo editou a Medida Provisória nº 579, depois convertida na Lei nº 12.783/13, que estabeleceu as regras para a renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição que não haviam sido licitadas na década de 90. Essa medida possibilitada aos agentes terem suas concessões renovadas sem a necessidade de se submeter ao um processo licitatório aberto a outros competidores. A contrapartida dessa medida era aceitar uma redução de até 70% da receita a partir de 2013 para geradores e transmissores.

Para as empresas de distribuição alcançadas pela Lei 12.783/13 as condições para a renovação da concessão eram a assinatura de um aditivo ao contrato de concessão que impunha novas obrigações para o atendimento dos índices de qualidade do serviço e de sustentabilidade econômico financeiro.

Frisa-se que a Companhia não está alcançada pelos dispositivos e condições para a renovação das concessões conforme previsto na Lei 12.783/13. Posteriormente a ANEEL homologou dispositivo permitindo às demais concessionárias de distribuição, que não tiveram as concessões renovadas, a adesão ao novo modelo de Aditivo ao Contrato de Concessão. Nesse contexto, a Companhia solicitou à ANEEL pedido de Revisão Tarifária Extraordinária, em 04 de julho de 2017, que poderá desdobrar-se na adesão ao Aditivo do Contrato de Concessão, o qual encontra-se em negociação.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

PRINCIPAIS AUTORIDADES

Ministério de Minas e Energia – MME

Após a aprovação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o Governo Federal, atuando basicamente por meio do MME, tornou-se responsável pela condução das políticas energéticas do País.

Suas principais obrigações incluem a formulação e implementação de políticas para o setor energético, de acordo com as diretrizes definidas pelo CNPE. O MME é responsável por estabelecer o planejamento do setor energético nacional, monitorar a segurança do suprimento e definir ações preventivas para restauração da segurança de suprimento no caso de desequilíbrios conjunturais entre oferta e demanda de energia.

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

A ANEEL foi instituída pela Lei nº 9.427/96 e constituída pelo Decreto nº 2.335/97, com as finalidades básicas de regular e fiscalizar as atividades setoriais de energia elétrica, estando vinculada ao MME, sucedendo o antigo Departamento Nacional de águas e Energia Elétrica (DNAEE).

As atuais responsabilidades da ANEEL incluem entre outros: acompanhar o desenvolvimento das atividades de geração, transmissão, distribuição, comercialização e importação de energia elétrica; avaliar as condições de abastecimento e de atendimento; realizar periodicamente a análise integrada de segurança de abastecimento e de atendimento; identificar dificuldades e obstáculo que afetem a regularidade e a segurança de abastecimento e expansão do setor e elaborar propostas para ajustes e ações preventivas que possam restaurar a segurança no abastecimento e no atendimento elétrico.

Conselho Nacional de Política de Energia - CNPE

A Lei nº 9.478/1997 definiu os objetivos a serem perseguidos pela política energética nacional e criou o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), vinculado à Presidência da República e presidido pelo Ministério de Minas e Energia.

O CNPE é um órgão de assessoramento do Presidente da República, tendo como finalidade propor ao Presidente da República, políticas nacionais e medidas específicas destinadas a: a) Promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do país; b) assegurar, em função das características regionais, o suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso do País; c) rever periodicamente as matrizes energéticas aplicadas às diversas regiões do País; d) estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural, álcool, carvão e da energia termonuclear; e) estabelecer diretrizes para a importação e exportação de petróleo e seus derivados, gás natural e condensado; f) propor critérios de garantia de suprimento de energia elétrica que assegurem o equilíbrio adequado entre confiabilidade de fornecimento e modicidade de tarifas e preços; e g) propor critérios gerais de garantias de suprimento, a serem considerados no cálculo das energias asseguradas e em outros respaldos físicos para a contratação de energia elétrica, incluindo importação.

Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico autorizou a constituição do CMSE, com funções de acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional. O CMSE é presidido pelo Ministro de Estado de Minas e Energia tendo em sua composição quatro representantes do MME, e os titulares da ANEEL, ANP, CCEE, EPE e ONS.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

O principal objetivo do Comitê é o de evitar o desabastecimento do mercado de energia elétrica. Para isto deverá acompanhar a evolução do mercado consumidor, o desenvolvimento dos programas de obra, identificando, inclusive, as dificuldades e obstáculos de caráter técnico, ambiental, comercial, institucional e outros que afetem, ou possam afetar, a regularidade e a segurança do abastecimento.

O CMSE tem poderes para definir diretrizes e programas de ação, podendo requisitar, dos agentes setoriais, estudos e informações.

Operador Nacional do Sistema – ONS

Criado em decorrência da Lei nº 9.648/98. O ONS é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos que opera mediante autorização da ANEEL e integrado por titulares de concessão, permissão ou autorização e por consumidores livres cujo papel básico é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão do Sistema Elétrico Interligado Nacional.

Os objetivos e as principais responsabilidades do ONS incluem:

- planejamento operacional para o setor de geração e transmissão;
- organização do uso do Sistema Elétrico Interligado Nacional e interligações internacionais;
- garantir aos agentes do setor acesso à rede de transmissão de maneira não discriminatória;
- assistência na expansão do sistema energético;
- propor ao MME os planos e diretrizes para extensões da Rede Básica; e
- apresentação de regras para operação do sistema de transmissão para aprovação da ANEEL.

O ONS é responsável, também, pela garantia do livre acesso aos sistemas de transmissão e pela administração dos respectivos contratos: a) Contratos em que concessionárias de transmissão colocam seus sistemas a disposição do Operador; e b) Contratos em que os usuários da transmissão asseguram o direito de uso da mesma.

O ONS deve desempenhar seu papel em nome de todos os interessados no setor e não poderá desempenhar qualquer atividade comercial de compra e venda de energia elétrica.

Mercado Atacadista de Energia (MAE) / Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

A existência de um Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE) foi considerada um elemento fundamental no setor elétrico parcialmente implantado a partir de 1998 e possuía como objetivos básicos a promoção de competitividade na geração e a instituição de um mercado para operações de curto prazo de energia elétrica. O MAE foi instituído pela Lei nº 9.648/98 (Art. 12).

A Lei nº 10.848/2004 autorizou a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para suceder ao Mercado Atacadista de Energia (MAE).

Assim como o MAE, a CCEE é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que opera sob autorização do Poder Concedente e mediante regulação e fiscalização da ANEEL. Nos termos da Lei nº 10.848/2004, a CCEE é integrada por titulares de concessão, permissão ou autorização, por outros agentes vinculados aos serviços e às instalações de energia elétrica e pelos consumidores livres.

A CCEE absorveu as funções e estrutura do MAE. Entre suas principais atribuições estão: (i) a realização de leilões de compra e venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada por

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

delegação da ANEEL; (ii) registrar o volume de todos os contratos de comercialização de energia no Ambiente de Contratação Regulada, os contratos resultantes de contratações no Ambiente de Contratação Livre; (iii) contabilizar e liquidar a diferença entre os montantes efetivamente gerados ou consumidos e aqueles registrados nas transações de curto prazo; (iv) apuração do PLD, utilizado para valorar as transações no mercado de curto prazo; v) aplicar as respectivas penalidades pelo descumprimento de limites de contratação de energia elétrica; vi) efetuar a estruturação e a gestão do Contrato de Energia de Reserva; vii) efetuar a estruturação, a gestão e a liquidação financeira da Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR; e vii) efetuar a estruturação, a gestão e a liquidação financeira da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

O Conselho de Administração da CCEE é composto por cinco membros, com o seu Presidente indicado pelo Ministério de Minas e Energia, três membros indicados pelas categorias (geração, distribuição e comercialização) e um membro indicado pelo conjunto de todos os agentes.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE

Instituída pela Lei nº 10.847/2004 e criada pelo Decreto nº 5.187/2004, a EPE é uma empresa vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), cuja finalidade é prestar serviços de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético. Suas principais atribuições incluem a realização de estudos e projeções da matriz energética brasileira, execução de estudos que propiciem o planejamento integrado de recursos energéticos, desenvolvimento de estudos que visem o planejamento de expansão de geração e da transmissão de energia elétrica de curto, médio e longo prazos, realização de análises de viabilidade técnico-econômica e sócio-ambiental das usinas, bem como a obtenção da licença ambiental prévia para aproveitamentos hidrelétricos e de transmissão de energia elétrica.

Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP

A Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP (originalmente denominada Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE) é a agência reguladora e fiscalizadora dos serviços de energia, criada pelo Governo do Estado de São Paulo em 1997 para controlar e fiscalizar as concessionárias estaduais de energia elétrica e gás canalizado. Na área de energia elétrica, a ARSESP exerce a fiscalização técnica, comercial e econômicofinanceira das 14 concessionárias de distribuição de energia elétrica, que atuam no Estado de São Paulo, por meio de convênio de delegação e descentralização, firmado com a ANEEL.

PENALIDADES

Por meio da Resolução Normativa nº 63/2004, a ANEEL prevê a imposição de sanções contra os agentes do setor e classifica as penalidades com base na natureza e severidade da infração (inclusive advertências, multas, suspensão temporária do direito de participar de processos de licitação para novas concessões, permissões ou autorizações e caducidade).

Para cada infração que seja caracterizada como multa, os valores podem chegar a até 2,0% da receita operacional líquida da concessionária, ou do valor estimado da energia produzida nos casos de auto-produção e produção independente, correspondente aos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração, ou estimados para um período de 12 meses, caso o infrator não esteja em operação ou esteja operando por um período inferior a 12 meses. Algumas infrações que podem resultar em multas referem-se à falha das concessionárias em solicitar a aprovação da ANEEL, inclusive, sem limitação, no que se refere a:

- celebração de contratos entre partes relacionadas;

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- venda ou cessão de ativos relacionados a serviços prestados assim como a imposição de qualquer ônus sobre esses ativos; e
- alterações no controle societário.

Na fixação do valor das multas deverão ser consideradas a abrangência e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para o serviço e para os usuários, a vantagem auferida pelo infrator e a existência de sanção anterior nos últimos quatro anos.

ENCARGOS SETORIAIS

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, criou a CDE objetivando promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional) nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados e promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo território nacional. Os recursos da CDE são provenientes, dentre outras fontes, dos pagamentos anuais realizados a título de uso de bem público, de multas aplicadas pela ANEEL e, desde 2003, de quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializam energia elétrica com consumidor final no SIN, mediante encargo tarifário incluído na TUSD e na TUST. A CDE tem previsão de duração de 25 anos. A partir de 2013, a CDE passou adicionalmente a ter o objetivo de i) garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada aos descontos das tarifas de determinadas classes de consumidores; ii) prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; e iii) prover recursos e permitir a indenização da reversão das concessões.

ESS – Encargo de Serviço do Sistema

A ANEEL homologou as regras de mercado relativas ao ESS por meio da Resolução nº 290, de 4 de agosto de 2000. O ESS consiste em um valor em R\$/MWh correspondente à média dos custos incorridos para manter a confiabilidade e a estabilidade dos serviços do sistema prestados aos usuários do SIN. A Resolução CNPE nº 03/2013 instituiu que o custo do despacho adicional por motivo de segurança energética será rateado entre todos os agentes de mercado, inclusive geradores, proporcionalmente à energia comercializada nos últimos doze meses, inclusive o mês corrente, de acordo com as normas vigentes, mediante processo de contabilização e liquidação da CCEE, na forma do disposto no art. 59 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004. Atualmente, a maioria dos geradores possuem liminares que os isentam de pagamento do encargo.

TFSEE - Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica

A Taxa de Fiscalização foi criada pela Lei Federal nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.410, de 28 de novembro de 1997 e pela ANEEL. A Taxa de Fiscalização é uma taxa anual devida desde 1997 por todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas, equivalente a 0,4% do benefício econômico anual auferido, com a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura das suas despesas administrativas e operacionais.

EER – Encargo de Energia de Reserva

O EER foi criado pelo Decreto nº 6.353, de 15 de janeiro de 2008, e regulamentado pela Resolução Normativa ANEEL nº 337, de 11 de novembro de 2008. O EER tem o objetivo de arcar com as despesas relacionadas com a contratação de energia de reserva contratada para aumentar a segurança do fornecimento de energia no SIN. O EER é pago mensalmente pelos consumidores finais do Sistema Interligado Nacional.

PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

O PROINFA, instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 e revisado pela Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003 é pago por todos os agentes do SIN que comercializam energia com o consumidor final ou que recolhem tarifa de uso das redes elétricas relativa a consumidores livres, para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa participantes do PROINFA.

ONS – Operador Nacional do Sistema

Refere-se ao ressarcimento de parte dos custos de administração e operação do ONS (entidade responsável pela operação e coordenação da Rede Básica) por todas as empresas de geração, transmissão e de distribuição bem como os grandes consumidores (consumidores livres) conectados à Rede Básica.

CFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

A CFURH foi criada pela Lei n.º 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas.

CONTA-ACR

O Decreto nº 8.221/14, regulamentado pela Resolução Normativa ANEEL nº 612/2014, estabeleceu a criação da Conta Ambiente de Contratação Regulada - Conta-ACR, a ser administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A Conta é destinada a cobrir total ou parcialmente, no período de fevereiro a dezembro de 2014, as despesas das distribuidoras de energia elétrica decorrentes de exposição involuntária no mercado de curto prazo e dos despachos de usinas termelétricas vinculadas a contratos por disponibilidade do ambiente regulado.

Para captação de recursos à Conta-ACR, a CCEE obteve financiamentos junto a um grupo de instituições financeiras.

Tais recursos devem ser repassados aos agentes da classe de distribuição, conforme determinado no Decreto nº 8.221/14 e na Resolução Normativa ANEEL nº 612/14.

Racionamento

A Lei 10.848/04 estabelece que, na hipótese de decretação de uma redução compulsória no consumo de energia de determinada região, todos os CCEARs por quantidade de energia, cujos compradores estejam localizados nessa mesma região, terão seus volumes ajustados na proporção da redução de consumo verificada.

TARIFAS

As tarifas que a Companhia cobra pela distribuição de energia a consumidores finais são determinadas de acordo com o contrato de concessão da Companhia e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL. O contrato de concessão da Companhia e a regulamentação estabelecem um teto para as tarifas e preveem ajustes anuais, periódicos e extraordinários.

Para determinar as tarifas aplicáveis, cada cliente é colocado em um grupo específico de tarifa, definido por lei. Clientes do Grupo A são aqueles que recebem energia com tensão de alimentação a partir de 2,3 kV ou mais, com a característica de possuírem Cabine Primária (Média Tensão) ou Estação de Transformação (Alta Tensão), e que, na sua maior parte, se qualificam como consumidores potencialmente livres nos termos da Lei do Modelo do Setor Elétrico ("Grupo A").

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Clientes do Grupo B, por sua vez, são aqueles que recebem energia com tensão de alimentação inferior a 2,3 kV (Tensão Nominal de 115 / 230 V), sendo esse grupo de clientes subdividido em: clientes residenciais, residenciais de Tarifa Social, rurais, de iluminação pública e outras classes (comerciais, industriais, etc.) tendo cada um dos subgrupos uma tarifa específica ("Grupo B").

O quadro abaixo mostra informações sobre tarifas médias do mercado cativo para o Grupo A e Grupo B nos três últimos exercícios sociais:

Nível de Tensão	Tarifas Médias – R\$/MWh(1)		
	2018	2017	2016
A2 – consumidores industriais de alta voltagem	358,45	323,17	337,15
A3a – consumidores comerciais e industriais de alta voltagem	399,90	392,71	376,22
A4 – consumidores comerciais, industriais e residenciais de alta voltagem	412,50	400,09	379,90
AS – consumidor servido pela rede subterrânea	502,07	453,41	458,97
B1 – consumidores residenciais de baixa voltagem	461,79	417,16	425,93
B2 – consumidores rurais de baixa voltagem	338,79	307,08	301,42
B3 – consumidores comerciais e industriais de baixa voltagem	477,96	427,23	429,45
B4 – consumidores públicos de baixa voltagem	271,51	245,08	241,11
Média Total	448,16	403,36	408,28
(1) As tarifas de vendas de energia elétrica foram calculadas dividindo-se as vendas faturadas sem o ICMS e o PIS/COFINS por MWh de energia elétrica vendida.			

As tarifas para clientes do Grupo A baseiam-se na tensão de atendimento e na hora do dia da utilização da energia. As tarifas deste grupo apresentam duas componentes: uma "tarifa de demanda" e uma "tarifa de energia". A tarifa de demanda, refere-se à capacidade do sistema alocada a cada cliente, expressa em Reais por kW, sendo faturada pelo maior valor entre (1) demanda firme contratada ou (2) demanda efetivamente registrada. A tarifa de energia, expressa em Reais por MWh, se baseia no volume de energia efetivamente consumido durante um período de fornecimento, que geralmente é de 30 dias.

No Grupo B, as tarifas são cobradas com base em apenas um componente: a energia efetivamente consumida expressa em Reais por MWh.

Clientes residenciais de baixa renda são considerados um subgrupo de clientes residenciais. De acordo com as regras atuais, correspondem às unidades consumidoras residenciais que consomem até 220kWh, desde que estejam aptos a receber benefícios de programas sociais para baixa renda do Governo Federal.

Para informações sobre o procedimento de faturamento das tarifas cobradas dos consumidores, vide item 7.3 "b" deste Formulário de Referência.

Reajustes e Revisões Tarifárias

Os valores das tarifas de energia elétrica (uso de rede e fornecimento) são reajustados anualmente pela ANEEL ("Reajuste Tarifário Anual"), revistas periodicamente ("Revisão Tarifária Periódica") a cada quatro anos e, por fim, podem ser revistas em caráter extraordinário ("Revisão Tarifária Extraordinária").

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Ao ajustar as tarifas de distribuição, a ANEEL divide os custos de concessionárias de distribuição entre (1) custos fora do controle da distribuidora (chamado de custos “não gerenciáveis”), ou Parcela A, e (2) custos sob o controle das distribuidoras (chamado de custos “gerenciáveis”), ou Parcela B. Os custos da Parcela A incluem, entre outros:

- Custos de energia comprada para revenda;
- Encargos setoriais: dentre os quais se destacam: Encargo de Serviço do Sistema - ESS; Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA, Encargo de Energia de Reserva - EER; e
- Custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição.

Quando os preços dos itens não gerenciáveis definidos no momento do reajuste tarifário anual e/ou revisão tarifária oscilarem positiva ou negativamente impactarão o fluxo de caixa da Companhia. Porém, as variações dos itens não gerenciáveis são reconhecidas nas tarifas de distribuição por meio do mecanismo da CVA, e que por sua vez, serão repassadas aos consumidores no próximo reajuste e/ou revisão tarifária.

A Parcela B, por sua vez, compreende os itens de custo que estão sob o controle das concessionárias e inclui, entre outros:

- Retorno sobre os investimentos relacionados à concessão considerados na Base de Remuneração Regulatória determinada por ocasião das Revisões Tarifárias Periódicas;
- Custos de depreciação regulatória; e
- Custos de operação e manutenção do sistema de distribuição.

O contrato de concessão de cada empresa de distribuição estabelece um Reajuste de Tarifa Anual, conforme fórmula estipulada no próprio contrato de concessão. Neste momento, busca-se que os custos da Parcela A sejam repassados aos clientes. Os custos da Parcela B, entretanto, são corrigidos de acordo com o índice IGP-M, ajustado por um Fator X.

As distribuidoras de energia elétrica, conforme o contrato de concessão, também têm direito à revisão periódica das tarifas com intervalos que podem variar entre três e cinco anos (no caso da Companhia, a cada quatro anos). Nestas revisões (1) todos os custos da Parcela B são recalculados e (2) o Fator X é calculado para compartilhar ganhos de produtividade da concessionária, basicamente devido ao crescimento de mercado. Nos processos de reajustes tarifários a partir do terceiro ciclo, o Fator X será calculado com base nos componentes: (i) XP (produtividade) e (ii) XQ (qualidade) e (iii) XT (trajetória de custos operacionais).

O Fator X é usado para ajustar o IGP-M que deve ser aplicado ao componente da Parcela B nos reajustes anuais.

Além disso, concessionárias de distribuição de energia têm direito a eventual Revisão Tarifária Extraordinária, a ser solicitada especificamente ao Poder Concedente e analisadas caso a caso. Tais solicitações serão aceitáveis em caso de significativo desequilíbrio econômico-financeiro causado por fatos imprevisíveis e não gerenciáveis pela empresa.

Metodologia do 4º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas

Abaixo estão descritos, brevemente, alguns pontos da metodologia aprovada para o 4º Ciclo de Revisão Tarifária, com base na documentação disponibilizada pela ANEEL.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Procedimentos gerais: As principais mudanças nos critérios gerais de reposicionamento tarifário em relação aos adotados no 3º Ciclo de Revisão Tarifária referem-se a: i) Receita de Remuneração sobre Obrigações Especiais, calculada com 1,67% do valor das Obrigações Especiais Brutas e ii) Alteração no critério de Reversão Tarifária de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos, que deixou de ser classificada como Obrigação Especial e passou a ser devolvida como componente financeiro em 4 parcelas anuais atualizadas monetariamente a partir da 5ª Revisão Tarifária Periódica da Companhia.
- Base de ativos ou base de remuneração regulatória: As principais mudanças com relação a metodologia do 3º Ciclo de Revisões Tarifárias foram: i) atualização Monetária dos ativos pelo índice IPCA, e não mais pelo IGP-M; ii) valoração dos Componentes Menores (COM) e Custos Adicionais (CA), por meio do Banco de Preços Referencial; iii) alteração da apropriação dos Juros sobre Obras em Andamento (JOA) e iv) atualização da Base de Anuidades Regulatórias (BAR), que engloba os custos de veículos, aluguéis e sistemas.
- Para fins de valoração do COM e CA, as distribuidoras foram classificadas em 5 grupos, de acordo com as variáveis ambientais que influenciam no custo de instalação do ativo. O Banco de Preços será válido para investimentos a partir de julho de 2016.
- WACC – Custo ponderado de capital: Para o 4º ciclo, o regulador definiu períodos padrão para as séries históricas dos parâmetros de risco Brasil (15 anos), prêmio de risco (20 anos), beta (5 anos) e risco de crédito (15 anos). O risco de crédito passou a ser a média de spread observado por empresas com o mesmo nível de classificação de crédito que as distribuidoras com rating no Brasil, e não mais das que possuíam o melhor nível de crédito. O nível de alavancagem das companhias foi alterado, passando de 55% para 49%. Assim, o valor do WACC a ser considerado no 4º ciclo e no 5º ciclo é de 8,09%.
- Custos operacionais regulatórios: Do ponto de vista dos custos operacionais regulatórios, o 4º ciclo terá uma transição entre o atual custo operacional contido nas tarifas vigentes da concessionária e aqueles decorrentes da aplicação da metodologia do 4º Ciclo de Revisões Tarifárias. A metodologia estabelece uma comparação das distribuidoras do ponto de vista de eficiência dos custos operacionais por meio de métodos de benchmarking. O benchmarking observa uma relação entre o total de produtos que uma distribuidora entrega em sua prestação de serviços (rede, mercado, consumidores, qualidade e combate a perdas) e seus custos operacionais. A eficiência repassada às tarifas do 4º Ciclo provém da média do setor, de 76%. O resultado dessa comparação é a definição de um intervalo de valores de custos operacionais eficientes o qual se espera que as companhias alcancem ao final do ciclo.

Caso o valor encontrado na primeira etapa esteja fora do intervalo encontrado na segunda etapa, esses valores serão utilizados no cálculo do componente T do Fator X. Esse componente é aplicado nos reajustes tarifários do 4º ciclo de forma a implementar a trajetória dos custos operacionais durante o ciclo. O limite máximo de ajuste anual é de 5% do Custo Operacional Regulatório.

- Fator X: A metodologia proposta para o cálculo do Fator X considera três componentes:
 - (Pd) Ganhos de produtividade da distribuição – é estimado a partir dos ganhos médios de produtividade das distribuidoras e do crescimento médio do mercado e número de unidades consumidoras das distribuidoras entre 2006 e 2012. Esse componente é calculado no momento da revisão tarifária e aplicado a cada reajuste tarifário. O crescimento de produtividade médio apurado no 4º Ciclo foi de 1,53%;

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- (Q) Qualidade na prestação do serviço – é apurada com a comparação das distribuidoras do ponto de vista do alcance dos limites anuais definidos pela ANEEL para os indicadores de qualidade do serviço (DEC e FEC) e do Atendimento Comercial (FER, IASC, INS, lab, ICO) e posterior análise da evolução desses indicadores no último ano civil. A aplicação desse componente busca premiar ou penalizar as distribuidoras de acordo com a evolução de seus indicadores de qualidade. O componente Q será calculado e aplicado a cada processo tarifário, incluindo a própria 4ª Revisão Tarifária Periódica. O mecanismo de incentivo a qualidade terá transição de metodologia do 3º Ciclo de 4 anos. No 4º Ciclo, passa a ter peso de até 2% da Parcela B, maior do que o limite de 1% da Parcela B do 3º Ciclo;
- (T) Trajetória de eficiência - tem por objetivo implementar uma trajetória gradativa de custos operacionais eficientes. O componente T só será aplicado quando o valor atualmente previsto dos custos operacionais da tarifa não estiver dentro dos limites de eficiência definidos pelo método de benchmarking para o cálculo dos custos operacionais eficientes. Esse componente é calculado no momento da revisão tarifária e aplicado nos reajustes.
- Perdas não técnicas regulatórias: De uma forma geral, a metodologia para o 4º ciclo foi a mesma adotada durante o 3º ciclo, ou seja, que considera a construção de um ranking de complexidade socioeconômica, baseado nas características das áreas de concessão das distribuidoras. De acordo com esse ranking, será definido um benchmark para cada companhia. A meta de perdas não técnicas regulatórias é uma média ponderada entre as perdas da própria companhia e as perdas da companhia benchmark. Já a determinação da trajetória de perdas dentro do ciclo leva em consideração o nível de complexidade da área de concessão, além do porte e nível de perdas de cada companhia. As principais mudanças foram o estabelecimento de um piso de repasse tarifário de 7,5% do mercado de baixa tensão medido e uma transição de 1/8 da diferença entre o atual nível de repasse regulatório de perdas não técnicas e 7,5%.
- Receitas irrecuperáveis: No 4º Ciclo de Revisão Tarifária, a ANEEL adotou como base o percentual de inadimplência remanescente após 49 a 60 meses de atraso no pagamento da fatura. O percentual de inadimplência repassado a tarifa é definido como a mediana de um grupo de até 20 distribuidoras comparáveis a distribuidora avaliada de acordo com o ranking de complexidade socioeconômica mencionado no item de perdas não técnicas. O ranking é separado em dois grupos, de acordo com o porte das distribuidoras. A Receita Irrecuperável associada a receita necessária para fazer frente ao custo dos encargos setoriais é baseada nos próprios percentuais de perdas da distribuidora, limitados a um teto regulatório estabelecido para cada classe de consumidores.
- Outras receitas: Para o 4º Ciclo de Revisões Tarifárias, 60% da Receita Bruta e revertida para a modicidade tarifária, exceção feita as atividades de Serviço de Comunicação de Dados, Micro e Mini Geração e Eficientização Energética.

Reajuste Tarifário 2016

Em 28 de junho de 2016, a ANEEL autorizou um reajuste tarifário médio de -8,10%, a ser aplicado em sua tarifa a partir de 4 de julho de 2016 sobre a tarifa homologada em 30 de junho de 2015. Para os consumidores residenciais (Classe B1), haverá redução de -7,27% (negativo) no valor da tarifa. Sendo que o efeito para a baixa tensão em média é de 7,30% (negativos). Para a alta tensão o efeito médio percebido é de -9,74% (negativos).

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Esse reajuste é composto pelos seguintes itens:

Reajuste tarifário 2016		
Parcela A	Encargos setoriais	-1,73%
	Energia comprada	-3,88%
	Encargos de transmissão	0,01%
	Parcela A	-5,61%
Parcela B		2,13%
Reajuste econômico		-3,48%
CVA total		7,47%
Outros itens financeiros de Parcela A		-5,28%
Reajuste financeiro		2,19%
Reajuste total		-1,29%
Componentes financeiros do processo anterior		-6,81%
Reajuste total		-8,10%

Desta forma as Parcelas A e B, após o Reajuste Tarifário de 2016, tiveram os seguintes impactos:

- A Parcela A foi reajustada em -6,87%, representando -5,61% no reajuste econômico com os seguintes componentes:
 - o Encargos Setoriais – Reajustados em -5,95%, representando -1,73% no reajuste econômico da Companhia;
 - o Energia Comprada – Reajustados em -8,12%, representando -3,88% no reajuste econômico da Companhia
 - o Encargos de Transmissão – O aumento de 0,15% decorre das novas tarifas de transmissão publicadas pela ANEEL, representando 0,01% no reajuste econômico da Companhia.
- O índice de reajuste da Parcela B foi de 11,58%, que representa uma participação de 2,13% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:
 - o IGP-M de 11,42%, no período de 12 meses findos em 30 de junho de 2016, e
 - o Fator X de -0,16%, composto por; X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 1,13%, previamente definido na 4RTP para aplicação nos processos deste ciclo tarifário; X-Q (qualidade de serviço) de 1,08%, decorrente da evolução da qualidade do serviço prestado; e X-T (trajetória de custos operacionais) de 2,37%, previamente definido na 4RTP para aplicação nos processos deste ciclo tarifário.

Revisão Tarifária Extraordinária de 2017

Em 28 de março de 2017, a ANEEL aprovou uma Revisão Tarifária Extraordinária para todas as distribuidoras de energia elétrica, através da Resolução Homologatória nº 2.214, com o objetivo de reverter os efeitos da inclusão nas tarifas da parcela do Encargo de Energia de Reserva (EER) correspondente à contratação da usina de Angra III nos processos de reajustes tarifários realizados em 2016. Esse fato se deve ao fato de que o custo da energia oriunda de Angra III foi incluída pela ANEEL nas tarifas, mas a energia não chegou a ser usada (usina Angra III não entrou em operação até o presente momento). Por essa razão a ANEEL decidiu pela republicação das tarifas de todas as distribuidoras de energia elétrica do país.

Reajuste Tarifário de 2017

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 27 de junho de 2017, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2017, aplicado na tarifa a partir de 4 de julho de 2017. A ANEEL aprovou

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

um reajuste de +5,57% composto por reajuste econômico de +4,60% e componente financeiro de +0,97%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +4,48%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário		
Parcela A	Encargos Setoriais	-3,79%
	Energia Comprada	1,07%
	Encargos de Transmissão	7,11%
	Parcela A	4,39%
Parcela B		0,21%
Reajuste Econômico		4,60%
CVA Total		-5,59%
Outros Itens Financeiros da Parcela A		6,56%
Reajuste Financeiro		0,97%
Reajuste Total		5,57%
Componentes Financeiros do Processo Anterior		-1,09%
Efeito para o consumidor		4,48%

Desta forma as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em 5,62%, representando 4,39% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais – R\$3.285 milhões. Uma redução de 13,35%, representando -3,79% no reajuste econômico em função, principalmente, da redução de 20,82% do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”);
- Energia Comprada – R\$6.121 milhões. O aumento de 2,38%, inferior ao IPCA de 3,25% decorre principalmente do aumento do volume de cotas de garantia física de 18%, cujo preço é mais barato do que a tarifa média de compra de energia da Companhia. O aumento do custo de compra de energia representa 1,07% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão – R\$1.615 milhões. O aumento de 142,74% decorre principalmente a indenização das transmissoras que renovaram a concessão em 2013, representando 7,11% no reajuste econômico

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 0,98%, representando uma participação de 0,21% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de -0,30%, no período de 12 meses findos em junho de 2017; e
- Fator X de -1,28 %, composto por:
 - o Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 1,13%, previamente definido na 4ª Revisão Tarifária Periódica (“4RTP”) para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
 - o Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,04%; e
 - o Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -2,37%, previamente definido na 4RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R\$129,5 milhões, dentre os quais destacamos R\$880,7 milhões negativos referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), neutralidade de Encargos Setoriais de R\$188,8 milhões, Sobrecontratação de R\$245,2 milhões, Devolução do Ajuste Tarifário de Angra III de R\$133,8 milhões e Previsão de Risco Hidrológico de R\$473,1 milhões.

O reajuste tarifário médio de +4,48% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	2,37%
Baixa Tensão	5,37%
Efeito Médio	4,48%

Reajuste Tarifário de 2018

A ANEEL, em reunião pública da sua Diretoria ocorrida em 03 de julho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2018 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2018, aprovando um índice final de 16,40% composto por reajuste econômico de +10,47% e componente financeiro de +5,93%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +15,84%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário		
Parcela A	Encargos Setoriais	2,58%
	Energia Comprada	6,63%
	Encargos de Transmissão	-0,58%
	Parcela A	8,63%
Parcela B		1,84%
Reajuste Econômico		10,47%
CVA Total		8,47%
Outros Itens Financeiros da Parcela A		-2,54%
Reajuste Financeiro		5,93%
Reajuste Total		16,40%
Componentes Financeiros do Processo Anterior		-0,56%
Efeito para o consumidor		15,84%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em 10,98%, representando 8,63% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais – R\$ 3.292 milhões. Um aumento de 12,20%, representando 2,58% no reajuste econômico em função, principalmente, do aumento de 24,89% do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE");
- Energia Comprada (inclui PROINFA) – R\$ 7.257 milhões. O aumento de 14,52% decorre principalmente do aumento do custo das Cotas (Lei nº12.783/2013) e de Itaipu. O aumento do custo de compra de energia representa 6,63% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão – R\$ 1.564 milhões. A redução de 4,87% decorre principalmente da

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

redução da Receita Anual Permitida da Rede Básica em relação ao ciclo anterior, representando -0,58% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 8,62%, representando uma participação de 1,84% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 6,92%, no período de 12 meses findos em junho de 2018; e
- Fator X de -1,70 %, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 1,13%, previamente definido na 4ª Revisão Tarifária Periódica ("4RTP") para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,46%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -2,37%, previamente definido na 4RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R\$ 831,9 milhões, dentre os quais destacamos R\$ 1.140 milhões positivos referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), neutralidade de Encargos Setoriais de R\$ 18,8 milhões, Sobrecontratação de - R\$ 140,3 milhões, Devolução do Ajuste Tarifário de Angra III de R\$ 48,9 milhões e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 391,7 milhões.

O reajuste tarifário médio de +15,84% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	17,67%
Baixa Tensão	15,14%
Efeito Médio	15,84%

Tarifas pelo Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão

A ANEEL homologa tarifas pelo uso e acesso aos sistemas de distribuição e de transmissão. As tarifas são (i) de distribuição (TUSD), e (ii) de transmissão (TUST), que compreende a Rede Básica e suas instalações auxiliares.

Além disso, as empresas de distribuição do sistema interligado no Sul e no Sudeste/Centro Oeste pagam tarifas específicas pela transmissão de eletricidade gerada em Itaipu.

Nos últimos anos, o governo teve por meta a melhoria do sistema de transmissão nacional e, como resultado, algumas empresas de transmissão se envolveram em programas de expansão significativos, custeados por aumentos nas tarifas de transmissão. O aumento nas tarifas de transmissão pagas pelas Concessionárias de Distribuição é repassado aos seus respectivos clientes através dos Reajustes de Tarifas Anuais e nas Revisões Tarifárias Periódicas.

TUSD - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição

A TUSD, que é revisada anualmente de acordo com a variação de seus componentes, é paga por geradoras e consumidores livres e especiais pelo uso do sistema de distribuição da concessionária

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

na qual tais geradoras e consumidores livres e especiais estejam conectados. O valor a ser pago pelo respectivo agente conectado ao sistema de distribuição, por ponto de conexão, é calculado pela multiplicação da demanda de energia elétrica contratada junto à concessionária de distribuição, em kW, pela tarifa estabelecida pela ANEEL, em R\$/kW, bem como pela energia medida, em MWh, pela tarifa estabelecida pela ANEEL em R\$/MWh. A TUSD é formada por diversos encargos setoriais, bem como a remuneração da concessionária pelo uso da rede local e os custos regulatórios de pessoal, material e serviços de terceiros.

TUST – Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão

A TUST é paga por distribuidoras, geradoras e consumidores livres e especiais pelo uso da Rede Básica e é revisada anualmente de acordo com (i) a inflação e (ii) a receita anual das empresas de transmissão (que também incorpora custos de expansão da própria rede).

As Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST têm por objetivo cobrir os custos associados ao serviço de transporte da energia elétrica no sistema elétrico brasileiro, ou seja, desde os parques geradores de energia elétrica até os centros de consumo.

Sendo o Brasil um país com geração predominantemente hidráulica, as usinas, via de regra, encontram-se afastadas dos centros de carga, tornando-se necessário que uma extensa rede de linhas de transmissão e de subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica, transportem essa energia.

A operação, coordenação e controle desta rede de transmissão são de responsabilidade do ONS (Operador Nacional do Sistema), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL.

As concessionárias de transmissão são remuneradas através de uma Receita Anual Permitida - RAP, definida e homologada pela ANEEL por meio dos Leilões de Transmissão ou de Resoluções Autorizativas. Esta RAP deve ser suficiente para remunerar os investimentos das transmissoras, cobrir os custos de operação e manutenção das instalações, inclusive os custos relativos aos centros de operação do sistema, aos serviços de telecomunicação e da transmissão de dados, além dos tributos e encargos setoriais.

Assim, as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) têm a finalidade de arrecadar os montantes associados a RAP de cada transmissora, sendo que estas tarifas são estabelecidas anualmente pela ANEEL na mesma data em que ocorre o reajuste da RAP das transmissoras, para vigência a partir de 1º de julho de cada ano. A TUST é aplicada a todos os usuários do sistema de transmissão, neste caso: distribuidoras, geradores, consumidores livres e agentes importadores/exportadores de energia, exceto os diretamente conectados a DITs.

O cálculo destas tarifas é realizado a partir de simulação de um programa computacional, chamado Programa Nodal, que utiliza como dados de entrada: i) a configuração da rede, representada por suas linhas de transmissão, subestações; as demandas de geração e de carga do sistema; ii) a receita total a ser arrecadada e iii) de alguns parâmetros estabelecidos pela ANEEL. Cabe informar que a receita total do sistema a ser paga às concessionárias de transmissão, além de ser composta pela RAP, é formada também por parte do orçamento do ONS, por uma Parcela de Ajuste, que correspondente às diferenças de arrecadação do período anterior, e por uma previsão de receita para pagamento de instalações de transmissão que irão entrar em operação ao longo do período considerado.

Desta forma, pela metodologia utilizada pela ANEEL as tarifas de transmissão são aplicadas proporcionalmente ao uso que cada agente faz deste sistema, ou seja, são estabelecidas tarifas

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

específicas para cada ponto de conexão com este sistema de transmissão, à razão da demanda contratada pelos agentes em cada um destes pontos de conexão.

Tarifa de repasse da potência de Itaipu

A ANEEL determina anualmente a tarifa de repasse de potência da usina de Itaipu, em Dólares. Em dezembro de 2018, a tarifa homologada para o exercício de 2019 foi estabelecida em US\$27,71/kW mês, aplicável aos faturamentos realizados de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, de acordo com a Resolução Homologatória da ANEEL n.º 2501, de 18 de dezembro de 2018.

Limitação de Repasse

Como regra geral, a Companhia repassa aos seus clientes, por meio de suas tarifas, todo o seu custo de compra de energia, com exceção de situações excepcionais previstas pela regulamentação aplicável.

As regras estabelecem também limites para repasse dos custos com a compra de energia aos consumidores finais. O Decreto n.º 5.163 estabelece as seguintes restrições na capacidade de empresas de distribuição de repassar os custos aos consumidores:

- não repasse dos custos referentes aos volumes que excedam 105,0% da demanda real;
- repasse limitado dos custos para compras de energia feitas em um leilão “A-3”, se o volume da energia adquirida exceder 2,0% da demanda verificada nos 2 anos anteriores (ou seja, em A-5”);
- repasse limitado dos custos de aquisição de energia de novos projetos de geração de energia se o volume recontratado por meio de CCEARs de instalações existentes de geração estiver abaixo do “Limite Inferior de Contratação” definido pelo Decreto n.º 5.163; e
- se as Distribuidoras não cumprirem a obrigação de contratar a energia necessária para o atendimento integral de suas demandas, o repasse dos custos de energia adquirida no mercado de curto-prazo será equivalente ao menor valor entre o PLD e o VR.

Bandeiras Tarifárias

A partir de janeiro de 2015, as contas de energia estão sendo faturadas de acordo com o Sistema de Bandeiras Tarifárias, segundo a Resolução Normativa nº 547/2013 da ANEEL. O sistema possui três classificações de bandeiras que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. Em maio de 2019 foram aprovados pela ANEEL os novos valores das bandeiras que entrarão em vigor a partir de junho de 2019, conforme detalhado a seguir:

- Bandeira verde: Condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: Condições de gerações menos favoráveis. O acréscimo na tarifa foi de R\$1,00 para R\$1,50 para cada 100 KWh consumidos.
- Bandeira vermelha: Condições mais custosas de geração. A partir de fevereiro de 2016, a Bandeira vermelha foi dividida entre Patamar 1 e Patamar 2. Para o Patamar 1, o acréscimo na tarifa foi de R\$3,00 para R\$4,00 para cada 100 KWh consumidos. E para o Patamar 2, o acréscimo na tarifa foi de R\$5,00 para R\$6,00 para cada 100 KWh consumidos.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades













O faturamento dos adicionais de bandeira tarifária é neutro para o resultado da Companhia, visto que sua receita é computada como passivo regulatório, neutralizado no próximo reajuste ou revisão tarifária da concessionária.

A seguir é descrita a evolução do acionamento das bandeiras:

Entre janeiro e fevereiro de 2016, esteve em vigor o Patamar 1 da bandeira tarifária vermelha, com os valores dos acréscimos das bandeiras tarifárias passando para R\$3,00 para cada 100 kWh consumidos.

No mês de março de 2016, esteve em vigor a bandeira amarela, que acrescentou R\$1,50 para cada 100 kWh consumidos. Finalmente, em abril de 2016, entrou em vigor a bandeira tarifária verde, sem acréscimos à tarifa. A bandeira verde ficou vigente nos demais meses de 2016, com exceção do mês de novembro de 2016 que esteve em vigor a bandeira tarifária amarela.













Nos meses de janeiro e fevereiro de 2017 esteve vigente a bandeira tarifária verde, sem acréscimo a tarifa. Em março de 2017 foi aplicada a bandeira tarifária amarela, com acréscimo de R\$2,00 para cada 100 kWh consumidos e em abril de 2017 entrou em vigor a bandeira tarifária vermelha, patamar 1. A tabela a seguir mostra as bandeiras vigentes a partir de janeiro de 2017:

2017	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov*	Dez*
Bandeira Tarifária												
				Patamar 1	Patamar 1			Patamar 1		Patamar 2	Patamar 2	Patamar 1
CVU/PLD gatilho R\$/MWh	128,65	179,74	279,04	426,99	447,61	155,85	237,71	513,51	411,92	698,14	533,82	201,51

CVU: Custo variável da última termínica despachada, válido de de jan/17 a out/17; *PLD gatilho nov/17 e dez/17 (fonte: ANEEL)

Em 2018, a bandeira verde vigorou de janeiro a abril. Em maio, a bandeira amarela foi acionada e de junho a outubro vigorou a bandeira vermelha - patamar 2. Em novembro houve o retorno da bandeira amarela e finalmente em dezembro foi acionada a bandeira verde. A tabela a seguir mostra as bandeiras vigentes a partir de janeiro de 2018:

Em maio de 2018, um novo critério de acionamento das bandeiras tarifárias entrou em vigor, decorrente da audiência pública no 061 /17, que discutiu a revisão da metodologia das bandeiras e dos valores de suas faixas de acionamento. A tabela a seguir mostra as bandeiras vigentes a partir de maio de 2018:

2018	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarela	Vermelha 2	Vermelha 2	Vermelha 2	Vermelha 2	Vermelha 2	Amarela	Verde
PLD gatilho - R\$/MWh	189,63	157,28	184,91	40,16	193,36	425,01	505,18	505,18	490,74	377,47	140,51	56,74

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

O acionamento de cada bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema – ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica do país.

Cabe destacar que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras são compartilhados entre elas por meio da CCRBT (Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária) administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Os recursos disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando (i) os custos de geração e a exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; (ii) a

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

cobertura tarifária vigente de cada distribuidora e (iii) a arrecadação de recursos financeiros por meio do faturamento das Bandeiras Tarifárias.

Risco Hidrológico

No ano de 2017, houve uma piora significativa das condições hidrológicas e a geração de usinas hidrelétricas foi significativamente inferior aos anos anteriores.

O custo do risco hidrológico é alocado aos distribuidores para os contratos de Cotas de Garantia Física e Pontência, Itaipu e CCEARs que repactuaram o risco hidrológico a partir de 2015. Em 2017, o custo no setor de distribuição brasileiro até 31 de dezembro de 2017 chegou a R\$ 19,7 bilhões e em 31 de dezembro de 2018 chegou a R\$ 16,8 bilhões

Para lidar com o cenário, a ANEEL tomou uma série de medidas de curto prazo. Houve a distribuição do Saldo de Energia de Reserva, redução da cota mensal da Conta-ACR e aumento do Adicional de Bandeira Tarifária de R\$35 / MWh para R\$50 / MWh em novembro de 2017.

No longo prazo, um Projeto de Lei fruto da Consulta Pública nº 33 do Ministério de Minas e Energia irá propor a volta da alocação do risco hidrológico para os vendedores de contratos de compra e venda de energia, com a consequente redução das cotas de garantia física. Caso aprovado, o movimento reduziria o risco hidrológico das distribuidoras, permitindo melhor gestão de caixa.

CONCESSÃO

A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 regulamentou o artigo 175 da Constituição Federal e determinou normas para a prestação de serviços públicos. A Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995 estabeleceu regras específicas para o setor de energia elétrica e, dentre elas, permitiu a prorrogação das concessões de distribuição.

As empresas distribuidoras, que operavam sem um “contrato de concessão” formal, passaram a firmar os referidos instrumentos. Os contratos de concessão de distribuição definem os “direitos e obrigações da concessionária”, considerando os termos da Lei nº 8.987/95.

As empresas ou consórcios que desejem construir e/ou operar instalações para geração com potência acima de 30 MW, transmissão ou distribuição de energia no Brasil devem participar de processos licitatórios. As concessões garantem o direito de gerar, transmitir ou distribuir energia em determinada área de concessão por um período determinado. Esse período é limitado a 35 anos para novas concessões de geração, e 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. Concessões existentes poderão ser renovadas a critério do poder concedente por igual período.

A Lei de Concessões estabelece, entre outras coisas, as condições que a concessionária deve cumprir na prestação dos serviços de energia, os direitos dos consumidores, e as obrigações da concessionária. Os principais dispositivos da Lei de Concessões estão resumidos como segue:

- Serviço adequado. A concessionária deve prestar adequadamente serviço regular, contínuo, eficiente e seguro.
- Servidões (uso de terrenos). O poder concedente pode declarar quais são os bens necessários à execução de serviço ou obra pública de necessidade ou utilidade pública, nomeando-os de servidão administrativa, em benefício de uma concessionária. O poder concedente, nesse caso, fica responsável pelas indenizações cabíveis.
- Responsabilidade objetiva. A concessionária é objetivamente responsável pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada dos serviços de distribuição de

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

energia, como no caso de interrupções abruptas no fornecimento e variações na voltagem, independentemente de sua culpa.

- Alterações do Controle Societário. O poder concedente deve aprovar qualquer alteração direta ou indireta de participação controladora na concessionária.
- Intervenção pelo poder concedente. O poder concedente poderá intervir na concessão a fim de garantir o desempenho adequado dos serviços e o cumprimento integral das disposições contratuais, regulatórias e legais. Dentro de 30 dias da data do decreto autorizando a intervenção, o poder concedente deve dar início a um procedimento administrativo em que é assegurado à concessionária o direito de contestar a intervenção. Durante o procedimento administrativo, um interventor nomeado pelo poder concedente passa a ser responsável pela prestação dos serviços objeto da concessão. Caso o procedimento administrativo não seja concluído dentro de 180 dias da data do decreto, a intervenção cessa e a administração da concessão é devolvida à concessionária, sendo necessária prestação de contas pelo interventor. A administração da concessão é também devolvida à concessionária se o interventor decidir pela não extinção da concessão e o seu termo final não tiver expirado.
- Término antecipado da concessão. O término do contrato de concessão poderá ser antecipado por meio de encampação ou caducidade. Encampação consiste na retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo de uma concessão por razões relacionadas ao interesse público que devem ser expressamente declaradas por lei autorizativa específica. A caducidade deve ser declarada pelo poder concedente depois de a ANEEL ou o MME ter emitido um despacho administrativo final indicando que a concessionária, entre outras coisas, (1) deixou de prestar serviços adequados e eficientes ou de cumprir a legislação ou regulamentação aplicável; (2) não tem mais capacidade técnica financeira ou econômica para fornecer serviços adequados; ou (3) que a concessionária não cumpriu as penalidades eventualmente impostas pelo poder concedente. A concessionária pode contestar a encampação ou caducidade em juízo e tem direito à indenização por seus investimentos em ativos reversíveis que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados, após dedução de quaisquer multas contratuais e danos causados pela concessionária.
- Término por decurso do prazo. Com o advento do termo contratual, todos os ativos relacionados à prestação dos serviços de energia reverterem ao Governo Federal. Depois do término, a concessionária tem direito de indenização por seus investimentos em ativos revertidos que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados.

Com o propósito de analisar as implicações sobre a questão das prorrogações ou licitação, o governo federal, liderado pelo MME, formou um grupo de trabalho.

Em setembro de 2012 o governo promulgou a Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012, que versava acerca da renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição, vincendas entre 2015 e 2017 bem como da redução dos encargos setoriais.

A mencionada Medida Provisória foi aprovada no Congresso Nacional e convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013. O quadro apresenta um resumo dos prazos de concessão por segmento e por data de outorga:

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Prazos das Concessões por Segmento			
Segmento	Concessões Existentes em Jul/95	Concessões Outorgadas entre Jul/95 e Dez/03	Concessões Outorgadas após Dez/03
Distribuição & Transmissão	Período Original + 20 anos	30 anos + 30 anos	30 anos + 30 anos
Geração (exceções à parte)	Período Original + 20 anos	35 anos + 20 anos	35 anos + 0 ano (sem extensão)

Fonte: Fitch Ministério de Minas e Energia (MME) e Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Fonte: FitchRatings

Em seguida, o Decreto nº 8.461, de 02 de junho de 2015 regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, de que trata o artigo 7º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e o art. 4º-B da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995. O referido decreto estabelece as condições para a prorrogação destas concessões de distribuição de energia elétrica, por 30 anos, condicionada ao atendimento e critérios de (i) eficiência com relação à qualidade do serviço prestado; (ii) eficiência com relação à gestão econômico-financeira; (iii) racionalidade operacional e econômica; e (iv) modicidade tarifária. O decreto também define que a prorrogação depende da aceitação expressa pela concessionária das condições estabelecidas no contrato de concessão ou no termo aditivo ao contrato de concessão, bem como a responsabilidade da ANEEL em definir a minuta deste contrato de concessão ou termo aditivo que contemple as condições previstas neste Decreto.

Neste sentido, por meio do Despacho nº 3.540, de 20 de outubro de 2015, a ANEEL aprovou a minuta de termo aditivo ou de contrato de concessão das distribuidoras de energia elétrica cujo prazo das concessões se encerrava no ano de 2015, com vistas a prorrogar as concessões nos termos do Decreto nº 8.461, de 2015 e encaminhou os processos ao MME recomendando a prorrogação das outorgas.

Por fim, por meio do Despacho nº 2.194, de 16 de agosto de 2016, a ANEEL estendeu às demais concessionárias de distribuição, que não passaram por renovação, a possibilidade de optarem por aderir a todos os itens do novo modelo de contrato. Nesta condição, o contrato de concessão poderá contemplar nova data para realização das revisões e dos reajustes tarifários periódicos, enquanto os indicadores adotados para verificação da eficiência com relação à qualidade do serviço prestado devem ser objeto de audiência específica para cada concessionária.

A Companhia opera, nos termos de um contrato de concessão, o serviço de distribuição de energia elétrica. O contrato de concessão, com término em junho de 2028, impõe direitos e obrigações. Estas obrigações incluem manutenção e/ou aperfeiçoamento de determinadas normas de serviço, incluindo a frequência e a duração de interrupções no fornecimento de energia elétrica aos consumidores ou grupo de consumidores.

Existe, também, a obrigatoriedade de instalar dispositivos e equipamentos (por exemplo, redes de distribuição e medidores) para fornecer energia a novos clientes ou atender ao aumento de demanda dos clientes existentes. Sem este contrato, que representa uma outorga da União Federal, a Companhia não pode exercer as atividades de distribuição de energia e, consequentemente, seu faturamento se reduzirá a zero.

Como já mencionado anteriormente, em função da implantação do Novo Modelo do Setor Elétrico, as distribuidoras assinaram termos aditivos aos respectivos contratos de concessão. Esses aditivos se destinam basicamente a incorporar aos cálculos dos reajustes tarifários anuais os custos de

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

aquisição de energia contratada nos novos leilões, com entrega nos 12 meses subsequentes à data de vigência de novas tarifas.

Estabelecem ainda que a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sejam excluídos da Parcela B. Assim, tais encargos foram excluídos do cálculo do reajuste de tarifas de energia elétrica. Na prática, tais tributos passaram a ser incluídos na fatura de energia elétrica de forma segregada em mecanismo análogo ao utilizado para a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS).

Em maio do ano de 2010, a Companhia assinou novo termo aditivo ao seu contrato de concessão que visa garantir a neutralidade dos Encargos Setoriais. Para informações adicionais sobre este aditivo em particular veja o item 4.1.h. “Fatores de risco relacionados à regulação dos setores da economia nos quais a Companhia atua”, deste Formulário de Referência.

Penalidades e Término da Concessão

Caso não sejam cumpridas as obrigações previstas no contrato de concessão e nas leis e normas aplicáveis ao negócio, a ANEEL pode impor penalidades através da instauração de processos administrativos punitivos.

As penalidades que podem ser impostas em caso de violação destas obrigações incluem advertências e imposições de multas podendo atingir até um máximo de 2,0% da receita operacional líquida (ROL) anual da Companhia por violação, excluído o ICMS e ISS, ou nos casos mais extremos, a revogação da outorga concedida, conforme Resolução Normativa 063/2004.

A ANEEL também pode intervir na concessão por meio de resolução, que indicará seu prazo, objetivos e limites da medida, em função das razões que a ensejaram, designando o interventor. Declarada a intervenção, a ANEEL instaurará, no prazo de 30 dias, procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa, devendo o mesmo ser concluído no prazo de até 180 dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção. A ANEEL pode, ainda, em caso de descumprimento, limitar a área de concessão da Companhia, impondo uma sub-concessão ou encampando as ações detidas por seus acionistas controladores e vendendo-as num leilão público.

A ANEEL também tem o poder de propor ao Poder Concedente – a União Federal – a declaração de caducidade da concessão antes de seu prazo o final quando, por exemplo, do descumprimento de obrigações legais ou contratuais.

Da mesma forma como ocorre com a intervenção, a declaração de caducidade será precedida de processo administrativo e, caso reste comprovada a inadimplência da concessionária, a ANEEL poderá propor à União Federal a declaração de caducidade da concessão.

Em qualquer caso de término antecipado do contrato de concessão, existe o direito de receber indenização da ANEEL por investimentos efetuados em ativos relacionados aos serviços (bens reversíveis) que não tenham sido amortizados ou depreciados.

Equilíbrio Econômico-Financeiro

De acordo com a Lei de Concessões, qualquer concessão para a prestação de serviços públicos exige a manutenção de um equilíbrio entre os custos e receitas incorridas durante toda a vigência da concessão. Este princípio é conhecido como equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

O principal instrumento de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro é a alteração, para mais ou para menos, das tarifas de fornecimento de energia e de uso dos sistemas de distribuição cobradas dos clientes, através de reajustes tarifários anuais, revisões tarifárias ordinárias a cada quatro anos e revisões extraordinárias a qualquer tempo, desde que comprovado o desequilíbrio. Tais processos são conduzidos pela ANEEL que, ao cabo de seu decurso, procede à homologação das tarifas para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica pela Companhia está autorizada até 15 de junho 2028, por meio do Contrato de Concessão nº 162/98 celebrado com a ANEEL em 15 de junho de 1998 ("Contrato de Concessão").

No que diz respeito à obtenção e manutenção de tal autorização de prestação de serviço público, destaca-se no histórico da relação entre a Companhia e a administração pública a celebração dos termos aditivos ao Contrato de Concessão. Nesse contexto, em 6 de junho de 2005, a Companhia firmou o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, com objetivo de adequar o instrumento contratual ao Decreto nº 5.163/2004. Em 3 de Maio de 2010, foi firmado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, alterando os procedimentos de cálculo dos reajustes tarifários anuais, visando à neutralidade dos Encargos Setoriais da Parcela "A". Em 10 de dezembro de 2014, foi firmado o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, incluindo dispositivo que garante que os valores registrados na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA e outros itens financeiros sejam incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão, corresponde às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados.

No processo de obtenção da autorização para o exercício de sua atividade, não há um histórico de relacionamento entre a Companhia e administração pública a ser destacado. Não obstante, no decorrer do Contrato de Concessão foram celebrados termos aditivos a tal contrato, que compõem um histórico de relacionamento relativo à manutenção da concessão outorgada.

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Cientes de que as decisões e atividades da Companhia afetam seus públicos de relacionamento, ela assumiu o compromisso de incorporar os princípios e as práticas de sustentabilidade empresarial em sua cultura e na gestão cotidiana dos negócios. Esse posicionamento inspira a planejar e tomar decisões de curto, médio e longo prazo, levando em conta, de forma equilibrada, aspectos econômicos, ambientais e sociais, conforme expresso na Política de Sustentabilidade da Companhia. Tal política tem como alicerce promover a inovação, assegurar a eficiência operacional e reduzir riscos.

O cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor elétrico é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas e penais por eventual inobservância à legislação, independentemente da obrigação de reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. O cumprimento da legislação é um dos princípios norteadores da Política de Sustentabilidade da Companhia.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Com o objetivo de avaliar o seu desempenho ambiental, a Companhia possui um Sistema de Gestão Ambiental ("SGA") que está de acordo com a Política de Sustentabilidade e é baseado na norma ISO 14.001:2015. O sistema de gestão ambiental é certificado, desde o ano de 2000 e desde 2012 essa certificação abrange 100% de seus processos.

A Companhia é auditada periodicamente por organismo externo para a manutenção e certificação de processos pela norma ambiental.

O gerenciamento ambiental de todas as atividades da Companhia é realizado com foco na prevenção, levando em consideração o orçamento e estimativas realistas, objetivando, sempre, obter melhores resultados financeiros, sociais e ambientais.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o total de investimentos gastos em meio ambiente pela Companhia foi de R\$77,5 milhões em ações de meio ambiente, como treinamentos, melhoria na gestão ambiental de processos, manutenção da certificação ISO 14.001, novas tecnologias, licenciamentos e compensações ambientais, investigação de potenciais passivos e remediações ambientais, destinação de resíduos, projetos de eficiência energética e auditorias ambientais junto aos fornecedores.

Mudanças Climáticas

Em 2015, a Companhia publicou a 'Declaração de Compromisso para Mudanças Climáticas', documento composto por um conjunto de diretrizes de mitigação, adaptação, inovação, engajamento e comunicação sobre o tema. Esta declaração direciona os negócios da Companhia, rumo a uma economia de baixo carbono, juntamente com a cadeia de valor, parceiros e demais empresas do setor. No ano de 2018, esta declaração foi atualizada, visando abranger os avanços do tema nos últimos anos e reforçar o compromisso da empresa.

Para a gestão de emissões de gases de efeito estufa, a companhia utiliza metodologias e padrões internacionais do GHG Protocol. O Inventário Corporativo de Emissões de Gases de Efeito Estufa da companhia passa por verificação de 3ª parte para garantir a consistência das informações, e é divulgado publicamente na plataforma Registro Público de Emissões. Desde 2017, os Inventários da Companhia são classificados como Selo Ouro pelo gestor da plataforma.

Em 2017, foi instituído o subcomitê interno de mudanças climáticas para tratar de assuntos relevantes relacionados ao tema. Os principais avanços de 2018 foram: a redução de 5,9% nas emissões dos veículos da frota a diesel e o desenvolvimento de um projeto de precificação interna de carbono, visando entender os impactos financeiros sobre a Companhia de uma possível futura precificação de carbono no Brasil.

Licenciamento Ambiental

A legislação ambiental brasileira, por meio da Lei Federal nº 6.938/81, alterada pela Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011 e da Resolução CONAMA 237/97, determina que a instalação de empreendimentos que de qualquer forma causem degradação ao meio ambiente depende do prévio licenciamento ambiental.

O procedimento se aplica tanto para empreendimentos novos quanto para as ampliações ou alterações nele realizadas, sendo que as licenças de operação emitidas precisam ser renovadas periodicamente. De acordo com a legislação federal, se a renovação for requerida até 120 dias antes do vencimento da licença de operação, considera-se prorrogada a sua validade até a manifestação do órgão ambiental sobre o respectivo requerimento.

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, três estágios que determinam a expedição das seguintes licenças: licença prévia ("LP"), licença de instalação ("LI") e licença de

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

operação ("LO"). Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra o empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental competente.

Para fins de licenciamento de empreendimentos cujos impactos sejam considerados significativos, exige-se a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto de Meio Ambiente ("EIA/RIMA"). Há previsão de procedimentos simplificados quando o empreendimento for considerado de pequeno potencial de impacto ambiental, de acordo com Resolução CONAMA nº 279/01. Nesses casos, no lugar do EIA/RIMA, deve ser elaborado o Relatório Ambiental Simplificado ("RAS"). No âmbito Estadual, de acordo com os dispositivos da Resolução SMA 05/2007, deve ser elaborado o Relatório Ambiental Preliminar ("RAP"), ou o Estudo Ambiental Simplificado ("EAS"), a depender da magnitude do impacto. No Município de São Paulo, segundo a Portaria SVMA 80/2005, o empreendedor deverá apresentar o Estudo de Viabilidade Ambiental ("EVA") para instrução do processo de licenciamento.

A definição do órgão competente para o licenciamento está associada à extensão da área e à abrangência do impacto ambiental que o empreendimento ocasionará. Empreendimentos de impacto ambiental regional, ou seja, que envolvam mais de um Estado da federação ou mesmo países vizinhos, ou realizados em áreas de interesse ou domínio da União, devem ser licenciados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"). Nos demais casos, a competência é dos órgãos ambientais estaduais. Todavia, caso o impacto seja exclusivamente local, o licenciamento poderá ser conduzido pelos municípios.

No caso da Companhia, por atuar somente na área metropolitana do Estado de São Paulo, o licenciamento se dá no âmbito estadual ou municipal. A Resolução SMA 05/07, dispõe sobre procedimentos simplificados para o licenciamento ambiental de linhas de transmissões e subestações com tensão igual ou superior a 69 kV. De acordo com essa Resolução, só "dependerão de licenciamento as linhas de extensão superiores a 3 km, em áreas de baixa criticidade ambiental e extensões superiores a 20 km para recabeamento, também em áreas de baixa criticidade". Cabe o licenciamento para qualquer extensão com área de maior criticidade ambiental. Em relação às subestações isoladas e ampliações das subestações existentes, "estão sujeitas ao licenciamento ambiental aquelas com área construída superior a 5.000 m², em áreas de baixa criticidade ambiental e todas em áreas com criticidade ambiental".

Em relação ao Município de São Paulo, os casos (i) de reforma com ampliação da tensão ou da corrente nominal e (ii) de implantação de novas unidades de linhas de transmissão e subestações dos sistemas de gerações, de transmissão e distribuição de energia elétrica, com tensão nominal igual ou superior a 69 kV, são licenciados em âmbito municipal, através da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, conforme Portaria 80/05, deste mesmo órgão.

É importante mencionar que para os casos que não forem considerados pelo órgão ambiental como de potencial poluidor, não será exigível o Licenciamento Ambiental. No Estado de SP, o empreendedor pode buscar obter junto ao órgão ambiental licenciador (CETESB, na maioria dos casos) o Certificado de Dispensa de Licenciamento – CDL (Art. 74, Decreto Estadual 47.397/02 - SP) ou a Declaração de Atividade Isenta de Licenciamento – DAIL (quando a atividade praticada não seja caracterizada como fonte de poluição e, portanto, não se enquadre nas atividades elencadas no art. 57 do Decreto 8.468/76).

Os empreendimentos relacionados à infraestrutura antiga da Companhia (linhas, ramais e subestações com tensão superior a 69 kV) que iniciaram sua operação com data anterior à criação da legislação pertinente e à estruturação dos procedimentos nos órgãos ambientais encontram-se em processo de regularização do licenciamento perante o órgão ambiental estadual (CETESB).

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

No âmbito administrativo, as penalidades pela ausência de licenciamento podem variar de simples advertência até aplicação de multa de R\$50,00 a R\$50.000.000,00, conforme Decreto Federal nº 6.514/2008. No âmbito criminal, merece destaque a figura da responsabilidade penal da pessoa jurídica, nos termos da Lei Federal nº 9.605/98, contemplada de forma independente à responsabilização das pessoas físicas que concorrem para a prática do crime ambiental, e que pode sujeitá-la, por exemplo, ao pagamento de multa ou restrição de direitos.

Medidas compensatórias

Os órgãos ambientais responsáveis pelo licenciamento das atividades da Companhia poderão definir medidas compensatórias, de acordo com o estabelecido na legislação estadual e municipal. Referidas medidas são estabelecidas em especial nos processos relacionados à supressão de vegetação, inclusive em Áreas de Preservação Permanente (“APP”). Estas medidas compensatórias consistem normalmente no plantio de espécies nativas e no acompanhamento e manutenção da área por 2 (dois) anos ou mais, a depender do órgão responsável.

Outras autorizações

Além das licenças ambientais acima mencionadas, o desenvolvimento regular das atividades da Companhia também está sujeito à obtenção de outras autorizações, tais como (i) autorização para intervenção em áreas de preservação permanente e (ii) autorização para supressão de vegetação, entre outras. Estas dependem de medidas compensatórias, como dito anteriormente, aprovadas pelo órgão ambiental.

A ausência de licenças e autorizações ambientais, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas, tais como, multas, suspensão de subsídios dos órgãos públicos e a suspensão, temporária ou permanente, das atividades.

Os indeferimentos por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação das licenças ambientais, assim como a eventual impossibilidade da Companhia de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos seus empreendimentos.

A ocorrência de danos ambientais decorrentes da instalação e/ou operação de empreendimentos elétricos também pode nos sujeitar à imposição de penalidades administrativas e penais, podendo ocasionar prejuízos financeiros e impactos à imagem da Companhia. Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isso significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos os envolvidos, direta ou indiretamente, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas operações da Companhia, como a disposição final de resíduos ou a supressão de vegetação, não exime a responsabilidade da mesma por eventuais danos ambientais causados pela entidade contratada.

Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Conforme sua composição e características, os resíduos sólidos podem ser classificados em: a) Classe I – perigosos; Classe II A – não inertes e Classe II B – inertes. A periculosidade de um resíduo é definida em função de suas propriedades físicas ou químicas, e da possibilidade de apresentar risco à saúde pública e/ou riscos ao meio ambiente, quando manuseado ou destinado de forma inadequada. Alguns resíduos potencialmente perigosos, ditos especiais, sofrem regulamentações específicas, tais como, pilhas e baterias, óleos lubrificantes e outros, lâmpadas fluorescentes.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

O transporte, tratamento e destinação final adequados de um resíduo dependem da classe a que ele pertence e o programa de gerenciamento de resíduos sólidos da Companhia está sujeito à prévia aprovação do órgão ambiental competente. Vale observar que a atividade de tratamento de resíduos é passível de licenciamento, de maneira que as empresas contratadas para realizar essa atividade devem demonstrar sua regularidade quanto ao licenciamento ambiental, sob pena de, inclusive, o gerador de resíduos ser responsabilizado administrativamente, caso não destine os resíduos para entidade devidamente licenciada. A Companhia contrata empresas licenciadas para realizar o gerenciamento de seus resíduos. Porém, caso ocorra algum dano ambiental na coleta, transporte, armazenamento e disposição final dos resíduos gerados pela Companhia, ainda que por empresas licenciadas, essa pode ser responsabilizada a reparar os danos solidariamente.

Um dos impactos significativos da operação de empreendimentos do setor de energia elétrica está relacionado ao uso de óleo isolante em transformadores e outros equipamentos e linhas antigas, os quais, uma vez inutilizados, devem ser adequadamente descartados e/ou tratados, de acordo com a legislação ambiental vigente. Nesse processo, poderão ocorrer vazamentos com danos ambientais significativos no solo e em águas subterrâneas.

A disposição inadequada, bem como os acidentes decorrentes do transporte de resíduos sólidos, podem ser um fator de contaminação de solo e águas subterrâneas e, portanto, ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa e penal, e a responsabilidade pela reparação do dano causado na esfera cível. As penalidades administrativas aplicáveis podem ser: advertência, multa (podendo variar de R\$5.000,00 a R\$50.000.000,00), embargo, suspensão de financiamentos e benefícios fiscais, dentre outras.

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras

Conforme dispõe a Política Nacional do Meio Ambiente, desde a publicação da Lei Federal nº 10.165/00, além do licenciamento ambiental, os empreendimentos que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, devem ser registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ("CTF"), perante o IBAMA.

De acordo com a Lei Federal nº 10.165/2000, as pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades mencionadas nos incisos I e II do art. 17 e que não estiverem inscritas nos respectivos cadastros incorrerão em infração punível com multa, cujo valor varia de R\$50,00 a R\$9.000,00.

Além disso, a regularidade desse cadastro depende da apresentação periódica de relatórios sobre as atividades exercidas e, em alguns casos, do pagamento da Taxa de Controle Fiscalização Ambiental ("TCFA"). Em dezembro de 2012, foi regulamentado o Cadastro Técnico Estadual, em SP, instituído através da Lei Estadual nº 14.626/2011, por meio da Resolução SMA/SP nº 94.

De acordo com essa Resolução, as pessoas físicas ou jurídicas que desenvolvam atividades potencialmente poluidoras e à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente degradadores do meio ambiente, assim como as que utilizam produtos e subprodutos da fauna e da flora ficam obrigadas se registrarem no Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – Cadastro Ambiental Estadual. Por essa Resolução, consideram-se registrados no Cadastro Ambiental Estadual os empreendedores (por CNPJ), cujos estabelecimentos tenham sido registrados no Cadastro Técnico Federal em data anterior à da publicação desta Resolução.

De acordo com a Portaria Interministerial n.º 812/2015, a taxa varia de R\$128,80 a R\$5.796,73 por trimestre, dependendo do potencial de poluição e nível de recursos naturais utilizados no curso da atividade correspondente.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

O não pagamento da TCFA pode sujeitar o infrator a uma multa de 20% sobre o montante devido, acrescido de juros à taxa de 1% por mês de atraso, sem prejuízo da obrigação de regularizar o pagamento dessa taxa.

Passivos Ambientais

As contaminações de solo e/ou de águas subterrâneas representam passivos ambientais que devem ser administrados com cautela, uma vez que a pretensão reparatória do dano ambiental é imprescritível, não se extinguindo por decurso de prazo. São consideradas áreas contaminadas aquelas em que comprovadamente houve poluição ocasionada pela disposição, pelo acúmulo, pelo armazenamento ou pela infiltração de substâncias ou de resíduos, implicando impactos negativos sobre os bens a proteger.

A descoberta de contaminação exige providências por parte dos agentes governamentais, das entidades causadoras do dano ambiental e dos proprietários envolvidos. Deverão ser aplicadas medidas corretivas visando estabelecer níveis de qualidade compatíveis com um determinado uso futuro. Feita a remediação, segue-se o monitoramento dos resultados obtidos por período de tempo a ser definido pelo órgão ambiental. Os resultados do monitoramento indicarão a eficiência da remediação. Eventuais restrições de uso decorrentes de contaminação anteriormente existente e que sejam verificadas após a remediação de áreas desativadas devem ser tornadas públicas, por meio da averbação no registro de imóveis competente.

A Companhia possui um Procedimento Operacional de Gerenciamento de Passivos Ambientais para a verificação de áreas contaminadas em situações de compra e venda imobiliária e em áreas operacionais onde foram realizadas atividades com potencial de contaminação ou em caso de evento ambiental com vazamento de substâncias. Estes estudos ambientais são realizados em conformidade com a legislação vigente e têm por objetivo verificar o impacto no solo e na água subterrânea, além de implementar medidas de intervenção, quando necessário. A principal interferência das atividades da Companhia no meio ambiente foi provocada por vazamento ou em caso de evento ambiental com vazamento de óleo mineral isolante e desenvolvimento de atividades potencialmente poluidoras no passado, como manuseio de produtos desengraxantes, solventes e postos de abastecimento. Ainda que a Companhia realize suas atividades com foco na prevenção e precaução dos impactos de suas atividades no meio ambiente, não é possível assegurar que novos passivos não sejam identificados, afetando de forma adversa seus resultados.

Em relação aos passivos ambientais da Companhia, o valor provisionado para realizar as remediações e monitorar a remediação das áreas contaminadas conhecidas, bem como para a realização de demais monitoramentos ambientais é de R\$3,8 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Nos termos da Lei Estadual n.º 13.577/2009, regulamentada pelo Decreto nº 59.263/2013, qualquer violação ou descumprimento da normativa será tipificado como infração administrativa ambiental, sujeitando o infrator às penas de advertência, multa, que pode variar de 4 a 04MM de UFESPs (em 2018, 01 UFESP = R\$25,70), embargo, demolição ou suspensão de financiamento e benefícios fiscais.

Em 10 de fevereiro de 2017 foi publicada a Decisão de Diretoria n.º 38 da CETESB, que dispõe sobre a aprovação do “Procedimento para a Proteção da Qualidade do Solo e das Águas Subterrâneas”, da revisão do “Procedimento para o Gerenciamento de Áreas Contaminadas” e estabelece “Diretrizes para Gerenciamento de Áreas Contaminadas no Âmbito do Licenciamento Ambiental”.

De acordo com a normativa aplicável (Lei Estadual n.º 13.577/2009, Decreto nº 59.263/2013 e Decisão de Diretoria n.º 38 da CETESB), no processo de escolha do conjunto de medidas de

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

intervenção a serem adotadas no Plano de Intervenção, o responsável legal deverá apresentar garantia bancária ou seguro ambiental, a fim de assegurar a implantação do Plano de Intervenção nos prazos estabelecidos, no valor de 125% do custo estimado no respectivo plano. Para as medidas de remediação para tratamento, medidas de engenharia, medidas de controle institucional e medidas de contenção como medida emergencial ou de curta duração poderá ser apresentado seguro garantia em substituição às garantias bancárias e seguro ambiental.

Na prática, contudo, o mercado nacional de seguros ainda não oferece este tipo de produto (seguro ambiental) e não há registro de que a CETESB tenha exigido até o presente momento a apresentação do seguro ambiental ou de garantia bancária. Entretanto, com a publicação da Decisão de Diretoria nº 38 da CETESB, é possível que tal prática regulatória seja revista.

Por fim, é pertinente mencionar que, de acordo com a legislação ambiental brasileira, o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público. Vale destacar que a responsabilidade civil ambiental relacionada à remediação da contaminação do solo e das águas subterrâneas é objetiva e solidária, além de ser considerada como uma obrigação propter rem (ônus que acompanha o imóvel).

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Propriedade Intelectual

A Companhia é distribuidora de energia elétrica e depende da manutenção do Contrato de Concessão para o desenvolvimento de suas atividades. O sucesso da Companhia independe, de forma relevante, de patentes, marcas, franquias e contratos de transferência de tecnologia.

Marcas e Patentes

No Brasil, a propriedade de uma marca ou patente adquire-se pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), sendo assegurado ao titular o uso exclusivo da marca em todo território nacional pelo prazo determinado de 10 anos, passível de sucessivas renovações, e o direito de exploração exclusiva de patente pelo prazo de 20 anos para patentes de invenção e de 15 anos para modelos de utilidade, os últimos contados da data de depósito. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas e patentes depositadas.

Atualmente a Companhia detém, entre outros, os direitos sobre a marca "Eletropaulo", a qual é considerada a marca mais importante da Companhia e está registrada nas formas nominativa e mista, em diversas classes. Entretanto, a perda desses direitos não acarretaria efeito adverso relevante às operações e à condição financeira da Companhia.

Ademais, a Companhia é titular de 7 nomes de domínio e de 9 pedidos de patentes e de 4 *softwares*.

Para mais informações referentes às marcas, patentes, *softwares* e domínios detidos pela Companhia, vide item 9.1.b deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não auferе receitas no exterior.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não auferе receitas no exterior.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não auferе receitas no exterior.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros.

7.8 - Políticas socioambientais

(a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais

Publicado anualmente desde 2006, a Companhia adota seu relatório de sustentabilidade como ferramenta para a descrição da estratégia de negócios e dos aspectos econômicos, sociais e ambientais (*triple bottom line*) relacionados a suas atividades e para a prestação de contas sobre seu desempenho a todos os seus públicos de relacionamento (colaboradores, clientes e fornecedores entre outros). A partir de 2018, esses dados passaram a integrar o Relatório de Sustentabilidade da holding (Enel Brasil), publicado anualmente desde 2004, com informações sobre todas as empresas do grupo Enel, e que a partir de 2018 passou a incluir também os dados da Companhia.

O programa de sustentabilidade do grupo Enel visa promover o consumo consciente e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso irregular de energia, impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, agregar ferramentas para melhoria da qualidade da educação de crianças e jovens, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades. Com estes projetos o grupo Enel busca criar Valor Compartilhado e apoiar o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Social do ONU (ODS). As companhias integrantes do grupo Enel tem metas diretas para quatro deles: Educação de Qualidade (ODS 4), Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

Adicionalmente, a Companhia adota uma Política de Sustentabilidade que consolida o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável considerando os aspectos social, ambiental e econômico de forma integrada aos direcionadores estratégicos da Companhia, e o alinhamento com os compromissos voluntários que assumiu sendo eles: Pacto Global, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, Declaração Universal de Direitos Humanos e Empresa Amiga da Criança.

(b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações

O relatório de sustentabilidade da Companhia e a política de sustentabilidade do grupo Enel é elaborado de acordo com as diretrizes internacionais da Global Reporting Initiative (GRI). A política de sustentabilidade define as diretrizes da Companhia para o tema, e norteia suas ações, em observância a legislação e as normas brasileiras e internacionais aplicáveis.

As diretrizes da política de sustentabilidade do grupo Enel são: transparência, diversidade, compromisso, colaboração e confiabilidade. Desta forma, é essencial a construção de projetos com as comunidades, que se encontrem preferencialmente nos âmbitos de acesso à energia, desenvolvimento social e econômico das comunidades, apoio às comunidades locais, e eficiência operativa para sustentabilidade, a qual incorpora o uso eficiente dos recursos hídricos, da energia elétrica e da tecnologia nos projetos a serem desenvolvidos, além de respeitar a biodiversidade pelo entorno. Além disso, o foco de trabalho com as comunidades é norteado pelos seguintes princípios: (i) estar presente; (ii) compreender a cultura; (iii) desenvolver e integrar as culturas; (iv) ser consistentes; (v) aprender e melhorar.

O relatório de sustentabilidade, bem como a política de sustentabilidade são previamente aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

7.8 - Políticas socioambientais

(c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Os relatórios de sustentabilidade da Companhia são submetidos à verificação externa pela Ernst Young Auditores Independentes S.A. e a carta dos auditores é publicada juntamente com o relatório de sustentabilidade.

(d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Os relatórios de sustentabilidade estão disponíveis no website:

www.eneldistribuicaosp.com.br/sustentabilidade

A política de Sustentabilidade do grupo Enel está disponível no website da Companhia, no seguinte endereço eletrônico:

ri.eneldistribuicaosp.com.br/

7.9 - Outras informações relevantes

A Companhia mantém em seu website (www.eneldistribuicaosp.com.br) informações adicionais sobre nossas boas práticas, a saber:

- Política de Gestão de Ativos;
- Política do Sistema de Gestão da Qualidade;
- Conselho de Consumidores;
- Projetos Ambientais.

8.1 - Negócios extraordinários

A Companhia passou por um processo de oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) através de leilão que resultou na alteração do controle da Companhia. O referido leilão foi realizado em 4 de junho de 2018, tendo sido adquiridas, pela Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A (“Enel”), 122.799.289 ações ordinária de emissão da Companhia, representativas de 73,38% do capital total e votante da Companhia, incluindo as ações em tesouraria, pelo preço de R\$45,22 por ação. Durante o período de venda das ações remanescentes, 33.359.292 ações foram também adquiridas pela Enel, que então passou a deter, no dia 13 de julho de 2018, data do pagamento do último lote de ações adquiridos, 93,3% do capital da Companhia. Em 18 de setembro de 2018, após o aumento do capital Social da Companhia, a Enel passou a deter 189.323.545 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondente à 94,4% do capital social da Companhia.

Para maiores informações sobre a OPA e a alteração de controle da Companhia, vide item 15.7 desse Formulário de Referência.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

A Companhia passou por um processo de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") através de leilão que resultou na alteração do controle da Companhia. O referido leilão foi realizado em 4 de junho de 2018, tendo sido adquiridas, pela Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A ("Enel"), 122.799.289 ações ordinária de emissão da Companhia, representativas de 73,38% do capital total e votante da Companhia, incluindo as ações em tesouraria, pelo preço de R\$45,22 por ação. Durante o período de venda das ações remanescentes, 33.359.292 ações foram também adquiridas pela Enel, que então passou a deter, no dia 13 de julho de 2018, data do pagamento do último lote de ações adquiridos, 93,3% do capital da Companhia. Em 18 de setembro de 2018, após o aumento do capital Social da Companhia, a Enel passou a deter 189.323.545 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondente à 94,4% do capital social da Companhia.

Para maiores informações sobre a OPA e a alteração de controle da Companhia, vide item 15.7 desse Formulário de Referência.

A Companhia reforça, contudo, que mesmo com a referida OPA e alteração de controle da Companhia, não houve alteração significativa na forma de condução dos seus negócios, permanecendo focada na melhora efetiva de sua eficiência operacional e na satisfação de seus clientes.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 8.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Os ativos da Companhia consistem em direitos sobre linhas de subtransmissão, subestações de distribuição e redes de distribuição, as quais abrangem 4.526 quilômetros quadrados na Cidade de São Paulo e em outros 23 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo. Para atender à demanda de aproximadamente 7,2 milhões de unidades consumidoras faturadas, a Companhia conta com 163 subestações de distribuição, com capacidade total de transformação de 15.000 MVA; 1.823,8 km de circuitos de linhas de subtransmissão de 88 kV e 138 kV; rede primária de 19.830 km de condutores aéreos; e 1.428 km de cabos subterrâneos. Para maiores informações, vide item 7.1 deste Formulário de Referência.

Para verificação das informações contidas neste Formulário de Referência e para a indicação dos fatores de risco dos principais ativos imobiliários da Companhia, delimitou-se o espaço amostral dos ativos imobiliários analisados, segundo os critérios de maior valor do ativo e de maior faturamento da unidade, às cinco principais unidades de subestações de distribuição da Companhia, a saber: (i) ETD Brigadeiro, (ii) ETD Clementino, (iii) ETD Thomas Edison, (iv) ETD Monumento, e (v) ETD JK, constatando-se que todos os imóveis são de propriedade da Companhia e que três deles se encontram gravados com ônus em razão de dívidas fiscais/comerciais.

Além do já mencionado, os demais ativos imobilizados, patentes, marcas, licenças e participação em sociedades relevantes da Companhia estão descritos a seguir.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR LDA, LDS)	Brasil	SP	Embu-Guaçu	Própria
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR LDA, LDS)	Brasil	SP	Embu das Artes	Própria
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR LDA, LDS)	Brasil	SP	Itapecerica da Serra	Própria
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR LDA, LDS)	Brasil	SP	Itapevi	Própria
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR LDA, LDS)	Brasil	SP	Jandira	Própria
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR LDA, LDS)	Brasil	SP	Juquitiba	Própria
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR LDA, LDS)	Brasil	SP	Mauá	Própria
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR LDA, LDS)	Brasil	SP	Osasco	Própria
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR LDA, LDS)	Brasil	SP	Pirapora do Bom Jesus	Própria
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR LDA, LDS)	Brasil	SP	Ribeirão Pires	Própria
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR LDA, LDS)	Brasil	SP	Rio Grande da Serra	Própria
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR LDA, LDS)	Brasil	SP	Santana de Parnaíba	Própria
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR LDA, LDS)	Brasil	SP	Santo André	Própria
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR LDA, LDS)	Brasil	SP	São Bernardo do Campo	Própria
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR LDA, LDS)	Brasil	SP	São Caetano do Sul	Própria
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR LDA, LDS)	Brasil	SP	São Lourenço da Serra	Própria
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR LDA, LDS)	Brasil	SP	Taboão da Serra	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR, LDA, LDS)	Brasil	SP	Vargem Grande Paulista	Própria
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR, LDA, LDS)	Brasil	SP	Guarulhos	Própria
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR, LDA, LDS)	Brasil	SP	São Roque	Própria
Base Operacional São Caetano do Sul	Brasil	SP	São Caetano do Sul	Própria
Base Operacional Comodoro	Brasil	SP	Barueri	Própria
Base Operacional Tenente Marques	Brasil	SP	Santana de Parnaíba	Alugada
Base Operacional Santana de Parnaíba	Brasil	SP	Santana de Parnaíba	Própria
Base Operacional Cotia	Brasil	SP	Cotia	Alugada
Base Operacional 25 de Janeiro	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Base Operacional Fagundes Filho	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Base Operacional Jaguaré	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Base Operacional Santo André	Brasil	SP	Santo André	Própria
Base Operacional Diadema	Brasil	SP	Diadema	Própria
Base Operacional Itapeverica da Serra	Brasil	SP	Itapeverica da Serra	Própria
Base Operacional Cajati I	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Base Operacional Cajati II	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Base Operacional Mauá	Brasil	SP	Mauá	Própria
Base Operacional Monte Santo	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Base Operacional Paula Ferreira	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Base Operacional Vila Medeiros	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Base Operacional Vila Prudente	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Base Operacional Guarapiranga	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Base Operacional Canindé	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Base Operacional Itaqueruna	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Base Operacional Penha	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Escritório	Brasil	SP	Barueri	Alugada
Escritório	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Loja de Atendimento	Brasil	SP	Juquitiba	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Loja de Atendimento	Brasil	SP	Barueri	Alugada
Loja de Atendimento	Brasil	SP	Cajamar	Alugada
Loja de Atendimento	Brasil	SP	Carapicuíba	Alugada
Loja de Atendimento	Brasil	SP	Cotia	Alugada
Loja de Atendimento	Brasil	SP	Diadema	Alugada
Loja de Atendimento	Brasil	SP	Embu das Artes	Alugada
Loja de Atendimento	Brasil	SP	Embu-Guaçu	Alugada
Loja de Atendimento	Brasil	SP	Itapecerica da Serra	Alugada
Loja de Atendimento	Brasil	SP	Itapevi	Alugada
Loja de Atendimento	Brasil	SP	Jandira	Alugada
Loja de Atendimento	Brasil	SP	Mauá	Alugada
Loja de Atendimento	Brasil	SP	Osasco	Alugada
Loja de Atendimento	Brasil	SP	Pirapora do Bom Jesus	Alugada
Loja de Atendimento	Brasil	SP	Ribeirão Pires	Alugada
Loja de Atendimento	Brasil	SP	Santana de Parnaíba	Alugada
Loja de Atendimento	Brasil	SP	São Bernardo do Campo	Alugada
Loja de Atendimento	Brasil	SP	São Caetano do Sul	Alugada
Loja de Atendimento	Brasil	SP	São Lourenço da Serra	Alugada
Loja de Atendimento Santo Amaro	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja de Atendimento	Brasil	SP	Taboão da Serra	Alugada
Loja de Atendimento	Brasil	SP	Vargem Grande Paulista	Alugada
Loja de Atendimento Santana	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Loja de Atendimento Jabaquara	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja de Atendimento Grajau	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja de Atendimento Tatuapé	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja de Atendimento Freguesia do Ó	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja de Atendimento São Miguel	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja de Atendimento	Brasil	SP	Rio Grande da Serra	Alugada
Loja de Atendimento	Brasil	SP	Rio Grande da Serra	Alugada
Antena de Telecomunicações – Fundação Padre Anchieta	Brasil	SP	São Paulo	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Antena de Telecomunicações – Armando Vasone	Brasil	SP	Cabreúva	Alugada
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR, LDA, LDS	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR, LDA, LDS	Brasil	SP	Barueri	Própria
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR, LDA, LDS	Brasil	SP	Cajamar	Própria
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR, LDA, LDS	Brasil	SP	Carapicuíba	Própria
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR, LDA, LDS	Brasil	SP	Cotia	Própria
Rede Elétrica (CCLT, CME, CMLT, ERA, EBC, ECH, EOC, ESD, ETC, ETD, ETR, LDA, LDS	Brasil	SP	Diadema	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca "Eletropaulo" / Classe 42 (INT) / Nº 821593790	02/12/2023	No âmbito administrativo (junto ao INPI), os pedidos de registro de marcas podem ser indeferidos. Além disso, terceiros podem contestar administrativamente os registros já concedidos, por meio de requerimento de declaração de caducidade ou processo administrativo de nulidade. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento das respectivas taxas ao INPI. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais por uso indevido de marca, podendo ser impedida de utilizar as marcas. A Companhia acredita que não perderá seus direitos sobre as marcas, ela também entende que a não obtenção de pedidos de registro de marca ainda pendentes ou a perda de direitos sobre marcas registradas, mesmo aquelas consideradas estratégicas para a Companhia, não acarretará um efeito negativo substancialmente adverso às suas operações e condição financeira.
Marcas	Marca "Eletropaulo" / Classe 37 (INT) / Nº 821551655	09/12/2023	No âmbito administrativo (junto ao INPI), os pedidos de registro de marcas podem ser indeferidos. Além disso, terceiros podem contestar administrativamente os registros já concedidos, por meio de requerimento de declaração de caducidade ou processo administrativo de nulidade. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento das respectivas taxas ao INPI. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais por uso indevido de marca, podendo ser impedida de utilizar as marcas. A Companhia acredita que não perderá seus direitos sobre as marcas, ela também entende que a não obtenção de pedidos de registro de marca ainda pendentes ou a perda de direitos sobre marcas registradas, mesmo aquelas consideradas estratégicas para a Companhia, não acarretará um efeito negativo substancialmente adverso às suas operações e condição financeira.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca "Eletropaulo" / Classe 42 (INT) / Nº 821593811	24/08/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), os pedidos de registro de marcas podem ser indeferidos. Além disso, terceiros podem contestar administrativamente os registros já concedidos, por meio de requerimento de declaração de caducidade ou processo administrativo de nulidade. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento das respectivas taxas ao INPI. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais por uso indevido de marca, podendo ser impedida de utilizar as marcas. A Companhia acredita que não perderá seus direitos sobre as marcas, ela também entende que a não obtenção de pedidos de registro de marca ainda pendentes ou a perda de direitos sobre marcas registradas, mesmo aquelas consideradas estratégicas para a Companhia, não acarretará um efeito negativo substancialmente adverso às suas operações e condição financeira.
Marcas	Marca "Eletropaulo na Comunidade" / Classe 41 (INT) / Nº 828417423	19/08/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), os pedidos de registro de marcas podem ser indeferidos. Além disso, terceiros podem contestar administrativamente os registros já concedidos, por meio de requerimento de declaração de caducidade ou processo administrativo de nulidade. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento das respectivas taxas ao INPI. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais por uso indevido de marca, podendo ser impedida de utilizar as marcas. A Companhia acredita que não perderá seus direitos sobre as marcas, ela também entende que a não obtenção de pedidos de registro de marca ainda pendentes ou a perda de direitos sobre marcas registradas, mesmo aquelas consideradas estratégicas para a Companhia, não acarretará um efeito negativo substancialmente adverso às suas operações e condição financeira.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca "Metropolitana" / Classe 37.35/41 / Nº 821717561	25/08/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), os pedidos de registro de marcas podem ser indeferidos. Além disso, terceiros podem contestar administrativamente os registros já concedidos, por meio de requerimento de declaração de caducidade ou processo administrativo de nulidade. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento das respectivas taxas ao INPI. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais por uso indevido de marca, podendo ser impedida de utilizar as marcas. A Companhia acredita que não perderá seus direitos sobre as marcas, ela também entende que a não obtenção de pedidos de registro de marca ainda pendentes ou a perda de direitos sobre marcas registradas, mesmo aquelas consideradas estratégicas para a Companhia, não acarretará um efeito negativo substancialmente adverso às suas operações e condição financeira.
Marcas	Marca "AES Eletropaulo" / Classe 36 / Nº 827826133	14/03/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), os pedidos de registro de marcas podem ser indeferidos. Além disso, terceiros podem contestar administrativamente os registros já concedidos, por meio de requerimento de declaração de caducidade ou processo administrativo de nulidade. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento das respectivas taxas ao INPI. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais por uso indevido de marca, podendo ser impedida de utilizar as marcas. A Companhia acredita que não perderá seus direitos sobre as marcas, ela também entende que a não obtenção de pedidos de registro de marca ainda pendentes ou a perda de direitos sobre marcas registradas, mesmo aquelas consideradas estratégicas para a Companhia, não acarretará um efeito negativo substancialmente adverso às suas operações e condição financeira.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca "Luz e Lápis" / Classe 41 / Nº 831090820	19/12/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), os pedidos de registro de marcas podem ser indeferidos. Além disso, terceiros podem contestar administrativamente os registros já concedidos, por meio de requerimento de declaração de caducidade ou processo administrativo de nulidade. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento das respectivas taxas ao INPI. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais por uso indevido de marca, podendo ser impedida de utilizar as marcas. A Companhia acredita que não perderá seus direitos sobre as marcas, ela também entende que a não obtenção de pedidos de registro de marca ainda pendentes ou a perda de direitos sobre marcas registradas, mesmo aquelas consideradas estratégicas para a Companhia, não acarretará um efeito negativo substancialmente adverso às suas operações e condição financeira.
Patentes	PI 1102085-7	Pedido da Patente	O INPI pode indeferir o pedido de patente por falta de preenchimento dos requisitos de patenteabilidade. O pedido ainda pode ser extinto por desistência da Companhia.	Perda do direito de exclusividade sobre a tecnologia objeto desta patente no Brasil. Vale ressaltar que o depósito de pedido de patente perante o INPI gera mera expectativa de direito de exclusividade sobre a invenção. No entanto, a Lei de Propriedade Industrial confere ao titular da patente o direito de obter indenização pela exploração indevida de seu objeto, inclusive em relação à exploração ocorrida entre a data da publicação do pedido e a da concessão da patente. A Companhia acredita que eventual indeferimento do pedido de patente não acarretará um efeito negativo substancialmente adverso às suas operações e condição financeira, pois a condução do negócio da Companhia não depende de patentes próprias ou de licença de patentes de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	PI 1005544-4	Pedido de Patente	O INPI pode indeferir o pedido de patente por falta de preenchimento dos requisitos de patenteabilidade. O pedido ainda pode ser extinto por desistência da Companhia.	<p>Perda do direito de exclusividade sobre a tecnologia objeto desta patente no Brasil. Vale ressaltar que o depósito de pedido de patente perante o INPI gera mera expectativa de direito de exclusividade sobre a invenção. No entanto, a Lei de Propriedade Industrial confere ao titular da patente o direito de obter indenização pela exploração indevida de seu objeto, inclusive em relação à exploração ocorrida entre a data da publicação do pedido e a da concessão da patente.</p> <p>A Companhia acredita que eventual indeferimento do pedido de patente não acarretará um efeito negativo substancialmente adverso às suas operações e condição financeira, pois a condução do negócio da Companhia não depende de patentes próprias ou de licença de patentes de terceiros.</p>
Patentes	BR 10 2013 006729 6	Pedido de Patente	O INPI pode indeferir o pedido de patente por falta de preenchimento dos requisitos de patenteabilidade. O pedido ainda pode ser extinto por desistência da Companhia.	<p>Perda do direito de exclusividade sobre a tecnologia objeto desta patente no Brasil. Vale ressaltar que o depósito de pedido de patente perante o INPI gera mera expectativa de direito de exclusividade sobre a invenção. No entanto, a Lei de Propriedade Industrial confere ao titular da patente o direito de obter indenização pela exploração indevida de seu objeto, inclusive em relação à exploração ocorrida entre a data da publicação do pedido e a da concessão da patente.</p> <p>A Companhia acredita que eventual indeferimento do pedido de patente não acarretará um efeito negativo substancialmente adverso às suas operações e condição financeira, pois a condução do negócio da Companhia não depende de patentes próprias ou de licença de patentes de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	BR 10 2013 021067 6	Pedido de Patente	O INPI pode indeferir o pedido de patente por falta de preenchimento dos requisitos de patenteabilidade. O pedido ainda pode ser extinto por desistência da Companhia.	<p>Perda do direito de exclusividade sobre a tecnologia objeto desta patente no Brasil. Vale ressaltar que o depósito de pedido de patente perante o INPI gera mera expectativa de direito de exclusividade sobre a invenção. No entanto, a Lei de Propriedade Industrial confere ao titular da patente o direito de obter indenização pela exploração indevida de seu objeto, inclusive em relação à exploração ocorrida entre a data da publicação do pedido e a da concessão da patente.</p> <p>A Companhia acredita que eventual indeferimento do pedido de patente não acarretará um efeito negativo substancialmente adverso às suas operações e condição financeira, pois a condução do negócio da Companhia não depende de patentes próprias ou de licença de patentes de terceiros.</p>
Patentes	BR 10 2015 032140 6	Pedido de Patente	O INPI pode indeferir o pedido de patente por falta de preenchimento dos requisitos de patenteabilidade. O pedido ainda pode ser extinto por desistência da Companhia.	<p>Perda do direito de exclusividade sobre a tecnologia objeto desta patente no Brasil. Vale ressaltar que o depósito de pedido de patente perante o INPI gera mera expectativa de direito de exclusividade sobre a invenção. No entanto, a Lei de Propriedade Industrial confere ao titular da patente o direito de obter indenização pela exploração indevida de seu objeto, inclusive em relação à exploração ocorrida entre a data da publicação do pedido e a da concessão da patente.</p> <p>A Companhia acredita que eventual indeferimento do pedido de patente não acarretará um efeito negativo substancialmente adverso às suas operações e condição financeira, pois a condução do negócio da Companhia não depende de patentes próprias ou de licença de patentes de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	BR 10 2015 013318 9	Pedido de Patente	O INPI pode indeferir o pedido de patente por falta de preenchimento dos requisitos de patenteabilidade. O pedido ainda pode ser extinto por desistência da Companhia.	<p>Perda do direito de exclusividade sobre a tecnologia objeto desta patente no Brasil. Vale ressaltar que o depósito de pedido de patente perante o INPI gera mera expectativa de direito de exclusividade sobre a invenção. No entanto, a Lei de Propriedade Industrial confere ao titular da patente o direito de obter indenização pela exploração indevida de seu objeto, inclusive em relação à exploração ocorrida entre a data da publicação do pedido e a da concessão da patente.</p> <p>A Companhia acredita que eventual indeferimento do pedido de patente não acarretará um efeito negativo substancialmente adverso às suas operações e condição financeira, pois a condução do negócio da Companhia não depende de patentes próprias ou de licença de patentes de terceiros.</p>
Patentes	BR 20 2016 025845 1	Pedido de Patente	O INPI pode indeferir o pedido de patente por falta de preenchimento dos requisitos de patenteabilidade. O pedido ainda pode ser extinto por desistência da Companhia.	<p>Perda do direito de exclusividade sobre a tecnologia objeto desta patente no Brasil. Vale ressaltar que o depósito de pedido de patente perante o INPI gera mera expectativa de direito de exclusividade sobre a invenção. No entanto, a Lei de Propriedade Industrial confere ao titular da patente o direito de obter indenização pela exploração indevida de seu objeto, inclusive em relação à exploração ocorrida entre a data da publicação do pedido e a da concessão da patente.</p> <p>A Companhia acredita que eventual indeferimento do pedido de patente não acarretará um efeito negativo substancialmente adverso às suas operações e condição financeira, pois a condução do negócio da Companhia não depende de patentes próprias ou de licença de patentes de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	BR 10 2017 016052 1	Pedido de Patente	O INPI pode indeferir o pedido de patente por falta de preenchimento dos requisitos de patenteabilidade. O pedido ainda pode ser extinto por desistência da Companhia.	Perda do direito de exclusividade sobre a tecnologia objeto desta patente no Brasil. Vale ressaltar que o depósito de pedido de patente perante o INPI gera mera expectativa de direito de exclusividade sobre a invenção. No entanto, a Lei de Propriedade Industrial confere ao titular da patente o direito de obter indenização pela exploração indevida de seu objeto, inclusive em relação à exploração ocorrida entre a data da publicação do pedido e a da concessão da patente. A Companhia acredita que eventual indeferimento do pedido de patente não acarretará um efeito negativo substancialmente adverso às suas operações e condição financeira, pois a condução do negócio da Companhia não depende de patentes próprias ou de licença de patentes de terceiros.
Nome de domínio na internet	www.eletropaulo.com.br	05/05/2020	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de dados cadastrais falsos, inválidos, incorretos ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por terceiro detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou (vi) expressa solicitação do titular do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	www.eletropaulometropolitana.com.br	04/12/2019	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de dados cadastrais falsos, inválidos, incorretos ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por terceiro detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou (vi) expressa solicitação do titular do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca "Eletropaulo Metropolitana" / Classe 39 (INT) / Nº 200041932	09/12/2023	No âmbito administrativo (junto ao INPI), os pedidos de registro de marcas podem ser indeferidos. Além disso, terceiros podem contestar administrativamente os registros já concedidos, por meio de requerimento de declaração de caducidade ou processo administrativo de nulidade. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento das respectivas taxas ao INPI. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais por uso indevido de marca, podendo ser impedida de utilizar as marcas. A Companhia acredita que não perderá seus direitos sobre as marcas, ela também entende que a não obtenção de pedidos de registro de marca ainda pendentes ou a perda de direitos sobre marcas registradas, mesmo aquelas consideradas estratégicas para a Companhia, não acarretará um efeito negativo substancialmente adverso às suas operações e condição financeira.
Marcas	Marca "Eletropaulo" / Classe 39 (INT) / Nº 200041924	09/12/2023	No âmbito administrativo (junto ao INPI), os pedidos de registro de marcas podem ser indeferidos. Além disso, terceiros podem contestar administrativamente os registros já concedidos, por meio de requerimento de declaração de caducidade ou processo administrativo de nulidade. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento das respectivas taxas ao INPI. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais por uso indevido de marca, podendo ser impedida de utilizar as marcas. A Companhia acredita que não perderá seus direitos sobre as marcas, ela também entende que a não obtenção de pedidos de registro de marca ainda pendentes ou a perda de direitos sobre marcas registradas, mesmo aquelas consideradas estratégicas para a Companhia, não acarretará um efeito negativo substancialmente adverso às suas operações e condição financeira.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca "Eletropaulo Metropolitana" / Classe 37 (INT) / Nº 821551680	09/12/2023	No âmbito administrativo (junto ao INPI), os pedidos de registro de marcas podem ser indeferidos. Além disso, terceiros podem contestar administrativamente os registros já concedidos, por meio de requerimento de declaração de caducidade ou processo administrativo de nulidade. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento das respectivas taxas ao INPI. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	<p>Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais por uso indevido de marca, podendo ser impedida de utilizar as marcas.</p> <p>A Companhia acredita que não perderá seus direitos sobre as marcas, ela também entende que a não obtenção de pedidos de registro de marca ainda pendentes ou a perda de direitos sobre marcas registradas, mesmo aquelas consideradas estratégicas para a Companhia, não acarretará um efeito negativo substancialmente adverso às suas operações e condição financeira. A marca da Companhia registrada mais importante é Eletropaulo, na forma nominativa, em três classes diferentes. Todas as demais marcas que possui não são relevantes para suas operações.</p>
Patentes	BR 10 2018 011861 7	Pedido de Patente	O INPI pode indeferir o pedido de patente por falta de preenchimento dos requisitos de patenteabilidade. O pedido ainda pode ser extinto por desistência da Companhia.	<p>Perda do direito de exclusividade sobre a tecnologia objeto desta patente no Brasil. Vale ressaltar que o depósito de pedido de patente perante o INPI gera mera expectativa de direito de exclusividade sobre a invenção. No entanto, a Lei de Propriedade Industrial confere ao titular da patente o direito de obter indenização pela exploração indevida de seu objeto, inclusive em relação à exploração ocorrida entre a data da publicação do pedido e a da concessão da patente.</p> <p>A Companhia acredita que eventual indeferimento do pedido de patente não acarretará um efeito negativo substancialmente adverso às suas operações e condição financeira, pois a condução do negócio da Companhia não depende de patentes próprias ou de licença de patentes de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	www.eletropaulosustentavel.com.br	14/12/2019	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de dados cadastrais falsos, inválidos, incorretos ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por terceiro detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou (vi) expressa solicitação do titular do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	www.energianaescolaelnsp.com.br	25/02/2020	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de dados cadastrais falsos, inválidos, incorretos ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por terceiro detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou (vi) expressa solicitação do titular do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Licenças	Ferramenta De Validação Placa da RF/PLC	01/01/2065	No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que a Companhia está violando seus direitos autorais relativos ao programa de computador em questão e eventualmente obtenham alguma vitória.	A Lei nº. 9609/98 ("Lei do Software") estabelece que a proteção da propriedade intelectual de programa de computador independe de registro. Assim, eventual invalidação do registro do software expedido pelo INPI, não necessariamente acarretará a perda do direito de exclusividade de exploração do programa de computador. De todo modo, a Companhia acredita que eventual perda do direito de exploração exclusiva deste programa de computador não acarretará um efeito negativo substancialmente adverso às suas operações e condição financeira

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Licenças	SMR	01/01/2063	No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que a Companhia está violando seus direitos autorais relativos ao programa de computador em questão e eventualmente obtenham alguma vitória.	A Lei nº. 9609/98 ("Lei do Software") estabelece que a proteção da propriedade intelectual de programa de computador independe de registro. Assim, eventual invalidação do registro do software expedido pelo INPI, não necessariamente acarretará a perda do direito de exclusividade de exploração do programa de computador. De todo modo, a Companhia acredita que eventual perda do direito de exploração exclusiva deste programa de computador não acarretará um efeito negativo substancialmente adverso às suas operações e condição financeira
Licenças	SINAPRNT	01/01/2065	No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que a Companhia está violando seus direitos autorais relativos ao programa de computador em questão e eventualmente obtenham alguma vitória.	A Lei nº. 9609/98 ("Lei do Software") estabelece que a proteção da propriedade intelectual de programa de computador independe de registro. Assim, eventual invalidação do registro do software expedido pelo INPI, não necessariamente acarretará a perda do direito de exclusividade de exploração do programa de computador. De todo modo, a Companhia acredita que eventual perda do direito de exploração exclusiva deste programa de computador não acarretará um efeito negativo substancialmente adverso às suas operações e condição financeira
Licenças	Sistema de Auditoria de Processos	01/01/2047	No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que a Companhia está violando seus direitos autorais relativos ao programa de computador em questão e eventualmente obtenham alguma vitória.	A Lei nº. 9609/98 ("Lei do Software") estabelece que a proteção da propriedade intelectual de programa de computador independe de registro. Assim, eventual invalidação do registro do software expedido pelo INPI, não necessariamente acarretará a perda do direito de exclusividade de exploração do programa de computador. De todo modo, a Companhia acredita que eventual perda do direito de exploração exclusiva deste programa de computador não acarretará um efeito negativo substancialmente adverso às suas operações e condição financeira

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não detinha participações em quaisquer sociedades no último exercício social.

9.2 - Outras informações relevantes

Informações complementares ao item 9.1 “a”

Indicamos abaixo o significado das siglas mencionadas na relação de ativos da Companhia que contém o item 9.1(a) deste Formulário de Referência:

CCLT	Centro de Comando de Linha de Transmissão
CME	Centro de Medição de Estação
CMLT	Centro de Manutenção de Linha de Transmissão
ERA	Estações de Rádio
EBC	Estação de Bancos Capacitores
ECH	Estação de Chaves
EOC	Estação de Operação de Chaves
ESD	Estação de Sistema de Distribuição
ETC	Estações Transformadoras de Consumidor
ETD	Estação Transformadora de Distribuição
ETR	Estação de Transição
LDA	Linhas de Distribuição Aéreas
LDS	Linhas de Distribuição Subterrâneas
LTA	Linhas de Transmissão Aéreas
LTS	Linhas de Transmissão Subterrânea
PMF	Posto de Medição de Fronteira
RAB	Ramal Aéreo de Banco Capacitor
RAC	Ramal Aéreo de Consumidor
RAE	Ramal Aéreo de Estação
RDC	Rede Direto ao Consumidor
RSC	Ramal Subterrâneo ao Consumidor
RSE	Ramal Subterrâneo de Estação

Informações complementares ao item 9.1 “b”

Considerando que as condições estabelecidas no ICPC 01 – Contrato de Concessão foram integralmente atendidas, a administração da Companhia concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados a concessão estão bifurcados em ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

9.2 - Outras informações relevantes

O saldo do ativo intangível refere-se, substancialmente, ao direito de uso da infraestrutura da concessão, que é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência são derivadas de nossas demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil que compreendem a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei das Sociedades por Ações), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações contábeis sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas neste item 10.1 em geral, especialmente no item 10.1 (h), significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Os diretores acreditam, com base em uma análise dos números de seu ativo circulante e de seu passivo circulante, que a Companhia possui um capital de giro que permite que ela tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus investimentos planejados, suas despesas, suas obrigações e outros valores a serem pagos para os próximos anos. Os diretores da Companhia não têm como garantir que tal situação permanecerá inalterada, mas caso entendam necessário realizar novas operações de captação de recursos, acreditam que a Companhia terá capacidade para contratá-las.

Os diretores apresentam abaixo informações sobre a estrutura financeira e patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

Em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma	Em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Patrimônio Líquido	2.881,0	1.751,8	2.670,3
Disponibilidades ^a	941,4	601,3	1.067,6
Dívida bruta ^b	4.145,2	3.569,0	3.271,4
Dívida bruta ajustada ^c	5.329,1	4.817,2	4.580,7
Dívida líquida ajustada ^d	4.387,7	4.216,0	3.513,1

(a) Disponibilidades significa os saldos caixa e de equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(b) A dívida bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (circulante e não circulante). A Dívida Bruta não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular sua dívida bruta de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Para mais informações sobre a dívida bruta, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

(c) A dívida bruta ajustada corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (este último apenas para 2016 e 2017) e obrigações com entidade de previdência privada, excluindo os efeitos das remensurações atuariais do CPC 33-R1 com entidade de previdência privada. A Dívida Bruta

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ajustada não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular sua dívida bruta ajustada de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Para mais informações sobre a dívida bruta ajustada, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

- (d) A dívida líquida ajustada corresponde valor apurado para a Dívida Bruta Ajustada, deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. A Dívida Líquida Ajustada não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular sua dívida líquida ajustada de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Para mais informações sobre a dívida líquida ajustada, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2018, as disponibilidades da Companhia, que correspondem ao somatório dos saldos de caixa e equivalente de caixa e investimentos de curto prazo, somavam R\$941,4 milhões, um aumento de 56,6% em relação a 31 de dezembro de 2017, que correspondia a R\$601,3 milhões. Esse aumento se deve principalmente a capitalização realizada em setembro de 2018, no valor R\$1.500,0 milhões; e foi parcialmente compensado por (i) maiores gastos com compra de energia derivados do aumento dos custos de transmissão, do dólar associado à compra de energia de Itaipu e dos pagamentos de encargos setoriais; e (ii) maiores investimentos realizados no ano de 2018.

Dessa forma, a Dívida Líquida Ajustada da Companhia totalizou R\$4.387,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, um aumento de 4,1% em relação a 31 de dezembro de 2017. Esse aumento deve-se principalmente a emissões de R\$ 3.460,7 milhões no período de 12 meses, incluindo Debêntures e liberações do FINEM e FINEP com destaque para a emissão da 23ª Emissão de Debêntures no valor de 3.000,0 milhões em setembro de 2018; e foi parcialmente compensado por: (i) amortização e pagamento de juros de Debêntures, Notas Promissórias, CCB, FINEM, FINEP e Conta Garantida, de R\$ 2.879,7 milhões, no período de 12 meses, com destaque para os resgates antecipados realizados entre setembro e dezembro de 2018 no valor de R\$ 2.160,9 milhões; (ii) aumento de R\$ 340,2 milhões no saldo de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) exclusão dos arrendamentos financeiros no cálculo da Dívida Líquida Ajustada a partir de 2018, refletindo estrutura de *covenants* vigente.

Em 31 de dezembro de 2017, as disponibilidades da Companhia somavam R\$601,3 milhões, uma redução de 43,7% em relação a 31 de dezembro de 2016, que correspondia a R\$1.067,6 milhões. Essa redução se deve principalmente a (i) uma piora na arrecadação líquida devido a diferentes níveis de bandeira aplicada, redução do mercado e migração de clientes cativos para o mercado livre; e (ii) maiores despesas operacionais em 2017 comparado a 2016 devido ao volume de adesões ao programa de aposentadoria incentivada e ao impacto do dissídio no caixa da Companhia; e foi parcialmente compensado por menores gastos com encargos setoriais.

Dessa forma, a Dívida Líquida Ajustada da Companhia totalizou R\$4.216,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, um aumento de 20,0% em relação a 31 de dezembro de 2016. Esse aumento deve-se principalmente a: (i) redução de R\$466,3 milhões no saldo de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; (ii) emissões de R\$ 839,3 milhões no período de 12 meses encerrado em 31 de dezembro de 2017, incluindo Debêntures, Notas Promissórias, CCBs e liberações do FINEM e FINEP, com destaque para a emissão da 20ª Emissão de Debêntures no valor de 700 milhões em maio de 2017, sendo R\$ 185,9 milhões em caixa e o restante mediante a dação em pagamento de debêntures integrantes da 9ª. e 15ª. emissão de debentures da Companhia, nos montantes de R\$ 82,0 milhões e R\$ 432,1 milhões, respectivamente; e foi parcialmente compensado por (iii) amortizações de Notas Promissórias, CCB, FINEM e FINEP e Conta Garantida, de R\$510,1 milhões, no período de 12 meses.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

O objetivo dos Diretores da Companhia durante o processo de administração do capital é garantir a capacidade de continuidade das operações da Companhia, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir custos e manter o equilíbrio adequado.

A estrutura de capital da Companhia referente aos três últimos exercícios sociais consiste nos saldos apresentados na tabela abaixo:

Em milhões de R\$, exceto %	Em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Capital de terceiros ^a	84,5%	89,1%	82,4%
Capital próprio ^b	15,5%	10,9%	17,6%
Passivo circulante e não circulante (capital de terceiros)	15.673,6	14.335,5	12.539,5
Patrimônio líquido (capital próprio)	2.881,0	1.751,8	2.670,4

- (a) O capital de terceiros da Companhia é representado pela somatória do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.
- (b) O capital próprio da Companhia é representado pelo patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

O padrão de financiamento da Companhia baseia-se na utilização de recursos próprios e de capital de terceiros, podendo este ser referente à captação de recursos junto a instituições financeiras ou emissão de dívidas a mercado. Em 31 de dezembro de 2018, a estrutura de capital da Companhia era composta por 84,5% de capital de terceiros e 15,5% de capital próprio. Essa estrutura de capital vem se mantendo ao longo dos anos como pode ser notado na tabela acima, pois a Companhia está inserida num ambiente que necessita de uso intensivo de capital. Mais detalhes sobre a utilização de capital de terceiros pela Companhia podem ser obtidos no item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

Periodicamente, a administração da Companhia revisa a estrutura de capital e a habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber e fornecedores, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

Os diretores entendem que a nossa atual estrutura de capital apresenta níveis de alavancagem adequados, gestão de capital de giro e níveis de custos compatíveis com o mercado de crédito corporativo brasileiro.

(c) comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Diante do exposto a seguir, os Diretores entendem que a Companhia possui plena capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Embora o atual cenário político-econômico e incertezas regulatórias possam aumentar os riscos em novas captações, pressionando o caixa, os Diretores da Companhia entendem que, caso não ocorram novos descasamentos temporais em função do crescimento dos custos com compra de energia, a geração de caixa operacional será suficiente para honrar as obrigações da Companhia ou fazer frente aos refinanciamentos necessários, considerando o atual perfil de sua dívida, cujo prazo médio¹ era de 3,59 anos em 31 de dezembro de 2018 (comparado com 2,10 anos em 2017 e 2,30 anos em 2016), e seus indicadores de qualidade de crédito.

A tabela a seguir indica os principais indicadores da Dívida Líquida Ajustada da Companhia:

Em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma	Em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
EBITDA Ajustado ^a	1.456,71	1.454,9 ^d	1.090,0 ^d
Dívida Líquida Ajustada ^b	4.387,74	2.216,0	3.513,1
Índice de alavancagem financeira ^c	3,01	2,90	3,22

- (a) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, que consiste no lucro (prejuízo) líquido do exercício acrescido das despesas (receitas) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, da adição ou exclusão do resultado financeiro líquido, adição dos custos de depreciação e amortização, ajustado pelas despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de "custo de operação", e, a partir de 2018, provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa e contingências. O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como um indicador de nosso desempenho operacional, ou como uma alternativa ao fluxo de caixa ou indicador de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode ser definido e calculado de forma diferente por diferentes companhias. Para mais informações sobre o EBITDA Ajustado, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.
- (b) A Dívida Líquida Ajustada corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (este último apenas para 2016 e 2017) e obrigações com entidade de previdência privada, excluindo os efeitos das remensurações atuariais do CPC 33-R1 com entidade de previdência privada, deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. A Dívida Líquida Ajustada não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular sua dívida líquida ajustada de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Para mais informações sobre a dívida líquida ajustada, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.
- (c) O índice de alavancagem financeira corresponde ao quociente da divisão da Dívida Líquida Ajustada pelo EBITDA Ajustado dos últimos doze meses. Importante notar que em 2016 e 2017, a Companhia adotava critério distinto de apuração da sua alavancagem. Este critério foi modificado a partir da emissão da 23ª Debênture, cujos termos estão alinhados ao praticado pelo Grupo Enel, controlador da Companhia. Nesse sentido, o índice de Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado de 2018 não é comparável aos índices de 2016 e 2017.
- (d) Para os anos 2016 e 2017, para fins de cálculo do índice de alavancagem financeira, considera-se os valores

¹ Prazo médio não considera obrigações com entidade de previdência privada

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

originalmente apresentados nas respectivas Demonstrações Financeiras dos respectivos anos.

Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados *covenants* financeiros em alguns contratos de dívida. A administração da Companhia mantém o acompanhamento do seguinte índice financeiro:

- i. Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

Conforme descrito nos contratos de dívida, o não cumprimento do índice acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2018, este índice de Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado era de 3,01 vezes. Assim, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants*.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Para financiar o capital de giro e os investimentos em ativos não-circulantes (capex), a Companhia utiliza-se do caixa gerado por suas atividades, de linhas de financiamento pré-aprovadas por instituições financeiras para capital de giro, bem como de emissão de títulos de dívida, tais como debêntures e notas promissórias.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia captou (i) R\$300,0 milhões por meio da emissão da 22ª debenture; (ii) R\$740,0 milhões por meio da emissão da 4ª Nota Promissória; (iii) R\$3.000,0 milhões por meio da emissão da 23ª debênture; (iv) R\$420,0 milhões por meio de mútuo e (v) R\$303 milhões por meio de liberações do FINEM, os quais foram utilizados para investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia captou (i) R\$100,0 milhões por meio da emissão da 3ª Nota Promissória; (ii) R\$41,0 milhões por meio da emissão de CCB (cédula de crédito bancário) com Banco ABC; (iii) R\$700,0 milhões por meio da emissão da 20ª debênture, sendo R\$ 185,9 milhões em caixa e o restante mediante a dação em pagamento de debêntures integrantes da 9ª. e 15ª. emissão de debentures da Companhia, nos montantes de R\$ 82,0 milhões e R\$ 432,1 milhões, respectivamente; (iv) R\$271,0 milhões por meio da emissão da 21ª debênture, (v) R\$ 200,0 milhões por meio de CCB com Banco Safra referente a empréstimo ponte para FINEM e (vi) R\$ 41,4 milhões por meio de financiamento com a Finep, os quais foram utilizados para investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia captou (i) R\$70,0 milhões por meio de emissão de CCB (cédula de crédito bancário) com Banco ABC, utilizados para reforço de capital de giro; e (ii) R\$25,9 milhões por meio da FINEP e R\$178,0 milhões por meio do FINEM/BNDES, os quais foram utilizados para investimentos em ativos não circulantes.

A Companhia mantém um saldo confortável em disponibilidades financeiras, representado por caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, sendo seu total em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, respectivamente, de R\$941,4 milhões e R\$601,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2016 esse saldo era de R\$1.067,6 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia está atenta a oportunidades de melhoria na gestão e no perfil de endividamento, através de recursos provenientes de financiamentos bancários, como debêntures, cédulas de créditos bancários, *bonds* e mútuos, além de financiamentos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES") e da Financiadora de Estudos e Projetos ("FINEP").

Dada a nossa atual estrutura de capital, nossa Diretoria entende que geramos recursos suficientes para cumprir com nossas obrigações operacionais rotineiras. Para a hipótese de eventuais coberturas de deficiência de liquidez em curto prazo, poderemos utilizar as linhas de crédito pré-aprovadas que possuímos com instituições financeiras ou através de novas linhas de financiamento. Na contratação de novos financiamentos, a Companhia buscará analisar as opções disponíveis naquele momento, dependendo das condições de mercado, almejando sempre o prazo médio máximo para taxas de juros condizentes.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Os diretores da Companhia entendem como dívida bruta, o somatório dos empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros e debêntures (circulante e não circulante).

Em 31 de dezembro de 2018, a dívida bruta da Companhia atingiu R\$4.145,2 milhões, o que resultou em um aumento de R\$576,2 milhões no saldo, em comparação ao saldo em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores da Companhia esclarecem que o aumento refere-se, principalmente a emissões de R\$ 4.819,8 milhões no período de 12 meses, incluindo Debêntures e liberações do FINEM e FINEP, com destaque para a emissão da 23ª Emissão de Debêntures no valor de 3.000,0 milhões em setembro de 2018; e foi parcialmente compensado por amortizações e pagamentos de juros de Debêntures, Notas Promissórias, CCB, FINEM, FINEP e Conta Garantida, de R\$ 4.330,9 milhões, no período de 12 meses, com destaque para os resgates antecipados realizados entre setembro e dezembro de 2018 no valor de R\$ 3.800,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida bruta da Companhia atingiu R\$3.569,0 milhões, o que resultou em um aumento de R\$297,6 milhões no saldo, em comparação ao saldo em 31 de dezembro de 2016. Os Diretores da Companhia esclarecem que o aumento refere-se, principalmente a emissões de R\$ 839,3 milhões² no período de 12 meses encerrado em 31 de dezembro de 2017, incluindo Debêntures, Notas Promissórias, CCBs e liberações do FINEM e FINEP, com destaque para a emissão da 20ª Emissão de Debêntures no valor de 700 milhões em maio de 2017; e foi parcialmente compensado principalmente por amortizações² de Notas Promissórias, CCB, FINEM e FINEP e Conta Garantida, de R\$510,1 milhões, no período de 12 meses.

Os Diretores da Companhia, com base em análise dos indicadores de desempenho, da geração operacional de caixa e da posição de caixa da Companhia após os eventos descritos acima, entendem que a Companhia possui condições para honrar as obrigações de curto, médio e longo prazos existentes, incluindo as Debêntures, bem como para continuar expandindo suas operações. De acordo com os administradores da Companhia, sua geração de caixa confere à Companhia capacidade de honrar suas obrigações de longo prazo existentes (considerando seu endividamento líquido, assim entendido como seus passivos de curto, médio e longo prazo deduzidos de seu saldo de caixa e equivalentes de caixa) ou de refinarciar tais obrigações, conforme necessidade da Companhia. Periodicamente, no entanto, a Companhia reavalia sua estrutura de capital e pode vir

² Valores consideram apenas principal

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a propor ajustes aos acionistas no sentido de manter um perfil de capitalização adequado à condução de suas operações.

A tabela abaixo demonstra a composição da dívida bruta da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

Em R\$ milhões, exceto quando indicado de outra forma	Em 31 de dezembro de			Vencimento	Indexador	Taxa Efetiva*
	2018	2017	2016			
Debêntures - 9a Emissão	-	14,8	102,7	2018	CDI	4,94%
Debêntures - 11a Emissão	-	99,5	100,6	2018	CDI	3,86%
Debêntures - 13a Emissão	-	196,9	279,2	2020	CDI	3,84%
Debêntures - 14a Emissão	533,1	588,4	595,2	2021	CDI	2,62%
Debêntures - 15a Emissão	-	34,4	500,9	2018	CDI	6,13%
Debêntures - 17a Emissão (2ª série)	-	-	96,4	2017	CDI	2,24%
Debêntures - 18a Emissão (1ª série)	-	193,6	205,7	2022	CDI	3,06%
Debêntures - 18a Emissão (2ª série)	-	193,5	205,6	2022	CDI	3,07%
Debêntures - 19a Emissão	-	252,7	319,5	2021	CDI	4,11%
Debêntures - 20a Emissão	-	700,4	-	2021	CDI	128% do CDI
Debêntures – 21a Emissão	-	277,2	-	2022	CDI	3,42%
Debêntures – 23a Emissão (1ª série)	714,2	-	-	2021	CDI	111% do CDI

Em R\$ milhões, exceto quando indicado de outra forma	Em 31 de dezembro de			Vencimento	Indexador	Taxa Efetiva*
	2018	2017	2016			
Debêntures – 23a Emissão (2ª série)	1.416,5	-	-	2023	CDI	113% do CDI
Debêntures – 23a Emissão (3ª série)	909,2	-	-	2025	CDI	1,73%
Nota Promissória – 3a Emissão	-	104,5	-	2021	CDI	3,37%
CCB 2009 - Bradesco	-	180,1	322,6	2019	CDI	4,12%
CCB - Banco ABC (i)	-	56,3	82,2	2020	CDI	4,02%
CCB – Banco ABC (ii)	-	40,3	-	2020	CDI	5,88%
CCB - SAFRA	-	199,4	-	2018	CDI	2,97%
FINEP 1	6,9	12,5	17,9	2020	Pré Fixada	4,00%
FINEP 2	65,6	75,1	41,8	2024	TJLP	5,00%
FINEM - Subcredito A	-	36,5	47,8	2021	TJLP	5,00%
FINEM - Subcredito B	-	48,1	57,8	2021	SELIC	4,85%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

FINEM - Subcredito C	-	16,6	21,9	2021	-	10,31%
FINEM - Subcredito D	-	0,6	0,8	2021	TJLP	-
FINEM - Subcredito E	-	17,7	21,3	2021	SELIC	3,82%
FINEM - Subcredito A (2º protocolo) -	-	51,1	63,7	2022	TJLP	4,70%
FINEM - Subcredito B (2º protocolo) -	-	59,9	68,5	2022	SELIC	4,77%
FINEM - Subcredito C (2º protocolo) -	-	18,1	20,7	2022	SELIC	4,77%
FINEM - Subcredito D (2º protocolo) -	-	17,0	21,4	2022		10,15%
Mútuo (Enel Finance International)	420,9	-	-	2019	Taxa pré-fixada	6,8%
Outros	-	0,3	0,3	Diversos	Diversos	Diversos
Arrendamento Financeiro	78,9	83,5	76,7	Diversos	Diversos	Diversos
TOTAL	4.145,2	3.569,0	3.271,4			

* A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transição incorridos na emissão da dívida.

Do montante da dívida bruta de R\$4.145,2 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2018, 89,8% são dívidas contratadas junto a terceiros e 10,2% são dívidas contratadas junto a empresas sob controle comum. A dívida bruta da Companhia deverá ser amortizada na seguinte proporção:

Em R\$ milhões	2019	2020	2021	2022	2023	2024-2028	Total
Empréstimos, debêntures e arrendamento financeiro (circulante e não circulante)	708,9	197,1	902,6	714,6	1.012,6	609,5	4.145,2

A tabela a seguir apresenta o cronograma referente aos vencimentos das obrigações com entidade de previdência privada:

Em R\$ milhões	2019	2020	2021	2022	2023	2024-2028	Total
Obrigações com entidade de previdência privada	255,7	492,3	468,9	447,6	428,2	1.707,1	3.799,8

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía diversos contratos de empréstimo, relacionados às suas emissões de debêntures e demais empréstimo junto a instituições financeiras, os quais se encontram detalhados na tabela a seguir:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Referência	Descrição	Valor total¹ R\$	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização do principal (R\$ mil)	Vencimento
1.1	14ª Emissão	R\$600.000	4º aditamento datado de dezembro de 2018	CDI + 1,50%	Semestrais	R\$180.000	Novembro de 2019
						R\$180.000	Novembro de 2020
						R\$180.000	Novembro de 2021
1.2	23ª emissão (1ª série)	R\$704.052	1º aditamento datado de setembro de 2018	108,25% CDI	Semestrais	R\$704.052	Setembro de 202
	23ª Emissão (2ª série)	R\$1.395.948		111% CDI	Semestrais	R\$697.974	Setembro de 202
						R\$697.974	Setembro de 202
	23ª Emissão (3ª série)	R\$900.000		CDI + 1,45%	Semestrais	R\$300.000	Setembro de 202
						R\$300.000	Setembro de 202
						R\$300.000	Setembro de 202

¹ Valores em milhares de reais.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Referência	Descrição	Valor total¹ R\$	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização do principal (R\$ mil)	Vencimento
2.1	FINEP 1	R\$37.096	Fevereiro de 2012	4,00%	Mensal	Mensal (a partir de fevereiro de 2014)	Fevereiro de 2014
	FINEP 2	R\$55.301	Abril de 2014	TJLP + 5%	Mensal	Mensal (a partir de abril de 2017)	Abril de 2017
2.2	Intercompany	R\$420.000	Dezembro de 2018	6,80%	No vencimento	R\$420.000	Dezembro de 2019

¹ Valores em milhares de reais.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os diretores da Companhia esclarecem que todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos. Assim, os recursos dos empréstimos da FINEP foram liberados de acordo com o cronograma físico-financeiro dos projetos aprovados.

Em 31 de dezembro de 2014, o montante total captado (1ª liberação do 2º protocolo) pela FINEP, de acordo com o cronograma de realizações previsto em contrato, foi de R\$29,4 milhões, ou seja, 30,4% do total aprovado. Em janeiro de 2016, houve uma liberação (2ª liberação do 2º protocolo) de R\$25,9 milhões, totalizando 57,2% do total aprovado. Por fim, em novembro de 2017, ocorreram as últimas liberações (3ª, 4ª, 5ª e 6ª liberações do 2º protocolo) no valor de R\$ 41,4 milhões, 100% do total aprovado para este contrato.

Em 31 de dezembro de 2018, 100% do total dos financiamentos da Companhia já havia sido utilizado em projeto de inovação.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis

O balanço patrimonial, as demonstrações do resultado e os fluxos de caixa da Companhia estão apresentados e detalhados a seguir. Em função do arredondamento em milhões, alguns itens podem não perfazer precisamente o montante divulgado nas Demonstrações Contábeis para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016. As informações referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão sendo reapresentadas no presente Formulário de Referência, em conformidade às demonstrações financeiras reapresentadas para estes períodos, devido a alterações nas práticas contábeis. Para maiores detalhes, vide item 10.4.b.

Pessoal e Administradores	(1.016,1)	-7,0%	23,6%	(821,9)	-6,3%
Entidade de previdência privada	(20,7)	-0,1%	12,5%	(18,4)	-0,1%
Serviços de terceiros	(596,9)	-4,1%	5,9%	(563,4)	-4,3%
Material	(71,7)	-0,5%	16,6%	(61,5)	-0,5%
Custo de construção	(1.266,2)	-8,7%	22,3%	(1.035,0)	-7,9%
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(57,4)	-0,4%	-73,8%	(219,4)	-1,7%
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(277,4)	-1,9%	505,7%	(45,8)	-0,4%
Depreciação e amortização	(558,9)	-3,9%	6,6%	(524,1)	-4,0%
Outras despesas operacionais	(172,9)	-1,2%	102,2%	(85,5)	-0,7%
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	(13.947,5)	-96,3%	15,1%	(12.122,5)	-92,7%
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)	542,3	3,7%	-43,6%	960,7	7,3%
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	176,4	1,2%	-25,7%	237,4	1,8%
Despesas financeiras	(1.168,4)	-8,1%	-53,5%	(2.511,2)	-19,2%
Variações cambiais, líquidas	0,9	0,0%	800,0%	0,1	0,0%
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	(991,1)	-6,8%	-56,4%	(2.273,7)	-17,4%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(448,8)	-3,1%	-65,8%	(1.313,0)	-10,0%
Contribuição social diferida	35,4	0,2%	-69,4%	115,5	0,9%
Imposto de renda diferido	98,2	0,7%	-69,4%	320,9	2,5%
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	133,6	0,9%	-69,4%	436,4	3,3%
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(315,2)	-2,2%	-64,0%	(876,6)	-6,7%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Abaixo segue descrição da receita operacional bruta da Companhia, classificada por tipo de cliente:

Tipo de Cliente	Receita Operacional Bruta (em R\$ milhões)			2017	
	R\$	AV (%)	AH (%)	R\$	AV (%)
Residencial	10.014,2	41,6%	9,8%	9.121,1	42,3%
Industrial	1.758,5	7,3%	3,3%	1.702,5	7,9%
Comercial	6.080,8	25,2%	6,9%	5.689,1	26,4%
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	1.075,4	4,5%	9,2%	984,9	4,6%
Ativo e passivo financeiro setorial	1.584,7	6,6%	30,3%	1.216,2	5,6%
Receita de construção	1.266,2	5,3%	22,3%	1.035,0	4,8%
Outros	2.317,7	9,6%	26,8%	1.827,3	8,5%
Total	24.097,5	100,0%	11,7%	21.576,1	100,0%

A receita operacional bruta da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi de R\$24.097,5 milhões e R\$21.576,1 milhões, respectivamente, sendo composta substancialmente pela receita relacionada ao fornecimento e distribuição de energia elétrica. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de 11,7% é explicado principalmente por (i) aumento de R\$ 1.476,2 milhões da receita faturada e não faturada, incluindo bandeiras, e TUSD para consumidores cativos; (ii) maior receita com ativo e passivo financeiro setorial no valor de R\$ 368,5 milhões em função da maior CVA no período; (iii) maior receita com venda de energia no curto prazo no valor de R\$ 272,4 milhões; (iv) aumento com receita de construção no montante de R\$ 231,2 milhões devido ao maior nível de investimentos em infraestrutura da concessão, com foco na melhoria dos serviços prestados; e (v) maior receita com a TUSD³ paga pelos consumidores livres no valor de R\$ 90,5 milhões, explicado principalmente pela migração de clientes para o ACL.

O volume total de energia vendida aos clientes cativos da Companhia foi de 32.230,3 GWh no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado com 32.776,3 GWh no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Os diretores da Companhia entendem que a redução de 1,7% na energia vendida foi causada principalmente (i) pelos efeitos da migração de clientes para o Ambiente de Contratação Livre ("ACL") (-593,3 GWh) e de retorno ao ACR (+56,3 GWh); (ii) dias a menos na escala de faturamento entre classes (0,7 dia, ou -65,1 GWh). Quando ajustados esses efeitos, o mercado cativo teria um crescimento de 0,2%. O mercado livre totalizou 10.647,4 GWh em 2018, um aumento de 4,3% comparado ao ano de 2017, refletindo a migração de 296 e 133 clientes para o ambiente de contratação livre em 2017 e 2018, respectivamente.

Deduções da receita operacional bruta

As deduções da receita operacional da Companhia são representadas: (i) pelos encargos setoriais (Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética, Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e Encargos do consumidor (PROINFA) e Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT); e (ii) pelos tributos (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre Serviços ("ISS")).

As deduções da receita operacional da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram de R\$9.607,7 milhões e R\$8.492,9 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de 13,1% é explicado principalmente (i) maiores encargos da CDE no montante de R\$ 593,7 milhões; e (ii) aumento de R\$ 515,6 milhões de ICMS

³ Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

e PIS/COFINS, impactado por créditos retroativos de PIS/COFINS, reconhecidos em 2017, oriundo da exclusão do ICMS-ST (clientes ACL) da base de cálculo.

Receita operacional líquida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$14.489,8 milhões, montante 10,8% superior à registrada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$13.083,2 milhões. Os diretores da Companhia entendem que essa variação é explicada basicamente pelo (i) aumento da receita faturada e não faturada, incluindo bandeiras, e TUSD para consumidores cativos; (ii) maior receita com ativo e passivo financeiro setorial; (iii) maior receita com venda de energia no curto prazo; (iv) aumento com receita de devido ao maior nível de investimentos em infraestrutura da concessão, com foco na melhoria dos serviços prestados; (v) maior receita com a TUSD paga pelos consumidores livres, compensado pelos impostos incidentes na receita líquida, conforme explicado anteriormente.

CUSTOS OPERACIONAIS

Energia elétrica comprada para revenda (incluindo PROINFA)

O volume de energia apresentou uma retração de 0,28%, de 39.367,2 GWh em 2017 para 39.258,0 GWh em 2018. Não obstante, os custos da Companhia com energia elétrica comprada para revenda (incluindo PROINFA) nesse período aumentaram para R\$8.330,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 de R\$7.803,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Os diretores da Companhia entendem que o aumento da energia elétrica comprada para revenda (incluindo PROINFA) de 6,8%, comparando-se os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, ocorreu principalmente por:

- i. Maior custo com compra de energia no valor de R\$ 617,7 milhões incluindo CCEE, CCEAR, Angra, quotas de garantia física e Proinfa;
- ii. Aumento de R\$ 222,8 milhões com compra de Itaipu, decorrente da maior tarifa média e desvalorização cambial do real frente ao dólar, no ano de 2018 em comparação a 2017; e foi parcialmente compensado por:
- iii. Redução de R\$ 257,3 milhões com Risco Hidrológico, em função da performance da hidrologia no período; e maior crédito de PIS/COFINS no valor de R\$ 55,7 milhões.

Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição

Os custos da Companhia com encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram de R\$1.579,1 milhões e R\$944,3 milhões, respectivamente, representando um aumento de 67,2%. Os diretores da Companhia entendem que esta variação é explicada principalmente por (i) aumento do custo com uso da rede básica, incluindo conexão da rede básica com a CTEEP, em R\$ 469,5 milhões principalmente devido ao aumento nas tarifas decorrentes da indenização de investimentos realizados por transmissoras que renovaram concessão em 2013, aplicados no reajuste tarifário de 2017; (ii) pelo menor montante de recursos recebidos da Conta de Energia Reserva ("CONER") no valor de R\$ 111,8 milhões, impactado pela redução dos recebimentos de excedente da Conta; (iii) maiores despesas no montante de R\$ 82,2 milhões referente ao transporte de energia – Furnas/Itaipu em função da referida indenização às transmissoras; (iv) maior despesa com Encargos do Serviço do Sistema ("ESS") no valor de R\$ 28,9 milhões, em função do maior despacho por segurança energética; parcialmente compensado pelos maiores créditos de PIS/COFINS no valor de R\$ 67,4 milhões.

Pessoal e Administradores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os custos com pessoal e administradores nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram de R\$1.016,1 milhões e R\$821,9 milhões, respectivamente, representando um aumento de 23,6% ou R\$194,2 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu, principalmente, em função do (i) incremento de R\$ 177,0 milhões relacionadas ao provisionamento de verbas rescisórias, incluindo as relacionadas ao Programa de Saída Voluntária ("PSV"), FGTS e ao Programa de Incentivo à Aposentadoria ("PIA"); (ii) aumento de R\$ 21,3 milhões com benefícios e assistência médica, sendo R\$ 15,7 milhões referente a assistência médica e R\$ 5,6 milhões referente impacto do dissídio coletivo nos benefícios; (iii) aumento de R\$ 20,4 milhões do processo de internalização de equipes de atendimento técnico comercial; (iv) aumento de R\$ 6,7 milhões referentes a nova governança corporativa adotada pela Companhia; parcialmente compensada pelo: (i) aumento da capitalização de mão de obra própria, no valor de R\$ 26,9 milhões, devido ao incremento do volume de investimentos.

Entidade de previdência privada

Os custos com entidade de previdência privada nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram de R\$20,7 milhões e R\$18,4 milhões, respectivamente, representando um aumento de 12,5% em virtude, principalmente, da redução da taxa de desconto de 5,80% a.a (em 2016 com impacto em 2017) versus 5,30% a.a (em 2017 com impacto em 2018), impactando o cálculo do valor presente de contribuições futuras.

Materiais e serviços de terceiros

Os custos com materiais e serviços de terceiros nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram de R\$668,6 milhões e R\$624,9 milhões, respectivamente, representando um aumento de 5,9% ou R\$ 43,7 milhões em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Os diretores da Companhia entendem que essa variação é explicada, principalmente em função do (i) aumento com assessoria financeira e jurídica relacionada a emissão de ações (*follow-on*) e Oferta Pública de Aquisição de Ações ("OPA"); (ii) a menor capitalização de frota; (iii) aumento com despesas relacionadas à integração da marca da Companhia ao Grupo Enel pós-OPA; (iv) aumento de despesas relacionadas a segregação de estruturas, pós-migração para o segmento de Novo Mercado da B3, incluindo aquisição de licenças, parcialmente compensadas por: (i) revisão de processos com impacto positivo, sendo principalmente devido a alteração no modelo de contratação de *call center*; e em função do processo de internalização de equipes de atendimento técnico comercial; (ii) honorários advocatícios, em 2017, decorrente do acordo com a Eletrobrás.

Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

As despesas advindas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram de R\$57,4 milhões e R\$219,4 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que a queda de 73,8% foi ocasionada principalmente pela redução de R\$ 161,9 milhões com PECLD, refletindo principalmente a mudança na estimativa contábil, visando a adequação de premissas e metodologia de cálculo adotadas pelo Grupo Enel, prospectivamente. A metodologia aplicada pelo grupo amplia o prazo de recuperação para 3,5 anos para a classe Residencial e 5 anos para as demais classes. Antes da mudança da estimativa contábil para adequação ao grupo, a Companhia baixava as contas a receber segundo o critério fiscal e aplicava os percentuais históricos de não arrecadação sobre o saldo em aberto em cada data-base. Os diretores da Companhia avaliaram que essas premissas e metodologia de cálculo estão adequadas às características dos recebíveis da Companhia.

Provisão para processos judiciais e outros

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As provisões para processos judiciais e outros, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram de R\$277,4 milhões e R\$45,8 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que a variação de 505,7% foi ocasionada principalmente pelo aumento de R\$ 231,6 milhões no volume de provisões para litígios e contingências, dos quais R\$ 76,6 milhões decorrentes da mudança na estimativa contábil visando adequação a premissas e metodologia de cálculo adotada pelo Grupo Enel, e o restante referente, principalmente, a reconhecimento de provisões com autos de infração do agente regulador, multas de trânsito, processos trabalhistas e atualização de prognóstico de processos.

Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram de R\$172,9 milhões e R\$85,5 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de 102,2% se deve principalmente pelo (i) aumento com outras despesas, incluindo perdas na desativação de bens e direitos, no valor de R\$ 43,3 milhões, principalmente em função do aumento no volume de investimentos, ocasionando substituição de ativos elétricos; (ii) aumento de R\$ 6,5 milhões em tarifas bancárias; (iii) redução de R\$ 16,9 milhões no valor a receber de empreiteiras, devido à falta de materiais identificados nos inventários realizados em seus depósitos no ano de 2017.

Custo de construção

As despesas com custo de construção nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram de R\$1.266,2 milhões e R\$1.035,0 milhões, respectivamente, representando um aumento de 22,3%. Os diretores da Companhia entendem que esta variação é devido ao maior nível de investimentos em infraestrutura da concessão, com foco na melhoria dos serviços prestados.

Depreciação e amortização

As despesas com depreciação e amortização nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram de R\$558,9 milhões e R\$524,1 milhões, respectivamente, representando um aumento de 6,6%. Os diretores da Companhia entendem que a variação se deve principalmente pela maior base de ativos depreciáveis e amortizáveis gerando um incremento nas despesas de depreciação e amortização. Esse aumento na base de ativos, é fruto do maior patamar de investimentos da Companhia.

RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras

As receitas financeiras da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram de R\$176,4 milhões e R\$237,4 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que a redução de 25,7% é explicada principalmente pelo (i) PIS/COFINS sobre a receita financeira no valor de R\$ 52,2 milhões, referente ao total de PIS/COFINS sobre receitas financeiras não repassáveis ao consumidor; (ii) R\$ 43,4 milhões referente à receita de atualização monetária de créditos retroativos de PIS/COFINS, em 2017, oriundo da exclusão do ICMS-ST (clientes ACL) da base de cálculo; (iii) menor receita com renda de aplicações financeiras no valor de R\$ 16,0 milhões, explicado pelo menor CDI médio no período (6,47% em 2018 e 10,07% em 2017), parcialmente compensado pelo maior saldo médio disponível; estes efeitos foram parcialmente compensados por (iv) maior receita no valor de R\$ 35,3 milhões com atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial, em função da constituição de receita em 2018 ante uma despesa financeira em 2017 e, (v) maior receita, no valor de R\$ 18,0 milhões, com atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Despesas financeiras

As despesas financeiras da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram de R\$1.168,4 milhões e R\$2.511,2 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que a redução de 53,5% é explicado principalmente pela (i) menor despesa no valor de R\$ 1.500,0 milhões, resultado da provisão do Acordo Eletrobrás celebrado em março de 2018, porém contabilizada no exercício de 2017; (ii) menores despesas no valor R\$ 24,4 milhões em função do menor custo dos juros do plano de pensão; parcialmente compensados por (iii) maiores dispêndios no montante de R\$ 9,9 milhões com encargos de dívidas, resultado da estratégia de refinanciamento.

TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Os impactos na demonstração do resultado, relativamente aos tributos sobre o lucro nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram receitas de R\$133,6 milhões e R\$436,4 milhões, respectivamente, representando uma redução de R\$302,8 milhões. Os diretores da Companhia entendem que a variação entre os exercícios sociais é justificada principalmente pelo reconhecimento no exercício de 2017 do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos computados sobre o valor do Acordo celebrado com a Eletrobrás para encerramento de disputa judicial.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Pelas razões acima, o prejuízo líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$315,2 milhões, representando uma redução de 64% em relação ao mesmo período de 2017, quando a Companhia atingiu um prejuízo líquido de R\$876,6 milhões.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM R\$ MILHÕES, EXCETO (%)	EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE :				
	2017		AH (%)	2016	
	R\$	AV (%)		R\$	AV (%)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13.083,2	100,0%	13,4%	11.534,3	100,0%
CUSTOS OPERACIONAIS					
<i>Custo com Energia Elétrica</i>					
Energia elétrica comprada para revenda	(7.562,0)	-57,8%	18,2%	(6.396,7)	-55,5%
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	(241,3)	-1,8%	-20,9%	(305,2)	-2,6%
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(944,3)	-7,2%	0,1%	(943,2)	-8,2%
<i>Custo de Operação</i>					
Pessoal e Administradores	(821,9)	-6,3%	4,9%	(783,5)	-6,8%
Entidade de previdência privada	(18,4)	-0,1%	4,0%	(17,7)	-0,2%
Serviços de terceiros	(563,4)	-4,3%	-0,7%	(567,1)	-4,9%
Material	(61,5)	-0,5%	-20,2%	(77,1)	-0,7%
Custo de construção	(1.035,0)	-7,9%	29,0%	(802,5)	-7,0%
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(219,4)	-1,7%	-36,6%	(346,1)	-3,0%
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(45,8)	-0,4%	84,7%	(24,8)	-0,2%
Depreciação e amortização	(524,1)	-4,0%	6,9%	(490,4)	-4,3%
Outras despesas operacionais	(85,5)	-0,7%	-1,2%	(86,5)	-0,7%
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	(12.122,5)	-92,7%	11,8%	(10.840,9)	-94,0%
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)	960,7	7,3%	38,5%	693,4	6,0%
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	237,4	1,8%	-25,2%	317,2	2,8%
Despesas financeiras	(2.511,2)	-19,2%	143,4%	(1.031,7)	-8,9%
Variações cambiais, líquidas	0,1	0,0%	-116,7%	(0,6)	0,0%
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	(2.273,7)	-17,4%	218,0%	(715,1)	-6,2%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(1.313,0)	-10,0%	5950,7%	(21,7)	-0,2%
Contribuição social diferida	115,5	0,9%	1103,1%	9,6	0,1%
Imposto de renda diferido	320,9	2,5%	1106,4%	26,6	0,2%
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	436,4	3,3%	2311,0%	18,1	0,2%
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(876,6)	-6,7%	24945,7%	(3,5)	0,0%

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Abaixo segue descrição da receita operacional bruta da Companhia, classificadas por tipo de cliente:

Tipo de Cliente	Receita Operacional Bruta (em R\$ milhões)				
	2017		AH (%)	2016	
	R\$	AV (%)		R\$	AV (%)
Residencial	9.121,1	42,3%	-1,0%	9.214,8	45,2%
Industrial	1.702,5	7,9%	-18,2%	2.081,3	10,2%
Comercial	5.689,1	26,4%	-10,1%	6.327,3	31,0%
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	984,9	4,6%	4,4%	943,4	4,6%
Ativo e passivo financeiro setorial	1.216,2	5,6%	-207,1%	-1.135,2	-5,6%
Receita de construção	1.035,0	4,8%	29,0%	802,5	3,9%
Outros	1.827,3	8,5%	-15,0%	2.150,5	10,5%
Total	21.576,1	100,0%	5,8%	20.384,6	100,0%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A receita operacional bruta da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi de R\$21.576,1 milhões e R\$20.384,6 milhões, respectivamente, sendo composta substancialmente pela receita relacionada ao fornecimento e distribuição de energia elétrica. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de 5,8% é explicada principalmente: (i) pela variação de R\$2.351,4 milhões referente ao ativo e passivo financeiro setorial, principalmente em virtude dos ativos financeiros setoriais constituídos (diferidos) na compra de energia elétrica em função do aumento do preço médio por maiores despachos térmicos a um PLD mais alto e maior risco hidrológico em função do rebaixamento do setor e pela redução de cobertura CDE em 2017 comparada a 2016, parcialmente compensado pela sobrecontratação passiva em função do aumento do PLD e da redução nos custos de ESS devido ao menor despacho térmico fora da ordem de mérito; (ii) pelo reconhecimento da receita de R\$77,8 milhões decorrente dos ressarcimentos de geradores de energia que firmaram acordos bilaterais com a Companhia para redução de contratos, em conformidade à Resolução Normativa nº 711 de 2016; (iii) pelo aumento na receita de construção em R\$232,5 milhões que foram direcionados principalmente na expansão do sistema para melhora da qualidade do fornecimento de energia, em projetos de manutenção preventiva e corretiva da rede que geram a confiabilidade operacional, além da modernização da subtransmissão e redes subterrâneas e são destinados a melhoria dos indicadores operacionais. Tal aumento foi compensado parcialmente; (i) pela redução da receita com fornecimento de energia em R\$395,7 milhões e pela transferência para atividades de distribuição em R\$765,7 milhões principalmente em função do reajuste tarifário de 2016, com efeito médio de -8,10% para o consumidor, com as novas tarifas vigentes a partir de 4 de julho de 2016 e migração de clientes cativos para o mercado livre; (ii) pela redução de R\$514,2 milhões ou 75,1% na receita de venda de energia no curto prazo, reflexo da estratégia de realização de acordos bilaterais e participação em contratos de MCSDs (Mecanismo de Compensação de Sobre de Deficit de Energia), parcialmente compensada pelo aumento do PLD no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; e (iii) pela redução na atualização do ativo financeiro da concessão em R\$90,0 milhões, principalmente em função do recuo do IPCA de 6,28% em 2016 em comparação a 2,94% em 2017.

O volume total de energia vendida aos clientes cativos da Companhia foi de 32.776,3 GWh no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado com 34.463,6 GWh no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Os diretores da Companhia entendem que a redução de 4,9% na energia vendida foi causada principalmente pelo desempenho negativo de todas as classes de consumidores (com exceção à residencial e rural), com destaque às classes comercial e industrial, refletindo o efeito da migração de clientes cativos para clientes livres e ao fraco desempenho econômico no período, cuja recuperação da recessão tem ocorrido de modo moderado e desigual entre os setores. O mercado livre totalizou 10.205,6 GWh em 2017, um aumento de 22,0% comparado ao ano de 2016, refletindo a migração de clientes cativos para o ambiente de contratação livre em 2016 e 2017, respectivamente.

Deduções da receita operacional bruta

As deduções da receita operacional da Companhia são representadas: (i) pelos encargos setoriais (Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética, Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e Encargos do consumidor (PROINFA) e Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT); e (ii) pelos tributos (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre Serviços ("ISS").

As deduções da receita operacional da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram de R\$8.492,9 milhões e R\$8.850,4 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que a redução de 4,0% é explicada principalmente (i) pela

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

redução do encargo CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em R\$420,2 milhões, e (ii) pela redução de R\$374,5 milhões dos encargos tributários (ICMS, COFINS, PIS e ISS), em função principalmente da alteração na regra de tributação do PIS/COFINS (exclusão do ICMS-ST da base de cálculo). Tal redução foi parcialmente compensada pelos maiores repasses da conta centralizadora de bandeira (encargos do consumidor – CCRBT) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 em R\$403,4 milhões devido cenário hidrológico desfavorável.

Receita operacional líquida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$13.083,2 milhões, montante 13,4% superior à registrada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$11.534,3 milhões. Os diretores da Companhia entendem que essa variação é explicada basicamente pela variação da receita relativa ao ativo e passivo financeiro setorial, compensada parcialmente pela redução da receita com fornecimento de energia, conforme explicado anteriormente.

CUSTOS OPERACIONAIS: CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E CUSTOS DE OPERAÇÃO

Energia elétrica comprada para revenda (incluindo PROINFA)

O volume de energia apresentou uma retração de 11,9%, de 44.663GWh em 2016 para 39.367GWh em 2017. Não obstante, os custos da Companhia com energia elétrica comprada para revenda (incluindo PROINFA) nesse período aumentaram de R\$7.803,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$6.701,9 milhões. no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Os diretores da Companhia entendem que o aumento da energia elétrica comprada para revenda (incluindo PROINFA) de 16,4%, comparando-se os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, ocorreu principalmente por:

- i. Aumento no Risco Hidrológico em R\$1.625,0 milhões justificado pelo cenário hidrológico desfavorável desde julho de 2017, ocasionando menor geração hídrica, e com isso maior despacho de usinas térmicas, aumentando o PLD (Preço de Liquidação de Diferenças) e impactando no nível de rebaixamento da garantia física das usinas hidrelétricas;
- ii. Aumento na compra de energia de Itaipu em R\$104,6 milhões, principalmente impactada pelo aumento na tarifa em dólar/kw e pelo o aumento do volume de 1,9% ou aumento de 178GWh no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; e foi parcialmente compensado por:
- iii. Redução no custo da energia adquirida (CCEARs - incluindo AES Tietê Energia, Angra 1 e 2, CCEE, quotas de garantia física, PROINFA e ressarcimentos de leilões de energia) no montante de R\$555,6 milhões, refletindo queda de 15,4% ou 5.473GWh no volume de energia; e
- iv. Aumento nos créditos de PIS/COFINS no valor de R\$112,6 milhões, devido aumento do custo com compra de energia.

Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição

Os custos da Companhia com encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram de R\$944,3 milhões e R\$943,2 milhões, respectivamente, representando um aumento de 0,1%. Os diretores da Companhia entendem que esta variação é explicada principalmente por (i) maiores custos de uso de rede básica em R\$386,8 milhões principalmente devido ao aumento na tarifa decorrente da indenização de investimentos realizados pelas transmissoras que renovaram a concessão em 2013, e (ii) maiores custos no montante de R\$80,4 milhões referente ao transporte de energia –

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Furnas/Itaipu em função da referida indenização às transmissoras. Tal aumento foi parcialmente compensado por (i) maiores recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER em R\$309,6 milhões, (ii) uma redução de R\$130,2 milhões dos custos de Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER, devido ao menor despacho de térmicas fora da ordem de mérito, e (iii) maiores ajustes referente ao alívio retroativo do ESS no valor de R\$35,5 milhões.

Pessoal e administradores

Os custos com pessoal e administradores nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram de R\$821,9 milhões e R\$783,5 milhões, respectivamente, representando um aumento de 4,9% ou R\$38,4 milhões. Esse aumento ocorreu, principalmente, em função do reajuste de acordos coletivos, aos maiores dispêndios com assistência médica e ao aumento das despesas com rescisão e Programa de Incentivo à Aposentadoria, parcialmente compensados pela maior capitalização de mão de obra devido ao maior volume de investimentos realizados em 2017.

Entidade de previdência privada

Os custos com entidade de previdência privada nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram de R\$18,4 milhões e R\$17,7 milhões, respectivamente, representando um aumento de 4% em virtude, principalmente, da variação da taxa de desconto nos períodos. A taxa de desconto na avaliação atuarial do encerramento de 2015 foi de 7,30%, utilizada para cálculo da despesa no 1º semestre de 2016. Em junho de 2016 foi identificada a necessidade de avaliação atuarial intermediária, alterando a taxa para 6,05%, utilizada para cálculo da despesa no 2º semestre de 2016. Em 2017 não foi identificada a necessidade de alteração na referida taxa de juros, de forma que as despesas incorridas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 acompanharam a NTN-B de 5,80% na avaliação atuarial no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. As variações nas taxas de desconto impactaram o valor presente de contribuições futuras.

Material e serviços de terceiros

Os custos com materiais e serviços de terceiros nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram de R\$624,9 milhões e R\$644,2 milhões, respectivamente, representando uma redução de 3,0% ou R\$ 19,3 milhões em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação é explicada, principalmente em função da otimização no processo de poda seletiva, inclusive com utilização de equipes próprias para execução e aumento na produtividade nas ações de corte e cobrança, consequência da ampliação do papel do leiturista em agente comercial. Tal redução foi parcialmente compensada pelas despesas com o processo de migração para o Novo Mercado.

Custo de construção

As despesas com custo de construção nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram de R\$1.035,0 milhões e R\$802,5 milhões, respectivamente, representando um aumento de 29,0%. Os diretores da Companhia entendem que esta variação é explicada por maiores investimentos destinados a melhoria dos indicadores operacionais, com principal foco em expansão do sistema e serviços ao consumidor visando o atendimento do crescimento do mercado e a redução do risco de interrupção no fornecimento de energia elétrica em condições regulares e em situações de emergência.

Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

As despesas advindas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram de R\$219,4 milhões e R\$346,1

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que a queda de 36,6% foi ocasionada principalmente pela implementação de diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência, o que ocasionou um aumento do número de acordos. As principais ações foram: lançamento do portal de negociação, feirões de negociação, comunicação e negociação direta com o cliente através de agências de cobrança. A redução da PECLD também reflete a mudança na estimativa contábil, visando a adequação de premissas e metodologia de cálculo adotadas pelo Grupo Enel. Os diretores da Companhia avaliaram que essas premissas e metodologia de cálculo estão adequadas às características dos recebíveis da Companhia.

RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras

As receitas financeiras da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram de R\$237,4 milhões e R\$317,2 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que a redução de 25,2% é explicada principalmente (i) pela redução da renda de aplicações financeiras em R\$36,1 milhões principalmente em função da redução do CDI médio de 14,06% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para 10,07% no mesmo período de 2017 e menor disponibilidade média de caixa impactada por maior exposição de Parcela A no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (ii) pela redução de R\$48,0 milhões de receitas financeiras oriundas da atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial; (iii) pelos menores juros e atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso em R\$28,4 milhões em função dos esforços da Companhia para redução de inadimplência. Tal redução foi parcialmente compensada pelo reconhecimento da atualização monetária de PIS/COFINS sobre ICMS- ST- clientes ACL de R\$43,4 milhões sobre créditos retroativos, em função da resposta da Solução de Consulta nº- SRRF06/DISIT publicada em maio de 2017, onde reconheceu o direito da Companhia à exclusão do ICMS- ST - Ambiente de Contratação Livre – ACL da base de cálculo.

Despesas financeiras

As despesas financeiras da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram de R\$2.511,2 milhões e R\$1.031,7 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de 143,4% é explicado principalmente (i) pelo reconhecimento, em dezembro de 2017, do valor integral do Acordo no montante de R\$ 1.500,0 milhões visando encerrar a disputa judicial entre a Companhia, a Eletrobrás quanto a responsabilidade pelo pagamento do saldo de encargos financeiros oriundos no contrato ECF-1046; (ii) pela atualização monetária dos gastos referentes a celebração do Acordo Eletrobrás no valor de R\$8,3 milhões (custos associados ao referido acordo); (iii) pela maior despesa com atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial líquido em R\$66,2 milhões. Tal aumento foi parcialmente compensado pelos encargos de dívida - empréstimos e debêntures em moeda nacional inferiores em R\$143,5 milhões, devido principalmente à menor taxa de juros entre os exercícios comparados (taxa média do CDI foi de 10,07% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 14,06% no mesmo período em 2016).

TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Os impactos na demonstração do resultado, relativamente aos tributos sobre o lucro nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram receitas de R\$436,4 milhões e R\$18,1 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$418,3 milhões. Os diretores da Companhia entendem que a variação entre os exercícios sociais é justificada principalmente pelo reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos computados sobre o valor do Acordo celebrado com a Eletrobrás para encerramento de disputa judicial.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Pelas razões acima, o prejuízo líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$876,6 milhões, representando uma redução em relação ao mesmo período de 2016, quando a Companhia atingiu um prejuízo líquido de R\$3,5 milhões.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Em R\$ milhões	2018	2017	2016	AH (%) 2018 x 2017	AH (%) 2017 x 2016
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais	(406,3)	436,7	1.696,4	-193,0%	-74,3%
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(1.218,0)	(1.009,4)	(763,4)	20,7%	32,2%
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de financiamentos	1.963,5	157,6	(450,5)	1145,9%	-135,0%
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	339,2	(415,1)	482,5	-181,7%	-186,0%
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	597,5	1.012,6	530,1	-41,0%	91,0%
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	936,6	597,5	1.012,6	56,8%	-41,0%

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017

O caixa usado nas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$406,3 milhões, apresentando uma redução de R\$843,0 milhões comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, devido principalmente: (i) aumento nos custos de energia, em função do aumento do risco hidrológico, em geral devido à piora do cenário hidrológico do SIN e também devido à elevação da taxa de dólar na aquisição de energia de Itaipu; (ii) aos maiores encargos de CDE devido ao aumento da quota em 2018 (janeiro e setembro) e à alteração da data de vencimento do pagamento do dia 10 do mês subsequente à respectiva competência para o dia 10 do próprio mês de competência; (iii) antecipação de impostos em fevereiro de 2018 devido ao resultado positivo em janeiro de 2018; parcialmente compensado pelo aumento na arrecadação durante o primeiro semestre de 2018.

O aumento de 20,7% do caixa usado nas atividades de investimento deve-se basicamente (i) maiores investimentos em ativos financeiros e intangíveis da concessão; parcialmente compensado (ii) pelos menores valores recebidos decorrente da venda de ativos imobilizado e intangível e (iii) pela redução da movimentação líquida das aplicações/resgates de cauções e depósitos judiciais, principalmente devido ao montante disponibilizado em conta bancária específica em 29 de dezembro de 2017 para pagamento aos fornecedores de CCEARs que ocorreu em 2 de janeiro de 2018, e que no exercício de 2018 ocorreram até 31 de dezembro de 2018.

O caixa gerado na atividade de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$1.963,5 milhões, contra R\$157,6 milhões de caixa usado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação deve-se basicamente (i) emissões no valor total de R\$ 4.864,8 milhões no período, com destaque para a 23ª Debêntures no valor de R\$ 3.000,0 milhões; (ii) aumento de capital no valor de R\$ 1.500,0 milhões, parcialmente compensado por (iii) amortizações (principalmente Debêntures, CCB, FINEM), no total de R\$ 4.330,9 milhões no período; (iv) custos de transação e prêmios no valor de R\$ 31,6 milhões.

O volume de amortizações compreende pré-pagamentos e resgates antecipados realizados e em conjunto com a 23ª Debênture, fazem parte da estratégia financeira de alongamento de prazo e redução de custo das dívidas da Companhia.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$436,7 milhões, apresentando uma variação de R\$1.696,4 milhões em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, devido principalmente: (i) aos maiores desembolsos com compra de energia elétrica devido a piora no cenário hidrológico, principalmente no segundo semestre de 2017; (ii) a menor recuperação de ativos regulatórios decorrente do reajuste tarifário, parcialmente compensados pelas bandeiras tarifárias.

O aumento de 32,2% do caixa usado nas atividades de investimento deve-se basicamente a (i) maiores investimentos em ativos financeiros e intangíveis da concessão, principalmente em decorrência do programa de produtividade; e foi parcialmente compensado: (ii) pelos menores valores recebidos decorrente da venda de ativos imobilizado e intangível e (iii) pelo aumento da movimentação líquida das aplicações/resgates de cauções e depósitos judiciais, principalmente devido ao montante disponibilizado em conta bancária específica em 29 de dezembro de 2017 para pagamento aos fornecedores de CCEARs que ocorreu em 2 de janeiro de 2018.

O caixa gerado na atividade de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$157,6 milhões, contra R\$450,5 milhões de caixa usado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação deve-se basicamente (i) aos ingressos de empréstimos e debêntures superiores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 em R\$565,5 milhões (principalmente pela 21ª emissão debêntures e CCB Banco Safra) e (ii) pela redução de R\$129,2 milhões nos pagamentos de principal de empréstimos e debêntures inferiores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação foi parcialmente compensada pelos maiores custos de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 em R\$52,4 milhões sendo que R\$22,1 milhões referente aos custos incorridos com a obtenção do consentimento prévio dos credores durante o processo de reorganização societária concluído em 30 de dezembro de 2016 e pagos em janeiro de 2017.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

BALANÇO PATRIMONIAL

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO EM R\$ MILHÕES, EXCETO (%)	2018			2017	
	R\$	AV (%)	AH (%)	R\$	AV (%)
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	936,7	5,0%	56,8%	597,4	3,7%
Investimentos de curto prazo	4,8	0,0%	26,3%	3,8	0,0%
Consumidores, revendedores e outros	2.323,6	12,5%	12,9%	2.058,7	12,8%
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	23,3	0,1%	-27,4%	32,1	0,2%
Outros tributos compensáveis	129,4	0,7%	44,6%	89,5	0,6%
Contas a receber - acordos	192,4	1,0%	54,9%	124,2	0,8%
Outros créditos	227,8	1,2%	-34,2%	346,4	2,2%
Almoxarifado	31,5	0,2%	4,3%	30,2	0,2%
Serviços em curso	139,0	0,7%	-9,7%	154,0	1,0%
Despesas pagas antecipadamente	43,1	0,2%	16,2%	37,1	0,2%
Ativo financeiro setorial, líquido	1.809,2	9,8%	85,3%	976,6	6,1%
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	5.860,8	31,6%	31,7%	4.450,1	27,7%
NÃO CIRCULANTE					
Consumidores, revendedores e outros	25,1	0,1%	87,3%	13,4	0,1%
Outros tributos compensáveis	85,0	0,5%	36,7%	62,2	0,4%
Tributos e contribuições sociais diferidos	2.159,7	11,6%	8,1%	1.998,4	12,4%
Cauções e depósitos vinculados	539,4	2,9%	1,3%	532,5	3,3%
Contas a receber - acordos	10,9	0,1%	-6,8%	11,7	0,1%
Outros créditos	47,3	0,3%	1,1%	46,8	0,3%
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	634,9	3,4%	20,2%	528,2	3,3%
Ativo financeiro da concessão	3.795,3	20,5%	26,0%	3.011,8	18,7%
Ativo financeiro setorial, líquido	836,6	4,5%	0,0%	761,2	4,7%
Investimento	45,4	0,2%	3,2%	44,0	0,3%
Imobilizado, líquido	66,3	0,4%	-8,9%	72,8	0,5%
Intangível	4.448,1	24,0%	-2,3%	4.554,3	28,3%
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	12.693,8	68,4%	9,1%	11.637,2	72,3%
TOTAL DO ATIVO	18.554,6	100,0%	15,3%	16.087,3	100,0%

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 eram de R\$936,7 milhões e R\$597,4 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de 56,8% foi ocasionado pelo (i) caixa gerado nas atividades de financiamento no montante de R\$1.963,5 milhões, devido principalmente pela movimentação dos ingressos no montante de R\$4.852,5 (com destaque a 23ª debenture) e aumento de capital ("AFAC") no montante de R\$1.500,0 contra pagamentos de empréstimos e debentures no montante de R\$4.663,4 compensados parcialmente (iii) pelo caixa usado nas atividades de investimento no montante de R\$1.218,0 milhões; e (iii) pelo caixa usado nas atividades operacionais no montante de R\$406,3 milhões.

Outros tributos compensáveis

Os saldos dos outros tributos compensáveis em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 eram de R\$129,4 milhões e R\$89,5 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de 44,6% está principalmente relacionado ao aumento do volume de compra de créditos de ICMS de terceiros e crédito de ICMS decorrente de compra de ativos (CAPEX).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Consumidores, revendedores e outros

Os saldos consumidores, revendedores e outros em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 eram de R\$2.323,6 milhões e R\$2.058,7 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$264,9 milhões. Os diretores da Companhia entendem que o aumento se deve principalmente pelo efeito líquido de recomposição das faturas já baixadas para perda e incremento da PECLD, decorrente da mudança na estimativa contábil e adequação de premissas e metodologia de cálculo do grupo Enel, e pelo aumento da tarifa devido ao reajuste tarifário, em julho de 2018.

Contas a receber – acordos

Os saldos das contas a receber – acordos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 eram de R\$192,4 milhões e R\$124,2 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$68,2 milhões. Os diretores da Companhia entendem que o aumento se deve ao número de acordos firmados no período, em função dos programas de negociação com os clientes. Adicionalmente, os diretores da Companhia entendem que a mudança na estimativa contábil e adequação de premissas e metodologia de cálculo do grupo Enel, contribuíram para o aumento, em aproximadamente R\$ 46,9 milhões.

Outros créditos

Os saldos dos outros créditos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 eram de R\$227,8 milhões e R\$346,4 milhões, respectivamente, representando uma redução de 34,2%. Os diretores da Companhia entendem que a redução se deve (i) pelo menor saldo de cauções de depósitos vinculados no montante de R\$54,0 milhões, principalmente relacionados às faturas da CCEARs com vencimento em 31 de dezembro de 2018 as quais foram pagas dentro do exercício de 2018, e para o exercício de 2017, o pagamento ocorreu em 02 de janeiro de 2018; (ii) pelo reconhecimento em 31 de dezembro de 2017 de R\$41,9 milhões de ressarcimentos de geradores que firmaram acordos bilaterais, incluindo de partes relacionadas, para redução de contratos, em conformidade à Resolução Normativa ANEEL nº 711 de 2016 e que foram recebidos durante o exercício de 2018; (iii) pelo menor reconhecimento em R\$31,0 milhões a receber da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT; parcialmente compensado pelo (v) aumento dos créditos de repasse CDE em R\$ 4,2 milhões.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Consumidores, concessionárias e permissionárias

Os saldos de consumidores, concessionárias e permissionárias em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 eram de R\$25,1 milhões e R\$13,4 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de 87,3% está principalmente relacionado a contas a receber de precatórios municipais, que de acordo com a nova metodologia para provisionamento de perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD, gerou uma reversão de PECLD, devido análise individual do contrato e probabilidade de recuperação, segundo os critérios e premissas adotados pela Companhia.

Ativo contratual (infraestrutura em construção)

Os saldos do ativo contratual (infraestrutura em construção) em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 eram de R\$634,9 milhões e R\$528,2 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de 20,2% está principalmente relacionado a (i) adições no montante de R\$1.264,9; compensados parcialmente por: (ii) transferências para intangível da concessão de R\$486,7; (iii) transferências para o ativo financeiro no montante de R\$671,4.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo financeiro da concessão

Os saldos do ativo financeiro de concessão em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 eram de R\$3.795,3 milhões e R\$3.011,8 milhões, respectivamente. Os ativos classificados como ativos financeiros representam a parcela estimada dos investimentos realizados e que não serão amortizados até o final da concessão, sobre a qual a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de 26,0% no saldo é explicado (i) pelas adições provenientes ao ativo intangível em curso de R\$671,4 milhões; (ii) pela atualização monetária no montante de R\$121,2 milhões; compensado parcialmente (iii) pelas baixas realizadas no montante de R\$9,2 milhões. Os investimentos realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram direcionados principalmente na expansão do sistema para melhora da qualidade do fornecimento de energia, em projetos de manutenção preventiva e corretiva da rede que geram a confiabilidade operacional, além da modernização da subtransmissão e redes subterrâneas.

Ativo financeiro setorial, líquido ((ativo e passivo circulante e ativo e passivo não circulante))

O resultado do circulante e não circulante das rubricas de ativos e passivos financeiros setoriais em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 era um saldo líquido ativo de R\$614,5 milhões e saldo líquido passivo de R\$95,0 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de 709,5% é explicado principalmente pelos: (i) diferimentos (constituições) registrados no período no montante de R\$1.484,3 milhões devido às condições hidrológicas desfavoráveis desde janeiro de 2018 e com isso aumento do risco hidrológico, aumento da taxa do dólar na aquisição de energia de Itaipu; alteração da quota de PROINFA a partir de janeiro de 2018 e da quota CDE a partir de setembro de 2018; (ii) atualização monetária no valor de R\$ 35,3, parcialmente compensados pelas (iii) amortizações no valor de R\$ 21,7 milhões; e (iv) recebimento de bandeiras tarifárias no valor de R\$ 789,1.

Intangível

Os saldos do intangível em 31 de dezembro de 2018 e 2017 eram de R\$4.448,1 milhões e R\$4.554,3 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que a redução de 2,3% é explicada pela amortização registrada de R\$525,9 milhões (incluindo amortização de obrigações especiais), pelas baixas no montante de R\$67,0 milhões, compensadas parcialmente pela transferência do ativo contratual de R\$486,7 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO EM R\$ MILHÕES, EXCETO (%)	2018			2017	
	R\$	AV (%)	AH (%)	R\$	AV (%)
CIRCULANTE					
Fornecedores	1.625,4	8,8%	-9,2%	1.789,7	11,1%
Empréstimos e financiamentos	437,7	2,4%	-5,1%	461,1	2,9%
Debêntures	240,0	1,3%	-55,1%	534,7	3,3%
Arrendamento financeiro	31,3	0,2%	2,3%	30,6	0,2%
Subvenções governamentais	4,1	0,0%	-16,3%	4,9	0,0%
Outros tributos a pagar	497,5	2,7%	9,8%	453,0	2,8%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	0,4	0,0%	-80,0%	2,0	0,0%
Obrigações sociais e trabalhistas	190,4	1,0%	59,5%	119,4	0,7%
Encargos setoriais	404,7	2,2%	-10,3%	451,0	2,8%
Obrigações com benefícios pós-emprego	11,2	-	-	-	-
Provisões para processos judiciais e outros	520,9	2,8%	8,1%	481,9	3,0%
Reserva de reversão	7,3	-	-	-	-
Outras obrigações	255,9	1,4%	-1,1%	258,8	1,6%
Passivo financeiro setorial	1.229,3	6,6%	28,3%	958,3	6,0%
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	5.455,9	29,4%	-1,6%	5.545,4	34,5%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	55,7	0,3%	-88,2%	473,1	2,9%
Debêntures	3.333,0	18,0%	65,3%	2.016,6	12,5%
Arrendamento financeiro	47,6	0,3%	-10,0%	52,9	0,3%
Subvenções governamentais	8,5	0,0%	-32,5%	12,6	0,1%
Obrigações com benefícios pós-emprego	3.895,5	21,0%	5,1%	3.707,1	23,0%
Provisões para processos judiciais e outros	1.965,1	10,6%	27,0%	1.546,9	9,6%
Encargos setoriais	38,7	0,2%	25,2%	30,9	0,2%
Obrigações sociais e trabalhistas	0,4	0,0%	-55,6%	0,9	0,0%
Reserva de reversão	51,4	0,3%	-22,2%	66,1	0,4%
Outras obrigações	19,8	0,1%	132,9%	8,5	0,1%
Passivo financeiro setorial, líquido	802,0	4,3%	-8,3%	874,5	5,4%
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	10.217,7	55,1%	16,2%	8.790,1	54,6%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	2.823,5	15,2%	113,3%	1.323,5	8,2%
Reservas de capital	691,5	3,7%	-0,3%	693,3	4,3%
Ações de tesouraria	(49,2)	-0,3%	N/A	(49,2)	-0,3%
Outros resultados abrangentes/ajustes de avaliação patrimonial	(781,5)	-4,2%	20,8%	(646,7)	-4,0%
Reservas de lucros:					
Reserva legal	196,8	1,1%	-21,0%	249,0	1,5%
Reserva estatutária	-	0,0%	-100,0%	238,5	1,5%
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	0,0%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.881,0	15,5%	64,5%	1.751,8	10,9%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.554,6	100,0%	15,3%	16.087,3	100,0%

PASSIVO CIRCULANTE**Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)**

Os saldos do circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 eram de R\$493,4 milhões e R\$934,2 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que a redução de 47,2% é explicado por: (i) pagamento de principal no montante de R\$2.020,3 milhões, referentes às parcelas do CCB Bradesco II, CCB Safra, CEF (conta garantida), e por antecipação de pagamento da 3ª e 4ª notas promissórias, CCB Bradesco I, CCB ABC (I e II) e FINEM 1º, 2º, 3º e 4º protocolos; (ii) pagamento de encargos financeiros no montante R\$110,9 milhões; parcialmente compensados por (iii) ingressos de novos empréstimos no montante de R\$1.564,8 milhões; (iv) encargos financeiros de R\$93,6 milhões; (v) variações monetárias do FINEM e FINEM no montante de R\$15,1 milhões.

Debêntures (circulante e não circulante)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os saldos do circulante e não circulante das debêntures em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 eram de R\$3.573,0 milhões e R\$2.551,3 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de 40,0% é explicado por: (i) ingressos da 23ª debênture no montante de R\$3.000,0 milhões; (ii) encargos financeiros de R\$239,0 milhões; parcialmente compensados por (iii) pagamento de principal no montante de R\$2.310,6 milhões, referentes às parcelas da 9ª, 11ª, 14ª, 15ª emissão de debêntures, e por antecipação de pagamento da 13ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª e 22ª debêntures; (iv) pagamento de encargos financeiros no montante R\$221,5 milhões.

Obrigações sociais e trabalhistas (circulante e não circulante)

Os saldos das obrigações sociais e trabalhistas em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 eram de R\$190,8 milhões e R\$120,3 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de R\$ 70,5 milhões é explicado pelo programa de saída voluntária - PSV. O PSV foi anunciado para todos os colaboradores em dezembro de 2018 e as adesões ocorreram em janeiro de 2019.

Provisões para processos judiciais e outros (circulante e não circulante)

Os saldos do circulante e não circulante das provisões para processos judiciais e outros em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 eram de R\$2.486,0 milhões e R\$2.028,8 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de R\$ 457,2 milhões é explicado (i) pelas provisões no montante de R\$598,0 milhões, principalmente devido a mudança de critério de provisionamento para processos judiciais trabalhistas e cíveis no montante de R\$ 158,2 milhões; (ii) pelas atualizações monetárias de R\$137,6 milhões; parcialmente compensados; (iii) pelos pagamentos no montante de R\$131,4 milhões; e (iv) pelas reversões no montante de R\$147,0 milhões.

Com relação a mudança de critério de provisionamento dos processos trabalhistas, os diretores da Companhia esclarecem que os processos trabalhistas são segregados em grupos, que permitem uma análise apropriada dos casos. Em relação a alguns grupos de processos, a Companhia realizava a provisão por média de pagamentos dos últimos 36 meses, independentemente da fase processual. Em relação a outros grupos de processos a provisão considerava 100% do valor da última condenação. Com a alteração de critério, a Companhia passou a considerar a provisão de acordo com as decisões judiciais para todos os grupos, não aplicando mais o conceito de média de condenação para os processos trabalhistas.

Já com relação a mudança de critério de provisionamento dos processos cíveis, os diretores da Companhia esclarecem que a alteração da estimativa de perda se deu, principalmente, no grupo de ações cíveis massivas, referente aos casos sem decisões judiciais que passaram a conter provisão com base na média histórica de pagamentos, não tendo havido alteração de critério em relação aos casos com decisões judiciais que mantiveram a provisão de acordo com o escopo das respectivas decisões judiciais. Os demais grupos de ações especiais e estratégicas continuaram com respectivas análises individualizadas, de acordo com o conteúdo das decisões judiciais e chances de sucesso, no entanto, tendo como regra geral o necessário provisionamento em caso de decisão judicial de 2ª instância desfavorável.

Passivo financeiro setorial líquido (circulante e não circulante)

Vide explicação no item ativo financeiro setorial líquido (ativo e passivo circulante e ativo e passivo não circulante).

Obrigações com benefícios pós-emprego (circulante e não circulante)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os saldos de obrigações com benefícios pós-emprego em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 eram de R\$3.906,7 milhões e R\$3.707,1 milhões, respectivamente, apresentando um aumento de 5,1%. Os diretores da Companhia entendem que este aumento é justificado principalmente pelo (i) reconhecimento em 31 de dezembro de 2018 de obrigação relacionada a multa de FGTS sobre o programa de incentivo a aposentadoria – PIA de R\$ 110,8 milhões; (ii) ajuste de avaliação atuarial de R\$ 78,2 milhões; (iii) juros líquidos do plano de pensão; (iv) custo dos serviços correntes; parcialmente compensados pelos pagamentos no valor de R\$ 349,9 milhões.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os saldos do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 eram de R\$2.881,0 milhões e R\$1.751,8 milhões, respectivamente, apresentando um aumento de 64,5%. Os diretores da Companhia entendem que este aumento é justificado principalmente:

- i. Pelo aumento do capital de R\$ 1.500,0 milhões, aprovado pelo conselho de administração em 19 de setembro de 2019; parcialmente compensado:
- ii. pelo prejuízo líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$315,3 milhões;
- iii. pelo ajuste de avaliação atuarial no montante de R\$53,7 milhões, líquido de imposto de renda e contribuição social; e
- iv. pela remuneração com base em ações de R\$1,9 milhão.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO EM R\$ MILHÕES, EXCETO (%)	2017			2016	
	R\$	AV (%)	AH (%)	R\$	AV (%)
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	597,4	3,7%	-41,0%	1.012,6	6,7%
Investimentos de curto prazo	3,8	0,0%	-93,1%	55,1	0,4%
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.058,7	12,8%	2,5%	2.008,1	13,2%
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	32,1	0,2%	-7,2%	34,6	0,2%
Outros tributos compensáveis	89,5	0,6%	30,7%	68,5	0,5%
Contas a receber - acordos	124,2	0,8%	0,6%	123,4	0,8%
Outros créditos	346,4	2,2%	18,7%	291,8	1,9%
Almoxarifado	30,2	0,2%	25,8%	24,0	0,2%
Serviços em curso	154,0	1,0%	-25,7%	207,4	1,4%
Despesas pagas antecipadamente	37,1	0,2%	12,4%	33,0	0,2%
Ativo financeiro setorial, líquido	976,6	6,1%	-21,9%	1.251,2	8,2%
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	4.450,1	27,7%	-12,9%	5.109,6	33,6%
NÃO CIRCULANTE					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	13,4	0,1%	9,8%	12,2	0,1%
Outros tributos compensáveis	62,2	0,4%	41,4%	44,0	0,3%
Tributos e contribuições sociais diferidos	1.998,4	12,4%	27,7%	1.565,1	10,3%
Cauções e depósitos vinculados	532,5	3,3%	8,3%	491,8	3,2%
Contas a receber - acordos	11,7	0,1%	72,1%	6,8	0,0%
Outros créditos	46,8	0,3%	-30,4%	67,2	0,4%
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	528,2	3,3%	-21,4%	672,4	4,4%
Ativo financeiro da concessão	3.011,8	18,7%	26,2%	2.386,2	15,7%
Ativo financeiro setorial, líquido	761,2	4,7%	198,6%	254,9	1,7%
Investimento	44,0	0,3%	235,9%	13,1	0,1%
Imobilizado, líquido	72,8	0,5%	4,6%	69,6	0,5%
Intangível	4.554,3	28,3%	0,8%	4.516,9	29,7%
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	11.637,2	72,3%	15,2%	10.100,3	66,4%
TOTAL DO ATIVO	16.087,3	100,0%	5,8%	15.209,9	100,0%

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 eram de R\$597,4 milhões e R\$1.012,6 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que a redução de 41% foi ocasionada pelo (i) caixa gerado nas atividades operacionais no montante de R\$436,7 milhões; (ii) pelo caixa gerado nas atividades de financiamento no montante de R\$157,6 milhões, devido principalmente pela movimentação líquida de ingresso e pagamentos de empréstimos e debêntures, compensados parcialmente (iii) pelo caixa usado nas atividades de investimento no montante de R\$1.009,5 milhões, devido principalmente aos investimentos em ativos financeiros e intangíveis da concessão.

A variação dos saldos de caixa e equivalentes de caixa está associado à piora no cenário hidrológico verificada no segundo semestre de 2017 que ocasionou uma maior necessidade de capital de giro em linha com a política da Companhia de manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros.

Investimentos de curto prazo

Os saldos dos investimentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram de R\$3,8 milhões e R\$55,1 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que a variação foi ocasionada principalmente pelo resgate de R\$ 52,0 milhões aplicado em CDB que estavam

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

bloqueados, por terem sido atendidas as obrigações contratuais de pagamento de faturas de energia.

Outros tributos compensáveis

Os saldos dos outros tributos compensáveis em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram de R\$89,5 milhões e R\$68,5 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que o aumento 30,7% está principalmente relacionado a resposta da Solução de Consulta nº 6.018 – SRRF06/DISIT publicada em maio de 2017 que expressamente reconheceu o direito da Companhia à exclusão do ICMS-ST - Ambiente de Contratação Livre – ACL, da base de cálculo do PIS e da COFINS, o que possibilitou o reconhecimento de R\$201,0 milhões referente aos últimos 5 anos, sendo o montante de R\$157,6 milhões em contrapartida ao resultado operacional (deduções da receita bruta) e R\$43,4 milhões ao resultado financeiro (receitas financeiras). Do referido montante, já foram utilizados R\$183,9 milhões na compensação de tributos federais.

Contas a receber – acordos

Os saldos das contas a receber – acordos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 eram de R\$124,2 milhões e R\$123,4 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$0,8 milhões. Os diretores da Companhia entendem que o aumento se deve ao número de acordos firmados no período, em função de novos programas de negociação com os clientes. A Companhia executou durante o exercício de 2017 diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência, o que ocasionou um aumento do número de acordos. As principais ações foram: lançamento do portal de negociação, feirões de negociação, comunicação e negociação direta com o cliente através de agências de cobrança.

Outros créditos

Os saldos dos outros créditos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram de R\$346,4 milhões e R\$291,8 milhões, respectivamente, representando um aumento de 18,7%. Os diretores da Companhia entendem que o aumento se deve (i) aumento de cauções de depósitos vinculados no montante de R\$52,2 milhões, principalmente relacionados às faturas da CCEARs com vencimento em 31 de dezembro de 2017, para os quais a Companhia teve que disponibilizar em conta bancária específica, um dia útil antes do vencimento; (ii) pelo reconhecimento de R\$46,0 milhões de ressarcimentos de geradores que firmaram acordos bilaterais, incluindo de partes relacionadas, para redução de contratos, em conformidade à Resolução Normativa ANEEL nº 711 de 2016; (iii) pelo reconhecimento de R\$59,8 milhões a receber da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT da competência de novembro, recebido em janeiro de 2018 e competência dezembro de 2017, recebido em fevereiro de 2018; compensados parcialmente pela (iv) redução dos créditos de repasse CDE em R\$ 129,6 milhões principalmente devido a compensação com os encargos a pagar de CDE, relativo às competências de abril de 2016 a março de 2017.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Tributos e contribuições sociais diferidos

Os saldos dos tributos e contribuições sociais diferidos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram de R\$1.998,4 milhões e R\$1.565,2 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de 27,7% é explicado principalmente (i) pela constituição de tributos diferidos ativos referentes a provisão para processos judiciais e outros - acordo com a Eletrobrás para encerramento de disputa judicial em R\$509,7 milhões e (ii) redução do saldo de diferidos passivos no montante de R\$15,0 milhões; parcialmente compensados (i) pela realização de tributos diferidos ativos referentes a créditos tributários sobre ágio na incorporação no montante de R\$82,8

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

milhões; (ii) pela realização do benefício fiscal do ágio incorporado no montante de R\$24,7 milhões; e (iv) realização de tributos diferidos sobre os ajustes de avaliação atuarial (outros resultados abrangentes) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$3,1 milhões.

Cauções e depósitos vinculados

Os saldos de cauções e depósitos vinculados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram de R\$532,5 milhões e R\$491,8 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de 8,3% é justificado pelas aplicações de R\$52,3 milhões (principalmente relacionados a processos fiscais e trabalhistas), pelas atualizações monetárias dos processos cíveis, trabalhistas, fiscais e imobiliários no montante R\$33,4 milhões, compensados parcialmente pelos resgates no montante de R\$45,0 milhões (basicamente de depósitos judiciais vinculados a processos trabalhistas).

Contas a receber – acordos

O saldo das contas a receber – acordos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 eram de R\$11,7 milhões e R\$6,8 milhões, respectivamente, representando um aumento de 72,1%. Os diretores da Companhia entendem que o aumento se deve basicamente ao aumento no número de acordos firmados no período, em função de novos programas de negociação com os clientes.

Outros Créditos

Os saldos dos outros créditos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 eram de R\$46,8 milhões e R\$67,2 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que a redução de 30,4% é justificada basicamente pela reavaliação do saldo de bens e direitos destinados a alienação no qual identificou-se terrenos que, mesmo com os esforços de venda mantidos, possuem a expectativa de realização superior a 3 anos. Desta forma, a Companhia reclassificou o montante de R\$32,0 milhões para a rubrica de investimentos e R\$6,3 milhões para o ativo circulante referentes aos ativos que já possuem compromisso de venda assinados.

Ativo contratual (infraestrutura em construção)

Os saldos do ativo contratual (infraestrutura em construção) em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 eram de R\$528,2 milhões e R\$672,4 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que a redução de 21,4% está principalmente relacionada a (i) transferências para o ativo financeiro no montante de R\$581,6; (ii) transferências para intangível da concessão de R\$560,6 compensados parcialmente por: (iii) adições no montante de R\$997,9. Os investimentos realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram direcionados principalmente na expansão do sistema para melhora da qualidade do fornecimento de energia, em projetos de manutenção preventiva e corretiva da rede que geram a confiabilidade operacional, além da modernização da subtransmissão e redes subterrâneas.

Ativo financeiro da concessão

Os saldos do ativo financeiro de concessão em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram de R\$3.011,8 milhões e R\$2.386,2 milhões, respectivamente. Os ativos classificados como ativos financeiros representam a parcela estimada dos investimentos realizados e que não serão amortizados até o final da concessão, sobre a qual a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de 26,2% no saldo é explicado (i) pela transferência do ativo contratual de R\$581,6 milhões; (ii) pela atualização

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

monetária no montante de R\$51,9 milhões; compensado parcialmente (iii) pelas baixas realizadas no montante de R\$7,8 milhões.

Ativo financeiro setorial, líquido

Vide explicação no item Passivo financeiro setorial líquido (ativo circulante e passivo não circulante).

Intangível

Os saldos do intangível em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram de R\$4.554,3 milhões e R\$4.516,9 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de 0,8% é explicado pela aquisição de ativos intangíveis da concessão no montante de R\$543,1 milhões associados ao programa de produtividade da Companhia, compensadas parcialmente pela amortização registrada de R\$505,0 milhões (incluindo amortização de obrigações especiais), pelas baixas no montante de R\$30,7 milhões.

BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO EM R\$ MILHÕES, EXCETO (%)	2017			2016	
	R\$	AV (%)	AH (%)	R\$	AV (%)
CIRCULANTE					
Fornecedores	1.789,7	11,1%	21,9%	1.468,3	9,7%
Empréstimos e financiamentos	461,1	2,9%	65,7%	278,2	1,8%
Debêntures	534,7	3,3%	-7,0%	575,1	3,8%
Arrendamento financeiro	30,6	0,2%	7,0%	28,6	0,2%
Subvenções governamentais	4,9	0,0%	22,5%	4,0	0,0%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	0,0%	-100,0%	2,6	0,0%
Outros tributos a pagar	453,0	2,8%	-13,7%	524,9	3,5%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2,0	0,0%	-91,3%	23,1	0,2%
Obrigações sociais e trabalhistas	119,4	0,7%	3,2%	115,7	0,8%
Encargos setoriais	451,0	2,8%	-31,9%	661,8	4,4%
Provisões para processos judiciais e outros	481,9	3,0%	194,6%	163,6	1,1%
Outras obrigações	258,8	1,6%	3,4%	250,2	1,6%
Passivo financeiro setorial	958,3	6,0%	0,0%	1.206,9	7,9%
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	5.545,4	34,5%	4,6%	5.303,0	34,9%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	473,1	2,9%	-7,3%	510,6	3,4%
Debêntures	2.016,6	12,5%	10,1%	1.830,8	12,0%
Arrendamento financeiro	52,9	0,3%	10,0%	48,1	0,3%
Subvenções governamentais	12,6	0,1%	5,0%	12,0	0,1%
Obrigações com benefícios pós-emprego	3.707,1	23,0%	-1,9%	3.777,3	24,8%
Provisões para processos judiciais e outros	1.546,9	9,6%	330,2%	359,6	2,4%
Encargos setoriais	30,9	0,2%	-45,3%	56,5	0,4%
Obrigações sociais e trabalhistas	0,9	0,0%	28,6%	0,7	0,0%
Reserva de reversão	66,1	0,4%	0,0%	66,1	0,4%
Outras obrigações	8,5	0,1%	21,4%	7,0	0,0%
Passivo financeiro setorial, líquido	874,5	5,4%	N/A	567,8	3,7%
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	8.790,1	54,6%	21,5%	7.236,5	47,6%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	1.323,5	8,2%	5,2%	1.257,6	8,3%
Reservas de capital	693,3	4,3%	0,1%	692,5	4,6%
Ações de tesouraria	(49,2)	-0,3%	0,0%	-	0,0%
Outros resultados abrangentes/ajustes de avaliação patrimonial	(646,7)	-4,0%	11,7%	(578,8)	-3,8%
Aumento de capital proposto	-	0,0%	N/A	65,9	0,4%
Reservas de lucros:					
Reserva legal	249,0	1,5%	0,0%	249,0	1,6%
Reserva estatutária	238,5	1,5%	-76,4%	1.008,6	6,6%
Prejuízos acumulados	-	0,0%	-100,0%	(24,5)	-0,2%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.751,8	10,9%	-34,4%	2.670,4	17,6%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.087,3	100,0%	5,8%	15.209,9	100,0%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores

Os saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram de R\$1.789,7 milhões e R\$1.468,3 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de 21,9% é explicado principalmente (i) pelo aumento de R\$243,7 milhões do saldo a liquidar referentes a energia de curto prazo - CCEE, referente basicamente ao Risco Hidrológico de Quotas e de Itaipu, como consequência da baixa afluência dos reservatórios que impactou diretamente no rebaixamento (GSF) do setor; (ii) maior saldo de Itaipu em R\$50,6 milhões, devido ao aumento de tarifa em julho de 2017 em aproximadamente 11% e fatura de outubro de 2017 com vencimento em 30 de dezembro de 2017 paga somente em 2 de janeiro de 2018; (iii) Maior saldo de encargos de uso de rede elétrica em R\$36,3 milhões; (iv) maior saldo de a pagar referente ao suprimento de energia elétrica em R\$19,7 milhões, devido principalmente ao aumento de despachos de usinas térmicas; parcialmente compensados; (v) pela redução de R\$33,5 milhões do saldo a pagar para fornecedores de materiais e serviços, incluindo partes relacionadas.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

Os saldos do circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram de R\$934,2 milhões e R\$788,8 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de 18,4% é explicado por: (i) ingressos de novos empréstimos (FINEP, CCB ABC, CCB Safra e 3ª Nota Promissória) no montante de R\$382,4 milhões; (ii) encargos financeiros de R\$79,6 milhões; (iii) variações monetárias do FINEP e FINEM no montante de R\$16,9 milhões; parcialmente compensados por (iv) pagamento de principal no montante de R\$222,6 milhões, referentes às parcelas do FINEM, FINEP; CCB ABC; CCB Bradesco e 3ª Nota Promissória; (ii) pagamento de encargos financeiros no montante R\$103,6 milhões.

Debêntures (circulante e não circulante)

Os saldos do circulante e não circulante das debêntures em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram de R\$2.551,3 milhões e R\$2.405,9 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de 6,0% é explicado por: (i) ingressos da 20ª e 21ª emissão de debêntures no montante de R\$456,9 milhões; (ii) encargos financeiros de R\$276,9 milhões; parcialmente compensados por (iii) pagamentos de principal no montante de R\$300,1 milhões, referentes às parcelas da 9ª, 13ª, 15ª, 17ª, 18ª e 19ª emissões de debêntures; e (iv) pagamentos de encargos financeiros no montante de R\$285,8 milhões.

Outros tributos a pagar

Os saldos dos outros tributos a pagar em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 eram de R\$453,0 milhões e R\$524,9 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que a redução de 13,7% é justificada principalmente pelos tributos PIS e COFINS a pagar, que apresentaram redução de R\$95,7 milhões, visto que o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2016 contemplava as provisões das competências de novembro e dezembro, compensados parcialmente pelo aumento do ICMS a pagar em R\$21,4 milhões justificado principalmente pelo maior faturamento/consumo da classe residencial.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Os saldos dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram de R\$2,0 milhões e R\$23,1 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que a redução de R\$21,1 milhões é justificada pelo (i) pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 no montante

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de R\$20,7 milhões em 2017 e (ii) dividendos e juros sobre capital próprio não resgatados pelos acionistas - prescritos no montante de R\$0,4 milhão.

Encargos setoriais

Os saldos dos encargos setoriais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram de R\$451,0 milhões e R\$661,8 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que a redução de 31,9% é explicada principalmente (i) pelo menor saldo a pagar de CDE, refletindo as compensações homologadas pela ANEEL no Índice de Reajuste Tarifário - IRT de 2017, além das menores cotas homologadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Provisões para processos judiciais e outros (circulante e não circulante)

Os saldos do circulante e não circulante das provisões para processos judiciais e outros em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 eram de R\$2.028,8 milhões e R\$523,2 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que o aumento de R\$ 1.505,6 milhões é explicado (i) pelas provisões no montante de R\$1.676,9 milhões, principalmente devido ao acordo celebrado com Eletrobrás para encerramento de disputa judicial no montante total de R\$1.499,1 milhões; (ii) pelas atualizações monetárias de R\$36,9 milhões; parcialmente compensados; (iii) pelos pagamentos no montante de R\$102,5 milhões; e (iv) pelas reversões no montante de R\$105,7 milhões.

Passivo financeiro setorial, líquido (ativo e passivo circulante e não circulante)

O resultado do circulante e não circulante das rubricas de ativos e passivos financeiros setoriais em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 era um saldo líquido passivo de R\$95,0 milhões e R\$268,7 milhões, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que a redução de 64,6% é explicada principalmente pelos: (i) diferimentos (constituições) registrados no período no montante de R\$1.075,0 milhões devido às condições hidrológicas desfavoráveis desde julho de 2017 e com isso maior despacho de usinas térmicas e aumento do PLD (Preço de Liquidação de Diferenças); parcialmente compensados pelo (ii) aumento do diferimento passivo da CVA de ESS que foi impactado principalmente pelo aumento do PLD, que ocasiona menor despacho térmico fora da ordem de mérito (com aumento do PLD ocorre maior despacho dentro da ordem de mérito), e maior recebimento de recursos financeiros da CONER. Tal redução foi parcialmente compensada pelos recebimentos das bandeiras tarifárias das competências de dezembro de 2016 a dezembro de 2017 no valor de R\$976,4 milhões.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os saldos do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram de R\$ 1.751,8 milhões e R\$ 2.670,4 milhões, respectivamente, apresentando uma redução de 34,4%. Os diretores da Companhia entendem que esta redução é justificada principalmente:

- i. pelo prejuízo líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$876,6 milhões;
- ii. pela recompra de ações - direito de retirada (migração novo mercado) no montante de R\$49,2 milhões; compensados parcialmente;
- iii. pelo ajuste de avaliação atuarial no montante de R\$6,0 milhões, líquido de imposto de renda e contribuição social
- iv. pela remuneração com base em ações de R\$0,9 milhão; e
- v. pela prescrição de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$0,4 milhão.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional líquida da Companhia é composta essencialmente pela distribuição de energia, totalizando R\$14.489,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, e R\$13.083,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. A tarifa cobrada dos consumidores é definida anualmente pela ANEEL, sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita operacional líquida da Companhia.

A tabela abaixo apresenta a receita operacional líquida da Companhia para os três últimos exercícios sociais referentes ao único segmento operacional da Companhia:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
(em R\$ milhões)	2018	2017	2016
Receita Operacional Líquida	14.489,8	13.083,2	11.534,3

A receita operacional líquida reflete o volume de energia faturado da base de clientes da Companhia e as mudanças na economia da região metropolitana de São Paulo, onde a representatividade do setor de serviços tem aumentado em relação à produção industrial. Para demais informações sobre a composição das tarifas e área de concessão vide o item 7.3.b "características do processo de distribuição" do Formulário de Referência.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o mercado total da área de concessão da Companhia totalizou 42.877,7 GWh, em linha com o valor reportado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Considerando a mesma base de comparação, a classe residencial cresceu 0,6% e a rural 1,2%, ao passo que a comercial, industrial e setor público registraram retrações de 0,2%, 1,9% e 0,2%, respectivamente, refletindo a atividade econômica da área de concessão.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o mercado total da área de concessão da Companhia totalizou 42.981,9 GWh, em linha com o valor reportado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, o mercado total na área de concessão da Companhia teve queda de 3,2% em comparação ao ano anterior, com desempenho negativo, principalmente, da classe industrial que reduziu o consumo em 6,6% refletindo a queda da Produção Industrial do Estado de São Paulo, e redução de 3,8% da classe comercial devido à queda do volume de vendas do comércio no Estado de São Paulo, segundo dados do IBGE.

Os diretores da Companhia entendem que os resultados das operações nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, foram significativamente afetados por inúmeros fatores, inclusive:

- Alteração nos custos e despesas da Companhia, incluído o preço de compra de energia;

10.2 - Resultado operacional e financeiro

- Alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL;
- Disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado;
- Variações do consumo na área de concessão;
- Condições macroeconômicas no Brasil em geral;
- Variações na área de concessão da Companhia - 24 municípios concentrados essencialmente na região metropolitana de São Paulo;
- Mudanças na regulação e legislação do setor elétrico;
- Resultados das disputas judiciais e outros; e
- Variação cambial e de taxa de juros.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita operacional bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 24.097,5 milhões, um aumento de 11,7% ou R\$ 2.521,4 milhões quando comparado a 2017. Essa variação pode ser explicada por (i) aumento de R\$ 1.476,2 milhões da receita faturada e não faturada, incluindo bandeiras, e TUSD4 para consumidores cativos; (ii) maior receita com ativo e passivo financeiro setorial no valor de R\$ 368,5 milhões em função da maior CVA5 no período; (iii) maior receita com venda de energia no curto prazo no valor de R\$ 272,4 milhões; (iv) aumento com receita de construção no montante de R\$ 231,2 milhões devido ao maior nível de investimentos em infraestrutura da concessão, com foco na melhoria dos serviços prestados; e (v) maior receita com a TUSD paga pelos consumidores livres no valor de R\$ 90,5 milhões, explicado principalmente pela migração de clientes para o ACL (Ambiente de Contratação Livre).

A receita operacional bruta da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram de R\$21.576,1 milhões e R\$20.384,7 milhões, respectivamente, apresentando um aumento de 5,8%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é explicada principalmente pelo ativo financeiro setorial, impactado pelo maior custo com aquisição de energia.

O setor elétrico segue um modelo que define tarifas para o ciclo tarifário de 1 ano. No caso da Companhia, o ano tarifário vai de 4 de julho de um ano até 3 de julho do ano seguinte. Neste modelo são consideradas estimativas para os custos com encargos do setor, compra de energia (inclusive a energia de Itaipu que é precificada em dólar), entre outros, que são considerados não gerenciáveis pela empresa.

A partir de dezembro de 2014, a Companhia passou a reconhecer determinados ativos e passivos no resultado, em consonância com (i) a Orientação Técnica OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, emitido de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, e com (ii) a assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que garante à Companhia indenização, quando da extinção da concessão, dos valores registrados na

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Conta de Compensação dos Valores de Itens de “Parcela A” – CVA. Qualquer variação entre o custo projetado e o real, especificamente dos itens não-gerenciáveis, será tratada em conta CVA para posterior cobrança e/ou devolução de diferença para os consumidores. Desta forma, segundo a metodologia de cálculo dos reajustes tarifários anuais do setor elétrico, parte significativa das oscilações estão contemplados no item 10.2.a.ii acima, no qual afetaram adversamente o fluxo de caixa da Companhia, porém, não afetarão simultaneamente a sua demonstração de resultado.

Para maiores informações, ver também item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Os Diretores da Companhia esclarecem que a situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia e pelo Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) utilizado para precificar a energia no mercado de curto prazo, e que refletem a oferta/demanda e situação hidrológica do país.

Conforme anteriormente mencionado, a situação financeira e o resultado das operações também são influenciados pelas características da fonte da energia comercializada, pelas oscilações nas tarifas cobradas dos consumidores e pelos encargos setoriais, os dois últimos homologados anualmente pela ANEEL, sendo que as variações são reconhecidas nas tarifas cobradas dos consumidores por meio do mecanismo de CVA, mencionado acima.

A maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, exceto pela tarifa de compra de energia das quotas de Itaipu, que é denominada em dólar, sendo que as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição por meio do mecanismo da CVA, cujo custo adicional ou inferior ao homologado na tarifa será compensado no próximo reajuste tarifário.

A Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira. Para mais informações sobre composição das tarifas e área de concessão vide o item 7.3.b deste Formulário de Referência. Para mais informações sobre as características do processo de distribuição e do endividamento da Companhia, consultar o item 10.1.c deste Formulário de Referência.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia estão apresentadas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores informam que, além dos eventos societários apresentados no item 15.7 deste Formulário de Referência, não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Os diretores da Companhia esclarecem que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mudou de forma prospectiva as estimativas referentes a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e ao provisionamento de processos judiciais trabalhistas e cíveis para adequar-se aos critérios estabelecidos pelo grupo Enel. Os diretores da Companhia avaliaram tais critérios e entenderam que os mesmos representam uma melhoria na forma de divulgação de suas demonstrações contábeis.

(i) Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa – PECLD:

Mudança na estimativa contábil, visando a adequação de premissas e metodologia de cálculo adotadas pelo grupo Enel, registrada prospectivamente no resultado do referido exercício. Os diretores da Companhia avaliaram que essas premissas e metodologia de cálculo estão adequadas às características de seus recebíveis.

Antes da mudança da estimativa contábil para adequação ao grupo, a Companhia baixava as contas a receber segundo o critério fiscal e aplicava os percentuais históricos de não arrecadação sobre o saldo em aberto em cada data-base. As contas a receber que foram registradas em perda geravam um crédito no resultado do exercício quando do recebimento.

A metodologia aplicada pelo grupo amplia o prazo de recuperação para 3,5 anos para a classe Residencial e 5 anos para as demais classes. Dessa forma, a aplicação da nova metodologia gerou um aumento líquido no saldo das contas a receber de R\$ 101.003 mil (constituído pela recomposição das faturas já baixadas para perda no valor de R\$ 649.708 mil e incremento da perda esperada com crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 548.705 mil).

(ii) Mudança de critério de provisão para processos judiciais trabalhistas:

A Companhia segrega os processos trabalhistas em grupos que permitem uma análise apropriada dos casos. Em relação a alguns grupos de processos, a Companhia realizava a provisão por média de pagamentos dos últimos 36 meses, independentemente da fase processual. Em relação a outros grupos de processos a provisão considerava 100% do valor da última condenação. Com a alteração de critério, a Companhia passou a considerar a provisão de acordo com as decisões judiciais para todos os grupos, não aplicando mais o conceito de média de condenação para os processos trabalhistas. Os diretores da Companhia consideraram apropriados os referidos critérios de mensuração para serem adotados pela Companhia.

Os impactos gerados por essa alteração foram classificados como uma mudança de critério contábil e consequentemente sua aplicação foi realizada de forma prospectiva. O impacto decorrente desta mudança foi um acréscimo de provisão líquida de R\$ 93.491 mil, sendo R\$ 48.045 mil no resultado operacional e R\$ 45.446 mil no resultado financeiro.

(iii) Mudança de critério de provisão para processos judiciais cíveis:

A alteração da estimativa de perda se deu, principalmente, no grupo de ações cíveis massivas, referente aos casos sem decisões judiciais que passaram a conter provisão com base na média histórica de pagamentos, não tendo havido alteração de critério em relação aos casos com decisões judiciais que mantiveram a provisão de acordo com o escopo das respectivas decisões judiciais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Os demais grupos de ações especiais e estratégicas continuaram com respectivas análises individualizadas, de acordo com o conteúdo das decisões judiciais e chances de sucesso, no entanto, tendo como regra geral o necessário provisionamento em caso de decisão judicial de 2ª instância desfavorável. Os diretores da Companhia consideraram apropriados os referidos critérios de mensuração para serem adotados pela Companhia.

Os impactos gerados por essa alteração foram classificados como uma mudança de critério contábil. O impacto decorrente desta mudança foi um acréscimo de provisão líquida de R\$ 64.741 mil, sendo R\$ 28.560 mil no resultado operacional e R\$ 36.181 mil no resultado financeiro.

Em relação às práticas e classificações contábeis, a Companhia adotou novas políticas contábeis estabelecidas pelos CPCs 47 - Receita de Contratos com Clientes, 48 - Instrumentos Financeiros, aprovados pela CVM através das Deliberações nº 762 e 763/2016 respectivamente e revisou certas classificações contábeis para adequar-se à forma de apresentação do grupo Enel, elencadas a seguir:

- (a) no balanço patrimonial e na demonstração de fluxo de caixa:
- (b) Investimentos de curto prazo;
- (c) Serviços em curso;
- (d) Ativo e passivo financeiro setorial.

Na demonstração de resultado e na demonstração do valor adicionado:

- (a) Multas moratórias/compensatórias (faturas de clientes/fornecedores em atraso);
- (b) Variação cambial decorrente de compra de energia de Itaipu;
- (c) Juros líquidos de Benefício Definido – BD.

Os CPCs 47 e 48 entraram em vigência a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que a Companhia os adotou utilizando o método retrospectivo a cada período anterior apresentado, conforme previsto no CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. De acordo com o parágrafo 22 do CPC 23, quando uma mudança na política contábil é aplicada retrospectivamente, a Companhia deverá ajustar (i) os saldos de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e (ii) os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada.

Os efeitos das mudanças na política contábil, da aplicação dos CPCs 47 – Receita de Contratos com Clientes e 48 – Instrumentos Financeiros e das reclassificações contábeis, sobre os saldos anteriormente divulgados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, originalmente autorizado em 9 de março de 2018, são meramente para fins de comparabilidade, não havendo efeitos nos atos societários já aprovados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

(iv) CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes

Estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente.

A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47/IFRS 15:

Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;

Determinar o preço de cada tipo de transação;

Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; e

Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Companhia analisou as seguintes receitas de contratos com clientes:

- Receita de fornecimento de energia;
- Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD);
- Receita de venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE;
- Receita de construção da infraestrutura da concessão;
- Receita de aluguel de postes;
- Outras receitas.

Após análise detalhada dessas receitas, os diretores da Companhia concluíram que as mesmas são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente.

Adicionalmente, o pronunciamento determina que a Companhia reconheça a receita originada de um contrato com cliente quando a possibilidade de recebimento for provável, considerando a capacidade e a intenção de pagamento do cliente. Sendo assim, havendo a expectativa de não recebimento, a respectiva receita será apresentada líquida, através de uma conta redutora de fornecimento de energia. A Companhia avaliou os clientes com longo histórico de inadimplência que, por diversos motivos, não tiveram seu fornecimento de energia suspenso e concluiu que o impacto não é material. Dessa forma, a Companhia monitora mensalmente tais recebíveis e os mesmos continuam a ser objeto de constituição de perda esperada de acordo com as políticas da Companhia.

Com base nas análises realizadas, os diretores da Companhia concluíram que a adoção desse pronunciamento impactou as suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nos seguintes itens:

(i) penalidades de seus indicadores individuais de desempenho (DIC, FIC, DMIC e DICRI) que foram reclassificadas de despesa operacional para receita operacional (redutora da receita de TUSD).

De acordo com o pronunciamento, as receitas devem ser reconhecidas de forma líquida de contraprestação variável, como por exemplo eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. Dessa forma, como os indicadores individuais de desempenho refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição, as compensações financeiras ocorridas, em função do não cumprimento das metas estabelecidas pela ANEEL, devem ser deduzidas da própria receita gerada pela TUSD. A aplicação retrospectiva deste pronunciamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi uma reclassificação de R\$ 85.320 mil.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(ii) Ativo contratual (infraestrutura em construção) representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria, que foram reclassificados da rubrica de ativo intangível da concessão para ativo contratual.

A infraestrutura em construção representa os ativos de distribuição ainda em formação, cuja obrigação de performance é satisfeita ao longo do tempo em que a mesma é construída. A aplicação retrospectiva deste pronunciamento para os saldos de 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017, gerou uma reclassificação de ativo intangível em curso para ativo contratual (infraestrutura em construção) no montante de R\$ 672.429 mil e R\$ 528.151 mil respectivamente.

(v) CPC 48/IFRS 09 – Instrumentos Financeiros

Introduz novas exigências para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A Companhia analisou os seguintes instrumentos financeiros:

- Caixa e equivalente de caixa
- Investimentos de curto prazo (CDB-DI e operação compromissada)
- Investimentos de curto prazo (Fundo de investimento)
- Consumidores, revendedores e outros
- Contas a receber - acordos
- Ativo contratual (infraestrutura em construção)
- Ativo financeiro da concessão
- Ativo financeiro setorial
- Cauções e depósitos vinculados

(vi) Classificação e mensuração

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, a classificação e mensuração deve refletir o modelo de negócios da Companhia e avaliar as características de fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. O novo pronunciamento institui três categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, eliminando as categorias do CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A Companhia continua avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros anteriormente mensurados ao valor justo, entretanto os investimentos de curto prazo (fundo de investimento) e o ativo financeiro da concessão foram reclassificados de disponível para venda para valor justo por meio do resultado. Anteriormente à adoção do CPC 48, a Companhia não possuía saldos registrados em outros resultados abrangentes, pois o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do respectivo valor justo, portanto não houve nenhum ajuste na adoção inicial desse CPC.

Para os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 38/IAS 39 como empréstimos e recebíveis, cujo objetivo do modelo de negócios de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é captar os fluxos de caixa contratuais, representando somente pagamentos de principal e juros, os diretores da Companhia concluíram que tais instrumentos financeiros atendem aos critérios de mensuração e classificação de custo amortizado. Portanto, não se fez necessária a mudança do método de mensuração desses instrumentos.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Os diretores da Companhia avaliaram a classificação dos passivos financeiros e concluíram que não há impacto na classificação e mensuração, pois o novo pronunciamento afeta substancialmente os passivos financeiros classificados a valor justo por meio de resultado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía nenhum passivo financeiro mensurado a valor justo por meio de resultado.

(vii) Redução ao valor recuperável

O CPC 48/IFRS 9 propõe um modelo prospectivo de perdas esperadas, que substitui o modelo atual de perdas incorridas do CPC 38/IAS 39, em que a Companhia deve registrar contabilmente a expectativa de perda em créditos, e modificações nessas expectativas a cada data de reporte, refletindo as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Esta metodologia é aplicável aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais, tais como ações).

A Companhia utilizou o expediente prático que permite a abordagem simplificada, cuja perda esperada é calculada por meio de uma matriz por idade de vencimento das contas a receber. Já para as contas a receber oriundas dos acordos com clientes (TCD – Termo de Confissão de Dívida), as perdas foram calculadas com base no histórico de inadimplência e expectativa de recebimento dos contratos vigentes. Dessa forma, as matrizes de perdas, com os correspondentes percentuais de inadimplência, foram aplicadas nos saldos em aberto das contas a receber e parcelamentos, considerando as devidas idades de vencimento.

A aplicação do novo pronunciamento gerou um aumento líquido de R\$ 24.462 mil no início do período mais antigo (1º de janeiro de 2017) e R\$ 56.594 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (constituído por uma perda esperada com crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 37.063 mil e R\$ 85.749 mil respectivamente, reduzida por tributo e contribuição diferidos de R\$ 12.601 mil e R\$ 29.155 mil).

O aumento das perdas esperadas mencionado anteriormente, deve-se principalmente pela diferença da base de cálculo, pois o modelo proposto pelo pronunciamento é mais abrangente do que o critério utilizado anteriormente, que era o definido pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. O novo Pronunciamento estende a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa inclusive para os saldos das contas a receber não vencidas e contas a receber de receita não faturada.

Para os demais ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2018, pois de acordo com a avaliação da Companhia além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Os diretores da Companhia esclarecem que, para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Os diretores da Companhia esclarecem que, para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, não houve mudança significativa nas práticas contábeis, porém, houve reclassificação dos saldos comparativos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e mudança de estimativa contábil, referente às provisões para processos trabalhistas, descritos a seguir:

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(viii) Reclassificação dos saldos comparativos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Com o intuito de alinhar o critério de apresentação com as melhores práticas das empresas do setor elétrico, a Companhia reclassificou os saldos patrimoniais:

- (a) da rubrica “Devedores diversos” para “Outros créditos”;
- (b) da rubrica “Obrigações estimadas” para “Obrigações sociais e trabalhistas”;
- (c) das rubricas “Encargos tarifários e do consumidor a recolher” e “Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética” para a rubrica “Encargos setoriais”;
- (d) da taxa de fiscalização, considerada na rubrica de “Outras obrigações”, para a rubrica “Encargos setoriais”.

Desse modo, o balanço patrimonial e o fluxo de caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 estão reapresentados no mesmo formato das demonstrações referentes a 2016, com o intuito de propiciar melhor comparabilidade das informações.

(ix) Mudança de estimativa - Provisão para processos trabalhistas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, a administração da Companhia revisou os critérios de mensuração e registro dos processos trabalhistas e decidiu por sua alteração, buscando refletir a real posição das obrigações decorrentes destes processos e ajustar os saldos contábeis à melhor estimativa da administração. Com a mudança de estimativa, os valores registrados como provisão para processos judiciais tendem a refletir a expectativa de desembolso futuro de caixa. Vale ressaltar que as médias utilizadas para provisionamento serão revistas anualmente. Maiores detalhes da mudança de estimativa estão descritos na nota explicativa nº (d) das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2016.

NOVOS PRONUNCIAMENTOS QUE ESTARÃO VIGENTES APÓS 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 (a partir de 1º de janeiro de 2019), não tendo sido utilizado anteriormente:

Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019:

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 13/2018 – Aprovado em 5 de outubro de 2018 e divulgado em 1º de novembro de 2018: as alterações são em decorrência principalmente das alterações anuais do Ciclo 2015-2017 e dos CPCs 47, 48, aplicação do CPC 06(R2) - operações de arrendamento mercantil e modificações no CPC 33 (R1) – benefícios a empregados conforme mencionados a seguir:

CPC 06 (R2) /IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil, substituindo o CPC 06 (R1)/IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(x) Transição para o CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) retrospectivamente, com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando os expedientes práticos para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial (curto prazo), e (ii) ativo objeto seja de baixo valor, como celulares, impressoras e equipamentos de autoatendimento. Durante 2018, a Companhia efetuou uma avaliação detalhada de toda sua base de contratos que estariam vigentes em 1º de janeiro de 2019 e espera que o impacto da adoção do CPC 06 (R2) seja um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito do uso dos ativos arrendados e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:

Valores em R\$ Mil

Impacto estimado na adoção inicial:

	Terreno	Imóveis	Veículos	Ativos de tecnologia	Outros ativos	Total
Pagamentos mínimos de arrendamento para os contratos	8.434	117.526	1.418	44.934	3.766	176.078
Impacto da taxa de desconto	(2.235)	(36.250)	(14)	(3.754)	(9)	(42.262)
Exclusão de arrendamentos de baixo valor e curto prazo	-	(15)	(1.106)	-	(3.684)	(4.805)
Ativo de direito de uso	6.199	81.261	298	41.180	73	129.011
Passivo de arrendamento	(6.199)	(81.261)	(298)	(41.180)	(73)	(129.011)
Prazo médio contratual remanescente (anos)	5	4	1,4	2,1	2,1	

Os contratos já classificados como arrendamento financeiro em 31 de dezembro de 2018, segundo o CPC 06 (IAS 17), terão seus valores contábeis reclassificados em 1º de janeiro de 2019 da seguinte forma: (i) de imobilizado para ativo de direito de uso e (ii) de empréstimos e financiamentos para passivo de arrendamento. Tais contratos serão remensurados nos seus respectivos reajustes contratuais.

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais serão reconhecidas através da despesa de depreciação do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. Por fim, a Companhia não espera impactos em sua capacidade de cumprir os acordos contratuais de limite máximo de alavancagem em empréstimos (covenants) devido à adoção deste novo pronunciamento, visto que as cláusulas restritivas inseridas nos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2018 já excluem o efeito de potenciais alterações ou novas regras contábeis posteriores à assinatura dos contratos. A seguir são demonstrados os impactos estimados na demonstração do resultado para o exercício de 2019 (considerando os contratos identificados mencionados anteriormente e desconsiderando os potenciais efeitos dos custos passíveis de capitalização da infraestrutura em construção):

Valores em R\$ Mil

Impacto estimado sobre a demonstração do resultado – aumento (redução) das despesas:

	2019
Despesa com depreciação e amortização	33.972
Despesa de arrendamento operacional incluída em serviços de terceiros e outras receitas e despesas operacionais	(41.040)
Resultado do serviço (Lucro bruto)	(7.068)
Despesas financeiras	11.926
Impacto de tributos e contribuições sociais diferidos	(1.652)
Total - impacto despesa líquida estimada no resultado do exercício de 2019	3.206

Com relação ao fluxo de caixa, espera-se um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução nas atividades de financiamento de aproximadamente R\$ 29.114 mil, pois a amortização da parcela do principal dos passivos de arrendamento será classificada como atividades de financiamento. Em relação aos juros pagos, não haverá mudança, permanecendo como resultado operacional.

CPC 33(R1)/IAS 19 – Benefícios a empregados, propõe modificações em decorrência de alteração, redução ou liquidação do plano. As alterações exigem (i) que as entidades usem as premissas atuariais atualizadas para determinar o custo do serviço corrente e os juros líquidos pelo restante

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

do período de relatório anual após tal evento e (ii) esclarecem como os requisitos para contabilização de uma alteração, redução ou liquidação de um plano afetam os requisitos de teto de ativos. Sendo assim, a Companhia tem a expectativa de impacto somente na ocorrência de alteração, redução ou liquidação do plano.

ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, visa tratar especificamente da contabilização e divulgação das incertezas relacionadas aos tributos sobre o lucro, buscando mais transparência, consistência, comparabilidade das demonstrações contábeis e facilitando a análise dos investidores. Considera-se tratamento fiscal incerto qualquer procedimento contábil ou fiscal, adotado pela empresa na apuração do lucro tributável (lucro real ou base da contribuição social), prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social, cálculo do imposto de renda ou contribuição social a pagar ou compensar, retenções na fonte e compensações que se questionado pela autoridade fiscal, poderá ser alterado, ocasionando aumento ou diminuição de ativos e passivos fiscais e diferidos. A Companhia avaliou os tratamentos fiscais incertos e, concluiu que os classificados como prováveis, já se encontram registrados pela Companhia.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Reclassificação dos saldos comparativos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Os diretores da Companhia informam que os efeitos das mudanças na política contábil, da aplicação dos CPCs 47 – Receita de Contratos com Clientes e 48 – Instrumentos Financeiros e das reclassificações contábeis, sobre os saldos anteriormente divulgados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, originalmente autorizado em 9 de março de 2018, estão apresentados a seguir. Vale ressaltar que os impactos são meramente para fins de comparabilidade, não havendo efeitos nos atos societários já aprovados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Reconciliação dos balanços patrimoniais de 1º de janeiro de 2017 (início do período mais antigo) e do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, após adoção do CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e reclassificação dos investimentos de curto prazo, serviços em curso e ativos e passivos financeiros setoriais.

Valores em R\$ Mil

	31.12.2017					
	Originalmente apresentado	Ajustes CPC 47	Ajustes CPC 48	Investimentos de curto prazo	Serviços em curso (P&D / PEE)	Ativos/passivos financeiros setoriais
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	198.773	-	-	813.797	-	-
Investimentos de curto prazo	868.858	-	-	(813.797)	-	-
Consumidores, revendedores e outros	2.065.198	-	(57.116)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social com pensáveis	34.552	-	-	-	-	-
Outros tributos compensáveis	68.543	-	-	-	-	-
Contas a receber - acordos	90.014	-	33.352	-	-	-
Outros créditos	291.839	-	-	-	-	-
Ativo a receber	23.962	-	-	-	-	-
Serviços em curso	-	-	-	-	207.358	-
Despesas pagas antecipadamente	33.041	-	-	-	-	-
Ativo financeiro setorial	44.243	-	-	-	-	1.206.938
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	3.719.023	-	(23.764)	-	207.358	1.206.938
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Consumidores, revendedores e outros	25.534	-	(13.299)	-	-	-
Outros tributos compensáveis	44.003	-	-	-	-	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	1.552.540	-	12.601	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	491.806	-	-	-	-	-
Contas a receber - acordos	6.943	-	-	-	-	-
Outros créditos	67.196	-	-	-	-	-
Ativo contratual	-	672.429	-	-	-	-
Ativo financeiro da concessão	2.386.192	-	-	-	-	-
Ativo financeiro setorial	-	-	-	-	-	254.864
Investimento	13.082	-	-	-	-	-
Imobilizado, líquido	69.645	-	-	-	-	-
Intangível	5.189.333	(672.429)	-	-	-	-
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.846.174	-	(688)	-	-	254.864
TOTAL DO ATIVO	13.565.197	-	(24.452)	-	207.358	1.461.802

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Valores em R\$ Mil

01.01.2017					
Originalmente apresentado	Ajustes CPC 48	Serviços em curso (P&D/PEE)	Ativos/passivos financeiros setoriais	Saldo reapresentado	
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	1.468.254	-	-	-	1.468.254
Empréstimos e financiamentos	278.215	-	-	-	278.215
Debêntures	575.065	-	-	-	575.065
Arrendamento financeiro	28.599	-	-	-	28.599
Subvenções governamentais	3.971	-	-	-	3.971
Imposto de renda e contribuição social a pagar	2.627	-	-	-	2.627
Outros tributos a pagar	524.851	-	-	-	524.851
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23.083	-	-	-	23.083
Obrigações sociais e trabalhistas	115.734	-	-	-	115.734
Encargos setoriais	454.481	-	207.358	-	661.839
Provisão para processos judiciais e outros	163.602	-	-	-	163.602
Outras obrigações	250.225	-	-	-	250.225
Passivo financeiro setorial, líquido	-	-	-	1.206.938	1.206.938
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	3.888.707	-	207.358	1.206.938	5.303.003
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	510.611	-	-	-	510.611
Debêntures	1.830.782	-	-	-	1.830.782
Arrendamento financeiro	48.123	-	-	-	48.123
Subvenções governamentais	11.950	-	-	-	11.950
Obrigações com entidade de previdência privada	3.777.347	-	-	-	3.777.347
Provisão para processos judiciais e outros	359.580	-	-	-	359.580
Encargos setoriais	56.508	-	-	-	56.508
Obrigações sociais e trabalhistas	743	-	-	-	743
Reserva de reversão	66.085	-	-	-	66.085
Outras obrigações	7.047	-	-	-	7.047
Passivo financeiro setorial, líquido	312.902	-	-	254.864	567.766
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	6.981.678	-	-	254.864	7.236.542
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Prejuízos acumulados	-	(24.462)	-	-	(24.462)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.694.812	(24.462)	-	-	2.670.350
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.565.197	(24.462)	207.358	1.461.802	15.209.895

Valores em R\$ Mil

31.12.2017						
Originalmente apresentado	Ajustes CPC 47	Ajustes CPC 48	Investimentos de curto prazo	Serviços em curso (P&D/PEE)	Ativos/passivos financeiros setoriais	Saldo reapresentado
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	309.283	-	-	288.164	-	597.447
Investimentos de curto prazo	291.994	-	-	(288.164)	-	3.830
Consumidores, revendedores e outros	2.114.094	-	(55.424)	-	-	2.058.670
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	32.126	-	-	-	-	32.126
Outros tributos compensáveis	89.512	-	-	-	-	89.512
Contas a receber - acordos	141.213	-	(17.026)	-	-	124.187
Outros créditos	346.427	-	-	-	-	346.427
Almoxarifado	30.182	-	-	-	-	30.182
Serviços em curso	-	-	-	154.032	-	154.032
Despesas pagas antecipadamente	37.067	-	-	-	-	37.067
Ativo financeiro setorial	18.288	-	-	-	958.305	976.593
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	3.410.186	-	(72.450)	154.032	958.305	4.450.073
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Consumidores, revendedores e outros	26.679	-	(13.299)	-	-	13.380
Outros tributos compensáveis	62.244	-	-	-	-	62.244
Tributos e contribuições sociais diferidos	1.969.278	-	29.155	-	-	1.998.433
Cauções e depósitos vinculados	532.495	-	-	-	-	532.495
Contas a receber - acordos	11.657	-	-	-	-	11.657
Outros créditos	46.762	-	-	-	-	46.762
Ativo contratual	-	528.151	-	-	-	528.151
Ativo financeiro da concessão	3.011.833	-	-	-	-	3.011.833
Ativo financeiro setorial	-	-	-	-	761.167	761.167
Investimento	44.049	-	-	-	-	44.049
Imobilizado, líquido	72.762	-	-	-	-	72.762
Intangível	5.082.459	(528.151)	-	-	-	4.554.308
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.860.218	-	15.856	-	761.167	11.637.241
TOTAL DO ATIVO	14.270.404	-	(56.594)	154.032	1.719.472	16.087.314

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Valores em R\$ Mil

31.12.2017					
	Originalmente apresentado	Ajustes CPC 48	Serviços em curso (P&D / PEE)	Ativos/passivos financeiros setoriais	Saldo reapresentado
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	1.789.718	-	-	-	1.789.718
Empréstimos e financiamentos	461.099	-	-	-	461.099
Debêntures	534.728	-	-	-	534.728
Arrendamento financeiro	30.616	-	-	-	30.616
Subvenções governamentais	4.916	-	-	-	4.916
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	-	-	-
Outros tributos a pagar	452.952	-	-	-	452.952
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2.046	-	-	-	2.046
Obrigações sociais e trabalhistas	119.379	-	-	-	119.379
Encargos setoriais	296.933	-	154.032	-	450.965
Provisão para processos judiciais e outros	481.893	-	-	-	481.893
Outras obrigações	258.807	-	-	-	258.807
Passivo financeiro setorial, líquido	-	-	-	958.305	958.305
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	4.433.087	-	154.032	958.305	5.545.424
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>					
Empréstimos e financiamentos	473.056	-	-	-	473.056
Debêntures	2.016.646	-	-	-	2.016.646
Arrendamento financeiro	52.867	-	-	-	52.867
Subvenções governamentais	12.570	-	-	-	12.570
Obrigações com entidade de previdência privada	3.707.100	-	-	-	3.707.100
Provisão para processos judiciais e outros	1.546.924	-	-	-	1.546.924
Encargos setoriais	30.868	-	-	-	30.868
Obrigações sociais e trabalhistas	937	-	-	-	937
Reserva de reversão	66.085	-	-	-	66.085
Outras obrigações	8.453	-	-	-	8.453
Passivo financeiro setorial, líquido	113.379	-	-	761.167	874.546
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	8.028.885	-	-	761.167	8.790.052
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>					
Prejuízos acumulados	-	(56.594)	-	-	(56.594)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.808.432	(56.594)	-	-	1.751.838
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	14.270.404	(56.594)	154.032	1.719.472	16.087.314

Reconciliação da demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, após adoção dos CPCs 47 – Receita de Contratos com Clientes, 48 – Instrumentos Financeiros e reclassificações das multas moratórias/compensatórias, variação cambial de compra de energia de Itaipu e juros líquidos de Benefício Definido – BD:

Valores em R\$ Mil

	2017						
	Originalmente apresentado	Ajustes CPC 47	Ajustes CPC 48	Multas faturas de clientes e fornecedores em atraso	Variação cambial de Itaipu	Juros líquidos de benefício definido	Saldo reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13.168.492	(85.320)	-	-	-	-	13.083.172
CUSTOS OPERACIONAIS							
Custo com energia elétrica							
Energia elétrica comprada para revenda	(7.558.033)	-	-	-	(3.923)	-	(7.561.956)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	(241.326)	-	-	-	-	-	(241.326)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(944.280)	-	-	-	-	-	(944.280)
Custo de operação							
Pessoal e administradores	(821.900)	-	-	-	-	-	(821.900)
Entidade de previdência privada	(392.715)	-	-	-	-	374.321	(18.394)
Serviços de terceiros	(563.412)	-	-	-	-	-	(563.412)
Material	(61.455)	-	-	-	-	-	(61.455)
Custo de construção	(1.035.001)	-	-	-	-	-	(1.035.001)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(170.683)	-	(48.686)	-	-	-	(219.369)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(45.829)	-	-	-	-	-	(45.829)
Depreciação e amortização	(524.054)	-	-	-	-	-	(524.054)
Outras receitas e despesas operacionais	(271.658)	85.320	-	100.854	-	-	(85.484)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	(12.630.346)	85.320	(48.686)	100.854	(3.923)	374.321	(12.122.460)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)	538.146	-	(48.686)	100.854	(3.923)	374.321	960.712
RESULTADO FINANCEIRO							
Receitas financeiras	340.065	-	-	(102.651)	-	-	237.414
Despesas financeiras	(2.138.661)	-	-	1.797	-	(374.321)	(2.511.185)
Variações cambiais, líquidas	(3.820)	-	-	-	3.923	-	103
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	(1.802.416)	-	-	(100.854)	3.923	(374.321)	(2.273.668)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(1.264.270)	-	(48.686)	-	-	-	(1.312.956)
Contribuição social	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda	(2)	-	-	-	-	-	(2)
Contribuição social diferida	111.136	-	4.382	-	-	-	115.518
Imposto de renda diferido	308.712	-	12.172	-	-	-	320.884
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	419.846	-	16.554	-	-	-	436.400
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(844.424)	-	(32.132)	-	-	-	(876.556)

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Os diretores da Companhia esclarecem que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

(ii) Revisão de normas e interpretações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017

Revisão de Pronunciamentos Técnicos Nº 10/2016 – Aprovado em 4 de agosto de 2016 e divulgado em 22 de dezembro de 2016. Representa alteração aos seguintes Pronunciamentos Técnicos: CPC 03 (R2)/IAS 7 Demonstração dos fluxos de caixa (Iniciativa de divulgação) e CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o Lucro (Reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos por Prejuízos Não Realizados). De maneira geral, introduzem melhorias nos textos visando uma melhor aplicação dos pronunciamentos em alinhamento às práticas contábeis internacionais. Com relação ao CPC 03, a alteração resultou em divulgação da conciliação da movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures resultantes das atividades de financiamento do Fluxo de Caixa. As alterações do CPC 32 esclarecem que uma entidade precisa considerar se a legislação tributária restringe as fontes de lucros tributáveis em relação aos quais são permitidas deduções sobre o estorno da diferença temporária dedutível referente a prejuízos não realizados. Além disso, as alterações fornecem orientações sobre de que forma uma entidade deve apurar lucros tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que o lucro tributável poderá incluir a recuperação de alguns ativos por montante superior ao seu valor contábil. A revisão do CPC 32 não trouxe impactos nas demonstrações contábeis da Companhia, uma vez que a prática adotada está em linha com as alterações requeridas.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(iii) Reclassificação dos saldos comparativos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Os valores expressos neste item estão demonstrados em reais milhões.

A administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu às reclassificações no balanço patrimonial e no fluxo de caixa relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. As reclassificações efetuadas não alteraram o total do ativo, passivo e patrimônio líquido, e podem ser resumidas como segue, em milhões de Reais:

Balanço Patrimonial:

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa	
Investimentos de curto prazo	
Consumidores, concessionárias e permissionárias	
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	
Outros tributos compensáveis	
Devedores diversos	
Contas a receber - acordos	
Outros créditos	
Almoxarifado	
Despesas pagas antecipadamente	
Ativo financeiro setorial líquido	
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	

TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE

TOTAL DO ATIVO

Originalmente apresentado	2015	
	Reclassificações	Reclassificado
146,6	-	146,6
384,6	-	384,6
2.530,2	-	2.530,2
26,0	-	26,0
93,5	-	93,5
10,0	(10,0)	-
89,8	-	89,8
321,5	10,0	331,5
64,0	-	64,0
36,6	-	36,6
891,5	-	891,5
4.594,1	-	4.594,1
8.680,7	-	8.680,7
13.274,8	-	13.274,8

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

	2015	
	Originalmente apresentado	Reclassificado
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>		
Fornecedores	1.926,8	1.926,8
Empréstimos e financiamentos	38,3	38,3
Debêntures	678,3	678,3
Arrendamento financeiro	11,4	11,4
Subvenções governamentais	2,4	2,4
Imposto de renda e contribuição social a pagar	2,5	2,5
Outros tributos a pagar	528,3	528,3
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	42,7	42,7
Obrigações estimadas	95,9	-
Obrigações sociais e trabalhistas	7,8	103,6
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	690,5	-
Encargos setoriais	-	749,3
Provisão para processos judiciais e outros	166,9	166,9
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	57,6	-
Outras obrigações	271,5	270,3
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	4.520,9	4.520,9
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>		
Empréstimos e financiamentos	475,0	475,0
Debêntures	2.367,9	2.367,9
Arrendamento financeiro	31,8	31,8
Subvenções governamentais	8,1	8,1
Obrigações com entidade de previdência privada	2.605,0	2.605,0
Provisão para processos judiciais e outros	319,4	319,4
Encargos setoriais	-	32,3
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	32,3	-
Obrigações sociais e trabalhistas	-	1,0
Obrigações estimadas	1,0	-
Reserva de reversão	66,1	66,1
Outras obrigações	8,3	8,3
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	5.914,8	5.914,8
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.839,1	2.839,1
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.274,8	13.274,8

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Demonstração dos Fluxos de Caixa:

Atividades operacionais:

Lucro líquido do exercício	101,1	-	101,1
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:			
Depreciação e amortização	490,7	-	490,7
Variações monetárias e cambiais	19,8	-	19,8
Atualização do ativo financeiro da concessão	(194,3)	-	(194,3)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	231,4	-	231,4
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	136,6	-	136,6
Custo de empréstimos e debêntures (encargos de dívidas), líquido dos juros capitalizados	507,3	(11,9)	495,4
Fundo de pensão - Deliberação CVM 695	312,9	-	312,9
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(63,6)	-	(63,6)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	71,7	-	71,7
Ganho de capital na alienação de ativos	(2,6)	-	(2,6)
Tributos e contribuições sociais diferidos	(45,4)	-	(45,4)
Ações e opções de ações outorgadas	1,2	-	1,2
Redução (aumento) dos ativos:			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(1.019,1)	-	(1.019,1)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	7,5	-	7,5
Outros tributos compensáveis	23,9	-	23,9
Devedores diversos	(8,0)	8,0	-
Almoxarifado	(0,8)	-	(0,8)
Contas a receber - acordos	(24,6)	-	(24,6)
Despesas pagas antecipadamente	(8,0)	-	(8,0)
Outros créditos	(61,7)	(8,0)	(69,7)
Ativo financeiro setorial, líquido	(1.070,4)	-	(1.070,4)
Aumento (redução) dos passivos:			
Fornecedores	365,4	-	365,4
Imposto de renda e contribuição social a pagar	79,8	-	79,8
Outros tributos a pagar	(23,2)	-	(23,2)
Obrigações sociais e trabalhistas	6,2	7,5	13,7
Obrigações estimadas	7,5	(7,5)	-
Encargos setoriais	630,3	27,4	657,6
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	27,4	(27,4)	-
Outras obrigações	37,9	-	37,9
	536,7	(11,9)	524,8
Juros pagos (encargos de dívidas), líquido dos juros capitalizados	(450,9)	11,9	(439,0)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(115,9)	-	(115,9)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	(211,8)	-	(211,8)
Pagamento de processos judiciais e outros	(164,0)	-	(164,0)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	89,7	-	89,7
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais	(316,2)	-	(316,2)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(156,5)	-	(156,5)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	438,1	-	438,1
Variação no caixa líquido da Companhia	(34,6)	-	(34,6)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	181,3	-	181,3
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	146,6	-	146,6

(iv) Mudança de estimativa - Provisão para processos trabalhistas

Os impactos gerados por essa alteração foram classificados como uma mudança de estimativa contábil e consequentemente sua aplicação foi realizada de forma prospectiva. O impacto decorrente desta mudança de estimativa, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, foi uma reversão líquida de R\$22,9 milhões no resultado operacional e R\$7,9 milhões no resultado financeiro.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os diretores da Companhia afirmam que não há ressalvas e ênfases presentes nos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Quanto ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não há ressalvas, no entanto, há ênfase quanto a reapresentação de valores em decorrência da adoção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, e de mudanças na aplicação de determinadas políticas contábeis. Os diretores da Companhia esclarecem que a opinião dos auditores independentes não contém modificação relacionada a esse assunto.

Os diretores da Companhia esclarecem que a apresentação das demonstrações do valor adicionado (DVA), para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, foi realizada em atendimento à legislação societária brasileira. Estas demonstrações foram também examinadas pelos auditores independentes e estão adequadamente representadas em todos seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Os diretores destacam que os Principais Assuntos de Auditoria - PAAs apontados no relatório dos auditores foram:

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018

- Infraestrutura da concessão
- Mudanças de estimativas contábil

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2017

- Discussões judiciais sobre temas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios
- Acordo com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. sobre contrato de financiamento ECF

1.046/1986

- Monitoramento dos índices de covenants
- Infraestrutura da concessão
- Ativos e passivos financeiros setoriais

PAAs – são assuntos que, de acordo com o julgamento profissional do auditor, foram mais relevantes na auditoria das demonstrações contábeis do exercício atual. Estes assuntos são selecionados a partir de assuntos comunicados aos responsáveis pela governança durante a auditoria da Companhia. Todos os assuntos acima descritos foram amplamente discutidos com os auditores externos no curso normal de auditoria das Demonstrações Contábeis.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. A seguir os Diretores da Companhia elencam as principais políticas contábeis consideradas críticas:

Ativo e passivo financeiro setorial

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

Os saldos a serem recebidos ou devolvidos via tarifa quando do processo tarifário anual são determinados com base em um volume significativo de critérios definidos pelo Poder Concedente, e sujeitos à revisão e homologação por parte do mesmo.

Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objeto de suplementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício social, ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação atuarial.

A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício social, ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação atuarial. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a administração considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente a duração da obrigação do benefício definido. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país as quais são testadas anualmente a fim de verificar sua aderência à experiência recente da população do plano. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. A Companhia faz levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Amortização de ativo intangível da concessão

Os ativos intangíveis são amortizados e reconhecidos no resultado pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente.

Os Diretores afirmam que, para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015.

Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro da concessão representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período da concessão. Sobre esse ativo a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Companhia, cujo fluxo de caixa é suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e no preço das commodities relacionadas à infraestrutura.

A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos, e somente nessa data, a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do valor novo de reposição - "VNR" depreciado. Entre os períodos de Revisão Tarifária, a Administração, utilizando o critério determinado pela ANEEL, aplica o IPCA (IGP-M até novembro de 2015) como fator de atualização da Base de Remuneração. O ativo financeiro da concessão, é mensurado através da referida base de remuneração, e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, ou seja, atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela desse ativo imobilizado que não deve estar amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL tempestivamente.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A administração, (i) avalia trimestralmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, e (ii) efetua anualmente o teste para os ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, contudo, caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado na data identificada.

O valor recuperável do ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. O gerenciamento dos negócios considera a Companhia uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC definido pelo grupo Enel, controlador da Companhia, o qual considera uma taxa de alavancagem padrão para os negócios em que atua de 50%. A Companhia avaliou que o WACC definido pelo grupo Enel está adequado para o cálculo do valor em uso. Os fluxos de caixa derivam do orçamento

10.5 - Políticas contábeis críticas

de curto prazo e das projeções de longo prazo, contidas no plano de negócios da Companhia para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação

Os Diretores da Companhia entendem que a periodicidade e as premissas utilizadas para a redução do valor recuperável de um ativo estão adequadas aos negócios da Companhia.

Impostos correntes e diferidos

A administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e bases fiscais de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

Os Diretores entendem que a periodicidade e as premissas utilizadas para recuperação de impostos, conforme acima mencionadas, estão adequadas aos negócios da Companhia.

Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

A PECLD é constituída com base no CPC 48/ IFRS 9. A Companhia utiliza o expediente prático que permite a abordagem simplificada, cuja perda esperada é calculada por meio de uma matriz por idade de vencimento das Contas a Receber (prazo de recuperação de 3,5 anos para a classe Residencial e 5 anos para as demais classes). Já para as contas a receber oriundas dos acordos com clientes (TCD – Termo de Confissão de Dívida) as perdas foram calculadas com base no histórico de inadimplência e expectativa de recebimento dos contratos vigentes. Dessa forma, as matrizes de perdas, com os correspondentes percentuais de inadimplência, foram aplicadas nos

10.5 - Políticas contábeis críticas

saldos em aberto das contas a receber e parcelamentos, considerando as devidas idades de vencimento. O CPC 48 estende a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa inclusive para os saldos das contas a receber não vencidas e contas a receber de receita não faturada.

Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente. As receitas devem ser reconhecidas de forma líquida de contraprestação variável, como por exemplo eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

O reconhecimento e mensuração da receita é efetuado de acordo com o CPC 47/IFRS15, sendo avaliado os cinco passos, conforme requerido pelo referido CPC 47/IFRS 15:

- Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
- Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
- Determinar o preço de cada tipo de transação;
- Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; e
- Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A estimativa da receita não faturada considera o montante médio diário (montante total faturado / nº de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%).

Os Diretores da Companhia entendem que os critérios utilizados para reconhecimento de receita estão adequados aos negócios da Companhia.

Provisão para processos judiciais e outros

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista, regulatória e ambiental. A Companhia constituiu provisões para processos legais de acordo com orientações de seus consultores legais práticas contábeis do grupo Enel, suficientes para cobrir perdas prováveis.

As estimativas e premissas utilizadas no registro de provisões para processos judiciais e outros da Companhia são revisadas, no mínimo, trimestralmente.

Os Diretores entendem que as estimativas e premissas utilizadas no registro de provisões para processos judiciais e outros da Companhia, bem como a periodicidade em que são revisadas estão adequadas às práticas contábeis e aos negócios da Companhia.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações

10.5 - Políticas contábeis críticas

recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os Diretores da Companhia entendem que os critérios utilizados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros são adequados aos negócios da Companhia.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui compromissos contratuais de arrendamento mercantil operacional, não reconhecidos, e divulgados em nota explicativa às demonstrações contábeis. Os compromissos contratuais estão apresentados no quadro a seguir em reais mil, por maturidade de vencimento, cujos valores foram calculados de acordo com os preços vigentes em 31 de dezembro de 2018.

Arrendamento mercantil operacional	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2024	Total
Terrenos	1.711	1.711	1.711	1.711	1.579	11	8.434
Imóveis	18.139	17.419	16.160	14.989	14.085	36.734	117.526
Ativos de tecnologia	20.946	20.946	3.042	-	-	-	44.934
Outros aluguéis	733	733	733	733	733	2.809	6.474
Total	41.529	40.809	21.646	17.433	16.397	39.554	177.368

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nas demonstrações contábeis no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía compromissos contratuais de compra e venda futura relacionados às atividades de transmissão de energia elétrica, não reconhecidos, e divulgados em nota explicativa às demonstrações contábeis. Os compromissos contratuais estão apresentados no quadro a seguir em reais mil, por maturidade de vencimento, cujos valores foram calculados de acordo com os preços vigentes em 31 de dezembro de 2018.

Transmissão	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2024	Total
CTEEP	87.351	87.351	87.351	87.351	87.351	436.755	873.510
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD	10.958	10.958	10.958	10.958	10.958	54.790	109.580
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	1.398.129	1.398.129	1.398.129	1.398.129	1.398.129	6.990.645	13.981.290
Itaipu / Furnas	212.499	216.161	216.161	216.161	216.161	864.646	1.941.789
Total	1.708.937	1.712.599	1.712.599	1.712.599	1.712.599	8.346.836	16.906.169

O quadro a seguir, demonstra em MWh os compromissos contratuais futuros de compra de energia em 31 de dezembro de 2018, incluindo os montantes homologados anualmente pela ANEEL (Itaipu, Proinfa, Angra e quotas de garantias):

Contrato de compra de energia - MWh	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2024	Total
Itaipu	8.639.739	8.381.440	8.077.649	7.985.345	7.993.535	35.390.555	76.468.263
PROINFA	819.624	819.624	819.624	819.624	819.624	1.639.248	5.737.368
Leilão CCEAR (Hidrelétrica):	9.134.152	8.629.363	8.607.531	8.602.171	8.602.171	166.344.038	209.919.426
Leilão CCEAR (Térmica):	6.012.458	6.723.120	7.091.805	7.091.805	6.738.944	54.318.225	87.976.357
Leilão CCEAR (Outros):	2.031.393	2.075.034	2.069.364	2.069.364	2.069.364	22.538.295	32.852.814
Angra 1 e 2 (Nuclear):	1.604.991	1.547.960	1.480.611	1.443.700	1.440.877	27.376.655	34.894.794
Cotas de garantia física	9.516.407	9.618.842	9.671.828	9.671.828	9.671.828	38.796.848	86.947.581
Total	37.758.764	37.795.383	37.818.412	37.683.837	37.336.343	346.403.864	534.796.603

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, cujos montantes também são homologados pela ANEEL.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

A Companhia não possui garantias prestadas a terceiros e linhas de crédito aprovadas e não sacadas em 31 de dezembro de 2018, exceto as linhas de crédito citadas a seguir demonstradas em reais mil:

Banco	Valor	Vigência	Taxa de juros	Taxa de disponibilização de limite	Garantia
Caixa Econômica Federal	R\$ 100.000	Março de 2016 até março de 2019	CDI + 0,34% a.m.	0,025% a.m. sobre o saldo não utilizado	Recebíveis
ABC	R\$ 100.000	Novembro de 2018 até maio de 2019	CDI + 0,16% a.m.	0,058% a.m. sobre o saldo não utilizado	Aval (Enel Brasil S.A.)

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis do emissor

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

10.8 - Plano de Negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os principais investimentos da Companhia foram destinados a serviços de atendimento ao cliente, a expansão da sua rede, à melhoria da qualidade dos serviços prestados, recuperação de perdas, manutenção, programas de segurança e em tecnologia da informação, visando o ganho de eficiência e o melhor atendimento.

A diretoria da Companhia prevê, para o período entre os anos de 2019 e 2022, que serão destinados aproximadamente R\$ 5.718,7 milhões, principalmente na expansão da rede de atendimento e novos clientes, bem como na preservação dos ativos para garantir melhoria dos indicadores de qualidade na distribuição de energia.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de financiamento para os investimentos da Companhia advém, em sua maioria, de recursos próprios (cerca de R\$ 5.341,6 milhões), e uma outra parcela advém de recursos de terceiros (projetos autofinanciados, projeção de cerca de R\$ 377,1 milhões).

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não existem planos e/ou projetos já divulgados para aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços divulgados.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

A Companhia esclarece que não possui despesas com publicidade, patrocínios e convênios relevantes.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

As projeções contidas neste Formulário de Referência são dados hipotéticos e estimativas da Companhia e não constituem promessa de desempenho por parte da Companhia ou seus administradores.

As projeções são válidas até sua efetiva concretização ou até a realização de novas análises e/ou revisões pela administração da Companhia que identifiquem valores diversos para as projeções apresentadas em decorrência de alterações nas premissas utilizadas, sendo que tais projeções são revisadas, no mínimo, anualmente. Portanto, todas as projeções podem sofrer alterações quando necessário, a critério da administração da Companhia, e tais alterações serão comunicadas ao mercado

(a) objeto da projeção

A Companhia possui atualmente projeções a respeito dos seguintes indicadores:

Investimentos

A Companhia informa os montantes de investimentos para os anos de 2019 a 2022, segregados em recursos próprios e investimentos financiados pelo cliente.

EBITDA

A Companhia informa as estimativas para o seu EBTIDA ou LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) para os anos de 2019 a 2021. Conforme indicado no item 3.2 deste Formulário de Referência, o EBITDA consiste em lucro (prejuízo) líquido, acrescidos dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido e das depreciações e amortizações.

As projeções contidas neste Formulário de Referência são dados hipotéticos e estimativas da Companhia e não constituem promessa de desempenho por parte da Companhia ou seus administradores.

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Investimentos

A Companhia divulga suas projeções de investimentos anuais, para o período de quatro anos incluído o exercício social corrente, podendo ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

EBITDA

A Companhia divulga projeções para o EBITDA para os anos de 2019 a 2021, podendo ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Todas as projeções divulgadas pela Companhia refletem somente a percepção da administração da Companhia sobre o futuro de seus negócios, considerando, principalmente, os seguintes fatores: (i) o desempenho da economia nacional e internacional; (ii) as condições de mercado e do setor de energia elétrica em geral, inclusive as condições hidrológicas do país; (iii) a regulamentação do

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

setor elétrico, incluindo reajustes e revisões tarifários, e legislação ambiental vigentes e (iv) fatores operacionais.

Investimentos

As projeções de investimentos da Companhia baseiam-se principalmente nas seguintes premissas:

- Indicadores de crescimento (PIB, inflação, densidade demográfica);
- Diagnósticos de rede;
- Demanda dos consumidores;
- Cronograma das manutenções;
- Obrigações regulatórias; e
- Iniciativas estratégicas.

EBITDA

A projeção de EBITDA considera:

- Redução de penalidades e devoluções associadas a melhora dos indicadores de qualidade: Duração equivalente de interrupção por unidade consumidora ("DEC"); Frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora ("FEC"); e Perdas
- Gestão da receita e inadimplência;
- Incremento de unidades consumidoras no período, de aproximadamente 7,2 milhões em 2018, para cerca de 7,6 milhões em 2021;
- Ganhos de eficiência devido à maior produtividade por unidade consumidora de aproximadamente 30%, refletido no indicador OPEX por unidade consumidora de aproximadamente R\$288 em 2018 para cerca de R\$206 em 2021;
- Base de Ativos Regulatória estimada em R\$ 1.157 por unidade consumidora em 2021;
- Energia distribuída estimada de cerca de 43 TWh em 2018 para cerca de 47 TWh em 2021.

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Investimentos

Os valores projetados para o período de quatro anos (2019-2022), incluído o exercício social corrente encontram-se na tabela a seguir:

Investimentos Estimados (em R\$ milhões e em termos nominais)					
Descrição	2019	2020	2021	2022	Ciclo 2019 - 2022
Total Recursos Próprios	777,8	1.032,1	1.085,4	1.217,5	4.112,8
Financiado pelo Cliente	109,8	63,2	53,2	56,5	282,7
Total	887,7	1.095,3	1.138,7	1.274,0	4.395,5

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

EBITDA

A tabela abaixo apresenta a projeção do EBITDA para os anos de 2019 a 2021:

Em milhões	2019	2020	2021
EBITDA	R\$ 1.760	R\$ 2.269	R\$ 3.075

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

(a) projeções que estão sendo substituídas pelas novas projeções incluídas neste formulário

Investimentos

Conforme Fato Relevante divulgado em 28 de novembro de 2018, a Companhia divulgou uma atualização das suas projeções de investimentos anuais, em termos nominais, para o período de 2019 até 2022, conforme tabela abaixo:

Investimentos Estimados (em R\$ milhões e em termos nominais)					
Descrição	2019	2020	2021	2022	Ciclo 2019 - 2022
Total Recursos Próprios	777,8	1.032,1	1.085,4	1.217,5	4.112,8
Financiado pelo Cliente	109,8	63,2	53,2	56,5	282,7
Total	887,7	1.095,3	1.138,7	1.274,0	4.395,5

EBITDA

Conforme Fato Relevante divulgado em 28 de novembro de 2018, a Companhia divulgou suas projeções de EBITDA anuais, em termos nominais, para o período de 2019 até 2022, conforme tabela abaixo:

Em R\$ milhões	2019	2020	2021
EBITDA	R\$ 1.760	R\$ 2.269	R\$ 3.075

(b) comparativo dos dados projetados para períodos já transcorridos com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Investimentos

A seguir encontra-se um comparativo entre os valores realizados e projetados para investimentos no ano de 2018:

Investimentos (em R\$ milhões)			
Descrição	Estimativa 2018	Realizado 2018	Variação
Total Recursos Próprios	1.228,8	1.256,8	+3,9%
Financiado pelo Cliente	94,3	97,1	+3,0%
Total	1.323,1	1.353,9	+2,0%

Em 2018, a Companhia inicialmente planejava investir R\$ 1.323,1 milhões, sendo R\$ 1.228,8 milhões com recursos financiados pela Companhia e R\$ 94,3 milhões financiados pelo cliente. A variação de R\$30,8 milhões entre o investimento realizado e o projetado para o ano tem como justificativas: (i) a variação positiva, de R\$ 19 milhões, resultante dos maiores investimentos, com

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

rede subterrânea, (ii) a variação positiva de R\$ 7 milhões em capitalização de mão de obra própria e, (iii) variação positiva de R\$ 4 milhões investidos em projetos de tecnologia da informação.

EBITDA

A seguir encontra-se um comparativo entre os valores realizados e projetados para EBITDA no ano de 2018:

EBITDA (em R\$ milhões)	Estimativa 2018	Realizado 2018	Variação
Total	1.242	1.101	-11%

Em 2018, a Companhia inicialmente planejava um EBITDA de R\$ 1.242 milhões. A variação de R\$ 141 milhões entre o EBITDA realizado e o projetado para o ano tem como justificativas: (i) incremento de R\$ 107 milhões relacionadas ao provisionamento de verbas rescisórias, incluindo as relacionadas ao FGTS e ao Programa de Incentivo à Aposentadoria ("PIA"); (ii) aumento de R\$ 181 milhões no volume de provisões para litígios e contingências, dos quais R\$ 77 milhões são decorrentes da mudança na estimativa contábil visando adequação a premissas e metodologia de cálculo adotada pelo grupo Enel, sendo o restante referente, principalmente, a reconhecimento de provisões com autos de infração do agente regulador; parcialmente compensados pela (iii) redução de R\$ 119 milhões com PECLD, refletindo principalmente a mudança na estimativa contábil, visando a adequação de premissas e metodologia de cálculo adotadas pelo grupo Enel, prospectivamente; e (iv) aumento da margem em R\$ 32 milhões devido ao impacto positivo na CVA relacionado principalmente a apuração da neutralidade de encargos, porém sem impacto no ano regulatório.

(c) projeções relativas a períodos ainda em curso que permanecem válidas na data de entrega do formulário e, em caso de substituição, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Investimentos

Conforme Fato Relevante divulgado em 28 de novembro de 2018, a Companhia divulgou uma atualização das suas projeções de investimentos anuais, em termos nominais, para o período de 2019 até 2022. Antes desta atualização, a projeção de investimentos da Companhia era conforme apresentado na tabela abaixo:

Investimentos Estimados (em R\$ milhões)					
Descrição	2019	2020	2021	2022	Ciclo 2019 - 2022
Total Recursos Próprios	632,0	770,9	966,2	1.064,0	3.433,1
Financiado pelo Cliente	77,2	76,6	83,0	87,8	324,6
Total	709,2	847,6	1.049,2	1.151,7	3.757,7

Programa de Produtividade

Em função da divulgação do EBITDA, a Companhia optou por descontinuar a projeção de seu "Programa de Produtividade", que se referia ao seu plano de redução das despesas operacionais.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Tais ganhos de eficiência passam então a ser uma das premissas para a estimativa do EBITDA da Companhia.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que a ele se reportam

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o estatuto social da Companhia. A Companhia conta ainda com um Comitê de Auditoria com funcionamento de caráter permanente.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é composto por no mínimo cinco membros e no máximo nove membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, no mínimo 2 ou 20%, o que for maior, dos membros do Conselho de Administração deverão ser conselheiros independentes, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Além de outras hipóteses previstas em lei e no estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração:

- aprovar, orçamento anual e suas alterações;
- fixar, observado o montante da remuneração anual global dos Administradores fixada em Assembleia Geral, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, quando não houver deliberação a respeito da Assembleia Geral;
- convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva;
- manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria Executiva e demonstrações financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício;
- declarar (a) no curso do exercício social e até a Assembleia Geral Ordinária, dividendos intercalares e/ou intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta: (1) de lucros apurados em balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, ou (2) de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral; (b) determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio;
- contratar operações financeiras e bancárias ou relativas ao mercado de valores mobiliários inclusive a emissão, para colocação privada ou por meio de oferta pública de distribuição de Notas Promissórias Comerciais ("*Commercial Papers*") e quaisquer outros instrumentos de crédito e títulos e valores mobiliários de captação pública ou privada de recursos, de uso comum no mercado nacional ou internacional, inclusive suas renovações, renegociações e pré-pagamentos, bem como a garantias de valores superiores ao equivalente em moeda corrente nacional a € 50.000.000,00;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- deliberar sobre a emissão, para colocação privada ou por meio de oferta pública de distribuição de debêntures, de debêntures conversíveis ou não em ações, de bônus de subscrição, e de outros títulos ou valores mobiliários;
- adquirir, alienar ou onerar bens a serem ou já registrados no ativo permanente, cujo valor exceda a 5% do valor total do ativo permanente no último Balanço publicado;
- celebrar acordos estratégicos, especialmente no campo da inovação e novas tecnologias;
- celebrar contratos de venda de energia de valor superior ao equivalente em moeda corrente nacional a € 50.000.000,00;
- realizar investimentos não previstos no orçamento anual, de valores superiores ao equivalente em moeda corrente nacional a € 25.000.000,00 e investimentos de caráter estratégico não previstos no orçamento anual, qualquer que seja seu valor;
- aprovar a compra de materiais, equipamentos e bens em geral e contratações de serviços em geral, de valor superior ao equivalente em moeda corrente nacional a € 12.000.000,00;
- contratar investimentos imobiliários e serviços de manutenção em instalações imobiliárias da Companhia e de segurança patrimonial, em valores superiores ao equivalente em moeda corrente nacional a € 12.000.000,00;
- realizar patrocínios em geral, de valor superior ao equivalente em moeda corrente nacional a € 1.000.000,00;
- contratar consultorias de qualquer natureza, em valor superior ao equivalente em moeda corrente nacional a € 1.000.000,00;
- contratar publicidade e marketing de qualquer natureza, de valor superior ao equivalente em moeda corrente nacional a € 1.000.000,00;
- realizar doações de qualquer natureza, de valor superior ao equivalente em moeda corrente nacional a € 1.000.000,00;
- celebrar transações judiciais e extrajudiciais que impliquem desembolsos de valores superiores ao equivalente em moeda corrente nacional a € 1.000.000,00, e praticar atos que importem em renúncia de direitos pela Companhia, de valores superiores ao equivalente em moeda corrente nacional a € 1.000.000,00;
- deliberar sobre a constituição e dissolução de subsidiárias da Companhia, no país e no exterior;
- aprovar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, nos termos da legislação aplicável;
- aprovar o regimento interno do Conselho de Administração e a criação de comitês de assessoramento do Conselho de Administração e respectivos regimentos;
- escolher e destituir auditores independentes com base em recomendação do Comitê de Auditoria, os quais não poderão prestar à Companhia serviços que, de acordo com as normas profissionais, legislação e regulamentos que regulam a profissão do auditor independente, comprometam a sua independência durante a vigência do contrato;
- submeter à Assembleia Geral proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- deliberar sobre a constituição de quaisquer ônus e gravames sobre bens, móveis ou imóveis, direitos e ativos da Companhia e/ou de suas sociedades direta ou indiretamente controladas, sempre que o valor total dos ativos objeto da garantia exceda a 2,5% do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia, exceto: (a) garantias no âmbito de processos administrativos ou judiciais da Companhia; ou (b) garantias exigidas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia celebrados no ambiente de contratação regulado;
- deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto Social que lhe forem submetidos pela Diretoria Executiva ou determinados pela Assembleia Geral;
- manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (c) alternativas à aceitação da oferta disponíveis no mercado; e (d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- aprovar as propostas, protocolos, justificativas e documentos similares a serem submetidos à Assembleia Geral, envolvendo operações de fusão, incorporação, cisão, transformação ou qualquer operação similar que envolva a Companhia e suas subsidiárias; e
- aprovar e revisar o código de conduta, aplicável a todos os empregados e administradores, e as Políticas de (a) Transações com Partes Relacionadas; (b) Gestão de Riscos; (c) Negociações de Valores Mobiliários; (d) Indicação de membros do Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento, e da Diretoria Executiva; e (e) Remuneração.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário, de caráter permanente e de assessoramento vinculado Conselho de Administração, e é composto por no mínimo três membros e, no máximo, cinco membros integrantes do Conselho de Administração ou não, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 anos, admitindo-se a reeleição por até 5 mandatos consecutivos.

Para maiores informações sobre o Comitê de Auditoria da Companhia, vide item 12.1(a)(ii) deste Formulário de Referência.

(i) regimento interno próprio

A Companhia possui os seguintes órgãos com regimento interno próprio vigente:

Conselho de Administração: aprovado em Reunião de Conselho de Administração realizada em 14 de fevereiro de 2019;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Comitê de Auditoria: aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de março de 2018 e alterado em Reunião de Conselho de Administração realizada em 14 de fevereiro de 2019.

Tais regimentos estão disponíveis no site da Companhia ri.eneldistribuicaosp.com.br.

A Diretoria Executiva possui regimento interno próprio disponível na sede da Companhia.

(ii) comitê de auditoria estatutário

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário, de caráter permanente e de assessoramento vinculado Conselho de Administração, e será composto por no mínimo três membros e no máximo cinco membros integrantes do Conselho de Administração ou não, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 anos, admitindo-se a reeleição por até 5 mandatos consecutivos.

A composição do Comitê de Auditoria deve observar o seguinte:

- (i) pelo menos um membro do Comitê de Auditoria deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, riscos e auditoria, possuindo: (a) conhecimento dos princípios contábeis geralmente aceitos e das demonstrações financeiras; (b) habilidade para avaliar a aplicação desses princípios em relação às principais estimativas contábeis; (c) experiência preparando, auditando, analisando ou avaliando demonstrações financeiras que possuam nível de abrangência e complexidade comparáveis aos da Companhia; (d) formação educacional compatível com os conhecimentos de contabilidade societária necessários às atividades do Comitê de Auditoria; e (e) conhecimento de controles internos e procedimentos de contabilidade societária;
- (ii) ao menos 1 membro deverá ser conselheiro independente;
- (iii) é vedada a participação, como membros do Comitê de Auditoria, dos diretores da Companhia, de suas controladas, de acionistas controladores, coligadas ou sociedades sob controle comum; (iv) para avaliação do cumprimento do requisito de independência previsto no item (ii) acima, o membro do Comitê de Auditoria: (a) não pode ser, ou ter sido nos últimos 5 anos, (1) diretor ou empregado da Companhia, seus acionistas controladores, controladas, coligadas, ou sociedades em controle comum, direta ou indiretamente; ou (2) responsável técnico de equipe envolvida nos trabalhos de auditoria da Companhia; e (b) não pode ser cônjuge, parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, das pessoas referidas no subitem (a) acima; e
- (iv) o mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as funções referidas nos itens (i) e (ii) acima.

Esse Comitê tem por principal objetivo assessorar e aconselhar o Conselho de Administração na supervisão financeira da Companhia, bem como assegurar a adequação das atividades dos auditores independentes e efetividade dos controles internos da Companhia.

O Comitê de Auditoria é vinculado ao Conselho de Administração, competindo-lhe, entre outras matérias previstas no Estatuto Social da Companhia:

- propor ao Conselho de Administração a indicação dos auditores independentes, a substituição de tais auditores independentes, bem como aprovar a remuneração deste e o escopo dos serviços contratados e opinar sobre a contratação do auditor independente para qualquer outro serviço;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (a) a sua independência; a qualidade dos serviços prestados; e (c) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- supervisionar as atividades da auditoria interna da Companhia e de suas controladas, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna e independente, inclusive conduzindo avaliação anual de desempenho do diretor responsável pelo departamento de auditoria interna, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias;
- supervisionar as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas;
- supervisionar as atividades da área de controles internos da Companhia e de suas controladas;
- avaliar e monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais, das demonstrações intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;
- monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia e de suas controladas, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias;
- avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controle e gerenciamento de riscos, abrangendo riscos legais, tributários e trabalhistas;
- manifestar-se, previamente ao Conselho de Administração, a respeito do relatório anual sobre o sistema de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia;
- opinar, a pedido do Conselho de Administração, na hipótese do Conselho Fiscal não estar em funcionamento, sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (a) a remuneração da administração; (b) a utilização de ativos da Companhia; e (c) as despesas incorridas em nome da Companhia;
- avaliar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração a correção, atualização ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, sempre que necessário;
- avaliar e monitorar os controles existentes para as transações da Companhia e suas controladas com partes relacionadas, bem como para a sua divulgação;
- analisar e opinar previamente sobre as transações da Companhia e suas controladas com partes relacionadas, podendo, se assim julgar pertinente, contratar consultores externos

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

para subsidiar tal análise, que deverá avaliar a adequação dos termos e condições da transação ao menos sob os seguintes aspectos: (a) atendimento às diretrizes estabelecidas na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (b) comutatividade da transação; (c) alinhamento com as condições de mercado; e (d) ausência de vantagens ou benefícios indevidos a qualquer das partes envolvidas na transação;

- opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração;
- revisar periodicamente, com a administração da Companhia e com os auditores independentes, em reuniões conjuntas ou separadas: (a) quaisquer análises ou demais comunicações escritas elaboradas pela administração e/ou pelos auditores independentes, contendo questões relevantes sobre divulgação de informações financeiras e correspondentes entendimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras; (b) as políticas e práticas contábeis críticas da Companhia; (c) as operações e estruturas não refletidas nas demonstrações financeiras; (d) quaisquer questões relevantes relativas a princípios contábeis e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo quaisquer mudanças significativas na escolha ou aplicação de princípios contábeis pela Companhia; e (e) o efeito de iniciativas ou atos, aplicáveis à Companhia, por parte de autoridades administrativas ou encarregadas de disciplina contábil;
- monitorar o cumprimento das leis, regulamentos e sistemas de conformidade (*compliance*) pela organização;
- monitorar os aspectos de ética e conduta, incluindo a efetividade do código de conduta e do canal de denúncias (abrangendo o tratamento das denúncias recebidas) e eventual existência de fraude;
- supervisionar as atividades da auditoria interna, incluindo a qualidade dos seus trabalhos, estrutura existente, plano de trabalho e resultados dos trabalhos realizados; e
- apreciar eventuais conflitos de interesses envolvendo os membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como fornecer opinião sobre a possibilidade ou não de quaisquer de tais Conselheiros votarem qualquer matéria que possa ensejar conflito de interesses.

O membro do Comitê de Auditoria envolvido em eventual conflito de interesses, não poderá participar das reuniões de análise e deliberação do caso em questão. Contudo, será obrigado a colaborar integralmente com as investigações, sempre que solicitado, fornecendo toda e qualquer informação relativa ao caso sob investigação.

O Comitê de Auditoria da Companhia atende aos requisitos das regulamentações aplicáveis, incluindo a regulamentação emitida pela Comissão de Valores Mobiliários a respeito do assunto.

(iii) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

O Conselho de Administração da Companhia, através do seu Comitê de Auditoria, aprova a nomeação dos auditores independentes, a substituição de tais auditores independentes, a remuneração e o escopo dos serviços contratados, bem como supervisiona as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar sua independência, qualidade dos serviços prestados e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia.

A Companhia possui Política de Contratação dos Auditores Independentes para outros serviços não relacionados com a auditoria das demonstrações contábeis, aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de maio 2018.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(b) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

A Diretoria Executiva da Companhia é composta por no mínimo quatro e no máximo treze membros, sendo um Diretor Presidente, Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes, Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores, Diretor de Pessoas e Organização, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Comunicação, Diretor de Regulação, Diretor de Mercado, Diretor Jurídico, Diretor de Compras, Diretor de Serviços, Diretor de Segurança Patrimonial e Diretor de Sustentabilidade.

A Diretoria terá mandato unificado de 3 anos, sendo permitida a reeleição. Além de outras funções que lhe forem determinadas pelo Conselho de Administração, os Diretores terão as seguintes atribuições e responsabilidades:

Diretor Presidente: responsável pela gestão e fiscalização das atividades da Companhia e de sua Diretoria, em todas as áreas;

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes: responsável por assegurar o desenvolvimento e a operação das redes de distribuição e dos processos comerciais de acordo com as necessidades das atividades de distribuição de energia, como: novas conexões, execuções de obras, cortes e religações, bem como a supervisão do controle de perdas de energia e os processos de arrecadação;

Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores: responsável pelo planejamento financeiro e pelas atividades de financiamento, tesouraria, risco financeiro e operações financeiras estruturadas; operações bancárias, linhas de crédito (garantias); celebração e gestão de contratos e obrigações financeiras; gestão das relações com instituições financeiras e relações com investidores, acionistas, credores, analistas de mercado, agências de classificação de riscos, órgãos de regulação e controle dos mercados financeiros e de capitais; gestão de seguros; responsável pelas atividades administrativas e de contabilidade, pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as normas aplicáveis; além de monitorar e apoiar os órgãos de controle interno em suas atividades e fazer a interface com o auditor externo; pela coordenação dos assuntos de natureza tributária e fiscal da Companhia, inclusive em âmbito judicial, e gestão do cumprimento das respectivas obrigações de tal natureza, bem como pela gestão das relações com autoridades fiscais; pelo planejamento estratégico, execução e controle da gestão da Companhia, incluindo formulação, controle e acompanhamento do orçamento e dos indicadores de lucro líquido, dívida líquida, balanço e fluxo de caixa da Companhia;

Diretor de Pessoas e Organização: responsável pelos assuntos afetos à área de recursos humanos, como definição de políticas salariais; desenvolvimento de competências profissionais; organização e relações sindicais, representando a Companhia perante órgãos e outras entidades do trabalho e da previdência social, além de atividades relacionadas com os fundos de pensão e outros benefícios relevantes;

Diretor de Relações Institucionais: responsável pelas atividades de relacionamento institucional da Companhia com órgãos e entidades governamentais, da administração direta ou indireta, e com instituições de classe, bem como pela implementação de ações para preservar a imagem institucional da Companhia;

Diretor de Comunicação: responsável pelo desenvolvimento da estratégia de marca da Companhia, coordenando a execução de eventos, promoções, patrocínios, campanhas de publicidade comercial e institucional e outras iniciativas de comunicação externa; e pela promoção das relações com a mídia nacional e emissão de comunicados de imprensa, além de desenvolver e coordenar projetos de comunicação interna e nas mídias sociais;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Diretor de Regulação: responsável pela definição e promoção dos interesses da Companhia em relação a assuntos e questões regulatórias do setor elétrico e de defesa da concorrência; representação junto aos agentes reguladores e demais órgãos do setor elétrico e da defesa da concorrência;

Diretor de Mercado: responsável por todos os canais de relacionamento com o cliente e o controle do seguimento dos grandes consumidores, definindo e realizando a estratégia comercial e de marketing e a comunicação comercial para cada segmento de clientes; realizar operações comerciais como faturamento, cobrança e gestão de crédito, gerenciando os processos de atendimento e serviço ao cliente;

Diretor Jurídico: responsável pela coordenação, execução e controle dos assuntos afetos à área jurídica, inclusive a defesa da Companhia em todas as esferas judiciais e/ou administrativas, exceto no que se refere a assuntos de natureza tributária e fiscal;

Diretor de Compras: responsável pela gestão e qualificação de fornecedores, compras de materiais, equipamentos e bens em geral e contratações de serviços em geral;

Diretor de Serviços: responsável pela gestão de serviços gerais, incluindo manutenção de edifícios e planejamento de ocupação de instalações; gestão imobiliária, incluindo compra, venda e locação; administração de transportes, viagens e outros serviços de escritório;

Diretor de Segurança Patrimonial: responsável definição e execução de procedimentos de segurança patrimonial, de pessoal e de informações e documentos da Companhia; e

Diretor de Sustentabilidade: responsável pela definição e implementação de políticas, programas e ações de sustentabilidade empresarial.

Os membros da Diretoria Executiva desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de modo a assegurar a condução normal de seus negócios e operações com estrita observância das disposições do estatuto social da Companhia e das resoluções das assembleias gerais de acionistas e do Conselho de Administração.

Compete à Diretoria Executiva administrar e representar a Companhia, com poderes para contrair obrigações, transigir, ceder e renunciar direitos, doar, onerar e alienar bens sociais, inclusive os integrantes do ativo permanente, sempre observadas as disposições e os limites aplicáveis e os atos de competência exclusiva do Conselho de Administração previstos em lei e no estatuto social da Companhia.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente

O Conselho Fiscal da Companhia tem funcionamento não permanente e, quando instalado, deverá ser composto por no mínimo três e no máximo cinco membros efetivos e respectivos suplentes, com mandato de um ano, eleitos em Assembleia Geral, que também estabelecerá a respectiva remuneração, sendo admitida a reeleição.

O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado pelos acionistas da Companhia para o atual exercício (2019), conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2019.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(d) mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta

Não há mecanismos de avaliação de desempenho para os membros do conselho de administração e comitês.

(i) periodicidade da avaliação e sua abrangência

O processo de avaliação de desempenho da Diretoria Executiva da Companhia ocorre anualmente com base nas metas definidas para cada membro. Além disso, a Companhia também realiza o acompanhamento de metas definidas com base no planejamento estratégico do ano ("Scorecard") e que possui relação direta com o pagamento de bônus da Diretoria Executiva.

Os demais órgãos da administração e comitês da Companhia não possuem mecanismos de avaliação de desempenho.

(ii) metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

O processo de avaliação de desempenho dos diretores estatutários e não estatutários da Companhia está alinhado com suas estratégias, conjunto de objetivos estratégicos e metas de curto e longo prazo contido no mapa estratégico. Essas metas têm abrangência em todos os processos de negócio e áreas, bem como são desdobradas e formalizadas por meio de Scorecard. O acompanhamento do contrato de gestão acontece mensalmente dentro dos fóruns de performance. No final do ano, é feita uma avaliação completa do nível de alcance dos objetivos e metas da Companhia.

Não existe processo formal de avaliação de desempenho para os membros dos comitês ou órgãos, nem tampouco para os membros do conselho de administração. Atrelado ao processo de administração de desempenho dos diretores estatutários e não estatutários, a Companhia tem uma prática de remuneração variável baseada em metas empresariais qualitativas e quantitativas. Dessa forma, a Companhia busca atribuir aos seus executivos incentivos de médio e longo prazo, que objetivam alinhar os interesses dos próprios executivos e acionistas.

Os mecanismos são aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados para aprimorar o funcionamento do órgão

Através do processo de avaliação de desempenho, a Companhia realiza o acompanhamento da contribuição individual de cada executivo e, conseqüentemente, do respectivo órgão ocupado como um todo como estratégia de organização. A avaliação é realizada para alcançar objetivos de curto prazo e que resultam em melhorias para Companhia a longo prazo.

(iv) contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externos para realizar as avaliações de desempenho dos diretores estatutários e não estatutários, no entanto, nos últimos três exercícios sociais a Companhia não contratou tais serviços.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada em relação ao previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") quanto ao prazo de convocação de assembleias gerais. Dessa forma, as Assembleias Gerais da Companhia são convocadas mediante anúncio publicado por três vezes no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação, e a primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 dias antes da realização da assembleia geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, 8 dias de antecedência.

(b) competências

A Companhia não adota prática diferenciada em relação ao previsto na Lei das Sociedades por Ações e demais regulamentações aplicáveis quanto às competências das Assembleias Gerais. Nesse sentido, à Assembleia Geral são atribuídas, entre outras, as seguintes competências:

- reformar o estatuto social da Companhia;
- eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia;
- tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- suspender o exercício dos direitos do acionista, nos termos do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações;
- deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata;
- deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM; e
- deliberar sobre a saída do Novo Mercado da B3.

(c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos estarão disponíveis (i) na sede da Companhia, na Avenida Dr. Marcos Penteadro de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo; e (ii) nos websites: da Companhia (<http://ri.eneldistribuicaoosp.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.bmfbovespa.com.br), em conformidade com as disposições da Lei n.º 6.404/1976 e regulamentação da CVM.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(d) identificação e administração de conflito de interesses

A Companhia atualmente não estabelece nenhum mecanismo específico ou política para fins de identificação de eventual conflito de interesses de algum acionista em relação a matéria a ser deliberada em Assembleia Geral. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, cabe ao Presidente da Assembleia declarar a existência do conflito de interesses e impedir o voto do acionista, somente devendo fazê-lo nos casos em que a proibição de voto restar evidente.

(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia Geral deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, § 1º e § 2º do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante.

Vale mencionar que (a) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, § 1º da Lei das Sociedades por Ações; e (b) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da Comissão de Valores Mobiliários - CVM no âmbito do Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista, advogado ou instituição financeira.

No caso de procuração em língua estrangeira, esta deverá ser acompanhada dos documentos societários, quando relativa à pessoa jurídica, e do instrumento de mandato, todos devidamente vertidos para o português por tradutor juramentado, não sendo necessário o apostilamento ou a sua notarização e a consularização, conforme aplicável. Os documentos em inglês e espanhol estão dispensados também de tradução.

(f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à assembleia geral munido de: (i) documentos hábeis à comprovação de sua identidade; (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de titularidade do acionista ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista.

Para fins de melhor organização da assembleia geral, a Companhia recomenda aos acionistas que depositem na sede da Companhia os documentos retro referidos com antecedência de 72 (setenta e duas) horas contadas da data da realização da assembleia geral.

A Companhia dispensará o apostilamento, ou notarização e consularização, conforme aplicável, dos documentos de representação expedidos no exterior. Tais documentos devem ser vertidos para

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

o português por meio de tradutor juramentado, sendo dispensada a tradução de documentos em inglês ou espanhol.

A Companhia ainda não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

(g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

Os acionistas poderão ainda, alternativamente aos procedimentos descritos nos itens I e II acima, enviar seus Boletins diretamente à Companhia. Para tanto, os acionistas deverão acessar a área de Governança Corporativa do site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.eneldistribuicaosp.com.br>) ou o site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), imprimir os Boletins, preenchê-los, rubricar todas as páginas e assiná-los.

Na sequência, deverão encaminhar os Boletins devidamente preenchidos, rubricados e assinados, juntamente com cópia autenticada dos documentos indicados na tabela abaixo, para o seguinte endereço postal:

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A., Área de Relações com Investidores – Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939 – 6º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, SP, Brasil, CEP 06460-040, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

O quadro abaixo sumariza os documentos que devem ser entregues por cada tipo de acionista que decidir enviar os Boletins diretamente à Companhia:

Documentação autenticada a ser encaminhada à Companhia juntamente com o Boletim	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Inv.
CPF e Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal ¹	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado ²		X	X
Documento que comprove os poderes de representação ²		X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo			X

(1) Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.

(2) Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

A Companhia não exige o reconhecimento de firma dos Boletins emitidos no território brasileiro nem o apostilamento ou a notariação e consularização daqueles emitidos fora do País.

Observamos que os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser objeto de tradução juramentada para a

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

língua portuguesa. A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou espanhola.

O acionista poderá também, se preferir antecipar o encaminhamento dos documentos à Companhia, enviar as vias digitalizadas dos Boletins e dos documentos acima referidos para o endereço eletrônico assembleia.enelsp@enel.com.

De qualquer modo, é indispensável que a Companhia receba na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939 – 6º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, SP, Brasil, CEP 06460-040, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, a via original dos Boletins e a cópia autenticada dos demais documentos encaminhados anteriormente por e-mail pelo acionista.

Em até 3 dias contados do recebimento dos referidos documentos, a Companhia avisará ao acionista, por meio do endereço eletrônico indicado no item 2.1 dos Boletins, a respeito do recebimento dos documentos e de sua aceitação.

Os Boletins recebidos pela Companhia que não estejam regularmente preenchidos e/ou não estejam acompanhados dos documentos comprobatórios acima descritos serão desconsiderados.

A informação sobre eventual desconsideração dos Boletins e dos documentos pertinentes será enviada pela Companhia ao acionista por meio do endereço eletrônico fornecido no item 2.1 dos Boletins, juntamente com as orientações necessárias à sua retificação. De qualquer modo, os Boletins eventualmente retificados pelo acionista, bem como a documentação pertinente, também deverão ser recebidos pela Companhia.

(h) sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não dispõe de sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância.

(i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Caso o acionista pretenda incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração no boletim de voto à distância, será necessário apresentar tais propostas, por meio de correspondência enviada ao endereço Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 6º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri- SP, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico assembleia.enelsp@enel.com. Nos termos da Instrução CVM nº 561/2015, a solicitação de inclusão de proposta de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Diretor de Relação com Investidores no período entre: (i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização, na hipótese de assembleia geral ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e até 35 (trinta e cinco) dias antes da

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

data de realização da assembleia, na hipótese de assembleia geral extraordinária convocada para esse fim.

Nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 367/2002, o acionista que submeter a indicação de candidato ao Conselho de Administração deverá, no mesmo ato, (i) apresentar cópia do instrumento de declaração de desimpedimento ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; e (ii) o currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias, e as e demais informações requeridas no artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009. A declaração de desimpedimento deverá, conforme previsto na Instrução CVM nº 367/2002, ser firmada em instrumento próprio e conter a declaração do candidato ao Conselho de Administração de que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações. De acordo com a Instrução CVM nº 367/2002, presume-se ter interesse conflitante com a Companhia o candidato que: (i) tenha sido eleita por acionista que também tenha elegido conselheiro de administração em sociedade concorrente; e (ii) mantenha vínculo de subordinação com o acionista que o elegeu. Assim que receber a indicação de candidato para membro do Conselho de Administração contendo as informações mínimas exigidas pela Instrução CVM nº 367/2002, a Companhia divulgará “Aviso aos Acionistas” informando a respeito da indicação. A despeito dos procedimentos para indicação prévia e divulgação, a indicação de candidato a membro do Conselho de Administração poderá ser realizada na própria Assembleia Geral pelo acionista ou o por grupo de acionistas, pessoalmente ou por meio de procurador, desde que apresentados os documentos e informações requeridos pela legislação acima mencionados.

(j) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é o seu órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo a sua estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização do seu desempenho. É responsável, também, dentre outras atribuições, pela supervisão da gestão dos diretores da Companhia.

(a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, nas datas previstas no calendário anual e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por 2 (dois) de seus membros. As reuniões do Conselho de Administração somente serão consideradas validamente instaladas se contarem com a presença da maioria dos conselheiros em exercício. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por escrito com antecedência mínima de 2 dias úteis, com apresentação da data, horário e local da reunião, bem como da pauta dos assuntos a serem tratados.

No último exercício social, o Conselho de Administração realizou 28 reuniões, sendo 19 reuniões ordinárias e 9 reuniões extraordinárias.

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

A Companhia não possui acordo de acionistas vigente na data de apresentação deste Formulário de Referência.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia possui Diretrizes de Governança Corporativa as quais estabelecem os procedimentos e regras de condutas a fim de assegurar o estrito cumprimento do dever de lealdade dos Administradores das companhias do grupo Enel e evitar situações que possam afetar negativamente o cumprimento de tal dever. As Diretrizes de Governança Corporativa foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de fevereiro de 2019 e estão disponíveis no site da Companhia ri.eneldistribuicaosp.com.br.

(d) política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração formalmente aprovada.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração formalmente aprovada.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

De acordo com o artigo 34 do seu estatuto social, a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei n.º 6.404/76, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Anna Paula Hiotte Pacheco	05/11/1974	Pertence apenas à Diretoria	22/08/2019	18/03/2022	0
043.007.817-02	Engenheira		22/08/2019	Sim	0.00%
Não se aplica		Diretora de Regulação			
Margot Frota Cohn Pires	13/06/1975	Pertence apenas à Diretoria	22/08/2019	18/03/2022	0
718.593.303-04	Economista	19 - Outros Diretores	22/08/2019	Sim	0.00%
		Diretora de Compras			
Rosario Zaccaria	24/10/1968	Pertence apenas à Diretoria	20/03/2019	18/03/2022	1
063.959.897-82	Engenheiro	19 - Outros Diretores	20/03/2019	Sim	0.00%
Não se aplica		Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes			
Max Xavier Lins	30/10/1962	Pertence apenas à Diretoria	20/03/2019	18/03/2022	1
350.048.004-72	Engenheiro	10 - Diretor Presidente / Superintendente	20/03/2019	Sim	0.00%
Não se aplica					
José Nunes de Almeida Neto	15/12/1955	Pertence apenas à Diretoria	27/09/2019	18/03/2022	0
116.258.723-72	Engenheiro	19 - Outros Diretores	27/09/2019	Sim	0.00%
		Diretor de Relações Institucionais			
Déborah Meirelles Rosa Brasil	17/10/1974	Pertence apenas à Diretoria	20/03/2019	18/03/2022	1
025.881.547-78	Advogada	19 - Outros Diretores	20/03/2019	Sim	0.00%
Não se aplica		Diretora Jurídica			
Monica Hodor	13/09/1967	Pertence apenas à Diretoria	20/03/2019	18/03/2022	1
096.254.281-43	Engenheira e Economista	12 - Diretor de Relações com Investidores	20/03/2019	Sim	0.00%
Não se aplica					
Marcia Massotti Carvalho	01/04/1976	Pertence apenas à Diretoria	13/05/2019	18/03/2022	0
043.055.727-29	Economista	19 - Outros Diretores	13/05/2019	Sim	0.00%
Não se aplica		Diretora de Sustentabilidade			
Flavia da Silva Baraúna	21/02/1977	Pertence apenas à Diretoria	13/05/2019	18/03/2022	0

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
047.486.047-78	Contadora	19 - Outros Diretores	13/05/2019	Sim	0.00%
Não se aplica		Diretora de Serviços			
Janaína Savino Villela	12/02/1980	Pertence apenas à Diretoria	13/05/2019	18/03/2022	0
088.290.577-54	Jornalista	19 - Outros Diretores	13/05/2019	Sim	0.00%
Não se aplica		Diretora de Comunicação			
Bernardino Jesus de Brito	12/02/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	AGO/2020	0
124.649.128-16	Eletrotécnico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	02/05/2018	Não	0.00%
Não se aplica					
Hélio Lima Magalhães	25/12/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/11/2018	AGO/2020	1
344.224.557-53	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/11/2018	Não	0.00%
Não se aplica					
Britaldo Pedrosa Soares	11/04/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/11/2018	AGO/2020	7
360.634.796-00	Engenheiro	24 - Presidente do Conselho de Administração Independente	30/11/2018	Sim	100.00%
Guilherme Gomes Lencastre	17/06/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/11/2018	AGO/2020	0
045.340.147-32	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/11/2018	Sim	80.00%
Não se aplica					
Antonio Basilio Pires de Carvalho Albuquerque	17/06/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/11/2018	AGO/2020	0
721.694.197-72	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/11/2018	Sim	100.00%
Não se aplica					

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira	29/07/1968	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/11/2018	AGO/2020	0
002.533.027-65	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/11/2018	Sim	95.00%
Não se aplica					
Nicola Cotugno	24/10/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/11/2018	AGO/2020	0
065.191.267-99	Engenheiro Mecânico	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	30/11/2018	Sim	100.00%
Não se aplica					
Marcia Sandra Roque Vieira Silva	11/04/1956	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/11/2018	AGO/2020	0
275.382.303-00	Engenheira	39 - Outros Conselheiros / Diretores	30/11/2018	Sim	95.00%
Diretora de Mercado					

Experiência profissional / Critérios de Independência

Anna Paula Hiotte Pacheco - 043.007.817-02

É graduada em Engenharia de Produção pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), possui pós graduação em Project Management, pela Fundação Getúlio Vargas. Anna Paula Hiotte é atualmente Diretora de Regulação do Grupo Enel no Brasil. Anteriormente atuou como Head de Questões Regulatórias Brasil e Uruguai – Enel Green Power, de fevereiro de 2013 a novembro de 2016; Head de Gestão Regulatória e de Energia – Brazil GDF Suez (Acionista majoritária na Energia Sustentável do Brasil), de setembro de 2010 a fevereiro de 2013; Coordenadora de Gestão Regulatória e de Energia – Endesa – Brasil, de março de 2000 a agosto de 2010. Nos últimos 5 anos, Anna Paula Hiotte não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Margot Frota Cohn Pires - 718.593.303-04

É graduada em Economia pela Universidade Federal do Ceará, com MBA em Gestão de Negócios para o Setor Elétrico, pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC. Margot Cohn é atualmente Diretora de Compras do Grupo Enel. Em 1998, ingressou na distribuidora de energia elétrica Enel Distribuição Ceará, na área de Compras e, em 2003, passou a trabalhar no Rio de Janeiro na sinergia entre as cadeias de suprimentos das duas distribuidoras da Enel no país – uma no Rio e outra no Ceará. Em 2005, assumiu a gerência de Aprovisionamentos da Enel Distribuição Rio. Em 2008, comandou a unificação das operações de supply chain de todas as empresas da Enel no Brasil, também como gerente da área. Em 2012, Margot Cohn foi para o Chile como subdiretora de Compras de Materiais para a América Latina, em um programa de job rotation de executivos, e passou a ser responsável por compras de materiais para as empresas do grupo na região. Nos últimos 5 anos, Margot Frota não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Rosario Zaccaria - 063.959.897-82

É Diretor estatutário da Companhia desde outubro de 2018. Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federico II, Napoli. Atualmente é Head de operações comerciais de rede, medição de energia, balanço energético e operação de recuperação do Grupo Enel. Além dessa, também exerceu nos últimos 5 anos: (i) Head de rede de operações comerciais de infra-estrutura global da Enel SpA, de dezembro de 2015 a dezembro de 2017; (ii) Diretor Senior na Catalunya Occidental na Endesa Distribution S.A. (Tarragona) de abril de 2013 a novembro de 2015; e (iii) Gerente da Central Catalyña da Endesa Distribution S.A. (Barcelona) de abril de 2011 a março de 2013.

O Sr. Rosario Zaccaria não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Max Xavier Lins - 350.048.004-72

É Diretor Presidente da Companhia desde novembro de 2018. É formado Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/1986), especializado em Proteção de Sistemas Elétricos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/1990) e possui MBA em Finanças Empresariais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV 2002/2003). Nos últimos anos exerceu a função de: (i) Diretor-Presidente da Queiroz Galvão Energia S/A, de abril de 2012 a outubro de 2018; (ii) Diretor Executivo Comercial e Armazenamento de Energia da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., de julho de 2008 a abril de 2012; (iii) Diretor Comercial da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., de novembro de 2003 a junho de 2008; (iv) Diretor Comercial e Suprimento da NC Energia S/A (Grupo Neoenergia), de abril de 2001 a outubro de 2003; (v) Gerente Comercial, de Planejamento de Mercado, Tarifas e Suprimento de energia da CELPE – Companhia Energética de Pernambuco, de 1989 a de 2001; e (vi) engenheiro da Themag Engenharia Ltda., de 1986 a de 1988.

O Sr. Max Xavier Lins não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

José Nunes de Almeida Neto - 116.258.723-72

José Nunes de Almeida Neto assumiu o cargo de Diretor de Operação, em janeiro de 1995, participando do Projeto de preparação para privatização da Coelce. Em novembro de 1999 passou a ser Gerente de Projetos Institucionais, trabalhando na otimização do programa de investimentos especiais do Estado do Ceará, em 2015 assumiu a Diretoria de Relações Institucionais do Grupo Enel no Brasil, sendo atualmente Diretor de Relações Institucionais na Ampla Energia e Serviços S.A, na Companhia Energética do Ceará – COELCE, na Enel Cien S.A, na Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A, na Enel Brasil S.A, e na CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. Nos últimos 5 anos, José Nunes não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Déborah Meirelles Rosa Brasil - 025.881.547-78

É Diretora estatutária da Companhia desde julho de 2018. Déborah Meirelles Rosa Brasil é bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, com MBA em Direito da concorrência e do consumidor pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e MBA de gestão de negócios pela Universidade de Economia e Finanças – IBMEC. Atualmente é: (i) Head do departamento jurídico da Ampla Energia e Serviços S.A., Companhia Energética do Ceará – COELCE, Celg Distribuição S.A. – CELG-D e Enel Cien S.A. – CIEN; e (ii) membro do conselho de administração da Ampla Energia e Serviços S.A.

A Sra. Déborah Meirelles Rosa Brasil não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Monica Hodor - 096.254.281-43

É Diretora estatutária e de Relações com Investidores da Companhia desde novembro de 2018. É formada em Engenharia Aeronáutica e Mestre em Mecânica Aeronáutica e Aviônica pela Polytechnic Institute of Bucharest (Romênia), também possui diploma de Economista, pela Academy of Economic Studies of Bucharest (Romênia). Atualmente é: (i) Head de Planejamento e Controle e Infraestrutura e Redes na Enel-Global Infrastructure & Networks, responsável pela coordenação financeira e operacional das atividades das companhias de distribuição do Grupo Enel na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Itália, Peru, Romênia e Espanha; (ii) membro e vice presidente do conselho de administração da Ampla Energia e Serviços S.A.; (iii) membro do conselho de administração da Companhia Energética do Ceará (COELCE), Enel Distribución Chile S.A., Empresa Distribuidora Sur S.A. (EDESUR). Além dessas, também exerceu nos últimos 5 anos a função de CFO na Romênia Grupo Enel de abril de 2011 a setembro de 2015.

A Sra. Monica Hodor não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Marcia Massotti Carvalho - 043.055.727-29

É Diretora de Sustentabilidade desde maio de 2019. É graduada em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com Mestrado em Economia com ênfase em Finanças pelo IBMEC-RJ, Pós-Graduação em Ciências Contábeis pela UERJ, com MBA em Gestão de Negócios pelo IMBEC. Atualmente é: (i) Diretora de Sustentabilidade do Grupo Enel no Brasil; e (ii) Membro do Conselho de Administração da Ampla Energia e Serviços S.A.

A Sra. Marcia Massotti Carvalho não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Flavia da Silva Baraúna - 047.486.047-78

É Diretora de Serviços desde maio de 2019. É formada em Ciências Contábeis pela UERJ, com MBA em Gestão de Negócios pelo IMBEC. Atualmente é: (i) Diretora de Segurança Patrimonial e de Serviços do Grupo Enel no Brasil; e (ii) Membro do Conselho de Administração da Ampla Energia e Serviços S.A.

A Sra. Flávia Baraúna não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Janaína Savino Villela - 088.290.577-54

É Diretora de Comunicação da Companhia desde maio de 2019. É formada em Jornalismo pela UniverCiade no Rio de Janeiro, com MBA em Gestão de Negócios pelo IBMEC-RJ. Atualmente é: (i) Diretora de Comunicação do Grupo Enel no Brasil; e (ii) Membro do Conselho de Administração da Ampla Energia e Serviços S.A.

A Sra. Janaína Villela não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Bernardino Jesus de Brito - 124.649.128-16

É membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia desde maio de 2018. Eletrotécnico-Projetista do sistema elétrico com graduação alternativa em gestão pública, com pós-graduação em engenharia elétrica e curso de extensão em finanças internacionais. Atualmente é: (i) Dirigente sindical dos eletricitários; (ii) Secretário de formação do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e da Federação Nacional em Água, Energia e Meio Ambiente - Fenatema; e (iii) Presidente da Executiva Nacional do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. Foi Diretor da Executiva Nacional do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos a DIEESE, de 2014 a 2017.

O Sr. Bernardino Jesus de Brito não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Hélio Lima Magalhães - 344.224.557-53

É formado em Engenharia Elétrica e Ciência da Computação pela The George Washington University (Washington DC / USA) e pós-graduado em Ciência da Computação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente é: (i) Membro e ex-Presidente (de 2012 a 2017) do Conselho de Administração da Câmara Americana de Comércio - AMCHAM Brasil (São Paulo). Nos últimos 5 anos também exerceu a função de Presidente do Citibank Brasil (São Paulo) de 2012 a 2017. Foi: (i) Membro do Conselho de Administração do Grupo Melhoramentos membro do Conselho de Administração do IRB RE Brasil de 2017 a 2019, (ii) Membro do Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos de 2018 a 2019, (iii) Membro do Conselho de Administração da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) de 2012 a 2017, (iv) membro do Conselho Administração e membro do Comitê Executivo do Brasil US Business Council (Washington/US) de 2012 a 2017; (v) Presidente do Conselho de Administração da Elavon do Brasil (Empresa de Meios de Pagamento) de 2014 a 2016.

O Sr. Hélio Lima Magalhães não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Britaldo Pedrosa Soares - 360.634.796-00

É membro do Conselho de Administração da Companhia desde abril de 2008 e Presidente do Conselho de Administração desde 1º de abril de 2016. É também membro do Comitê de Auditoria da Companhia desde janeiro de 2018. É graduado em Engenharia Metalúrgica pela UFMG, com pós-graduação em Engenharia Econômica e Financeira na Fundação Dom Cabral e participou em diversos programas de educação executiva, dentre os quais o Senior Management Executive Program e o Finance Development Program, ambos na Darden School of Business – University of Virginia. Atualmente é: (i) membro do Conselho de Administração da Atiaia Energia S.A. – Grupo Cornélio Brennand, desde 2018; (ii) membro do Conselho de Administração e do Comitê de Conformidade da Odebrecht Engenharia e Construção S.A., desde agosto de 2018; (iii) membro do Conselho Estratégico da Nexans do Brasil, desde abril de 2018; (iv) Conselheiro Sênior da Cypress Associates, desde novembro de 2016; (v) Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base (“ABDIB”), desde julho de 2018; (vi) Vice-Presidente do Conselho de Administração da ABDIB, desde agosto de 2017; e (vii) membro do Conselho de Administração da ABDIB, desde 2011; Foi: (i) membro do Comitê de Energia da Klabin S.A., de junho de 2016 a dezembro de 2018; (ii) Presidente do Conselho de Administração da AES Tietê Energia S.A., de abril de 2016 a abril de 2018; (iii) membro do Conselho de Administração da Câmara Americana de Comércio (“AMCHAM”), de 2011 a 2016; (vi) membro do Comitê Executivo e coordenador do Comitê de Advocacy da AMCHAM, em 2016; (vii) Presidente do Comitê de Competitividade da AMCHAM, de 2017 a 2018; (viii) Presidente do Conselho de Administrador da AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., de abril de 2016 a novembro de 2016; (ix) membro do Conselho de Administração do Operador Nacional do Sistema Elétrico, de 2008 a 2016; (x) membro do Conselho de Administração da CEMIG, de 2009 a 2011; (xi) membro do Conselho de Administração da Dayton Power & Light, Ohio – USA, de 2012 a 2013; (xii) membro do Conselho de Administração da AES Gener S.A., de 2008 a 2011; (xiii) membro do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de São Paulo – IBEF, de 2006 a 2007; e (xiv) membro do Conselho de Administração da Eletricidade de Caracas, de 2006 a 2007. Exerceu ainda as seguintes funções: (i) Vice-Presidente Financeiro da Prisma Energy International, de 1999 a 2005; (ii) Diretor Financeiro / Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Prisma Energy para o Brasil, Bolívia e Argentina, da Enron América do Sul, de 2001 a 2003, e de sua distribuidora de energia elétrica Elektro Eletricidade e Serviços S.A., de 1999 a 2003; (iii) Presidente e CEO, no Grupo CAEMI/Jari, da Jari Celulose S.A. (de 1992 a 1998) e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da unidade de negócios de celulose e produtos florestais; (iv) Vice-Presidente de Finanças Corporativas e Banco de Investimento do Citibank N.A.; (vi) Presidente e CEO do Grupo AES no Brasil (2007 a 2016); e Diretor Financeiro / Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores para o Brasil (de 2005 a 2007).

O Sr. Britaldo Pedrosa Soares não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Guilherme Gomes Lencastre - 045.340.147-32

É membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia desde novembro de 2018. É formado em Engenharia de Produção - Civil pela Pontifícia da Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Desde 2014 exerce a função de Diretor de Desenvolvimento de Negócios de Infra-Estrutura e Redes do Grupo Enel. Nos 6 (seis) anos anteriores também exerceu a função de CEO (Chief Executive Officer) das Empresas de Geração do Grupo Enel no Brasil (CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A e Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A – CDSA, atual Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A) e da Transmissora do Grupo Enel no Brasil (atual Enel Cien S.A). Além disso, foi: (i) membro do Conselho de Administração da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. – CGTF, de novembro de 2005 a dezembro de 2012, tendo ocupado a posição de Presidente do respectivo conselho de janeiro de 2009 a dezembro de 2012; (ii) membro do Conselho de Administração da Companhia de Interconexão Energética - CIEN (atual Enel Cien S.A.), de janeiro de 2009 a junho de 2011; e (iii) membro do Conselho de Administração das Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A – CDSA (atual Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A), de fevereiro de 2005 a junho de 2011, tendo ocupado o cargo de Presidente de referido conselho de abril de 2009 a junho de 2011.

O Sr. Guilherme Gomes Lencastre não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Antonio Basílio Pires de Carvalho Albuquerque - 721.694.197-72

É membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia desde novembro de 2018. É bacharel em Direito pela Pontifícia da Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Atualmente é: (i) responsável pela diretoria jurídica da Enel Brasil S.A., desde abril de 2003; e (ii) membro do conselho de administração da Enel Brasil S.A. e da Celg Distribuição S.A. – CELG-D. Foi: (i) presidente do conselho de administração da Companhia Energética do Ceará – Coelce, de 1998 a 2000; (ii) membro suplente do conselho de administração da Companhia Energética do Ceará – Coelce, de abril de 2007 a abril de 2015; (iii) presidente do conselho da CIEN - Companhia de Interconexão Energética, de julho de 1997 a julho de 2000; (iii) membro do conselho de administração da Ampla Energia e Serviços S.A. (anteriormente denominada Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro – CERJ), de novembro de 1996 a novembro de 2000 e de abril de 2008 a abril de 2016; e (iv) membro do conselho de administração da Ampla Investimentos e Serviços S.A., de abril de 2008 a novembro de 2013.

O Sr. Antonio Basílio Pires de Carvalho Albuquerque não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira - 002.533.027-65

É membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia desde novembro de 2018. É formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração de Brasília, com pós-graduação em Inteligência Competitiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNI – RIO), possui MBA (Master in Business Administration) pelo Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD/UFRJ) e cursos de extensão pela Harvard Business School (Executive Program in Energy Management), Chicago Booth University (CFO Program) e Columbia Business School (Driving Strategic Impact). Atualmente ocupa os cargos de: (i) Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle na Enel Brasil; (ii) Diretor Administrativo e Financeiro da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.; (iii) Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle e Diretor de Assessoria Tributária da Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.; (iv) Diretor Financeiro e de Planejamento e Controle e Diretor Administrativo Interino da Enel Cien S.A.; (v) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle na Ampla Energia e Serviços S.A.; (vi) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle na Companhia Energética do Ceará – COELCE; (vii) Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle na Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A.; e (viii) membro efetivo do Conselho de Administração da Enel Brasil S.A., da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A., da Companhia Energética do Ceará – COELCE, da Ampla Energia e Serviços S.A. e Celg Distribuição S.A. - CELG-D. Nos últimos 5 (cinco) anos também exerceu a função de: (i) responsável por Planejamento, Controle e Contabilidade pela Holding Enel Brasil e pelas empresas de distribuição Ampla e Coelce, de novembro de 2005 a maio de 2013; e (ii) CFO em empresas do Grupo Enel na Colômbia, de julho de 2013 a julho de 2016. Também foi membro do conselho de administração da: (i) Companhia Energética do Ceará – COELCE, de abril de 2008 a junho de 2013; e (ii) Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A (atual Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A), de abril de 2008 a novembro de 2011.

O Sr. Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Nicola Cotugno - 065.191.267-99

É membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia desde novembro de 2018 e Vice - Presidente do Conselho de Administração desde dezembro de 2018. É formado em Engenharia Mecânica pela Universidade La Sapienza de Roma (Italia). Também cursou: (i) o Programa executivo de estudo de liderança para Energia pela Harvard Business School; (ii) a Tecnologia de estudo Nuclear para Executivos no Department of Nuclear Science and Engineering/MIT; (iii) o Programa Executivo Internacional pelo Institut européen d'administration des affaires - INSEAD (França); e (iv) o Treinamento técnico para gestores da ENEL pela ENEL Power Generation Academy. Atualmente é CEO da Enel Chile. Foi: (i) membro do Conselho de Administração da Eurelectric (Associação das Empresas Europeias de Energia Elétrica); e (ii) membro do Conselho de Administração da Wano (Moscow Centre). Além destas, nos últimos 5 (cinco) anos também exerceu a função de: (i) Diretor de Geração, Diretor da Divisão de Gerenciamento de Energia e membro do Conselho de Administração da Slovenske Electrame (Eslováquia), de janeiro de 2013 a janeiro de 2015; e (ii) CEO da Slovenské Elektrárne (Eslováquia) e Presidente do Conselho de Administração Slovenske Electrame (Eslováquia), de fevereiro de 2015 a agosto de 2016.

O Sr. Nicola Cotugno não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Marcia Sandra Roque Vieira Silva - 275.382.303-00

É formada em Engenharia Civil, possui especialização em Engenharia de Segurança e Saúde Ocupacional, e com MBA (Master in Business Administration) em Gestão de Negócios, com ênfase no setor elétrico, pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Atualmente é Diretora de Mercado da Companhia Energética do Ceará – COELCE e Ampla Energia e Serviços S.A. Nos últimos 5 (cinco) anos também exerceu a função de: (i) Diretora de RH da Enel Green Power (Sul e Centro América), de novembro de 2014 a julho de 2016; e (ii) Diretora de RH da Latino américa (Endesa), de fevereiro de 2012 a novembro de 2014.

A Sra. Marcia Sandra Roque Vieira Silva não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Anna Paula Hiotte Pacheco - 043.007.817-02	
N/A	
Margot Frota Cohn Pires - 718.593.303-04	
N/A	
Rosario Zaccaria - 063.959.897-82	
N/A	
Max Xavier Lins - 350.048.004-72	
N/A	
José Nunes de Almeida Neto - 116.258.723-72	
N/A	

Déborah Meirelles Rosa Brasil - 025.881.547-78
N/A
Monica Hodor - 096.254.281-43
N/A
Marcia Massotti Carvalho - 043.055.727-29
N/A
Flavia da Silva Baraúna - 047.486.047-78
N/A
Janaína Savino Villela - 088.290.577-54
N/A
Bernardino Jesus de Brito - 124.649.128-16
N/A
Hélio Lima Magalhães - 344.224.557-53
N/A
Britaldo Pedrosa Soares - 360.634.796-00
N/A
Guilherme Gomes Lencastre - 045.340.147-32
N/A
Antonio Basilio Pires de Carvalho Albuquerque - 721.694.197-72
N/A
Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira - 002.533.027-65
N/A
Nicola Cotugno - 065.191.267-99
N/A
Marcia Sandra Roque Vieira Silva - 275.382.303-00
N/A

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Britaldo Pedrosa Soares	Comitê de Auditoria	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	11/04/1956	14/05/2018	2 anos
360.634.796-00			11/05/2018	2	100.00%	
Presidente do Conselho de Administração						
Mário Shinzato	Comitê de Auditoria	Contador	Membro do Comitê (Efetivo)	22/09/1962	18/12/2018	2 anos
029.963.158-39			18/12/2018	0	100.00%	
Experiência profissional / Critérios de Independência						
Britaldo Pedrosa Soares - 360.634.796-00						
Mário Shinzato - 029.963.158-39						
Tipo de Condenação		Descrição da Condenação				
Britaldo Pedrosa Soares - 360.634.796-00						
N/A						
Mário Shinzato - 029.963.158-39						
N/A						

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência, não existe nenhuma relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores da Companhia, controladas ou controladores.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2018Administrador do Emissor

Carlos Ewandro Naegele Moreira
Diretor de Pessoas e Organização

391.142.017-04

Subordinação

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Enel Brasil S.A.
Diretor de Recursos Humanos e Organização

07.523.555/0001-67

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Marcia Massotti Carvalho
Diretor de Sustentabilidade

043.055.727-29

Subordinação

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Enel Brasil S.A.
Diretor de Sustentabilidade

07.523.555/0001-67

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Nicola Cotugno
Conselheiro de Administração

065.191.267-99

Subordinação

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Enel Brasil S.A.
Diretor Presidente

07.523.555/0001-67

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Guilherme Gomes Lencastre Conselheiro de Administração	045.340.147-32	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Enel Brasil S.A. Diretor de Desenvolvimento e Negócios de Infra-Estrutura e Redes	07.523.555/0001-67		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Janaína Savino Villela Diretor de Comunicação	088.290.577-54	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Enel Brasil S.A. Diretora de Comunicação	07.523.555/0001-67		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Basilio Pires de Carvalho Albuquerque Conselheiro de Administração	721.694.197-72	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Enel Brasil S.A. Diretor de Jurídico/ Conselheiro de Administração	07.523.555/0001-67		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Basilio Pires de Carvalho Albuquerque Conselheiro de Administração	721.694.197-72	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A.	29.276.612/0001-93		
Diretor Presidente			
Observação			

Administrador do Emissor			
Flavia da Silva Baraúna	047.486.047-78	Subordinação	Controlador Indireto
Diretor de Segurança Patrimonial e de Serviços			
Pessoa Relacionada			
Enel Brasil S.A.	07.523.555/0001-67		
Diretor de Serviços e Segurança Patrimonial			
Observação			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Em linha com a sua política de contratação de seguros, a Companhia contratou apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (“D&O”), visando garantir aos administradores da Companhia o reembolso dos valores pagos a título de indenização decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia e do pagamento de multas, penalidades e acordos contratuais e administrativos impostos aos administradores da Companhia, durante o regular exercício de suas atividades.

A contratação da cobertura de pagamento de multas e acordos contratuais visa garantir aos administradores que a Companhia os manterá indenizados contra perdas decorrentes de reclamações de terceiros que acarretem em, multas e penalidades em virtude de atos danosos praticados no exercício regular das suas funções, excetuadas as hipóteses de culpa grave e dolo, além de outras previstas no mesmo contrato. A Companhia entende que ao contratar a nova cobertura ao seu D&O, estará em conformidade com as melhores práticas de mercado, aumentando a proteção de seus administradores no exercício de sua função na Companhia.

A atual apólice de D&O está vigente até 10 de novembro de 2019, sob o prêmio líquido pago no valor de R\$ 56.982,33. A referida apólice de Seguro, contratada em nome da Enel Brasil S.A., abrange não só os executivos da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. como também os executivos das demais organizações da Tomadora Enel Brasil S.A., podendo tal limite ser insuficiente para garantir a indenização de eventuais danos causados a terceiros.

A Companhia não presta compromisso de indenidade com seus administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

12.12 - Outras informações relevantes

Práticas de Governança Corporativa

Código Brasileiro de Governança Corporativa coordenado pelo IBGC

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC"), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e Conselho Fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código Brasileiro de Governanças Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

- capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas têm a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle é feita a preço transparente;
- contratação de empresa de auditoria independente que tenha prestado serviços de auditoria interna para a companhia há mais de três anos;
- não acumulação do cargo de diretor-presidente e presidente do conselho de administração;
- adoção de política de gerenciamento de riscos, código de ética e conduta e política de negociação de valores mobiliários;
- definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;
- atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e que registram as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e
- utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

12.12 - Outras informações relevantes

Novo Mercado

Em 2000, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a (i) emitir apenas ações ordinárias; (ii) manter, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação; (iii) detalhar e incluir informações adicionais nas informações trimestrais; e (iv) disponibilizar as demonstrações financeiras anuais no idioma inglês e com base em princípios de contabilidade internacionalmente aceitos ou com base na legislação societária brasileira, neste caso acompanhadas de nota explicativa que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões de contabilidade internacionalmente aceitos, evidenciando as principais diferenças, e do parecer dos auditores independentes. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a B3, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos. As principais regras relativas ao Novo Mercado são sucintamente descritas a seguir, às quais também estaremos sujeitos.

Conselheiro representante dos empregados

O conselheiro da administração Sr. Bernardino Jesus de Brito foi eleito nos termos do artigo 140, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações, o qual prevê sobre a participação de representantes dos empregados no Conselho de Administração, escolhidos pelo voto destes, em eleição direta, organizada pela empresa, em conjunto com as entidades sindicais que os representem.

Para maiores informações sobre os membros do Conselho de Administração, vide item 12.6/8 deste Formulário de Referência.

Assembleias Gerais

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais foram realizadas as seguintes assembleias gerais da Companhia, as quais foram instaladas, na sua totalidade, em primeira convocação, com exceção da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 02 de janeiro de 2018, cujas matérias foram parcialmente deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária de 11 de janeiro de 2018, realizada em segunda convocação:

12.12 - Outras informações relevantes

- Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2019, em primeira convocação, presentes acionistas representando 95,88% do capital social votante;
- Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2018, presente acionistas representando 95,89% do capital social votante;
- Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2018, presente acionistas representando 68,73% do capital social votante;
- Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de janeiro de 2018, em primeira convocação, presentes acionistas representando 54,41% do capital social votante;
- Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 02 de janeiro de 2018, em primeira convocação, presentes acionistas representando 58,22% do capital social votante;
- Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de setembro de 2017, presentes acionistas representando 73,08% do capital social votante;
- Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de maio de 2017, presentes acionistas representando 73,08% do capital social votante;
- Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 20 de abril de 2017, presente acionistas representando 97% do capital social votante;
- Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 22 de fevereiro de 2017, presentes acionistas representando 73,08%; do capital social votante;
- Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 9 de janeiro de 2017, presentes acionistas representando 50,00001%; do capital social votante;
- Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de dezembro de 2016, presentes acionistas representando 97,84%; do capital social votante;
- Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 05 de dezembro de 2016, presentes acionistas representando 97,84%; do capital social votante;
- Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2016, presentes acionistas representando 77,81%; do capital social votante;
- Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2016, presentes acionistas representando 77,81%; do capital social votante;
- Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2016, presentes acionistas representando 77,81%; do capital social votante;
- Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de março de 2016, presentes acionistas representando 77,81%; do capital social votante;
- Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 09 de novembro de 2015, presentes acionistas representando 97,84%; do capital social votante;
- Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 05 de agosto de 2015, presentes acionistas representando 77,81%; do capital social votante;
- Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2015, presentes acionistas representando 77,81%; do capital social votante; e

12.12 - Outras informações relevantes

- Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 23 de abril de 2015, presentes acionistas representando 97,84% do capital social votante.

Conselho Fiscal

A Companhia possuía Conselho Fiscal instalado até a última Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2019, na qual foi decidido não reinstalar o Conselho Fiscal para o exercício social de 2019.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

Na data deste Formulário de referência, a Companhia não possuía política de remuneração e benefícios formalmente aprovada.

Conselho de Administração

A prática de remuneração do Conselho de Administração, possui como objetivo atrair e reter conselheiros com conhecimento do segmento e de negócios para enriquecer as discussões estratégicas da Companhia, acompanhar, monitorar os resultados, aconselhar na condução dos negócios e contribuir com sugestões de melhores práticas de mercado, garantindo as boas práticas de governança corporativa da Companhia.

Diretoria Estatutária e Não-Estatutária

A remuneração dos diretores da Companhia é determinada de acordo com as atribuições e responsabilidades de cada executivo e em relação a outros executivos do mercado de energia e de empresas com boas práticas de recursos humanos (mercado selecionado). A prática de remuneração dos diretores foi estruturada com o objetivo de:

- (i) Vincular o desempenho dos diretores ao desempenho operacional e financeiro da Companhia, aos seus planos de negócio e objetivos estratégicos;
- (ii) Alinhar a remuneração dos diretores com os interesses dos acionistas da Companhia; e
- (iii) Otimizar o investimento da Companhia em recursos humanos visando atrair e reter profissionais capacitados e considerados "chave" para a sustentabilidade de seus negócios, tendo práticas competitivas em relação às empresas do mercado no qual atua.

Comitê de Auditoria

As atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria estão devidamente descritas no item 12 deste Formulário de Referência e as suas práticas de remuneração possuem como principal objetivo atrair e reter profissionais com conhecimento do segmento e de negócios para enriquecer as discussões sobre as práticas do referido comitê.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os elementos do pacote de remuneração da Companhia são:

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus ao salário base pró-labore (remuneração fixa mensal), com base no nível e complexidade do cargo exercido na Companhia e exercido no mercado. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a qualquer tipo de benefício, em adição à remuneração fixa determinada.

Diretoria Estatutária e Não-Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária e Não-Estatutária da Companhia recebem o salário base pró-labore (remuneração fixa mensal), com base no nível e complexidade do cargo exercido na Companhia e exercido pelo mercado; bônus como remuneração variável de curto prazo; e incentivo de longo prazo. O bônus é calculado a partir do alcance e a superação de metas empresariais.

Além da remuneração acima descrita, os membros da Diretoria Estatutária e Não-Estatutária fazem jus aos seguintes benefícios, alinhados às práticas de mercado no nível executivo: automóvel, plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e *check up* anual. Referente ao benefício pós-emprego, a Companhia possui um plano de previdência privada.

Tal prática de remuneração visa alinhar os objetivos dos executivos aos objetivos da companhia bem como contribuir com o desempenho de seus executivos, garantindo comprometimento e a satisfação com a remuneração e a possibilidade de ascensão interna.

Os Diretores Estatutários em condição de expatriação possuem remuneração em seu país de origem e no país onde desempenham seu trabalho. As práticas de remuneração para estes diretores são definidas pela Enel SpA), controladora indireta da Companhia.

Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria farão jus a remuneração e o pró-labore baseado no desempenho de suas funções e de acordo com a demanda de reuniões estabelecidas pela Companhia.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Conselho de Administração	100% remuneração fixa (salário I pró-labore)	100% remuneração fixa (salário I pró-labore)	100% remuneração fixa (salário I pró-labore)
Diretores Estatutários	32% remuneração fixa (salário I pró-labore)	44% remuneração fixa (salário I pró-labore)	35% remuneração fixa (salário I pró-labore)
Bônus	9% bônus	30% bônus	39% bônus
Incentivos de Longo Prazo	18% incentivos de longo prazo (Outros – ILP)	15% incentivos de longo prazo (Outros – ILP)	15% incentivos de longo prazo (Outros – ILP)
Benefícios diretos e indiretos	15% Benefícios diretos e indiretos	15% Benefícios diretos e indiretos	9% Benefícios diretos e indiretos
Benefícios pós emprego	26% Benefícios pós emprego	5% Benefícios pós emprego	3% Benefícios pós emprego

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

As remunerações dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária são aprovadas em Assembleia Geral Ordinária, determinada como premissa básica de aprovação, a remuneração dos administradores deverá representar um custo sustentável e que não comprometa outros investimentos de negócio. Os reajustes são baseados no crescimento das remunerações praticadas pelo mercado.

Ademais, os valores de remuneração pagos pela Companhia aos seus administradores são comparados periodicamente com o mercado através de pesquisa salarial contratada junto a consultorias especializadas. Tal pesquisa tem como objetivo a análise da competitividade da

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

remuneração dos administradores frente ao mercado selecionado e é composta por empresas que apresentam sólidas práticas em recursos humanos e/ou do mesmo segmento e porte da Companhia.

Adicionalmente, o acionista controlador da Companhia define a metodologia de cálculo para o reajuste da remuneração total da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, considerando os índices de inflação do ano anterior, o posicionamento do profissional no mercado, a equidade interna e o desempenho do executivo.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia analisa a performance e o desempenho de seus administradores para manter uma remuneração de acordo com as práticas de mercado, adequadas à qualidade de seus executivos, assegurando o reconhecimento meritocrático dos profissionais de alto desempenho e dentro de suas possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão e a permanência de nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho no curto prazo.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Na eventualidade de os profissionais eleitos ou indicados pelo controlador da Companhia para compor o Conselho de Administração da Companhia, cumulativamente, exercerem a função de Diretor Estatutário ou empregado da Companhia, não deverão ser remunerados especificamente pela função de conselheiro de administração, uma vez que o exercício de tal cargo é parte do contrato de trabalho celebrado entre o executivo e a Companhia.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração está alinhada às pesquisas salariais contratadas pela Companhia. Em relação a remuneração do Presidente do Conselho de Administração, o valor é diferenciado (conforme resultados apresentados nas pesquisas salariais) e está baseada na diferenciação de suas responsabilidades em relação aos demais membros do Conselho de Administração.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para 2019, a remuneração de salário, pró-labore e benefícios diretos e indiretos será baseada nas práticas de mercado apresentadas pelas consultorias especializadas.

Consideramos o desempenho de indicadores relevantes para a estratégia da Companhia, jus a remuneração variável (Bônus e ILP) de nossos administradores. Para 2019, os indicadores considerados para aferição da remuneração variável serão baseados em indicadores relacionados a Companhia e as áreas de atuação de cada membro da Diretoria estatutária:

- segurança do trabalho;
- resultados financeiros;
- EBIT;
- projetos relacionados as áreas de atuação; e
- objetivos relacionados a área de atuação do membro da Diretoria Estatutária.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Os resultados dos indicadores acima mencionados são utilizados para o pagamento de bônus. Os indicadores da Companhia, possuem um peso de 100% sobre o total de bônus a ser pago e são revisados anualmente, podendo ser alterados de acordo com a estratégia da Companhia.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Para refletir a evolução dos indicadores de desempenho, a Companhia tem como prática o pagamento de parcela da remuneração dos Diretores como remuneração variável conforme mencionado no item 13.1 (c) acima. Cada indicador tem um peso específico que, ponderado, consolida a remuneração variável total, que é aprovada pelo Conselho de Administração.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia busca, por meio da prática de adoção de remunerações e benefícios compatíveis com o mercado, atrair e reter profissionais qualificados, de forma a manter em seu quadro de colaboradores profissionais incentivados e comprometidos com a sua estratégia de crescimento sustentável e com seu plano de negócios.

Assim, a prática da Companhia de remuneração se alinha com os seus interesses de curto, médio e longo prazo na medida em que atrela as metas financeiras, segurança do trabalho e metas relacionadas a área de atuação de cada membro da Diretoria Estatutária.

Os objetivos são sustentados pelos seguintes valores da Companhia:

- responsabilidade;
- inovação;
- confiança; e
- proatividade.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A prática de remuneração está alinhada com a prática da Enel SpA, Enel Brasil S.A. e Enel Brasil Investimentos S.A., novo controlador da Companhia. Para maiores informações sobre a remuneração suportada pelo acionista controlador direto ou indireto da Companhia, vide item 13.15 deste Formulário de Referência.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefícios diretos e indiretos vinculados a ocorrência de eventos societários.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

Para a definição da remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, são utilizadas pesquisas salariais contratadas pela Companhia em consultorias especializadas bem como alinhamentos com o grupo Enel.

Tais pesquisas levam em consideração em seus estudos a comparação de posições com atribuições e responsabilidades semelhantes em empresas do mesmo segmento ou empresas que possuem boas práticas de recursos humanos e/ ou governança corporativa.

Os resultados apresentados pelas pesquisas são comparados às práticas da Companhia e apresentados ao Conselho de Administração, responsável por aprovar qualquer alteração ou manutenção proposta.

Adicionalmente, após a aquisição de controle pelo grupo Enel, a Companhia passou a utilizar as diretrizes e práticas utilizadas pelo grupo visando alinhamento de práticas e diretrizes.

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O processo decisório relacionado às práticas de remuneração dos administradores da Companhia é de responsabilidade do Conselho de Administração, órgão este responsável pela decisão final.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração da Companhia segue as práticas com base em pesquisas de mercado e alinhamentos ao grupo Enel e visa atrair e reter profissionais competentes e qualificados para as funções previstas.

Para a definição dos valores alvos de remuneração variável e fixa, a Companhia utiliza uma metodologia que mensura a importância e a complexidade dos trabalhos relativos aos resultados esperados para o determinado cargo. Além disto, a Companhia utiliza pesquisas para comparação das práticas internas com as práticas utilizadas pelo mercado. Essas pesquisas levam em consideração a participação de um grupo de empresas que são selecionadas a partir dos seguintes critérios:

- empresas que atuam no mesmo setor;
- empresas estruturadas, com processos claros e critérios definidos para gestão de remuneração e de pessoas; e
- empresas em regiões competitivas.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui política de remuneração para administradores.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	6,00	3,00	18,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.063.040,00	3.370.275,00	12.000,00	5.445.315,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.351.749,00	0,00	1.351.749,00
Participações em comitês	440.000,00	0,00	0,00	440.000,00
Outros	500.608,00	828.726,00	0,00	1.329.334,00
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos INSS	Encargos INSS	Encargos INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.360.850,00	0,00	2.360.850,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.685.469,00	0,00	1.685.469,00
Descrição de outras remunerações variáveis		202.217 INSS de ILP, 472.170 INSS de Bônus e 1.011.082 de ILP		
Pós-emprego	0,00	204.574,00	0,00	204.574,00
Cessação do cargo	0,00	722.779,00	0,00	722.779,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Número de membros de cada órgão (letra"b") foi apurado da forma especificada no OFICIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N.º03/2019	Número de membros de cada órgão (letra"b") foi apurado da forma especificada no OFICIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N.º03/2019	Número de membros de cada órgão (letra"b") foi apurado da forma especificada no OFICIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N.º03/2019	
Total da remuneração	3.003.648,00	10.524.421,00	144.000,00	13.672.069,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,58	5,50	3,67	17,75
Nº de membros remunerados	7,33	4,50	3,67	15,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.834.068,00	4.235.384,00	440.000,00	7.509.452,00
Benefícios direto e indireto	0,00	2.308.187,00	0,00	2.308.187,00
Participações em comitês	720.000,00	0,00	0,00	720.000,00
Outros	710.814,00	1.169.733,00	88.000,00	1.968.547,00

Descrição de outras remunerações fixas	Encargos INSS	Encargos INSS	Encargos INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.190.867,00	0,00	1.190.867,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	3.135.981,00	0,00	3.135.981,00
Descrição de outras remunerações variáveis		482.968,00 INSS ILP, 238.173,00 INSS Bônus e 2.414.840,00 DE ILP		
Pós-emprego	0,00	332.868,00	0,00	332.868,00
Cessação do cargo	0,00	3.397.110,00	0,00	3.397.110,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no OFICIO/CIRCULAR/ CVM/SEP/N.º03/2019	Número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no OFICIO/CIRCULAR/ CVM/SEP/N.º03/2019	Número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no OFICIO/CIRCULAR/ CVM/SEP/N.º03/2019	
Total da remuneração	4.264.882,00	15.770.130,00	528.000,00	20.563.012,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,75	4,50	5,00	20,25
Nº de membros remunerados	5,67	4,50	5,00	15,17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.232.000,00	3.313.240,00	608.000,00	5.153.240,00
Benefícios direto e indireto	0,00	274.587,00	0,00	274.587,00
Participações em comitês	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
Outros	246.400,00	662.648,00	121.600,00	1.030.648,00
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos INSS	Encargos INSS	Encargos INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.068.802,00	0,00	3.068.802,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	844.657,00	0,00	844.657,00

Descrição de outras remunerações variáveis		R\$613.760,00 de INSS e R\$230.896,00 de ILP		
Pós-emprego	0,00	313.195,00	0,00	313.195,00
Cessação do cargo	0,00	225.787,00	0,00	225.787,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	365.241,00	0,00	365.241,00
Observação	Número de membros de cada órgão (letra"b") foi apurado da forma especificada no OFICIOCIRCULAR/CVM/SEP/N.º02/2018	Número de membros de cada órgão (letra"b") foi apurado da forma especificada no OFICIOCIRCULAR/CVM/SEP/N.º02/2018	Número de membros de cada órgão (letra"b") foi apurado da forma especificada no OFICIOCIRCULAR/CVM/SEP/N.º02/2018	
Total da remuneração	1.178.400,00	9.068.157,00	729.600,00	11.576.157,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	6,00	5,00	21,00
Nº de membros remunerados	6,58	6,00	4,67	17,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.007.238,00	3.277.279,00	559.667,00	4.844.184,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.427.542,00	0,00	1.427.542,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	201.448,00	655.456,00	111.933,00	968.837,00
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos INSS	Encargos INSS	Encargos INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.713.505,00	0,00	2.713.505,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	804.851,00	0,00	804.851,00
Descrição de outras remunerações variáveis		R\$542.700,00 de encargos e R\$262.151,00 de ILP		
Pós-emprego	0,00	423.147,00	0,00	423.147,00
Cessação do cargo	0,00	1.633.361,00	0,00	1.633.361,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.127.000,00	0,00	1.127.000,00

Observação	Número de membros de cada órgão (letra"b") foi apurado da forma especificada no OFICIOCIRCULAR/CVM/SEP/N.º02/2018	Número de membros de cada órgão (letra"b") foi apurado da forma especificada no OFICIOCIRCULAR/CVM/SEP/N.º02/2018	Número de membros de cada órgão (letra"b") foi apurado da forma especificada no OFICIOCIRCULAR/CVM/SEP/N.º02/2018	
Total da remuneração	1.208.686,00	12.062.141,00	671.600,00	13.942.427,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Não possuímos plano de remuneração variável para o Conselho de Administração.

A tabela abaixo demonstra os valores e políticas para os Diretores Estatutários da Companhia, sendo que não incluem remuneração variável relacionada à participação nos lucros, para a qual a Diretoria Estatutária não é elegível, e incluem a remuneração variável de resultados (bônus) e incentivo de longo prazo (ILP) (até o ano de 2018).

Prevista para 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	6	0	18
Nº de membros remunerados	0	0	0	0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.574.149,00	0,00	3.574.149,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	2.978.458,00	0,00	2.978.458,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	5	4	18
Nº de membros remunerados	7,33	4,5	3,67	15,5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	8.104.320,00	0,00	8.104.320,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	5.299.864,00	0,00	5.299.864,00
Valor efetivamente reconhecido	0,00	3.605.706,00	0,00	3.605.706,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,75	4,5	5	20,25
Nº de membros remunerados	0,00	4,5	0,00	4,5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5.822.183,00	0,00	5.822.183,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	3.424.713,00	0,00	3.424.713,00
Valor efetivamente reconhecido	0,00	3.664.939,00	0,00	3.664.939,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10	6	5	21
Nº de membros remunerados	0,00	6	0,00	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	6.145.204,00	0,00	6.145.204,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	3.813.896,00	0,00	3.813.896,00
Valor efetivamente reconhecido	0,00	4.134.051,00	0,00	4.134.051,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia, portanto, nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia no período corrente e nos últimos três exercícios sociais.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia, portanto, nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores relacionados às ações de sua emissão e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia no final do último exercício social.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia, portanto, nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**(a) modelo de precificação**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Não aplicável, tendo em vista que não havia ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal na data de encerramento do último exercício social.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Na tabela abaixo apresentamos os planos de previdência em vigor da Companhia:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	5,5
Nº de membros remunerados	-	3
Nome do Plano	-	Metlife
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	-	1
Condições para se aposentar antecipadamente	-	Na ocorrência de invalidez ou morte do participante, o saldo acumulado na conta do participante será posto à disposição do participante, beneficiários e sucessores legais, sem qualquer prazo de carência, mediante solicitação devidamente instruída na Metlife e a apresentação dos documentos previstos no regulamento.
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$554.201,70
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$108.740,61

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

<p>Possibilidade de resgate antecipado e condições</p>	<p>-</p>	<p>O participante poderá, após completado o prazo de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de registro na Metlife da proposta de inscrição solicitar o resgate total ou parcial do valor acumulado em seu nome; ou a portabilidade total ou parcial do valor acumulado em seu nome, para outra entidade de previdência complementar, aberta ou fechada. O intervalo mínimo entre pedidos de resgate ou entre solicitações de portabilidade do mesmo participante, deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do registro do último pedido ou solicitação.</p> <p>O resgate da conta instituidora básica e/ou suplementar seguirá a carência determinada pela Resolução CNSP 139 de 27 de dezembro de 2005, art.56, § 4º, conforme segue: “Os recursos correspondentes a cada uma das contribuições das pessoas jurídicas no plano de previdência somente poderão ser resgatados após o período de carência de um ano civil completo, contado a partir do 1º dia útil do mês de janeiro do ano subsequente ao da contribuição. O participante, na hipótese de perda do vínculo empregatício ou de administração com a instituidora, terá sempre direito ao valor total dos recursos acumulados na conta Participante – básica e suplementar, acrescido de um percentual do valor acumulado na Conta Empresa - Básica, calculado de acordo com a tabela abaixo.</p>
---	----------	---

Tempo de contribuição ao programa	% a ser liberado sobre as contribuições básicas da instituidora
Até 1 mês	0%
A partir de 1 mês	100%

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

São expressamente vedados quaisquer resgates ou portabilidades para outras entidades de previdência aberta ou fechada, totais ou parciais, dos valores acumulados na conta básica instituidora, sem que antes sejam cumpridos os requisitos de *vesting*, descritos acima.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	5,50	4,50	6,00	8,58	10,75	10,00	3,67	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	4,50	4,50	6,00	7,33	5,67	6,58	3,67	5,00	4,67
Valor da maior remuneração(Reais)	2.707.182,00	2.703.289,00	2.392.598,00	918.480,00	266.400,00	191.760,00	120.000,00	126.000,00	144.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	357.256,00	293.261,00	517.759,00	262.767,00	175.200,00	177.600,00	115.000,00	48.000,00	48.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.272.344,00	1.731.500,00	1.815.897,00	488.738,00	270.353,00	153.076,00	118.333,00	121.600,00	119.843,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2018	(i) O valor da menor remuneração foi apurado considerando todos os membros remunerados em 2018; (ii) o valor médio é o total pago em 2018, excluindo os encargos de INSS sobre a remuneração fixa e variável, dividido pelo número de membros remunerados; e (iii) o valor da maior remuneração foi apurado por meio do maior valor pago a todos os membros remunerados em 2018.
31/12/2017	(i) O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros de órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2017. (ii) o valor médio é o total pago no ano, excluindo as despesas discriminadas no campo "outros" da remuneração fixa e INSS sobre a remuneração variável e finalmente dividido pelo número de membros remunerados; e (iii) o valor da maior remuneração foi apurado por meio do maior valor pago a 1 diretor considerando que este exerceu o cargo por 12 meses em 2017.
31/12/2016	(i) O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros de órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2016. (ii) O valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros (média anual apurada mensalmente); e (iii) o valor da maior remuneração foi apurado por meio do maior valor pago a 1 diretor considerando que este exerceu o cargo por 12 meses em 2016.

Conselho de Administração	
31/12/2018	(i) O Conselho de Administração não tem remuneração variável (bônus e incentivo de longo prazo), nem tampouco benefícios diretos e indiretos; (ii) inclui suplentes caso tenha recebido remuneração em mês específico; (iii) o valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros de órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2018; (iv) o valor médio é o total pago no ano, excluindo os encargos de INSS da remuneração fixa e variável, dividido pelo número de membros remunerados; e (v) para fins do cálculo do item 13.2 deste Formulário de Referência foram considerados membros suplentes que efetivamente receberam remuneração.
31/12/2017	(i) o Conselho de Administração não tem Remuneração variável (Bônus e Incentivo de Longo Prazo), nem tampouco Benefícios diretos e indiretos. (ii) Inclui Suplentes caso tenha recebido remuneração em mês específico; (iii) O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros de órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2017; (iv) o valor médio é o total pago no ano, excluindo as despesas discriminadas no campo "outros" da remuneração fixa dividido pelo número de membros remunerados; (v) para fins do cálculo do 13.2 acima foram considerados membros suplentes que efetivamente receberam remuneração
31/12/2016	(i) o Conselho de Administração não tem Remuneração variável (Bônus e Incentivo de Longo Prazo), nem tampouco Benefícios diretos e indiretos. (ii) Inclui Suplentes caso tenha recebido remuneração em mês específico; (iii) O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros de órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2016; (iv) o valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros (média anual apurada mensalmente); (v) para fins do cálculo do 13.2 acima foram considerados membros suplentes que efetivamente receberam remuneração por terem participado ativamente do Conselho durante o ano.

Conselho Fiscal	
31/12/2018	(i) O Conselho Fiscal não tem remuneração variável (bônus e incentivo de longo prazo), nem tampouco benefícios diretos e indiretos; (ii) inclui suplentes caso tenha recebido remuneração em mês específico; (iii) o valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros de órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2018; (iv) o valor médio é o total pago no ano, excluindo os encargos de INSS da remuneração fixa e variável, dividido pelo número de membros remunerados; (v) para fins do cálculo d item o 13.2 deste Formulário de Referência foram considerados membros suplentes que efetivamente receberam remuneração por terem participado ativamente do Conselho Fiscal durante o ano.
31/12/2017	(i) o Conselho Fiscal não tem Remuneração variável (Bônus e Incentivo de Longo Prazo), nem tampouco Benefícios diretos e indiretos. (ii) Inclui Suplentes caso tenha recebido remuneração em mês específico; Observações: (iii) O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros de órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2017. (iv) o valor médio é o total pago no ano, excluindo as despesas discriminadas no campo "outros" da remuneração fixa dividido pelo número de membros remunerados; (v) para fins do cálculo do 13.2 acima foram considerados membros suplentes que efetivamente receberam remuneração por terem participado ativamente do Conselho durante o ano.
31/12/2016	(i) o Conselho Fiscal não tem Remuneração variável (Bônus e Incentivo de Longo Prazo), nem tampouco Benefícios diretos e indiretos. (ii) Inclui Suplentes caso tenha recebido remuneração em mês específico; Observações: (iii) O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros de órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2016. (iv) o valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros (média anual apurada mensalmente); (v) para fins do cálculo, vide item 13.2 deste Formulário de Referência, foram considerados membros suplentes que efetivamente receberam remuneração por terem participado ativamente do Conselho durante o ano.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Em caso de rescisão imotivada e que tenha ocorrido por iniciativa da Companhia, o diretor estatutário terá direito ao pagamento de indenização equivalente a 6 (seis) vezes o valor de sua retirada mensal deduzindo os impostos retidos na fonte e Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS. Em linha com a política de contratação de seguros da Companhia, contratou-se apólice de seguro de responsabilidade civil de administradores ("D&O"), visando garantir aos administradores da Companhia o reembolso dos valores pagos a título de indenização decorrentes de referente à reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, durante o regular exercício de suas atividades decorrentes de atos de sua gestão.

O D&O da Companhia vencerá em 10 de novembro de 2019. O D&O da Companhia abrange, os executivos da Companhia, tendo limite máximo de indenização de R\$ 56.239.500,00 e prêmio total líquido pago no valor de R\$ 56.981,74. Tais valores podem ser insuficientes para garantir a indenização de eventuais danos causados a terceiros e à Companhia.

A Companhia não presta compromisso de indenidade com seus administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

A tabela abaixo apresenta o percentual na remuneração total devido por administradores e membros do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores nos três últimos exercícios sociais:

Órgão	2018	2017	2016
Conselho de Administração	5%	18%	16%
Diretoria Estatutária	12%	91%	38%
Conselho Fiscal	0%	54%	0%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não houve remuneração de administradores e membros do Conselho Fiscal reconhecida no resultado de controladores diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 em função do exercício do cargo na Companhia.

As tabelas abaixo apresentam a remuneração de administradores e membros do Conselho Fiscal reconhecida no resultado de controladores diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 em função do exercício do cargo na Companhia:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (em R\$)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	R\$365.241,00	-	R\$365.241,00
Controladas	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (em R\$)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	R\$1.127.000,00	-	R\$1.127.000,00
Controladas	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

As tabelas abaixo apresentam a remuneração de administradores e membros do Conselho Fiscal reconhecida no resultado de controladores diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia nos três últimos exercícios sociais em função do exercício do cargo nas controladas, nos controladores diretos ou indiretos da Companhia ou de sociedades sob controle comum:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (em R\$)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$330.170,00	R\$272.995,00	-	R\$603.165,00
Controladas	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	R\$247.969,00	R\$999.419,00	-	R\$1.247.388,00

Para o ano de 2018, o valor recebido por alguns membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia foi a título de remuneração pelo exercício de suas funções na Enel Brasil S.A., atual controladora da Companhia e em sociedade sob controle comum da Companhia.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (em R\$)

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$9.883.326,00	-	-	R\$9.883.326,00
Controladas	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	R\$266.400,00	R\$5.000.118,00	R\$231.000,00	R\$5.497.518,00

Para o ano de 2017, o valor recebido pelos membros do Conselho de Administração da Companhia foi a título de remuneração pelo exercício de suas funções na The AES Corporation, que era controladora indireta da Companhia.

Para o ano de 2017, o valor recebido por alguns dos membros do Conselho de Administração da Companhia foi a título de remuneração pelo exercício de suas funções na AES Tietê Energia S.A., sociedade sob controle comum da Companhia.

Para o ano de 2017, o valor recebido por alguns dos membros da diretoria da Companhia foi a título de remuneração pelo exercício de suas funções na AES Tietê Energia S.A. e na AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., sociedade sob controle comum da Companhia.

Para o ano de 2017, o valor recebido por alguns dos membros do Conselho Fiscal da Companhia foi a título de remuneração pelo exercício de suas funções na AES Elpa S.A. e AES Tietê Energia S.A. sociedades sob controle comum da Companhia.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (em R\$)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$9.592.502,00	-	-	R\$9.592.502,00
Controladas	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	R\$328.440,00	R\$4.919.596,00	-	R\$5.248.036,00

Para o ano de 2016, o valor recebido por alguns dos membros do Conselho de Administração da Companhia foi a título de remuneração pelo exercício de suas funções na The AES Corporation, que era controladora indireta da Companhia.

Para o ano de 2016, o valor recebido por alguns dos membros do Conselho de Administração da Companhia foi a título de remuneração pelo exercício de suas funções na AES Tietê Energia S.A., sociedade sob controle comum da Companhia.

Para o ano de 2016, o valor recebido por alguns dos membros da diretoria da Companhia foi a título de remuneração pelo exercício de suas funções na AES Tietê Energia S.A. e na AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., sociedade sob controle comum da Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

Até 27 de novembro de 2017, os Diretores da Companhia participavam de um Plano de Remuneração de Longo Prazo baseado em ações de emissão da The AES Corporation (“AES Corporation” e “Plano de Remuneração”, respectivamente), antiga controladora da Companhia, condicionado ao alcance de metas corporativas globais com a seguinte composição: (i) *Performance Units*, no qual o Diretor recebe um bônus diferido com base na performance do indicador global financeiro “fluxo de caixa”; e (ii) *Restricted Stock Units*, no qual o Diretor recebe as ações da AES Corporation para aliená-las no mercado secundário após um período de carência. O Plano de Remuneração foi encerrado após a migração da Companhia para o Novo Mercado.

Em 27 de abril de 2018, um novo plano de remuneração de longo prazo foi submetido à aprovação em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e reprovado nesta mesma ocasião.

Em maio de 2018, foi apresentada uma proposta e recomendação para a remuneração de longo prazo da Diretoria Estatutária da Companhia, com o objetivo de, por meio de bônus de compensação: (i) efetuar o pagamento dos valores de remuneração de longo prazo para o ano de 2017; e (ii) liquidar os valores concedidos anteriormente aos diretores estatutários conforme plano de remuneração de longo prazo anterior a migração da Companhia para o Novo Mercado. Tendo sido destacado: (i) o histórico de recomendação e aprovação dos modelos de remuneração total; (ii) as características do modelo de remuneração de longo prazo anterior e modelo proposto; (iii) os valores globais aprovados, concedidos e que ainda se encontram pendentes de quitação; (iv) os valores globais pendentes de concessão referentes a performance no exercício de 2017; (v) as práticas de mercado; e (vi) a análise do valor total proposto e recomendado como bônus de compensação versus os limites estabelecidos para a remuneração global anual da Administração para o ano de 2018, aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2018. Diante do exposto, a Diretoria de Recursos Humanos e de Comunicação Interna recomendou o pagamento por meio de bônus de compensação, referente aos valores relacionados à remuneração de longo prazo para 2017 e a quitação dos valores equivalentes as ações restritas outorgadas referentes aos exercícios de 2014 a 2016 pelo ex-controlador e “non-vested” concedidos aos diretores estatutários.

Assim, considerando que: (i) constam nos contratos de diretores estatutários a previsão de remuneração de 50% da remuneração de longo prazo, com base em outorgas de ações restritas da AES Corporation; (ii) não foi aprovada em assembleia geral de acionistas em 27 de abril de 2018 a criação do plano de outorga de ações sugerido, portanto não há instrumento para honrar a transição do modelo baseado em ações da AES Corporation para o modelo baseado em ações da Companhia; (iii) por força do contrato e conforme parecer jurídico apresentado, os diretores estatutários teriam direito a receber os valores concedidos em ações da AES Corporation referentes à performance dos anos de 2014 a 2017 e esses valores se encontravam-se pendentes de recebimento; (iv) a continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelos atuais diretores estatutários era de fundamental para assegurar o sucesso do processo de alienação do controle acionário da Companhia através das Ofertas Públicas de Ações (OPA) já apresentadas e formalizadas e cujo leilão ocorreu no dia 04 de junho; e (v) a efetiva contribuição desses diretores para a valorização das ações da Companhia em vista da implementação de ações estratégicas fundamentais para a valorização da Companhia também no contexto relacionado ao processo de alienação do controle da Companhia através do leilão de OPA, os membros do Conselho de Administração, aprovaram, por unanimidade de votos, nos termos da recomendação favorável do Comitê e Remuneração e Pessoas, a proposta apresentada pela Diretoria de Recursos Humanos e de Comunicação Interna para pagamento de bônus de compensação equivalente ao valor : (i) das ações “non-vested”

13.16 - Outras informações relevantes

originalmente outorgadas pela AES Corporation referentes às performances de 2014 a 2016; e (ii) do incentivo de longo prazo pendente de concessão referente às performances de 2017.

Os membros do Conselho de Administração, deliberaram, conforme recomendação do Comitê de Remuneração e Pessoas, (i) que o pagamento fosse realizado somente após a realização do leilão de OPA a ocorrer em 04 de junho de 2018; (ii) que o pagamento estivesse condicionado a efetivação da alienação do controle acionário da Companhia no leilão de OPA acima referido, e (iii) à aceitação por cada um dos diretores estatutários da exclusão das cláusulas contratuais que se referem ao programa de *incentivo de longo prazo anteriormente existente* nos Contratos de Prestação de Serviços da diretoria estatutária por meio de aditivo contratual a ser firmado com a Companhia, para integral alinhamento com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2018, e dando quitação integral de todos e quaisquer valores devidos no âmbito dos Contratos de Prestação de Serviços e relativos ao programa de incentivo de longo prazo até data de aprovação em Conselho.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de empregados, incluindo todos os cargos e posições até o nível de presidência:

<u>Quantidade de empregados próprios</u>	30/09/2018	31/12/2017	31/12/2016
São Paulo			
Áreas Administrativas	1.194	1.534	1.926
Áreas Operacionais	6.112	5.821	5.354
Total¹	7.306	7.355	7.280

¹ - considera estagiários e expatriados

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia não possui informações referentes ao número de terceirizados contratados segregadas por atividade desempenhada. A tabela a seguir indica a quantidade total de empregados terceirizados que prestaram serviços para a Companhia nos três últimos exercícios sociais:

	30/09/2018	31/12/2017	31/12/2016
São Paulo			
Total Geral	15.400	14.763	13.137

Nota: Grande parte da contratação de serviços é realizada por meio de UPS (Unidade Padrão de Serviços), e não por quantidade de terceiros, o que pode gerar oscilação/sazonalidade em função da demanda de serviços adquiridos.

(c) índice de rotatividade

A tabela abaixo apresenta o índice de rotatividade da Companhia para os três últimos exercícios sociais:

Índice de Rotatividade		
30/09/2018	31/12/2017	31/12/2016
8,97%	7,39%	6,04%

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de recursos humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial. Por meio desta política ela assegura:

- Remuneração alinhada às práticas de mercado em função do valor que agrega à organização;
- Definição de uma estrutura de cargos e salários adequada e transparente aos processos organizacionais;
- Geração de um conjunto de orientações e regras de remuneração e movimentação;
- Fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça com clareza as suas atribuições e responsabilidades; e
- Condições de atrair e reter os profissionais necessários para a Companhia por meio de alinhamento à mediana do mercado.

Os cargos da Companhia para fins de salário e remuneração estão classificados em diretores estatutários, executivos e demais colaboradores. Para cada grupo foram estabelecidas faixas salariais com base em pesquisas de mercado em função do valor agregado à Companhia.

Os executivos (Gerentes, Diretores Não-Estatutários, Diretores Estatutários e o Diretor Presidente) recebem salário base e incentivo de curto prazo (bônus), pago anualmente conforme item abaixo.

Além disso, os Diretores Estatutários recebem incentivos de longo prazo, conforme disposto no item 13 deste Formulário de Referência.

Os salários-base dos executivos são reajustados anualmente. Os reajustes aos demais colaboradores são concedidos de forma geral com base em acordo coletivo de trabalho, celebrado com data-base no mês de junho de cada ano.

Oferecemos aos nossos empregados Participação nos Lucros e Resultados (PLR Coletiva), assim como negociado em Acordo Coletivo de Trabalho, e PLR Individual, a qual utiliza a Avaliação de Desempenho Individual de cada colaborador para estabelecer múltiplos de salários para o público não executivo da Companhia.

Bônus

A elegibilidade do bônus se dá apenas aos executivos e está relacionado ao desempenho individual da Companhia, de forma que a classificação no processo indicará o valor do bônus a ser concedido. Somente será concedido o bônus caso os indicadores definidos para cada categoria atinjam o mínimo determinado para cada meta.

Incentivos de Longo Prazo

Anualmente a companhia oferece aos diretores estatutários uma remuneração de longo prazo no modelo de bônus diferido estipulado pelo atual controlador da Companhia.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(b) política de benefícios

A política de benefícios da Companhia visa a assegurar benefícios usualmente concedidos no mercado. Assim, os benefícios concedidos são:

Plano de Saúde

A Companhia mantém planos de saúde para todos os seus empregados. Os empregados da Companhia fazem jus a esse benefício a partir da data de admissão. Tais planos são contratados por meio de empresa especializada na área de saúde e possuem cobertura compatível com o praticado por outras empresas no mercado.

Assistência Odontológica

A Companhia disponibiliza a todos os seus empregados planos de assistência odontológica. Os empregados da Companhia fazem jus a esse benefício a partir da data de admissão. Os serviços realizados no atendimento aos empregados são compatíveis com os tradicionalmente ofertados no mercado.

Seguro de Vida

A Companhia possui apólice de seguro de vida e acidentes pessoais que oferecem coberturas para morte natural. Os empregados da Companhia fazem jus a esse benefício a partir da data de admissão.

Previdência Privada

A Companhia oferece os Planos de Previdência Privada para todos os seus empregados não diretores. A Companhia efetua a contrapartida do pagamento de 100% até o valor limite determinado conforme regulamento de cada um dos planos. Os empregados da Companhia podem optar por este benefício a qualquer momento desde a admissão. Os diretores são elegíveis ao Plano de Previdência Metlife. A Companhia efetua o aporte de equivalente a 1 salário nominal anual sem necessidade de contrapartida do colaborador.

Vale Refeição

A Companhia oferece Vale Refeição aos seus colaboradores com valores e políticas de desconto definidos anualmente em Acordo Coletivo.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para o exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui planos de remuneração baseados em ação de emissão da Companhia.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia mantém um bom relacionamento com os sindicatos que representam seus empregados, o Sindicato dos Eletricitários de São Paulo ("STIEESP") e o Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo ("SEESP"). Os acordos coletivos com vigência atual foram firmados entre a Companhia e o STIEESP e o SEESP foram firmados em 12 de junho de 2018 e 26 de julho de 2018, respectivamente, e estão em linha com o mercado elétrico, não contendo vantagens e benefícios que destoem da prática geral do mercado. A Companhia renegocia os acordos de trabalho anualmente com o STIEESP e com o SEESP, tendo as últimas negociações sido concluídas em junho e julho de 2018, respectivamente. Nos três últimos exercícios sociais não houve nenhuma greve e somente 1 (um) dia de paralisação. Referida paralisação ocorreu em 2016 em decorrência do processo de pagamento de PLR (referente ao ano base 2015) com base no cumprimento dos indicadores operacionais e financeiros da Companhia. Após o pagamento, o STIEESP não concordou com o valor pago e convocou um dia de paralisação de advertência. A Companhia e o STIEESP estabeleceram um processo de negociação para o programa de PLR de 2016 (ano subsequente), equacionando a questão. O acordo entre a Companhia e os STIEESP foi firmado em linha com o mercado elétrico, não contendo vantagens e benefícios que destoem da prática geral do mercado.

Para maiores informações acerca das contingências trabalhistas, vide item 4.3 deste Formulário de Referência.

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 14.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A.						
29.276.612/0001-93	Brasileira	Não	Sim	07/06/2018		
Não						
189.323.545	94,419%	0	0,000%	189.323.545	94,419%	
OUTROS						
8.133.352	4,056%	0	0,000%	8.133.352	4,056%	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
3.058.154	1,525%	0	0,000%	3.058.154	1,525%	
TOTAL						
200.515.051	100,000%	0	0,000%	200.515.051	100,000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A.				29.276.612/0001-93		
Enel Brasil S.A.						
07.523.555/0001-67		Não	Não	02/05/2018		
Não						
306.957.022	100,000	0	0,000	306.957.022	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
306.957.022	100,000	0	0,000	306.957.022	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Enel Brasil S.A.				07.523.555/0001-67		
Ações em Tesouraria						
		Não	Não	02/05/2018		
Não						
4.618.298	1,504	0	0,000	4.618.298	1,504	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Enel Américas S.A.						
05.723.875/0001-35	Chilena	Não	Sim	02/05/2018		
Não						
302.338.717	98,496	0	0,000	302.338.717	98,496	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
7	0,000	0	0,000	7	0,000	
TOTAL						
306.957.022	100,000	0	0,000	306.957.022	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Enel Américas S.A.			05.723.875/0001-35		
BANCO DO CHILE					
	Chilena	Não	Não	22/05/2019	
Não					
3.190.263.012	5,529	0	0,000	3.190.263.012	5,529
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
CITIBANK N.A.					
	Chilena	Não	Não	22/05/2019	
Não					
4.093.033.978	7,124	0	0,000	4.093.033.978	7,124
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Enel S.P.A.					
	Italiana	Não	Não	22/05/2019	
Não					
32.634.845.201	56,803	0	0,000	32.634.845.201	56,803
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
17.534.499.325	30,544	0	0,000	17.534.499.325	30,544

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Enel Américas S.A.				05.723.875/0001-35	
TOTAL					
57.452.641.516	100,000	0	0,000	57.452.641.516	100,000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Enel S.P.A.					
Ministerio de Economia e de Finanças da Itália					
Italiana		Não	Não	20/12/2017	
Não					
2.397.856.331	23,585	0	0,000	2.397.856.331	23,585
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
7.768.823.615	76,415	0	0,000	7.768.823.615	76,415
TOTAL					
10.166.679.946	100,000	0	0,000	10.166.679.946	100,000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
			Composição capital social		
BANCO DO CHILE					
OUTROS					
3.916.654.759	100,000	0	0,000	3.916.654.759	100,000
TOTAL					
3.916.654.759	100,000	0	0,000	3.916.654.759	100,000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
CITIBANK N.A.					
OUTROS					
5.077.695.978	100,000	0	0,000	5.077.695.978	100,000
TOTAL					
5.077.695.978	100,000	0	0,000	5.077.695.978	100,000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Ministerio de Economia e de Finanças da Itália					
OUTROS					
2.397.856.331	100,000	0	0,000	2.397.856.331	100,000
TOTAL					
2.397.856.331	100,000	0	0,000	2.397.856.331	100,000

15.3 - Distribuição de capital

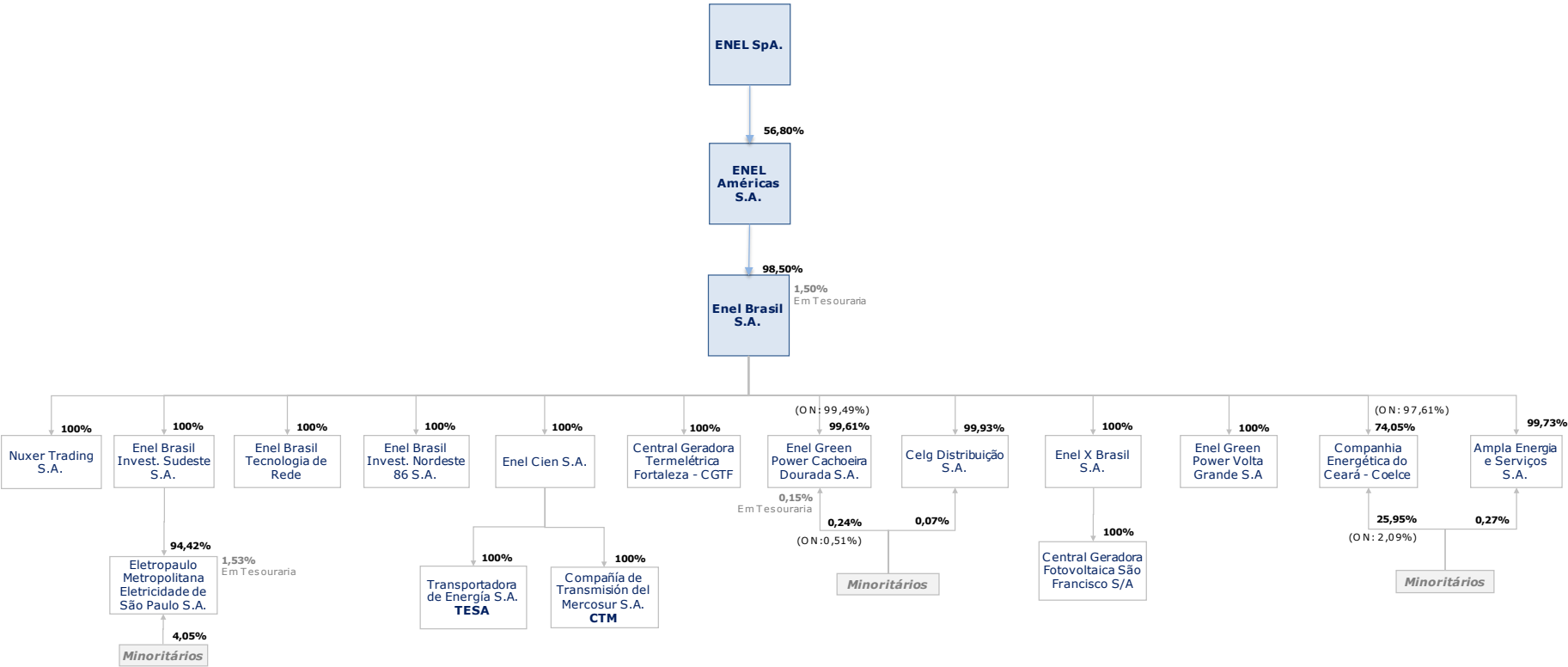
Data da última assembleia / Data da última alteração	25/04/2019
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	56.433
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	421
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	64

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	8.133.352	4,056%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	8.133.352	4,056%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui acordo de acionistas vigente.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Reorganização Societária

Em 17 de novembro de 2016, a AES Holdings Brasil Ltda. (“**AES Holdings**”) e a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“**BNDESPAR**”) celebraram acordo propondo uma reestruturação societária envolvendo a Companhia e sua então controladora, a AES Elpa S.A., a Brasileira Participações S.A. e as sociedades controladas direta e indiretamente por elas, que resultou na participação direta da AES Holdings e da BNDESPAR na Companhia (“**Reestruturação**”). A proposta de Reestruturação foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 13 de dezembro de 2016 e implementada em 30 de dezembro de 2016.

Conversão de Ações Preferenciais

Em 12 de setembro de 2017, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e em Assembleia Especial de acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia, a migração da Companhia para o segmento especial da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado, com a consequente conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma ação preferencial para cada uma ação ordinária, passando o capital social da Companhia para R\$1.323.486.385,25, dividido em 167.343.887 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Como consequência da mencionada conversão e da migração ao Novo Mercado: (i) a AES Holdings foi diluída e deixou de deter a maioria das ações ordinárias de emissão da Companhia, portanto deixando de ser controladora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) o acordo de acionistas da Companhia celebrado entre a AES Holdings, BNDESPAR e The AES Corporation foi extinto.

A referida conversão das ações foi ratificada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 06 de novembro de 2017.

Oferta Pública de Aquisição de Ações da Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A.

Em 17 de abril de 2018, a Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A. (“**Enel**”) publicou um edital de oferta pública voluntária para aquisição de até a totalidade das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, excluindo as ações mantidas em tesouraria (“**OPA Enel**”), posteriormente aditado em 18 de abril de 2018, 19 de abril de 2018, 23 de abril de 2018, 25 de abril de 2018, 26 de abril de 2018, 07 de maio de 2018, 14 de maio de 2018 e 30 de maio de 2018.

O leilão da OPA Enel para aquisição do controle da Companhia foi realizado em 4 de junho de 2018, tendo sido adquiridas, pela Enel, 122.799.289 ações ordinária de emissão da Companhia, representativas de 73,38% do capital total e votante da Companhia, incluindo as ações em tesouraria, pelo preço de R\$45,22 por ação.

Em 13 de julho de 2018, a Enel concluiu a aquisição das ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas minoritários que solicitaram a venda até o dia 04 de julho de 2018. Essa aquisição ocorreu em três fases, nos dias 27 de junho, 06 de julho e 13 de julho de 2018, totalizando 33.359.292 ações, correspondentes a 19,9% do capital total e volante da Companhia.

Com a referida aquisição e o término do prazo de 30 (trinta) dias em que a Enel estava obrigada, na forma do artigo 32-A da Instrução CVM nº 361/02 e do item 3.4.2 do Edital da OPA Enel, a adquirir as ações não vendidas no leilão da OPA Enel, realizado em 04 de junho de 2018, a Enel

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

passa a deter 156.158.581 ações de emissão da Companhia, correspondentes a 93,3% do seu capital total e votante.

De acordo com a legislação e regulamentação aplicável, além do estabelecido no contrato de concessão da Companhia, foi necessária a aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (“**ANEEL**”) em decorrência da alteração do controle societário da Companhia.

Em 21 de maio de 2018, a Enel protocolou junto à ANEEL solicitação de anuência para a aquisição de até 100% das ações ordinárias de emissão da Companhia e, em 11 de junho de 2018, tal anuência foi formalizada pela ANEEL.

Aumento do capital social da Companhia por subscrição privada de novas ações

Conforme previsto no item 7.2 do Edital da OPA Enel, a Enel se comprometeu, em até 30 (trinta) dias contados da data em que fosse obtida a última aprovação regulatória referente à aquisição das ações da Companhia pela Enel, ou seja, no leilão de ações ocorrido em 04 de junho de 2018, a promover um aumento de capital social na Companhia, de, pelo menos, R\$ 1.500.000.000,00.

Em 26 de junho de 2018, a Companhia e a Enel celebraram o Termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (“**AFAC**”) no montante de R\$ 900.000.000,00 e, em 26 de julho de 2018, foi realizado entre a Companhia e a Enel um novo AFAC no valor total de R\$600.000.032,52. O aumento de capital ocorreu mediante a capitalização de créditos do AFAC e emissão por subscrição privada de 33.171.164 novas ações, ao preço de emissão de R\$ 45,22 por ação, resultando em um aumento do capital social da Companhia de R\$ 1.500.000.036,08, tendo sua homologação aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 19 de setembro de 2018. Desta forma, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 2.823.486.421,33, dividido em 200.515.051 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 18 de setembro de 2018, a Enel passou a deter 189.323.545 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondente à 94,4% do capital social da Companhia.

15.7 - Principais operações societárias

15.7 - Principais operações societárias ocorridas no emissor, controladas ou coligadas

Reorganização societária

a. Evento

Reorganização societária

b. Principais condições do negócio

Em 17 de novembro de 2016, a Companhia, a AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e a Brasileira Participações S.A. ("Brasileira Participações") divulgaram fato relevante informando ao mercado a intenção de realizar uma reestruturação societária envolvendo a Companhia, a AES Elpa, a Brasileira Participações e as sociedades controladas direta e indiretamente por elas (em conjunto com a Companhia, AES Elpa e Brasileira Participações, "Companhias" e "Reestruturação", respectivamente). A proposta de reestruturação societária foi formalizada pelo Acordo de Reestruturação celebrado entre a AES Holdings Brasil Ltda. ("AES Holdings") e a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR ("BNDESPAR"), sendo aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 13 de dezembro de 2016, pelos conselhos de administração das Companhias em reunião de conselho de administração e pelos credores das Companhias.

Em 23 de dezembro de 2016, foram realizadas as assembleias gerais de todas as Companhias aprovando todas as etapas da Reestruturação, as quais se tornaram eficazes e passaram a produzir efeitos em 30 de dezembro de 2016.

A Reestruturação se deu por meio das seguintes etapas: (i) cisão parcial da AES Elpa, com a incorporação do acervo cindido pela Companhia, composto principalmente pela participação direta detida pela AES Elpa na Companhia, com a atribuição aos acionistas da AES Elpa das ações de emissão da Companhia então detidas pela AES Elpa, de forma que todos os acionistas da AES Elpa mantenham suas participações e recebam ações da Companhia na proporção das ações detidas ("Cisão Parcial da AES Elpa"); (ii) cisão parcial da Brasileira Participações, com versão do acervo cindido para uma nova sociedade denominada Nova Brasileira Participações S.A., sendo composto principalmente pela participação direta detida pela Brasileira Participações na Companhia (já considerando os efeitos da Cisão Parcial da AES Elpa), ("Cisão Parcial da Brasileira Participações"); (iii) incorporação da Nova Brasileira Participações S.A. pela Companhia, já considerando os efeitos da Cisão Parcial da Brasileira Participações, com a constituição, na Companhia, de reserva especial de ágio ("Incorporação da Nova Brasileira Participações"); e (iv) rescisão do acordo de acionistas da Brasileira Participações celebrado em 31 de dezembro de 2015, concomitante à celebração, entre BNDESPAR e AES Holdings, de acordo de acionistas da Companhia, não mais vigente, e de novo acordo de acionistas Brasileira Participações, a fim de refletir a nova estrutura societária resultante da Reestruturação.

A Reestruturação visou a simplificação das estruturas acionárias das Companhias, promovendo: (i) maior agilidade ao processo de tomada de decisão, considerando a assinatura de um novo acordo de acionistas entre a AES Holdings e BNDESPAR para a Companhia, não mais vigente; (ii) melhoria na liquidez dos investimentos e na geração de caixa futura da Companhia estimada em torno de R\$700 milhões até o final de concessão o que contribuirá para a redução do seu nível de endividamento; e (iii) maior liquidez para os acionistas minoritários da AES Elpa que passarão a deter participação direta na Companhia.

15.7 - Principais operações societárias

c. Sociedades envolvidas

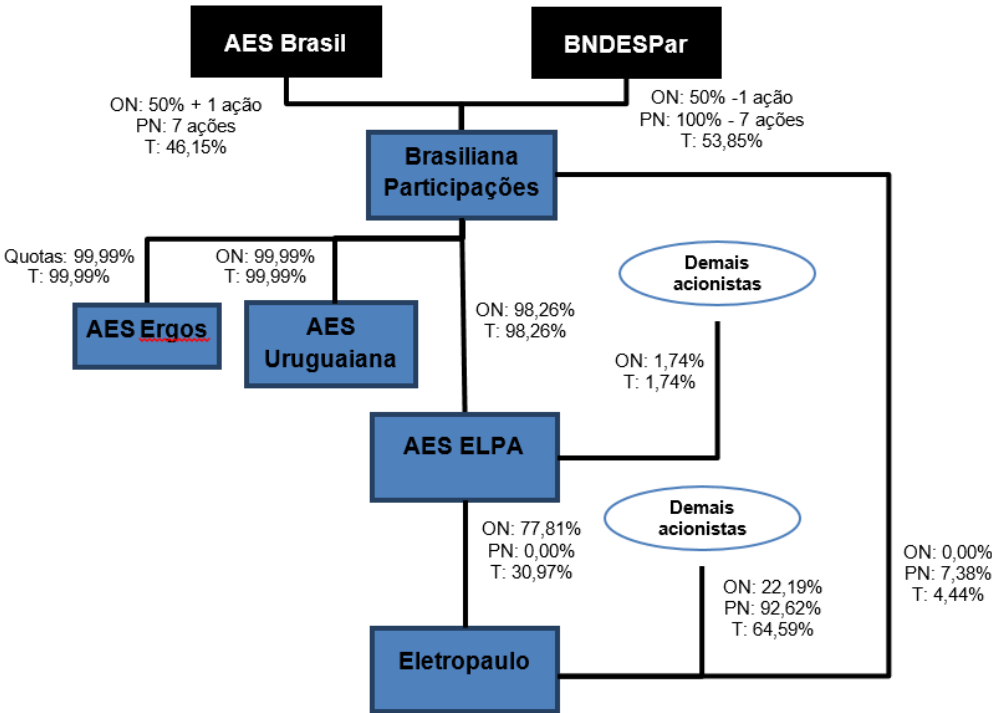
Companhia, a AES Elpa, a Brasileira Participações, Nova Brasileira Participações S.A., AES Holdings e BNDESPAR.

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário

Com a implementação da Reestruturação a AES Elpa deixou de deter o controle direto na Companhia, que era detido pela AES Holdings até a conversão das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias. A Reestruturação não implicou na alteração do acionista controlador da AES Elpa, o qual continuou sendo a Brasileira Participações.

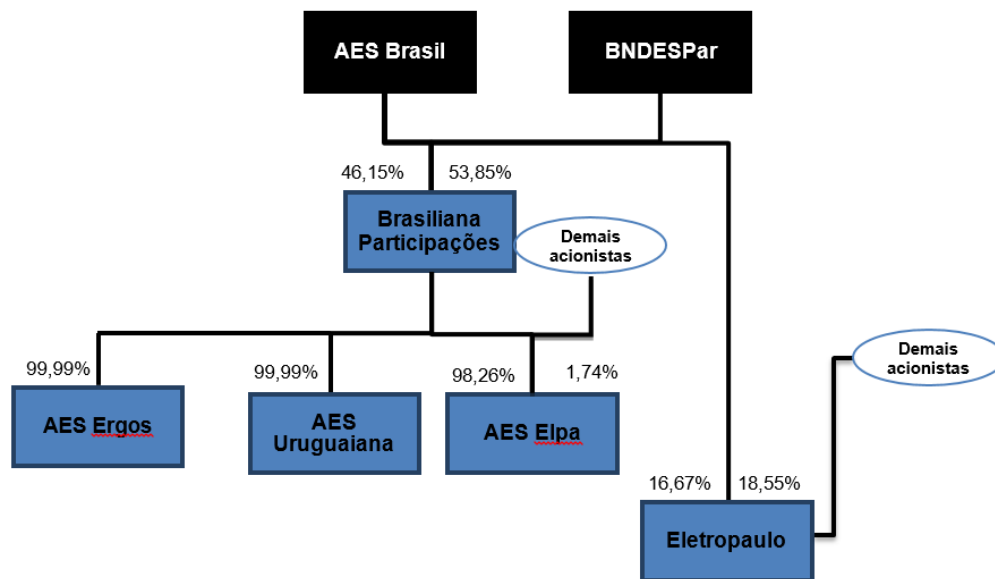
e. Quadro societário antes e depois

(i) Composição societária antes da implementação da Reestruturação



(ii) Composição societária após a implementação da Reestruturação

15.7 - Principais operações societárias



f. Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável, tendo em vista que os acionistas da Companhia não foram diluídos em decorrência da reorganização societária. A incorporação do acervo cindido da AES Elpa S.A. pela Companhia teve como resultado a atribuição, aos acionistas da AES Elpa S.A., de ações da Companhia então detidas pela AES Elpa S.A., sem alteração no capital social da Companhia.

Oferta Pública de Aquisição de Ações da Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A.

a. Evento

Oferta Pública de Aquisição de Ações da Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A.

b. Principais condições do negócio

Em 6 de abril de 2018, a Energisa S.A. (“Energisa”) publicou um edital de oferta pública voluntária para aquisição de até a totalidade de emissão da Companhia, excluídas as ações da Companhia mantidas em tesouraria, sujeito a determinadas condições (“OPA Energisa”).

Em 17 de abril de 2018, a Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A. (“Enel”) publicou edital de oferta pública voluntária concorrente à OPA Energisa, para aquisição de até a totalidade das ações de emissão da Companhia, excluídas as ações mantidas em tesouraria, sujeito a determinadas condições (“OPA Enel”), posteriormente aditado em 18 de abril de 2018, 19 de abril de 2018, 23 de abril de 2018, 25 de abril de 2018, 26 de abril de 2018, 07 de maio de 2018, 14 de maio de 2018 e 30 de maio de 2018.

Em 20 de abril de 2018, a Neoenergia S.A. (“Neoenergia” e, em conjunto com a Enel, “Ofertantes”) lançou oferta pública voluntária concorrente à OPA Energisa para aquisição de até a totalidade das ações de emissão da Companhia, excluídas as ações da Companhia mantidas em tesouraria, também sujeito a determinadas condições (“OPA Neoenergia” e, em conjunto com a OPA Enel, “OPAs Concorrentes”).

Em decorrência da não obtenção de certas renúncias condicionantes da OPA Energisa (*waivers*), a Energisa publicou em 07 de maio de 2018 fato relevante informando seus acionistas que a OPA Energisa foi revogada em todos os seus termos e condições.

15.7 - Principais operações societárias

Em 30 de maio de 2018, seguindo procedimento fixado pela Comissão de Valores Mobiliários, a Enel e a Neoenergia apresentaram em envelopes lacrados suas últimas ofertas de preço. A Enel ofereceu o maior preço por ação no valor de R\$45,22 e a OPA Enel foi então registrada para leilão. O leilão da OPA Enel estava condicionado, dentre outros fatores, à adesão por acionistas da Companhia que fossem titulares de quantidade mínima de ações que assegurasse à Enel o controle majoritário da Companhia ("Quantidade Mínima de Ações"). Caso não fosse verificada a aceitação por acionistas titulares da Quantidade Mínima de Ações, a Enel desistiria e não adquiriria qualquer ação objeto da OPA Enel.

O leilão para aquisição do controle da Companhia foi realizado em 4 de junho de 2018, tendo sido adquiridas, pela Enel, 122.799.289 ações ordinária de emissão da Companhia, representativas de 73,38% do seu capital total e votante, incluindo as ações em tesouraria, pelo preço de R\$45,22 por ação.

Em 13 de julho de 2018, a Enel concluiu a aquisição das ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas minoritários que solicitaram a venda até o dia 04 de julho de 2018. Essa aquisição ocorreu em três fases, nos dias 27 de junho, 06 de julho e 13 de julho de 2018, totalizando 33.359.292 ações, correspondentes a 19,9% do capital total e volante da Companhia.

Com a referida aquisição e o término do prazo de 30 (trinta) dias em que a Enel estava obrigada, na forma do artigo 32-A da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada, e do item 3.4.2 do edital OPA Enel a adquirir as ações não vendidas no leilão da OPA, realizado em 04 de junho de 2018, a Enel passa a deter 156.158.581 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a 93,3% do seu capital total e votante.

Adicionalmente, o edital da OPA Enel prevê que a Enel esta não está obrigada a lançar a oferta pública para aquisição de ações da Companhia por atingimento de participação relevante, conforme previsto no art. 34 do estatuto social da Companhia ("OPA 30%"). Na visão da Enel, a OPA 30% não é aplicável pelos seguintes motivos: (a) a Enel não havia adquirido ações da Companhia nos últimos 12 meses de forma que o preço da OPA 30% seria o mesmo Preço por Ação no âmbito da OPA Enel; (b) a OPA Enel foi dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; e (c) a Enel estava disposta a adquirir até a totalidade das ações objeto da OPA Enel, de modo que não houvesse rateio entre aqueles que aceitassem a OPA Enel.

Nos termos do edital da OPA Enel, a Enel promoveu, em até 30 dias contados da data de obtenção da última aprovação regulatória referente à aquisição das ações da Companhia, um aumento de capital social da Companhia em montante de, pelo menos, R\$1.500.000.000,00.

De acordo com a legislação e regulamentação aplicável, além do estabelecido no contrato de concessão da Companhia, foi necessária a aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL ("ANEEL") em decorrência da alteração do controle societário da Companhia.

Em 21 de maio de 2018, a Enel protocolou junto à ANEEL solicitação de anuência para a aquisição de até 100% das ações ordinárias de emissão da Companhia e, em 11 de junho de 2018, tal anuência foi formalizada pela ANEEL.

c. Sociedades envolvidas

Companhia e a Enel.

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário

Atualmente, a Enel possui o controle direto na Companhia, que era pulverizado desde a migração da Companhia para o segmento especial da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo

15.7 - Principais operações societárias

Mercado. Com a conclusão da alteração do controle societário da Companhia, a Companhia passou a integrar o grupo econômico da Enel.

Para maiores informações sobre o novo grupo econômico da Companhia, vide item 15.4 deste Formulário de Referência.

e. Quadro societário antes e depois

(i) Composição societária antes da OPA Enel

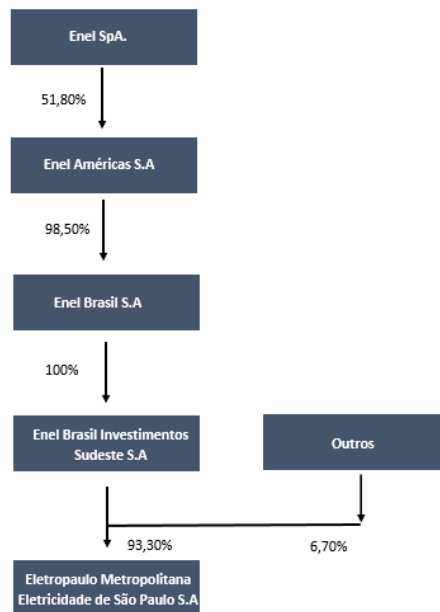


(ii) Composição societária após a OPA



(iii) Composição societária após compra das ações remanescentes

15.7 - Principais operações societárias



f. Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Foi assegurado a todos os acionistas da Companhia as mesmas condições para participação da OPA Enel, de modo que todos receberam o mesmo tratamento, preço oferecido por ação, nível de acesso às informações e oportunidade para participar da OPA Enel.

Aumento de capital social da Companhia por subscrição privada de novas ações

a. Evento

Aumento de capital social da Companhia por subscrição privada de novas ações.

b. Principais condições do negócio

Conforme previsto no item 7.2 do edital da OPA Enel, a Enel se comprometeu, em até 30 dias contados da data de obtenção da última aprovação regulatória referente à aquisição das ações da Companhia pela Enel, ou seja, no leilão de ações ocorrido em 04 de junho de 2018, a promover um aumento de capital social na Companhia, de, pelo menos, R\$ 1.500.000.000,00,

Tendo em vista o compromisso da Enel junto à Companhia de promover um aumento de capital, em 26 de junho de 2018, a Enel e a Companhia celebraram termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") no montante de R\$ 900.000.000,00 para antecipar o valor do compromisso do aumento de capital.

Em 26 de julho, a Enel e a Companhia celebraram novo AFAC no montante de R\$ 600.000.032,52. Na mesma data, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia por subscrição privada, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$1.500.000.036,08, e que foi implementado mediante a capitalização dos créditos detidos pela Enel contra a Companhia.

Em 26 de julho a Companhia, por meio de Aviso aos Acionistas, informou as condições do aumento de capital, realizado mediante a emissão, por subscrição privada, de 33.171.164 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 45,22 por ação, passando, portanto, o capital social da Companhia a ser de R\$ 2.823.486.421,33, dividido em 200.515.051 ações ordinárias.

15.7 - Principais operações societárias

O percentual de diluição para os acionistas que não subscreveram nenhuma ação durante o período para exercício de direito de preferência foi de 16,542979609047%.

O direito de preferência foi exercido durante o prazo de 30 dias contados a partir de 01 de agosto de 2018 (inclusive), ou seja, entre o dia 01 de agosto de 2018 (inclusive) e o dia 30 de agosto de 2018 (inclusive), sendo que cada uma ação ordinária conferiu ao seu titular o direito à subscrição de 0,201911410043 nova ação ordinária.

O aumento de capital teve como objetivo: (i) viabilizar a execução do plano de investimento da Companhia; e (ii) fortalecer sua estrutura de capital, reforçando o seu caixa para fazer frente a necessidades e obrigações de curto prazo.

Durante o período para exercício do direito de preferência, foram subscritas 31.536.396 novas ações ordinárias ao preço de emissão de R\$ 45,22 por ação, equivalente a 95,07% do total do aumento de capital, não sendo subscritas, portanto, 1.634.768 ações ordinárias ("Ações Remanescentes").

Após o término do prazo para o exercício do direito de preferência, as Ações Remanescentes foram rateadas entre os acionistas que manifestaram interesse na reserva de sobras no respectivo boletim de subscrição, conferindo ao subscritor o direito para cada uma ação ordinária subscrita e integralizada o direito à subscrição de 0,051837502294 Ações Remanescentes. Neste período, foi facultado aos acionistas que manifestaram interesse em quantidade de sobras superior à que teriam direito.

Em 18 de setembro de 2018 encerrou-se o prazo para integralização das Ações Remanescentes.

Após a homologação do aumento de capital, aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia em 19 de setembro de 2018, a Enel passou a deter a participação de 94,4% do seu capital total e votante.

c. Sociedades envolvidas

Companhia e a Enel.

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário

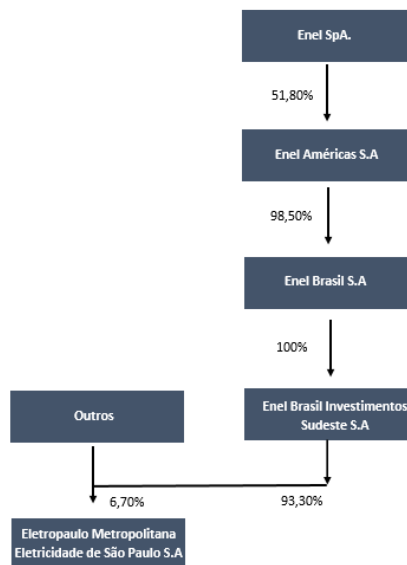
Com o aumento de capital, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 2.823.486.421,33, dividido em 200.515.051 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Para maiores informações sobre as condições do aumento de capital da Companhia, vide o item 17.2 deste Formulário de Referência.

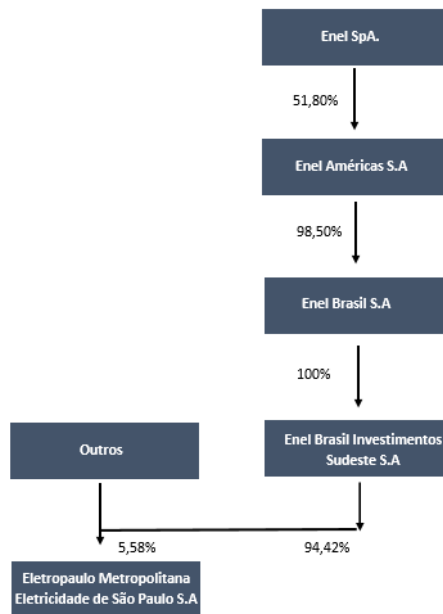
e. Quadro societário antes e depois

(iv) Composição societária antes do aumento de capital

15.7 - Principais operações societárias



(v) Composição societária após aumento de capital



f. Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Foi assegurado a todos os acionistas da Companhia as mesmas condições para participação na subscrição das novas ações, de modo que todos receberam o mesmo tratamento, preço oferecido por ação, nível de acesso às informações e oportunidade para exercer o direito de subscrição.

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 15.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas da Companhia são sempre realizadas com a observância dos preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou a quaisquer outras partes. Além disso, as operações realizadas pela Companhia, inclusive aquelas contratadas com partes relacionadas, são sempre amparadas pelas devidas análises prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização. Nesse sentido, a Companhia negocia individualmente os contratos a serem celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos em relação às condições praticadas no mercado, bem como as particularidades de cada operação, tais como prazos, valores, atendimento a padrões de qualidade etc.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (**“Lei das Sociedades por Ações”**), que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou em que seu interesse conflite com o da Companhia. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomares os demais conselheiros.

Com vistas a fortalecer e aprimorar as práticas de governança corporativa, a Companhia possui política formal de transações com partes relacionadas, vigente desde 28 de maio de 2018, visando estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas em transações com partes relacionadas para: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar a transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso da empresa em divulgar tais transações, conforme determina a legislação vigente, além do fato de que qualquer transação dessa natureza deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia. Adicionalmente, como participante do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, a Companhia possui um Comitê de Auditoria responsável por analisar e opinar sobre a celebração de quaisquer contratos, acordos, transações ou associações comerciais ou arranjos de qualquer natureza, bem como suas alterações, com partes relacionadas, cujo intuito é o de zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado e em consonância com as demais práticas de governança corporativa da Companhia. Assim, no entendimento da Companhia, suas práticas garantem que as transações com partes relacionadas sejam feitas em condições de mercado e estão em consonância com as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa.

A Companhia inclui nas suas Demonstrações Contábeis, nota explicativa sobre transações com partes relacionadas, contendo as divulgações previstas nas regras contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras anuais.

Os contratos celebrados entre partes relacionadas devem, ainda, observar o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 699, de 26 de janeiro de 2016, a qual trata dos controles prévio e a posteriori sobre atos e negócios jurídicos entre as concessionárias, permissionárias e autorizadas e suas partes relacionadas, bem como a submissão à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

("ANEEL"), quando necessário, que poderá impor restrições aos termos e condições desses contratos e, em circunstâncias extremas, determinar a rescisão do contrato.

De acordo com a regulamentação vigente da ANEEL, a Companhia deve solicitar a aprovação de contratos cujas partes contratantes e contratadas sejam delegatárias do serviço público de energia elétrica controladas, direta ou indiretamente, por controlador comum. Não obstante, encontram-se dispensados da referida exigência normativa aqueles contratos que não superam os determinados valores anuais a depender da receita operacional líquida da delegatária.

Tendo em vista que a compra de energia elétrica para distribuição a consumidores cativos é atualmente efetuada no ambiente de contratação regulada, a chamada auto-contratação (autorização para as distribuidoras atenderem a até 30% de suas necessidades de energia elétrica contratando energia elétrica proveniente de auto-produção ou adquirida de partes relacionadas) não é mais permitida, exceto no contexto de contratos devidamente aprovados pela ANEEL anteriormente à promulgação da Lei nº 10.848/04 (Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico).

Além disso, as regras contábeis que tratam do assunto, sobretudo o CPC 05, estabelecem que as demonstrações contábeis devem conter as divulgações necessárias para evidenciar a possibilidade de que sua posição financeira e seu resultado possam ter sido afetados pela existência de transações e saldos com partes relacionadas. Essas regras estabelecem, por exemplo, que os relacionamentos entre controladora e controladas ou coligadas devem ser divulgados independentemente de ter havido ou não transações entre essas partes relacionadas; que a entidade deve divulgar a remuneração do pessoal-chave da administração no total e para cada uma das seguintes categorias: (a) benefícios de curto prazo a empregados e administradores, (b) benefícios pós-emprego, (c) outros benefícios de longo prazo, (d) benefícios de rescisão de contrato de trabalho, e (e) remuneração baseada em ações; e que se tiver havido transações entre partes relacionadas, a entidade deve divulgar a natureza do relacionamento com as partes relacionadas, assim como informações sobre as transações e saldos existentes necessárias para a compreensão do potencial efeito desse relacionamento nas demonstrações contábeis. As divulgações devem incluir o montante das transações, o montante dos saldos existentes e seus termos e condições, incluindo se estão ou não com cobertura de seguro, a natureza da remuneração a ser paga; informações de quaisquer garantias dadas ou recebidas; provisão para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes; e despesa reconhecida durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de liquidação duvidosa de partes relacionadas.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	07/06/2018	4.194.000,00	618.000	0,00	até 20/01/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controle comum						
Objeto contrato	Acordo financeiro em decorrência de rescisão contratual (acordo bilateral) referente ao contrato de energia elétrica CCEAR.						
Garantia e seguros	não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Ressarcimento - Ônus de acordo bilateral.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
ENEL X Brasil S.A.	25/09/2018	0,00	94.000	191.000,00	até 25/09/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controle comum						
Objeto contrato	Cobrança de valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados pela ENEL X aos clientes da Companhia, por meio da fatura de energia emitida pela Companhia, conforme previamente contratados e autorizados pelos Clientes.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Qualquer das partes terá o direito de resilir o contrato, a qualquer tempo, mediante prévio e expresse aviso por escrito dirigido à outra parte, com 60 (sessenta) dias de antecedência, sem que haja aplicação de qualquer tipo de multa ou ônus pela rescisão antecipada.						
Natureza e razão para a operação	Comissão - Propaganda/publicidade/ vendas em fatura de energia.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
ENEL Green Power Paranapanema S.A.	07/06/2018	9.153.000,00	290.000	1.961.000,00	Até 2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controle comum						
Objeto contrato	Suprimento de energia através de Contrato de Cotas de Garantia Física - CCGF						
Garantia e seguros	Não há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Compra de energia, através de Contrato de Cotas de Garantia Física - CCGF, nos termos da lei nº 12.783/2013, para fornecimento/distribuição aos consumidores da área de concessão da Companhia. Trata-se de contrato regulado pela ANEEL.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
ENEL Green Power Mourao S.A.	07/06/2018	2.622.000,00	78.000,00	546.000,00	Até 2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controle comum						
Objeto contrato	Suprimento de energia através de Contrato de Cotas de Garantia Física - CCGF						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Compra de energia, através de Contrato de Cotas de Garantia Física - CCGF, nos termos da lei nº 12.783/2013, para fornecimento/distribuição aos consumidores da área de concessão da Companhia. Trata-se de contrato regulado pela ANEEL.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
ENEL Green Power Projetos I S.A.	07/06/2018	64.072.000,00	1.935.000,00	13.768.000,00	Até 2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controle comum						
Objeto contrato	Suprimento de energia através de Contrato de Cotas de Garantia Física - CCGF						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Compra de energia, através de Contrato de Cotas de Garantia Física - CCGF, nos termos da lei nº 12.783/2013, para fornecimento/distribuição aos consumidores da área de concessão da Companhia. Trata-se de contrato regulado pela ANEEL.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
ENEL CIEN S.A.	07/06/2018	11.293.000,00	1.587.000,00	11.293.000,00	Até 15/06/2028	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controle comum						
Objeto contrato	Encargo de uso do sistema de transmissão						
Garantia e seguros	Contrato de Constituição de Garantia - CCG. Mecanismo de Garantia: Em caso de inadimplência ocorrerá o bloqueio da conta corrente centralizadora da Companhia, até o valor do débito, com os seguintes acréscimos moratórios (i) Multa de 2% (dois por cento) e (ii) Juros efetivos de mora de 12% (doze por cento) ao ano, calculados pro rata die.						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Encargo de uso do sistema de transmissão, administrado pela ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
ENEL Finance International N.V.	18/12/2018	420.873.000,00	420.873.000,00	873.000,00	Até 18/12/2019	SIM	6,800000
Relação com o emissor	Controle comum						
Objeto contrato	Contratação de mútuo financeiro.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	O mutuário não pode pagar antecipadamente o empréstimo no todo ou em parte, sem acordo prévio por escrito com o credor. Se o credor consentir com o pagamento antecipado, o mutuário deverá arcar com os custos associados.						
Natureza e razão para a operação	Contratação de mútuo financeiro com a finalidade de reforço de capital de giro.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

A Companhia adota práticas de governança corporativa que se façam necessários, como os procedimentos do programa de Compliance, suporte às eventuais dúvidas relacionadas a situações que possam estabelecer conflito, bem como averiguações e investigações, caso tenhamos conhecimento ou informações de algo que suscite uma suspeita de conflito de interesses, além daquelas recomendadas e/ou exigidas por legislação e regulamentação aplicável. Em complemento às boas práticas acima descritas, a Companhia conceitua e orienta seus colaboradores em relação ao assunto em seu Código de Ética, aprovado pelo Conselho de Administração em 13 de setembro de 2018, e em política específica que visa orientar os colaboradores sobre as diretrizes de aplicação prática nas atividades cotidianas da Companhia.

A aprovação das operações com partes relacionadas é também submetida à aprovação dos órgãos da administração da Companhia, conforme regras previstas em seu estatuto social. Ademais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração está proibido de votar em deliberação acerca de matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações da Companhia observam caráter estritamente comutativo, pois são realizadas dentro dos parâmetros de contratação estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), que visam à modicidade tarifária, a estimular a expansão da oferta, a zelar pela compra eficiente e a definir mecanismos de proteção ao consumidor de energia elétrica. As operações entre partes relacionadas da Companhia, quando necessário conforme a regulamentação vigente, são submetidas à aprovação dessa autarquia. Até a data deste Formulário de Referência, todas as operações foram realizadas pela Companhia dentro dos limites estabelecidos, e foram devidamente aprovadas pela ANEEL.

A Resolução Normativa ANEEL nº 699, de 26 de janeiro de 2016 (“REN ANEEL nº 699/2016”) define as diretrizes para o controle prévio e a posteriori sobre atos e negócios jurídicos entre concessionárias, permissionárias e autorizadas e suas partes relacionadas. A REN ANEEL nº 699/2016 estabelece regras gerais para a contratação entre partes relacionadas, como: (i) os contratos devem ser estabelecidos em condições estritamente comutativas, incluindo, quando couber, processos licitatórios, de forma a não onerar as partes desproporcionalmente; (ii) a eventual impossibilidade de realização de processo licitatório deverá ser devidamente fundamentada no pedido de anuência prévia; (iii) o negócio jurídico pretendido deverá ser necessário à consecução do objeto da concessão ou permissão do delegatário de serviços público de energia elétrica, devendo essa necessidade ser comprovada; e (iv) o delegatário de serviço público que constatar a inadimplência de sua parte relacionada deverá, em até 90 dias, tomar todas as medidas ao seu alcance para reaver seu crédito e informar tal situação à ANEEL por meio de relatório fundamentado em até 30 dias após esse prazo, sob pena de incorrer em infração de má gestão de seus recursos econômico-financeiros.

16.4 - Outras informações relevantes

Outras transações

Em adição às transações apresentadas no item 16.2 deste Formulário de Referência, a Companhia apresenta abaixo as demais transações com partes relacionadas que tiveram início após o término do último exercício social.

Em março de 2019 foram celebrados contratos de compartilhamento de Recursos Humanos das áreas de apoio e de custos de infraestrutura condominial, informática e telecomunicações. Os contratos, que tem valor estimado de R\$ 162 milhões ao ano, foram firmados entre a Companhia e as sociedades controladas, direta e indiretamente, pelo Grupo Enel no Brasil.

Também em 2019, foram celebrados contratos de suprimento de energia relacionado a leilões de CCEAR com as seguintes companhias de controle comum: Enel Green Power Cabeça de Boi S.A. (valor estimado de R\$ 0,97 milhões); Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. (valor estimado de R\$ 13,12 milhões); Enel Green Power Cristalândia I Eólica S.A. (valor estimado de R\$ 5,46 milhões); Enel Green Power Cristalândia II Eólica S.A. (II e III) (valor estimado de R\$ 10,92 milhões); Enel Green Power da Fazenda S.A. (valor estimado de R\$ 0,65 milhões); Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A. (valor estimado de R\$ 2,03 milhões); Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A (valor estimado de R\$ 1,87 milhões); e Enel Green Power Salto Apiacas S.A.(valor estimado de R\$ 1,59 milhões).

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
19/09/2018	2.823.486.421,33		200.515.051	0	200.515.051
Tipo de capital	Capital Emitido				
26/07/2018	2.823.486.421,33		200.515.051	0	200.515.051
Tipo de capital	Capital Emitido				
27/11/2017	1.323.486.385,25	-	167.343.887	0	167.343.887
Tipo de capital	Capital Subscrito				
27/11/2017	1.323.486.385,25		167.343.887	0	167.343.887
Tipo de capital	Capital Integralizado				
27/11/2017	1.323.486.385,25		167.343.887	0	167.343.887
Tipo de capital	Capital Autorizado				
11/07/2006	3.248.680.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
20/04/2017	Assembleia Geral	20/04/2017	65.857.068,77	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

26/07/2018	Conselho de Administração	26/07/2018	1.500.000.036,08	Subscrição particular	33.171.164	0	33.171.164	113,33702052	45,22	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	------------------	-----------------------	------------	---	------------	--------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão	O preço de emissão foi fixado com base no artigo 170, § 1º, III, da Lei nº 6.404/1976, levando-se em conta: (i) o preço final da OPA; e (ii) o preço médio (média das cotações médias diárias ponderadas pelo volume de negociação) das ações de emissão da Companhia nos 60 (sessenta) dias anteriores à presente data, aplicando-se sobre tal média um ágio de aproximadamente 7,80%, compatível com práticas de mercado.
Forma de integralização	Conforme mencionado no item V(d) do Anexo 30 - XXXII o aumento de capital será implementado mediante a capitalização dos créditos detidos pela Enel contra a Eletropaulo, no valor de R\$ 1.500.000.036,08, constituídos por meio dos instrumentos de adiantamento para futuro aumento de capital celebrados entre a Enel e a Companhia: (i) em 26 de junho de 2018 e aditado em 26 de julho de 2018; e (ii) em 26 de julho de 2018. Não obstante, será concedido a todos os acionistas titulares de ações da Companhia o prazo de 30 dias contados de 01 de agosto de 2018 (inclusive) para o exercício do direito de preferência, iniciando -se em 01 de agosto de 2018 (inclusive) e terminando em 30 de agosto de 2018 (inclusive). A partir de 01 de agosto de 2018 (inclusive) as ações serão negociadas ex-direito à subscrição das ações a serem emitidas no âmbito do aumento de capital.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações nos últimos três exercícios sociais.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não sofreu reduções do capital social nos últimos três exercícios sociais.

17.5 - Outras informações relevantes

Conversões de ações da Companhia nos últimos três exercícios sociais

Em 12 de setembro de 2017, foi aprovada, em assembleia geral extraordinária da Companhia e em assembleia especial de acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia, a migração da Companhia para o segmento especial da B3 denominado Novo Mercado, com a consequente conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma ação preferencial para cada uma ação ordinária, passando o capital social, no valor de R\$ 1.323.486.385,25 (um bilhão, trezentos e vinte e três milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, trezentos e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), a ser dividido em 167.343.887 (cento e sessenta e sete milhões, trezentas e quarenta e três mil, oitocentas e oitenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com o cancelamento das ações preferenciais que estavam em circulação.

A referida conversão das ações foi ratificada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 06 de novembro de 2017.

Data da Deliberação (AGE)	Quantidade de Ações antes da conversão		Quantidade de Ações após a conversão	
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais
12.09.2017	55.781.296	111.562.591	167.343.887	-
	Total de ações antes da conversão: 167.343.887		Total de ações após a conversão: 167.343.887	

Em 05 de dezembro de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a proposta de conversão voluntária de até 10.823.521 ações ordinárias de emissão da Companhia em até 10.823.521 ações preferenciais, com os mesmos direitos das atuais ações preferenciais, na proporção de 1 ação ordinária para 1 ação preferencial.

Data da Deliberação (AGE)	Quantidade de Ações antes da conversão		Quantidade de Ações após a conversão	
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais
05.12.2016	66.604.817	100.739.070	55.781.296	111.562.591
	Total de ações antes da conversão: 167.343.887		Total de ações após a conversão: 167.343.887	

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Em cada exercício social, os acionistas farão jus a um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido da Companhia, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Nos termos do § 7, do artigo 31, do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, a contar da data de início do pagamento, reverterão a favor da Companhia.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Em caso de recesso, o valor do reembolso será igual ao valor do patrimônio líquido das ações apurado de acordo com o último balanço aprovado pela Assembleia Geral. No caso de liquidação da Companhia, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia. Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderão retirar-se da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Para fins de reembolso, o valor do reembolso será igual ao valor do patrimônio líquido das ações da Companhia, apurado em avaliação procedida por empresa especializada indicada e escolhida em conformidade com o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações. Caberá ao Conselho de Administração fixar a lista tríplice de instituições qualificadas a ser apresentada à Assembleia Geral da Companhia para fins da avaliação do valor do patrimônio
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia, a única hipótese de restrição à circulação imposta pelo Estatuto Social da Companhia recai sobre as ações representativas do capital social da Companhia que são detidas pelos integrantes do grupo controlador da Companhia, ou por seus sucessores. Estas ações não poderão ser transferidas, cedidas ou de qualquer forma alienadas, gratuita ou onerosamente, no todo ou em parte sem a prévia e expressa concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Pela Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social da Companhia, nem as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleia Geral da Companhia podem privar seus acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) o direito de votar nas assembleias gerais; e (vi) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não aplicável.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Alienação do controle

Nos termos do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia, a alienação direta ou indireta do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

As ações representativas do capital social da Companhia e detidas pelos integrantes do grupo controlador ou por seus sucessores, em caso de alienação destas e/ou de direitos de subscrição ou bonificações distribuídas em decorrência de capitalização de lucros ou reservas não poderão ser transferidas, cedidas ou de qualquer forma alienadas, gratuita ou onerosamente, no todo ou em parte sem a prévia e expressa concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

A Lei das Sociedades por Ações outorga à Assembleia Geral o direito de suspender o exercício de direitos pelo acionista que deixar de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo Estatuto Social da Companhia, cessando tal suspensão imediatamente após o cumprimento de tal obrigação.

De acordo com o artigo 7º do Estatuto Social da Companhia, as ações que fizerem parte do controle acionário da Companhia não poderão ser transferidas, cedidas ou, de qualquer outra forma, alienadas, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia e expressa concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O Estatuto Social da Companhia não prevê qualquer outra hipótese de restrição de exercício de direitos pelos acionistas.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social 31/12/2018										
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.288.367.511	18,32	14,10	R\$ por Unidade	16,36
30/06/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.240.854.224	45,10	17,69	R\$ por Unidade	34,74
30/09/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	116.221.993	40,26	24,00	R\$ por Unidade	28,84
31/12/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	33.087.155	34,32	26,70	R\$ por Unidade	29,90
Exercício social 31/12/2017										
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	574.914	32,00	18,00	R\$ por Unidade	25,75
31/03/2017	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.135.321.538	13,93	10,68	R\$ por Unidade	12,31
30/06/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	379.847	18,00	13,00	R\$ por Unidade	14,79
30/06/2017	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.203.145.106	15,67	11,64	R\$ por Unidade	13,61
30/09/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	637.675	17,58	12,60	R\$ por Unidade	15,27
30/09/2017	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.731.614.208	16,24	12,47	R\$ por Unidade	14,65
31/12/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	619.683.773	16,35	14,50	R\$ por Unidade	15,72
31/12/2017	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.014.896.733	15,98	12,76	R\$ por Unidade	14,76
Exercício social 31/12/2016										
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.187	16,90	10,00	R\$ por Unidade	12,99
31/03/2016	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	359.621.788	9,06	6,59	R\$ por Unidade	7,84
30/06/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	42.353	34,76	22,50	R\$ por Unidade	26,18
30/06/2018	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	493.420.699	9,45	6,63	R\$ por Unidade	7,85

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social		31/12/2016								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
30/09/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	13.316	20,00	18,30	R\$ por Unidade	19,15
30/09/2016	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	911.340.004	14,30	8,45	R\$ por Unidade	11,65
31/12/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	26.962	25,00	16,30	R\$ por Unidade	21,82
31/12/2016	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	604.759.235	11,29	7,99	R\$ por Unidade	9,48

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	14ª Emissão de Debêntures
Data de emissão	28/11/2011
Data de vencimento	28/11/2021
Quantidade (Unidades)	600
Valor total (Reais)	600.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	543.640.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar a partir de 28 de dezembro de 2013 ("Data de Início do Resgate Antecipado"), resgate antecipado parcial ou total das debêntures em circulação, por meio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário e de publicação de aviso aos Debenturistas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data do evento, mediante pagamento do valor nominal unitário não amortizado, acrescido da remuneração devida e ainda não paga, até a data do resgate antecipado das debêntures, acrescido de prêmio de 1,25%.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Cada Debênture em Circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações serão tomadas pelo Debenturista, sendo admitida a constituição de mandatários. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.
Outras características relevantes	Vide item 18.12.
<hr/>	
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	23ª Emissão de Debêntures
Data de emissão	13/09/2018
Data de vencimento	13/09/2025
Quantidade (Unidades)	3.000.000
Valor total (Reais)	3.000.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	3.061.530.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre investidores qualificados nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476")
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar resgate antecipado parcial ou total das debêntures em circulação, por meio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário e de publicação de aviso aos Debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data do evento, mediante pagamento do valor nominal unitário não amortizado, acrescido da remuneração devida e ainda não paga, até a data do resgate antecipado das debêntures, acrescido de prêmio definido para cada série.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Sem prejuízo dos quóruns específicos estabelecidos nesta Escritura e na legislação aplicável, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 66% mais uma das Debêntures em Circulação para cada uma das séries. As hipóteses de alteração: da Remuneração; das Datas de Pagamento da Remuneração; da Data de Vencimento; dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures; Eventos de Vencimento Antecipado; de cláusulas relacionadas ao Resgate Antecipado; dos quóruns previstos nesta Escritura; das cláusulas sobre amortização extraordinária e/ou resgate antecipado; da garantia fidejussória; dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação de cada uma das séries.
Outras características relevantes	Vide item 18.12.
<hr/>	
Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	5ª Emissão de Notas Promissórias
Data de emissão	11/03/2019
Data de vencimento	07/09/2025
Quantidade (Unidades)	200
Valor total (Reais)	500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	500.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Esta Nota Promissória somente poderá ser negociada entre investidores nos mercados regulamentados de valores mobiliários após decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais, conforme disposto nos artigos 2º, 3º, 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado, ainda, o disposto no inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476, e o cumprimento, pela Emissora, das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir do dia 10 de abril de 2019, realizar resgate antecipado total das notas promissórias em circulação, por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado ou envio de comunicado individualmente a todos os titulares das Notas Promissórias, com cópia ao Agente de Notas, com, no mínimo, 3 dias de antecedência da data prevista para a efetivação do resgate, mediante pagamento do valor nominal unitário não amortizado, acrescido da remuneração devida e ainda não paga, até a data do resgate antecipado das debêntures.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**

As alterações relativas às seguintes características das Notas Promissórias, conforme venham a ser propostas pela Emissora sobre: a redução da Remuneração; a data de pagamento da Remuneração; o prazo de vencimento das Notas Promissórias; o valor e a data de pagamento do principal das Notas Promissórias; os Eventos de Inadimplemento; Resgate Antecipado Facultativo, dependerão da aprovação por titulares das Notas Promissórias que representem, no mínimo, 75% das Notas Promissórias em Circulação.

Outras características relevantes

Vide item 18.12.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	24ª Emissão de Debêntures
Data de emissão	15/05/2019
Data de vencimento	15/05/2026
Quantidade (Unidades)	1.500.000
Valor total (Reais)	1.500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>(i) A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar oferta facultativa de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da Primeira Série, endereçada a todos os debenturistas, com o consequente cancelamento de tais debêntures, sem distinção, assegurada a igualdade de condições de todos os debenturistas para aceitar o resgate antecipado das debêntures que forem titulares, de acordo com as condições previstas na Escritura de Emissão.</p> <p>Data do Resgate Antecipado Facultativo Valor do Prêmio Flat</p> <p>Entre a Data de Emissão (exclusive) e até 15 de maio de 2020 (inclusive) 0,70%</p> <p>Entre 15 de maio de 2020 (exclusive) e 15 de maio de 2021 (inclusive) 0,55%</p> <p>Entre 15 de maio de 2021 (exclusive) e 15 de maio de 2022 (inclusive) 0,40%</p> <p>Entre 15 de maio de 2022 (exclusive) e 15 de maio de 2023 (inclusive) 0,25%</p> <p>Entre 15 de julho de 2023 (exclusive) e 15 de maio de 2024 (inclusive) 0,15%</p> <p>Entre 15 de julho de 2024 (exclusive) e 15 de maio de 2025 (exclusive) 0,10%</p> <p>Na data desta Escritura de Emissão, não é permitida a realização da oferta de resgate antecipado das Debêntures da Segunda Série. No entanto, desde que permitido e devidamente regulamentado pelo CMN, nos termos da Lei 12.431, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da Segunda Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas da Segunda Série, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas da Segunda Série para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Cada Debênture em Circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações serão tomadas pelo Debenturista, sendo admitida a constituição de mandatários. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas</p>

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

Vide item 18.2

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Nota Comercial	0	0	1
Debêntures	0	6	373

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código ELPL3, e são listadas no segmento especial de governança corporativa Novo Mercado.

As debêntures da 14ª e 23ª emissões são admitidas à negociação no mercado secundário, por meio do módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Em 27 de setembro de 2006, foi admitido o início de listagem para negociação no mercado Portal (144A) - Reg S, dos Estados Unidos da América, de American Depositary Receipts ("ADRs") lastreados em ações preferenciais de emissão da Companhia. A partir de janeiro de 2012, as ADRs migraram para as regras do nível I sob os códigos "EPUMY". A migração foi feita com o objetivo de ampliar as formas de acesso dos investidores às ADRs, principalmente aqueles domiciliados no exterior, bem como ampliar a liquidez dos papéis. A entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação é a National Association of Securities Dealers Automated Quotations ("NASDAQ"). Para esse fim, o Itaú Unibanco S.A. é a instituição custodiante e o The Bank of New York Mellon é a instituição depositária nos Estados Unidos. Cada Depositary Share preferencial representa 1 ação preferencial da Companhia.

Em decorrência da conversão das ações e da migração ao Novo Mercado, em 06 de novembro de 2017 o Conselho de Administração da Companhia deliberou pelo cancelamento do programa de ADRs e em 12 de janeiro de 2018, foi encerrado o Programa de ADRs, Nível I, da Companhia junto a Securities and Exchange Commission – SEC.

As ações subjacentes aos ADRs foram vendidas no mercado local e a partir de 9 de março de 2018, os detentores dos ADRs remanescentes apresentaram seus ADRs para cancelamento e recebimento dos recursos da venda das ações correspondentes.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

A seguir, apresentamos as emissões públicas realizadas pela Companhia nos últimos 3 exercícios sociais:

16ª Emissão de Debêntures

Em 21 de julho de 2014, a Companhia emitiu 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

17ª Emissão de Debêntures

Em 15 de janeiro de 2015, a Companhia emitiu 19.000 (dezenove mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição

18ª Emissão de Debêntures

Em 14 de julho de 2015, a Companhia emitiu 400 (quatrocentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição

19ª Emissão de Debêntures

Em 7 de dezembro de 2015, a Companhia emitiu 320 (trezentos e vinte) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição.

20ª Emissão de Debêntures

Em 12 de abril de 2017, a Companhia emitiu 700.000.000 (setecentas milhões) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, nominativas e escriturais, em regime misto de colocação, série única, com valor nominal unitário de R\$1,00, no valor total de R\$700.000.000,00.

21ª Emissão de Debêntures

Em 20 de julho de 2017, a Companhia emitiu 271.000.000 (duzentas e setenta e um milhões) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, nominativas e escriturais, série única, com valor nominal unitário de R\$1,00, no valor total de R\$271.000.000,00.

22ª Emissão de Debêntures

Em 08 de janeiro de 2018, a Companhia emitiu 300 (trezentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, nominativas e escriturais, série única, com valor nominal unitário de R\$1.000.000,00, no valor total de R\$300.000.000,00.

23ª Emissão de Debêntures

Em 13 de setembro de 2018, a Companhia emitiu 3.000.000 (três milhões) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, nominativas e escriturais, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, no valor total de R\$3.000.000.000,00.

Para maiores informações sobre as emissões de debêntures, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**24ª Emissão de Debêntures**

Em 15 de maio de 2019, a Companhia emitiu 1.500.000 (um milhão e quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, nominativas e escriturais, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, no valor total de R\$1.500.000.000,00, sendo estas integralizadas em 28/06/19.

Para maiores informações sobre as emissões de debêntures, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Oferta Pública de Aquisição de Ações da Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A.

Em 6 de abril de 2018, a Energisa S.A. ("Energisa") publicou um edital de oferta pública voluntária para aquisição de até a totalidade de emissão da Companhia, excluindo as ações da Companhia mantidas em tesouraria, sujeito a determinadas condições ("OPA Energisa").

Posteriormente, em 17 de abril de 2018, a Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A. ("Enel") publicou um edital de oferta pública voluntária concorrente à OPA Energisa, para aquisição de até a totalidade das ações de emissão da Companhia, excluindo as ações da Companhia mantidas em tesouraria, sujeito a determinadas condições ("OPA Enel"), posteriormente aditado em 18 de abril de 2018, 19 de abril de 2018, 23 de abril de 2018, 25 de abril de 2018, 26 de abril de 2018, 07 de maio de 2018, 14 de maio de 2018 e 30 de maio de 2018.

Em 20 de abril de 2018, a Neoenergia S.A. ("Neoenergia") e, em conjunto com a Enel, ("Ofertantes") lançou oferta pública voluntária concorrente à OPA Energisa para aquisição de até a totalidade das ações de emissão da Companhia, excluindo as ações da Companhia mantidas em tesouraria, também sujeito a determinadas condições ("OPA Neoenergia" e, em conjunto com a OPA Enel, "OPAs Concorrentes").

Em decorrência da não obtenção de certas renúncias condicionantes da OPA Energisa (*waivers*), a Energisa publicou em 07 de maio de 2018 fato relevante informando seus acionistas que a OPA Energisa foi revogada em todos os seus termos e condições.

Em 30 de maio de 2018, seguindo procedimento fixado pela Comissão de Valores Mobiliários, a Enel e a Neoenergia apresentaram em envelopes lacrados suas últimas ofertas de preço. A Enel ofereceu o maior preço por ação, de R\$45,22 e a OPA Enel foi então registrada para leilão. O leilão da OPA Enel estava condicionado, dentre outros fatores, à adesão por acionistas da Companhia que fossem titulares de quantidade mínima de ações que assegure à Enel o controle majoritário da Companhia ("Quantidade Mínima de Ações"). Caso não fosse verificada a aceitação por acionistas titulares da Quantidade Mínima de Ações, a Enel desistiria e não adquiriria qualquer ação objeto da OPA Enel.

O leilão para aquisição do controle da Companhia foi realizado em 4 de junho de 2018, tendo sido adquiridas, pela Enel, 122.799.289 ações ordinária de emissão da Companhia, representativas de 73,38% do capital total e votante da Companhia, incluindo as ações em tesouraria, pelo preço de R\$45,22 por ação.

Em 13 de julho de 2018, a Enel concluiu a aquisição das ações de acionistas minoritários que solicitaram a venda de suas ações até o dia 04 de julho de 2018. Essa aquisição ocorreu em três fases, nos dias 27 de junho, 06 de julho e 13 de julho de 2018, totalizando 33.359.292 ações, correspondentes a 19,9% do capital total e volante da Eletropaulo.

Com a referida aquisição e o término do prazo de 30 (trinta) dias em que a Enel estava obrigada, na forma do artigo 32-A da Instrução CVM nº 361/02 e do item 3.4.2 do Edital da Oferta Pública Voluntária Concorrente para Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("OPA"), divulgado pela Enel em 30 de maio de 2018, a adquirir as ações não vendidas no leilão da OPA, realizado em 04 de junho de 2018, a Enel passa a deter 156.158.581 ações de emissão da Companhia, correspondentes a 93,3% do seu capital total e votante.

Adicionalmente, o edital da OPA Enel prevê que a Enel esta não está obrigada a lançar a oferta pública para aquisição de ações da Companhia por atingimento de participação relevante, conforme previsto no art. 34 do estatuto social da Companhia ("OPA 30%"). Na visão da Enel, a OPA 30% não é aplicável pelos seguintes motivos: (a) a Enel não havia adquirido ações da Companhia nos últimos 12 meses de forma que o preço da OPA 30% seria o mesmo Preço por Ação no âmbito da OPA Enel; (b) a OPA Enel foi dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; e (c) a Enel estava disposta a adquirir até a totalidade das ações objeto da OPA Enel, de modo que não houvesse rateio entre aqueles que aceitassem a OPA Enel.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos termos do edital da OPA Enel, a Enel promoverá, em até 30 dias contados da data em que for obtida a última aprovação regulatória referente à aquisição das ações da Companhia, um aumento de capital social da Companhia em montante de, pelo menos, R\$1.500.000.000,00.

De acordo com a legislação e regulamentação aplicável, além do estabelecido no contrato de concessão da Companhia, é necessária a aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (“ANEEL”) em caso de mudança de controle societário da Companhia.

Em 21 de maio de 2018, a Enel protocolou junto à ANEEL solicitação de anuência para a aquisição de até 100% das ações ordinárias de emissão da Companhia e, em 11 de junho de 2018, tal anuência foi formalizada pela ANEEL.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados****16ª Emissão de Debêntures**

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da 16ª emissão de debêntures foram destinados para reforço de capital de giro da Companhia.

17ª Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da 17ª emissão de debêntures foram destinados para reforço de capital de giro e refinanciamento de dívidas da Companhia.

18ª Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da 18ª emissão de debêntures foram destinados para (i) reforço de capital de giro, (ii) refinanciamento de dívidas, e (iii) investimentos nos exercícios sociais de 2015, 2016 e 2017 da Companhia.

19ª Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da 19ª emissão de debêntures foram destinados para (i) o resgate obrigatório das notas promissórias da 2ª emissão, e (ii) recomposição de caixa referente aos pagamentos das parcelas de principal vencidas em 2015 e 2016 da CCB (cédula de crédito bancário) Bradesco e da parcela de principal vencida em 2016 da 13ª emissão de debêntures.

20ª Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da 20ª emissão de debêntures foram destinados para reperfilamento do passivo e reforço de capital de giro, caso haja saldo remanescente.

21ª Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da 21ª emissão de debêntures foram destinados para reperfilamento do passivo e reforço de capital de giro, caso haja saldo remanescente.

22ª Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da 22ª emissão de debêntures foram destinados a novos investimentos e ao reforço do capital de giro da Companhia.

23ª Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da 23ª emissão de debêntures foram destinados para atividades de refinanciamento de seu passivo, dentro dos seus negócios de gestão ordinária.

24ª Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos captados pela Emissora, por meio da Emissão das Debêntures da Primeira Série, serão destinados, a exclusivo critério da diretoria da Emissora, ao alongamento do perfil de seu endividamento. Nos termos do artigo 2º da Lei 12.431, do Decreto 8.874, da Resolução CMN 3.947 e das Portarias MME, os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures da Segunda Série serão utilizados exclusivamente para os objetivos dos projetos aprovados nas seguintes portarias: (i) Portaria n.º 79, de 25 de março de 2019, a qual foi publicada no Diário Oficial da União ("DOU") em 27 de março de 2019; e (ii) Portaria n.º 51, de 16 de fevereiro de 2018, a qual foi publicada no DOU em 19 de fevereiro de 2018.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme as propostas de aplicação.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme as propostas de aplicação.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, pois a Companhia não promoveu ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos três exercícios sociais.

18.12 - Outras informações relevantes

Outras Características dos Valores Mobiliários citados no item 18.5

9ª Emissão de Debêntures pela Companhia

As debêntures serão declaradas vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes eventos: (i) pedido de recuperação judicial; (ii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência, falta de pagamento, pela Companhia, do principal e/ou da remuneração das debêntures nas respectivas datas de vencimento; (iii) término, extinção ou transferência da concessão da Companhia para a exploração de serviços de distribuição de energia; (iv) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Companhia, em valor individual ou global superior ao equivalente em reais a US\$25 milhões; (v) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária; (vi) protesto legítimo de títulos contra a Companhia, ainda que na condição de garantidora, cujo valor individual ou global ultrapasse o equivalente em reais a US\$ 25 milhões; (vii) decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Companhia, cujo valor total ultrapasse o equivalente em reais a US\$25 milhões; (viii) comprovação da inveracidade de qualquer declaração feita pela Companhia na escritura que afete de forma adversa e relevante as debêntures; (ix) não observância, pela Companhia, por 2 trimestres consecutivos dos índices e limites financeiros a serem calculados trimestralmente: (a) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida Ajustada pelo EBITDA Ajustado não poderá ser superior a 3,5 vezes e (b) O índice obtido da divisão do EBITDA Ajustado pelas Despesas Financeiras não poderá ser inferior a 1,75 vezes.

11ª Emissão de Debêntures pela Companhia

As debêntures serão declaradas vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes eventos: (i) pedido de recuperação judicial; (ii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Companhia; (iii) falta de pagamento, pela Companhia, do principal e/ou da remuneração das debêntures nas respectivas datas de vencimento; (iv) término, extinção ou transferência da concessão da Companhia para a exploração de serviços de distribuição de energia; (v) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Companhia, ou de suas controladas, diretas ou indiretas, em valor individual ou global superior ao equivalente em reais a US\$25 milhões; (vi) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura; (vii)(a) se qualquer pessoa, acionista ou não, adquirir, por meio de uma única ou de operações sucessivas, ou se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior que o obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia; (b) alteração no estatuto social da Companhia que resulte na mudança do percentual de aquisição de ações que dispare a obrigação de realização de oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas da Companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo; (c) caso a Companhia realize uma oferta pública de aquisição de ações para saída do segmento de novo mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Os itens (a) (b) e (c) não terão vencimento antecipado se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação (viii) cisão, fusão ou incorporação envolvendo a Companhia, para a qual (a) não tenha sido obtida a anuência prévia dos Debenturistas; ou (b) que não tenha sido assegurado o resgate das debêntures para debenturistas dissidentes, nos termos do parágrafo 1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por

18.12 - Outras informações relevantes

Ações; (ix) declaração de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Companhia estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão; (x) protesto legítimo de títulos contra a Companhia, ainda que na condição de garantidora, cujo valor individual ou global ultrapasse o equivalente em reais a US\$25 milhões; (xi) decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Companhia, cujo valor total ultrapasse o equivalente em reais a US\$25 milhões; (xii) transformação do tipo societário da Companhia; (xiii) comprovação da inveracidade de qualquer declaração feita pela Companhia na escritura de emissão; ou (xiv) não observância, pela Companhia, por 2 trimestres consecutivos dos índices e limites financeiros a serem calculados trimestralmente: (a) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida Ajustada pelo EBITDA Ajustado não poderá ser superior a 3,5 vezes e (b) O índice obtido da divisão do EBITDA Ajustado pelas Despesas Financeiras não poderá ser inferior a 1,75 vezes.

13ª Emissão de Debêntures pela Companhia

As debêntures serão declaradas vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes eventos: (i) pedido de recuperação judicial; (ii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência; (iii) falta de pagamento, pela Companhia, do principal e/ou da remuneração das debêntures nas respectivas datas de vencimento; (iv) término, extinção ou transferência da concessão da Companhia para a exploração de serviços de distribuição de energia; (v) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Companhia, ou de suas controladas, diretas ou indiretas, em valor individual ou global superior ao equivalente em reais a US\$ 25.000.000,00; (vi) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura; (vii) (a) se qualquer pessoa, acionista ou não, adquirir, por meio de uma única ou de operações sucessivas, ou se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior que o obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia; (b) alteração no estatuto social da Companhia que resulte na mudança do percentual de aquisição de ações que dispare a obrigação de realização de oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas da Companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo; (c) caso a Companhia realize uma oferta pública de aquisição de ações para saída do segmento de novo mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Os itens (a) (b) e (c) não terão vencimento antecipado se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação; (viii) cisão, fusão ou incorporação envolvendo a Companhia, para a qual (a) não tenha sido obtida a anuência prévia dos debenturistas; ou (b) que não tenha sido assegurado o resgate das debêntures para debenturistas dissidentes, nos termos do §1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; (ix) declaração de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Companhia estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura; (x) protesto legítimo de títulos contra a Companhia, ainda que na condição de garantidora, cujo valor individual ou global ultrapasse o equivalente em reais a US\$25.000.000,00; (xi) decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Companhia, cujo valor total ultrapasse o equivalente em reais a US\$25.000.000,00; (xii) transformação do tipo societário da Companhia; (xiii) comprovação da inveracidade de qualquer declaração feita pela Companhia na escritura que afete de forma adversa e relevante as debêntures; ou (ix) não observância, pela Companhia, por 2 trimestres consecutivos dos índices e limites financeiros a serem calculados trimestralmente: (a) o índice obtido da divisão da Dívida Líquida Ajustada pelo EBITDA Ajustado não poderá ser superior a 3,5 vezes e (b) o índice obtido da divisão do EBITDA Ajustado pelas Despesas Financeiras não poderá ser inferior a 1,75 vezes.

18.12 - Outras informações relevantes

14ª Emissão de Debêntures pela Companhia

As debêntures serão declaradas vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes eventos: (i) pedido de recuperação judicial; (ii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência; (iii) falta de pagamento, pela Companhia, do principal e/ou da Remuneração das Debêntures nas respectivas datas de vencimento; (iv) término, extinção ou transferência da concessão da Companhia para a exploração de serviços de distribuição de energia; (v) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Companhia, ou de suas controladas, diretas ou indiretas, em valor individual ou global superior ao equivalente em reais a US\$25.000.000,00; (vi) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura de emissão; (vii) (a) se qualquer pessoa, acionista ou não, adquirir, por meio de uma única ou de operações sucessivas, ou se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior que o obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia; (b) alteração no estatuto social da Companhia que resulte na mudança do percentual de aquisição de ações que dispare a obrigação de realização de oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas da Companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo; (c) caso a Companhia realize uma oferta pública de aquisição de ações para saída do segmento de novo mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Os itens (a) (b) e (c) não terão vencimento antecipado se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação; (viii) cisão, fusão ou incorporação envolvendo a Companhia, para a qual (a) não tenha sido obtida a anuência prévia dos Debenturistas; ou (b) que não tenha sido assegurado o resgate das Debêntures para Debenturistas dissidentes, nos termos do §1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; (ix) declaração de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Companhia estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão; (x) protesto legítimo de títulos contra a Companhia, ainda que na condição de garantidora, cujo valor individual ou global ultrapasse o equivalente em reais a US\$25.000.000,00; (xi) decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Companhia, cujo valor total ultrapasse o equivalente em reais a US\$25.000.000,00; (xii) transformação do tipo societário da Companhia; (xiii) comprovação da inveracidade de qualquer declaração feita pela Companhia na escritura de emissão que afete de forma adversa e relevante as Debêntures; ou (xiv) não observância, pela Companhia, por 2 trimestres consecutivos dos índices e limites financeiros a serem calculados trimestralmente:

(a) o índice obtido da divisão da Dívida Líquida Ajustada pelo EBITDA Ajustado não poderá ser superior a 3,5 vezes e (b) o índice obtido da divisão do EBITDA Ajustado pelas Despesas Financeiras não poderá ser inferior a 1,75 vezes.

15ª Emissão de Debêntures pela Companhia

As debêntures serão declaradas vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes eventos: (i) pedido de recuperação judicial; (ii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência; (iii) falta de pagamento, pela Companhia do Valor Total da Emissão e /ou da Remuneração, nas respectivas datas de vencimento previstas nesta Escritura de Emissão; (iv) término, extinção ou transferência da concessão da Companhia para a exploração de serviços de distribuição de energia; (v) transformação do tipo societário da Companhia; (vi) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras da Companhia, ou de suas controladas, diretas ou indiretas, no mercado local ou internacional em valor individual ou global superior ao equivalente em reais a US\$25.000.000,00; (vii) cisão, fusão ou incorporação envolvendo a Companhia, para a qual (a) não tenha sido obtida a anuência prévia dos Debenturistas

18.12 - Outras informações relevantes

representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação; ou (b) que não tenha sido assegurado o resgate das Debêntures para Debenturistas dissidentes, nos termos do §1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; (viii) decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Companhia, cujo valor total ultrapasse o equivalente em reais a US\$25.000.000,00; (x) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária (que não aquelas descritas na alínea (iii) acima) e/ou não pecuniária previstas nesta Escritura de Emissão; (xi) declaração de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Companhia estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão; (xii) protesto legítimo de títulos contra a Companhia, ainda que na condição de garantidora, cujo valor individual ou global ultrapasse o equivalente em reais a US\$25.000.000,00; (xiii) comprovação da inveracidade de qualquer declaração feita pela Companhia nesta Escritura de Emissão que afete de forma adversa e relevante as Debêntures; (xiv) redução do capital social da Companhia sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; e (xv) não observância, pela Companhia, por 2 trimestres consecutivos dos índices e limites financeiros a serem calculados trimestralmente: (a) o índice obtido da divisão da Dívida Líquida Ajustada pelo EBITDA Ajustado não poderá ser superior a 3,5 vezes e (b) o índice obtido da divisão do EBITDA Ajustado pelas Despesas Financeiras não poderá ser inferior a 1,75 vezes.

18ª Emissão de Debêntures pela Companhia

As debêntures serão declaradas vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes eventos: (i) proposição de pedido de recuperação judicial; (ii) pedido de autofalência ou de falência da Companhia; (iii) extinção, liquidação, insolvência ou dissolução da Companhia; (iv) decretação da falência da Companhia; (v) inadimplemento pela Companhia de quaisquer obrigações não pecuniárias a que esteja sujeita em razão desta Emissão; (vi) falta de pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário e dos Juros Remuneratórios das Debêntures nas respectivas Datas de Amortização e Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios definidas nesta Escritura; (vii) término, extinção, intervenção, caducidade ou transferência da concessão da Companhia para exploração dos serviços de distribuição de energia prevista no Contrato de Concessão; (viii) transformação da Companhia em sociedade limitada; (ix) declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações da Companhia cujo valor individual e/ou agregado seja igual ou superior ao equivalente em reais a US\$25.000.000,00; (x) protesto de títulos contra a Companhia, cujo valor individual e/ou agregado seja igual ou superior ao equivalente em reais a US\$25.000.000,00; (xi) se, sem o expresse consentimento dos Debenturistas, nos termos desta Escritura, a Companhia sofrer qualquer operação de incorporação, cisão ou fusão, exceto nos casos em que realizadas entre sociedades integrantes do seu grupo econômico; (xii) comprovação de falsidade e/ou incorreção nas declarações prestadas pela Companhia nesta Escritura ou no Contrato de Cessão Fiduciária, desde que afete de forma adversa e relevante as Debêntures; (xiii) não cumprimento de qualquer decisão administrativa, arbitral ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia, cujo valor total ultrapasse o equivalente em reais a US\$25.000.000,00; (xv) redução de capital social da Companhia sem o expresse consentimento dos Debenturistas; (xvi) declaração, pela Companhia, de dividendos ou juros sobre o capital próprio enquanto inadimplente para com as obrigações pecuniárias relacionadas às Debêntures; (xvii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças relevantes para o regular exercício das atividades pela Companhia, desde que tal situação persista por mais de 30 dias e que afete a capacidade operacional ou financeira da Companhia; (xviii) uma vez implementada a Condição Suspensiva, caso o Agente Fiduciário verifique que o valor dos Recebíveis Pagos no Trimestre seja inferior ao Valor Mínimo e não seja realizado o Reforço de Garantia; (xix) uma vez implementada a Condição Suspensiva, caso o Agente Fiduciário seja notificado da ocorrência das hipóteses do item 6.1 do Contrato de Cessão

18.12 - Outras informações relevantes

Fiduciária que façam com que o valor dos Recebíveis Pagos no Trimestre seja inferior ao Valor Mínimo; (xx) uma vez implementada a Condição Suspensiva, caso (a) as cláusulas primeira, segunda, terceira, quarta, quinta, sexta, sétima e décima primeira do Contrato de Arrecadação Citibank (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e (b) as cláusulas primeira, segunda, terceira, quarta, quinta, sexta, sétima e décima segunda do Contrato de Arrecadação Safra (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), sejam modificadas, aditadas ou de qualquer outra forma alteradas pela Companhia, sem o prévio e expresso consentimento de Debenturistas representando, no mínimo, 67% das Debêntures de cada uma das séries em Circulação, exceto por alterações realizadas (a.i) para inclusão da Conta Vinculada como a conta para qual os Recebíveis Energia (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) devem ser repassados pelos Bancos Arrecadores (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária); e/ou (b.ii) com vistas à prorrogação do prazo de vigência dos Contratos de Arrecadação (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária); (xxi) uma vez implementada a Condição Suspensiva, caso ocorra a rescisão dos Contratos de Arrecadação (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), sem o prévio e expresso consentimento de Debenturistas representando, no mínimo, 67% das Debêntures de cada uma das séries em Circulação; (xxii) uma vez implementada a Condição Suspensiva, caso os Contratos de Arrecadação (conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária), por qualquer motivo, deixem de ser válidos, existentes e eficazes antes de integralmente adimplidas as Debêntures; (xxiii) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Companhia; (xxiv) suspensão da concessão da Companhia para exploração dos serviços de distribuição de energia prevista no Contrato de Concessão; e (xxv) não observância, pela Companhia, por 2 trimestres consecutivos dos índices e limites financeiros a serem calculados trimestralmente: (a) o índice obtido da divisão da Dívida Líquida Ajustada pelo EBITDA Ajustado não poderá ser superior a 3,5 vezes e (b) o índice obtido da divisão do EBITDA Ajustado pelas Despesas Financeiras não poderá ser inferior a 1,75 vezes.

19ª Emissão de Debêntures pela Companhia

As debêntures serão declaradas vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes eventos: (i) pedido de recuperação judicial; (ii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Companhia; (iii) falta de pagamento de obrigação pecuniária pela Companhia; (iv) término, extinção ou transferência da concessão da Companhia para a exploração de serviços de distribuição de energia; (v) transformação do tipo societário da Companhia; (vi) descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão; (vii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão, pela Companhia, de direitos e/ou obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia autorização dos Debenturistas; (viii) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras da Companhia no mercado local ou internacional em valor individual ou global superior ou igual ao equivalente em reais a US\$25.000.000,00; (ix)(a) se qualquer pessoa, acionista ou não, adquirir, por meio de uma única ou de operações sucessivas, ou se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior que o obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia; (b) alteração no estatuto social da Companhia que resulte na mudança do percentual de aquisição de ações que dispare a obrigação de realização de oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas da Companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo; (c) caso a Companhia realize uma oferta pública de aquisição de ações para saída do segmento de novo mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Os itens (a) (b) e (c) não terão vencimento antecipado se previamente autorizado por Debenturistas representando, no

18.12 - Outras informações relevantes

mínimo, 75% das Debêntures em Circulação; (x) ressalvadas as hipóteses citadas na alínea; (ix) acima, cisão, fusão ou incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, para a qual (a) não tenha sido obtida a anuência prévia dos Debenturistas (b) que não tenha sido assegurado o resgate das Debentures para Debenturistas dissidentes; (xi) decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Companhia, cujo valor total ultrapasse o equivalente em reais a US\$25.000.000,00; (xii) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária (que não aquelas descritas na alínea (iii) acima) e/ou não pecuniária previstas nesta Escritura; (xiii) declaração de dividendos acima do mínimo obrigatório e/ou qualquer outra forma de distribuição de lucros a seus acionistas sempre que a Companhia estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura; (xiv) protesto legítimo de títulos contra a Companhia, ainda que na condição de garantidora, cujo valor individual ou global igual ou superior ao equivalente em reais a US\$25.000.000,00; (xv) comprovação da inveracidade de qualquer declaração feita pela Companhia nesta Escritura que afete de forma adversa e relevante as Debentures, bem como provarem-se ou revelarem-se incorretas, enganosas, inconsistentes ou imprecisas, em qualquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia nesta Escritura; (xvi) questionamento judicial, por qualquer pessoa que não a Companhia; (xvii) redução do capital social da Companhia sem o expresso consentimento dos Debenturistas; ou (xviii) não observância, pela Companhia, por 2 trimestres consecutivos dos índices e limites financeiros a serem calculados trimestralmente: (a) o índice obtido da divisão da Dívida Líquida Ajustada pelo EBITDA Ajustado não poderá ser superior a 3,5 vezes e (b) o índice obtido da divisão do EBITDA Ajustado pelas Despesas Financeiras não poderá ser inferior a 1,75 vezes.

20ª Emissão de Debêntures pela Companhia

As debêntures serão declaradas vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes eventos: (i) pedido de recuperação judicial; (ii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Companhia; (iii) falta de pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário e/ou da Remuneração, nas respectivas datas de vencimento previstas nesta Escritura de Emissão; (iv) término, extinção ou transferência da concessão da Companhia para a exploração de serviços de distribuição de energia; (v) transformação do tipo societário da Companhia; (vi) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras da Companhia no mercado local ou internacional em valor individual ou global superior ao equivalente em reais a US\$25.000.000,00; (vii) questionamento judicial, por qualquer pessoa que não a Companhia da validade ou exequibilidade das Debêntures e/ou da Garantia; (viii) se, sem o expresso consentimento dos Debenturistas, na forma prevista nesta Escritura, a Companhia tiver alteração no seu controle acionário, direta ou indireta, exceto (a) as operações societárias envolvendo a Companhia que resultem na preservação da AES Corporation como acionista controlador (direto ou indireto) da Companhia, podendo inclusive a BNDESPar aumentar, diminuir e/ou se desfazer da sua participação acionária na Companhia, desde que a AES Corporation seja preservada como acionista controlador (direto ou indireto) da Companhia; ou (b) se decorrente de operações visando a migração da Companhia para níveis de governança corporativa superiores ao nível da Companhia na presente data ("Migração"), sendo certo que, após ocorrência da Migração, este Evento de Inadimplemento não será mais válido e eficaz perante a Companhia; (ix) caso, após a Companhia concluir uma Migração, a administração da Companhia aprove nova proposta visando a migração da Companhia para um ou mais níveis de governança inferior ao nível da Companhia após a conclusão da Migração; (x) se, sem o expresso consentimento dos Debenturistas, nos termos desta Escritura, a Companhia sofrer qualquer operação de incorporação, cisão ou fusão; (xi) decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Companhia, cujo valor total ultrapasse o equivalente em reais a US\$ 25.000.000,00; (xii) falta de cumprimento

18.12 - Outras informações relevantes

pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária (que não aquelas descritas no subitem (iii) acima) e/ou não pecuniária previstas nesta Escritura de Emissão; (xiii) distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Companhia estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária; (xiv) protesto legítimo de títulos contra a Companhia, cujo valor individual ou global ultrapasse o equivalente em reais a US\$25.000.000,00; (xv) comprovação da inveracidade de qualquer declaração feita pela Companhia nesta Escritura de Emissão, bem como provarem-se ou revelarem-se incorretas, enganosas, inconsistentes ou imprecisas, qualquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia nesta Escritura, em qualquer caso, que afete de forma adversa e relevante as Debêntures; (xvi) redução do capital social da Companhia; (xvii) rebaixamento da classificação de risco (rating) da Companhia ou da Emissão para um rating abaixo de CCC pela Fitch Ratings Brasil Ltda., ou CCC+ pela Standard&Poor's ou Caa1 pela Moody's, exceto se, no período de 3 meses, a classificação de risco da Companhia ou da Emissão, conforme o caso, volte a ter, pelo menos, o conceito CCC pela Fitch Ratings Brasil Ltda., ou CCC+ pela Standard&Poor's ou Caa1 pela Moody's; (xviii) não realização do Reforço de Garantia (conforme definido no Contrato de Garantia), respeitados os prazos de cura estabelecidos no Contrato de Garantia; e (xix) não observância, pela Companhia, por 2 trimestres consecutivos dos índices e limites financeiros a serem calculados trimestralmente: (a) o índice obtido da divisão da Dívida Líquida Ajustada pelo EBITDA Ajustado não poderá ser superior a 3,5 vezes e (b) o índice obtido da divisão do EBITDA Ajustado pelas Despesas Financeiras não poderá ser inferior a 1,75 vezes.

21ª Emissão de Debêntures pela Companhia

As debêntures serão declaradas vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes eventos: (i) pedido de recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Companhia; (ii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Companhia; (iii) falta de pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário e/ou da Remuneração, nas respectivas datas de vencimento previstas nesta Escritura de Emissão, não sanadas no prazo de 1 Dia Útil contados das respectivas datas de vencimento; (iv) término, extinção ou transferência da concessão da Companhia para a exploração de serviços de distribuição de energia ou ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos da Companhia; (v) transformação do tipo societário da Companhia, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (vi) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras da Companhia no mercado local ou internacional em valor individual ou global superior ao equivalente em reais a US\$25.000.000,00; (vii) questionamento judicial, por qualquer pessoa que não a Companhia e/ou qualquer de suas coligadas, controladas ou controladoras, da validade ou exequibilidade das Debêntures, não contestado tempestivamente pela Companhia com vistas à elisão de tal questionamento, após validamente citada ou intimada; (viii) em caso de migração da Companhia para o segmento de listagem Novo Mercado da B3: (a) se qualquer pessoa, acionista ou não, adquirir, por meio de uma única operação, ou de sucessivas operações, ou se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade que a obrigue a efetivar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas da Companhia, nos termos do estatuto social da Companhia ou da regulamentação aplicável, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação; (b) alteração no estatuto social da Companhia que resulte na mudança do percentual de aquisição de ações previsto no estatuto social da Companhia, que resulte na obrigação de realização de oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas da Companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas

18.12 - Outras informações relevantes

representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação; (c) caso a Companhia realize uma oferta pública de aquisição de ações para saída do segmento de Novo Mercado da B3, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação; (ix) se, sem o expresso consentimento dos Debenturistas, nos termos desta Escritura, a Companhia sofrer qualquer operação de incorporação, cisão ou fusão, exceto (a) nos casos em que realizadas entre sociedades integrantes do seu grupo econômico; (b) mediante anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação; ou (c) se assegurado o resgate das Debêntures para Debenturistas dissidentes, nos termos do §1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; (x) decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Companhia, cujo valor total ultrapasse o equivalente em reais a US\$ 25.000.000,00, desde que a Companhia não comprove o pagamento ao Agente Fiduciário do referido valor total no prazo de 30 Dias Úteis a partir do pagamento, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva; (xi) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária (que não aquelas descritas no subitem (iii) acima) e/ou não pecuniária previstas nesta Escritura de Emissão dentro de um prazo de 30 dias de comunicação do referido descumprimento: (a) pela Companhia ao Agente Fiduciário; ou (b) pelo Agente Fiduciário à Companhia, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico; (xii) distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Companhia estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (xiii) protesto legítimo de títulos contra a Companhia, cujo valor individual ou global ultrapasse o equivalente em reais a US\$ 25.000.000,00, salvo se (a) no prazo de 15 Dias Úteis a Companhia tiver comprovado que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro, (b) for cancelado, ou ainda (c) tiver a sua exigibilidade suspensa por sentença judicial; (xiv) comprovação da inveracidade de qualquer declaração feita pela Companhia nesta Escritura de Emissão, bem como provarem-se ou revelarem-se incorretas, enganosas, inconsistentes ou imprecisas, qualquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia nesta Escritura, em qualquer caso, que afete de forma adversa e relevante as Debêntures; (xv) redução do capital social da Companhia sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, exceto para absorção de prejuízos acumulados; (xvi) não observância, pela Companhia, por 2 trimestres consecutivos dos seguintes índices e limites financeiros ("Índices Financeiros"), verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, a serem calculados pela Companhia, e apurados e revisados trimestralmente pelos auditores contratados pela Companhia, com base nas informações financeiras da Companhia, ao final de cada trimestre, a partir de 30 de setembro de 2017, em até 15 dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures: (a) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida Ajustada pelo EBITDA Ajustado não poderá ser superior a 3,5 vezes; e (b) o índice obtido da divisão entre EBITDA Ajustado pelas Despesas Financeiras não poderá ser inferior a 1,75 vezes.

3ª Emissão de Notas Promissórias pela Companhia

Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático

Serão declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Notas Promissórias, de todas as séries, e exigido o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento calculados pro rata temporis, bem como dos demais encargos devidos nos termos desta Nota Promissória, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento Automáticos"): (i) proposição de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia; (ii) pedido de autofalência da Companhia; (iii) pedido de falência da Companhia proposto por terceiros,

18.12 - Outras informações relevantes

exceto se tal medida for proposta com manifesta má-fé ou se elidida em 30 Dias Úteis contados da data em que a Companhia tomar ciência de tal pedido; (iv) extinção, liquidação, insolvência ou dissolução da Companhia; (v) deferimento ou decretação da falência da Companhia; (vi) inadimplemento pela Companhia de quaisquer obrigações não pecuniárias a que esteja sujeita em razão desta Emissão, não sanado no prazo de 30 dias corridos contados da data de recebimento, pela Companhia, da notificação por escrito do Agente Fiduciário informando acerca do referido inadimplemento; (vii) falta de pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário de qualquer Nota Promissória, de qualquer série integrante da Emissão, acrescido da Remuneração na respectiva Data de Vencimento de cada uma das séries das Notas Promissórias, ordinário ou antecipado, ou na data de seu Resgate Antecipado; (viii) término, extinção, intervenção, caducidade ou transferência da concessão da Companhia para exploração dos serviços de distribuição de energia prevista no Contrato de Concessão; (ix) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (x) declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações da Companhia cujo valor individual e/ou agregado seja igual ou superior ao equivalente em reais a US\$25.000.000,00; (xi) protesto de títulos contra a Companhia, cujo valor individual e/ou agregado seja igual ou superior ao equivalente em reais a US\$25.000.000,00, salvo se no prazo de 10 Dias Úteis contados da data do respectivo protesto: (a) a Companhia tiver comprovado que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro, (b) o referido protesto for cancelado, (c) a Companhia tiver apresentado comprovante de pagamento dos respectivos títulos protestados, ou ainda (d) o protesto em questão tiver a sua exigibilidade suspensa por decisão judicial; (xii) se, sem o expresso consentimento dos titulares das Notas Promissórias, a Companhia sofrer qualquer operação de incorporação, cisão ou fusão, exceto nos casos em que realizadas entre sociedades integrantes do seu grupo econômico; (xiii) não cumprimento de qualquer decisão administrativa, arbitral ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia, cujo valor total ultrapasse o equivalente em reais a US\$25.000.000,00, desde que a Companhia não apresente ao Agente Fiduciário comprovante do respectivo pagamento no prazo de até 10 dias corridos a partir do referido pagamento, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva, conforme o caso; (xiv) redução de capital social da Companhia sem o expresso consentimento dos titulares das Notas Promissórias, na forma prevista nesta Nota Promissória, exceto se realizada para absorção de prejuízos; (xv) declaração, pela Companhia, de dividendos ou juros sobre o capital próprio enquanto inadimplente para com as obrigações pecuniárias relacionadas às Notas Promissórias, com exceção dos dividendos obrigatórios em virtude de disposição legal ou de dividendo mínimo obrigatório estatutário; (xvi) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças relevantes para o regular exercício das atividades pela Companhia, desde que tal situação persista por mais de 30 dias e que afete a capacidade operacional ou financeira da Companhia, de forma a afetar sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Notas Promissórias; (xvii) uma vez implementada a Condição Suspensiva, caso o Agente Fiduciário verifique que o valor dos Recebíveis Pagos no Trimestre (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) seja inferior ao Valor Mínimo (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e não seja realizado o Reforço de Garantia (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; (xviii) uma vez implementada a Condição Suspensiva, caso o Agente Fiduciário seja notificado da ocorrência das hipóteses do item 6.1 do Contrato de Cessão Fiduciária que façam com que o valor dos Recebíveis Pagos no Trimestre (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) seja inferior ao Valor Mínimo (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária); (xix) caso as cláusulas Décima Segunda a Décima Oitava do Contrato de Arrecadação (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) sejam modificadas, aditadas ou de qualquer outra forma alteradas pela Companhia, sem o prévio e expresso consentimento de titulares de Notas Promissórias representando, no mínimo, 67% das Notas Promissórias, exceto por alterações realizadas (a) para

18.12 - Outras informações relevantes

inclusão da Conta Vinculada (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) como a conta para a qual os Recebíveis Energia (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) devem ser repassados pelo Banco Arrecadador (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária); e/ou (b) com vistas à prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Arrecadação (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária); (xxi) caso ocorra a rescisão do Contrato de Arrecadação (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), sem o prévio e expresso consentimento de titulares das Notas Promissórias representando, no mínimo, 67% das Notas Promissórias em Circulação; (xxii) caso o Contrato de Arrecadação (conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária), por qualquer motivo, deixe de ser válido, existente e eficaz antes de integralmente adimplidas as Notas Promissórias; (xxiii) comprovação de falsidade e/ou incorreção nas declarações prestadas pela Companhia nesta Nota Promissória ou no Contrato de Cessão Fiduciária, desde que afete de forma adversa e relevante as Notas Promissórias; (xxiv) se for constatada a existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Companhia, que importem em trabalho infantil ou trabalho escravo; ou (xxv) violação, conforme comprovada por sentença condenatória transitada em julgado, pela Companhia, de dispositivo legal ou regulatório relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático:

A Assembleia de Titulares das Notas Promissórias deliberará sobre o vencimento antecipado das Notas Promissórias em razão da ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo relacionadas (“Eventos de Inadimplemento Não Automáticos” e, em conjunto com os Eventos de Inadimplemento Automáticos, “Eventos de Inadimplemento”): (i) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Companhia; (ii) suspensão da concessão da Companhia para exploração dos serviços de distribuição de energia prevista no Contrato de Concessão; (iii) se, em decorrência direta de ação ou omissão de quaisquer administradores, conforme comprovado por sentença condenatória transitada em julgado, a Companhia tiver sua situação reputacional afetada de forma adversa e relevante, sendo considerados, para efeitos do presente item, como relevantes os impactos adversos: (a) na situação (econômica, financeira ou operacional) da Companhia, nos seus negócios, bens, ativos, resultados operacionais e/ou perspectivas; (b) no pontual cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia perante os Titulares das Notas Promissórias, nos termos da Cártula; e/ou (c) nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos da Cártula e/ou dos demais documentos que instruem as Notas Promissórias, conforme aplicável; (iv) caso a Companhia não envie ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 dias contados da Data de Emissão, comprovante do aceite a ser dado pelo Banco Arrecadador na notificação de Cessão Fiduciária dos Recebíveis de Arrecadação (“Aceite”), conforme prevista no Contrato de Cessão Fiduciária. Caso a Emissão não obtenha o Aceite no prazo previsto neste item e o Agente Fiduciário realize a convocação da Assembleia de Titulares das Notas Promissórias de acordo com a seção “Assembleia de Titulares das Notas Promissórias” descrita abaixo, e a Companhia obtenha o Aceite antes data de realização da Assembleia de Titulares das Notas Promissórias, tal assembleia será automaticamente cancelada; (v) descumprimento pela Companhia, por 2 trimestres consecutivos, até o vencimento das Notas Promissórias, dos seguintes índices e limites financeiros (“Índices Financeiros”) acompanhados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, a serem calculados trimestralmente pelos auditores contratados pela Companhia, com base nas informações financeiras da Companhia ao final de cada trimestre, a partir do trimestre findo em 31 de dezembro de 2016, em até 15 dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Notas Promissórias: (a) o índice obtido da

18.12 - Outras informações relevantes

divisão da Dívida Líquida Ajustada pelo EBITDA Ajustado não poderá ser superior a 3,5 vezes; e (b) o índice obtido da divisão entre EBITDA Ajustado pelas Despesas Financeiras não poderá ser inferior a 1,75 vezes.

22ª Emissão de Debêntures pela Companhia

As debêntures serão declaradas vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes eventos: (i) pedido de recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial formulado pela Companhia, independentemente de deferimento do respectivo pedido; (ii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Companhia; (iii) falta de pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário e/ou da Remuneração, nas respectivas datas de vencimento previstas nesta Escritura, não sanadas no prazo de 1 Dia Útil contado das respectivas datas de vencimento; (iv) rescisão e/ou término ou transferência do Contrato de Concessão e do Contrato de Arrecadação ou ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos da Companhia; (v) transformação do tipo societário da Companhia, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (vi) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras da Companhia, no mercado local ou internacional em valor individual ou global superior ao equivalente em reais a US\$25.000.000,00 na data da referida declaração de vencimento antecipado; (vii) caso quaisquer dos acionistas, atuais ou futuros, detenham ou passem a deter participação acionária igual ou superior a 30% do total do capital social da Companhia, individualmente ou através da formação de bloco de controle de direito formado por um acordo de acionistas; (viii) questionamento judicial da validade ou exequibilidade das Debêntures e/ou do da Cessão Fiduciária: (a) pela Companhia e/ou qualquer de suas coligadas ou controladas; ou (b) por qualquer outra pessoa ou entidade que não as mencionadas no item (a) acima, neste caso específico do item (b) desde que não contestado tempestivamente pela Companhia com vistas à elisão de tal questionamento, após validamente citada ou intimada; (ix) caso qualquer pessoa, acionista ou não, adquirir, por meio de uma única operação, ou de sucessivas operações, ou se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade que a obrigue a efetivar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas da Companhia, nos termos do estatuto social da Companhia ou da regulamentação aplicável, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação; (x) alteração no estatuto social da Companhia que resulte na mudança do percentual de aquisição de ações previsto no estatuto social da Companhia, que resulte na obrigação de realização de oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas da Companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação; (xi) caso a Companhia realize uma oferta pública de aquisição de ações para saída do segmento de Novo Mercado da B3, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação; (xii) se, sem o expresse consentimento dos Debenturistas, nos termos desta Escritura, a Companhia sofrer qualquer operação de incorporação, cisão ou fusão, exceto: (a) nos casos em que realizadas entre sociedades integrantes do seu grupo econômico; (b) mediante anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação; ou (c) se assegurado o resgate das Debêntures para Debenturistas dissidentes, nos termos do §1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; (xiii) decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Companhia, cujo valor total ultrapasse o equivalente em reais a US\$25.000.000,00, desde que a Companhia não comprove o pagamento ao Agente Fiduciário do referido valor total no prazo de 30 Dias Úteis a partir do pagamento, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva; (xiv)

18.12 - Outras informações relevantes

falta de cumprimento pela Companhia: (a) na respectiva data de vencimento prevista nesta Escritura e/ou no contrato que formalizará a Cessão Fiduciária, de qualquer obrigação pecuniária que não as previstas no item (iii) acima, não sanada dentro do prazo de 15 dias contados da respectiva data de vencimento; e/ou (b) de qualquer obrigação não pecuniária previstas nesta Escritura e/ou no contrato que formalizará a Cessão Fiduciária não sanada dentro de um prazo de 30 dias de comunicação do referido descumprimento: (i) pela Companhia ao Agente Fiduciário; ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Companhia, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico; (xv) distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, sempre que a Companhia estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura; (xvi) protesto legítimo de títulos contra a Companhia, cujo valor individual ou global ultrapasse o equivalente em reais a US\$25.000.000,00, salvo se no prazo de 15 Dias Úteis: (i) a Companhia tiver comprovado que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (ii) for cancelado; ou ainda (iii) tiver a sua exigibilidade suspensa por sentença judicial; (xvii) comprovação da inveracidade de qualquer declaração feita pela Companhia nesta Escritura, bem como provarem-se ou revelarem-se incorretas, enganosas, inconsistentes ou imprecisas, qualquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia nesta Escritura, em qualquer caso, que afete de forma adversa e relevante as Debêntures; (xviii) se a Companhia utilizar os recursos líquidos obtidos com a presente Emissão para fins diversos do previsto nesta Escritura; (xix) redução do capital social da Companhia sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, exceto para absorção de prejuízos acumulados, ou se tiver sido previamente aprovada pela maioria dos Debenturistas; (xx) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, cuja convocação mencione expressamente esta matéria; (xxi) intervenção ou interrupção das atividades da Companhia por um período superior a 30 Dias Úteis: (i) por falta das autorizações e/ou licenças (inclusive ambientais) necessárias para o exercício de suas atividades, inclusive no caso de não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, suspensão ou extinção das renovações das autorizações, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais; ou (ii) em decorrência de arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra medida judicial que implique perda da propriedade ou posse direta da totalidade ou parte substancial dos ativos da Companhia, em qualquer dos casos (i) e (ii) acima de modo a afetar de forma adversa e relevante a capacidade da Companhia em honrar seus compromissos pecuniários da Emissão; (xxii) descumprimento da obrigação de compartilhamento da Cessão Fiduciária, conforme disposto na Cláusula 4.4.1.2 acima, observados os prazos e procedimento estabelecidos no contrato de garantia que formaliza a Cessão Fiduciária; e (xxiii) não observância, pela Companhia, por 2 trimestres consecutivos dos seguintes índices e limites financeiros ("Índices Financeiros"), verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, a serem calculados pela Companhia, e apurados e revisados trimestralmente pelos auditores contratados pela Companhia, com base nas informações financeiras da Companhia, ao final de cada trimestre, a partir de 31 de dezembro de 2017, em até 15 dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures: (a) o índice obtido da divisão da Dívida Líquida Ajustada pelo EBITDA Ajustado não poderá ser superior a 3,5 vezes; e (b) o índice obtido da divisão entre EBITDA Ajustado pelas Despesas Financeiras não poderá ser inferior a 1,75 vezes.

23ª Emissão de Debêntures pela Companhia

As debêntures serão declaradas vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes eventos: (i) alteração do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures da respectiva série, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido) da série em questão, cuja convocação mencione

18.12 - Outras informações relevantes

expressamente esta matéria, exceto no caso em que a alteração do controle acionário não resulte em rebaixamento do rating da Emissão em mais de 1 (um) nível (notch), conforme rating atribuído pela *Standard & Poor's Rating Services* ("S&P"), *Fitch Ratings* ("Fitch") ou equivalente pela *Moody's Investors Service* ("Moody's"). Para fins deste subitem, somente haverá alteração do controle acionário da Emissora se a Fiadora, deixar de ser a controladora direta ou indireta da Emissora; (ii) transformação do tipo societário da Emissora, inclusive transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pela Fiadora, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido) da série em questão, cuja convocação mencione expressamente esta matéria; (iv) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão não sanada dentro de um prazo de 15 (quinze) Dias Úteis do recebimento de comunicação acerca do referido descumprimento: (A) pela Emissora e/ou pela Fiadora ao Agente Fiduciário; ou (B) pelo Agente Fiduciário à Emissora e/ou à Fiadora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico; (v) nacionalização, desapropriação, confisco ou qualquer ato governamental que acarrete a apreensão de ativos da Emissora essenciais para a consecução de sua atividade de distribuidora de energia elétrica, apreensão esta que afete de forma relevante e negativa a capacidade da Emissora de honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures; (vi) se a Emissora sofrer qualquer operação de incorporação, cisão ou fusão, exceto: (a) nos casos em que a incorporação, cisão ou fusão não resulte em rebaixamento do rating da Emissão em mais de 1 (um) nível (notch) conforme rating atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard & Poor's; (b) nos casos em que realizadas entre sociedades integrantes do seu grupo econômico; (c) mediante anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido) da série em questão; ou (d) se assegurado o resgate das Debêntures para Debenturistas dissidentes, nos termos do §1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; (vii) se houver alteração do objeto social da Emissora de forma a alterar as suas atividades preponderantes; (viii) não observância, pela Emissora, por 2 (dois) trimestres consecutivos do seguinte índice financeiro no limite abaixo estabelecido nas datas das suas respectivas apurações trimestrais constantes das Informações Trimestrais - ITR e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP apresentadas pela Emissora à CVM, a ser calculado e apurado pela Emissora, e acompanhado e revisado trimestralmente pelo Agente Fiduciário, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com relação ao terceiro trimestre de 2018 ("Índice Financeiro"): o índice obtido da divisão da Dívida Líquida Financeira pelo EBITDA (conforme definidos abaixo), que não deverá ser superior a 3,5 (três inteiros e cinco décimos); (ix) comprovação da inveracidade de qualquer declaração feita pela Emissora ou pela Fiadora nesta Escritura de Emissão, bem como provarem-se ou revelarem-se falsas, incorretas, enganosas, inconsistentes ou imprecisas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou pela Fiadora nesta Escritura de Emissão, em qualquer caso, que afete de forma adversa e relevante as Debêntures; (x) redução do capital social da Emissora sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, exceto para absorção de prejuízos acumulados, ou se tiver sido previamente aprovada pela maioria dos Debenturistas; (xi) perda ou cancelamento do registro de companhia aberta da Emissora na CVM, observado que a Emissora poderá converter seu registro para companhia aberta "Categoria B"; (xii) cessão, venda e/ou qualquer forma de alienação ("Alienação") pela Emissora por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de bens do ativo não-circulante da Emissora cujo valor individual ou agregado seja superior a 20% (vinte por cento) do ativo total da Emissora (conforme apurado com base nas demonstrações financeiras da Emissora mais recentes divulgada anteriormente à respectiva Alienação), observado que não estão vedados por este item (a) qualquer forma de cessão ou alienação fiduciária em garantia de qualquer ativo da Emissora, (b) a Alienação de ativos para substituição dos mesmos por ativos equivalentes; e/ou (c) a Alienação de recebíveis da Emissora; (xiii) caso a Fiança, por qualquer motivo, venha a deixar de ser válida ou deixe de ser oponível em relação à Fiadora, ou, ainda caso a Emissora, a Fiadora ou quaisquer terceiros tentem praticar ou

18.12 - Outras informações relevantes

interpor, ou pratiquem ou interponham, quaisquer atos ou medidas, judiciais ou extrajudiciais, que objetivem anular, questionar, revisar, cancelar, repudiar, suspender ou invalidar a Fiança e/ou quaisquer das obrigações da Fiadora nos termos da presente Escritura de Emissão; (xiv) inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer (quaisquer) acordo(s) do(s) qual(is) a Emissora e/ou a Fiadora seja parte como devedora ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda, exceto se (a) sanado no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento; ou (b) a Emissora ou a Fiadora, conforme o caso, obtiver as medidas legais e/ou judiciais cabíveis para o não pagamento no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento; (xv) questionamento judicial da validade ou exequibilidade das Debêntures, por qualquer pessoa não mencionada no inciso (viii) da Cláusula 6.1.1, desta Escritura de Emissão, da Fiança, desde que não contestado tempestivamente pela Emissora ou pela Fiadora com vistas à elisão de tal questionamento, após validamente citada ou intimada.

24ª Emissão de Debêntures

Constituem Eventos de Vencimento Antecipado que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão: (i) falta de pagamento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures, não sanada no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado das respectivas datas de vencimento; (ii) pedido de recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial formulado pela Emissora, independentemente de deferimento do respectivo pedido; (iii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora; (iv) descumprimento de qualquer ordem de pagamento de quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, cujo valor total ultrapasse R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais); (v) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras da Emissora, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, em valor individual ou global superior a R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais) na data da referida declaração de vencimento antecipado; (vi) término antecipado da concessão ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica da Emissora; (vii) protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou global ultrapasse R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais), salvo se no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto: (a) a Emissora tiver comprovado que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; ou (b) o protesto for cancelado ou validamente contestado em juízo; (viii) comprovação da não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos desta Escritura de Emissão, desde que previamente comunicado à Emissora e não esclarecido dentro de um prazo de 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da comunicação; (ix) questionamento judicial da validade ou exequibilidade desta Escritura de Emissão, pela Emissora, por qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora, por qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) pela Emissora, e/ou por qualquer coligada da Emissora; ou (x) se for declarada a invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou por decisão arbitral final.

Constituem Eventos de Vencimento Antecipado não automático que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures: (i) alteração do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando no mínimo, o quórum previsto na Cláusula 10.11(iv) abaixo, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido) da série em questão, cuja convocação mencione expressamente esta matéria, exceto no caso em que a alteração do controle acionário não resulte em rebaixamento do rating da Emissão em mais de 1 (um) nível (notch), conforme rating atribuído pela Standard & Poor's Rating Services ("S&P"), Fitch Ratings ("Fitch") ou equivalente pela Moody's Investors Service ("Moody's"). Para fins deste subitem, somente haverá alteração do controle acionário da Emissora se a Enel Brasil S.A., inscrita

18.12 - Outras informações relevantes

no CNPJ/ME sob o n.º 07.523.555/0001-67, deixar de ser a controladora direta ou indireta da Emissora; (ii) transformação do tipo societário da Emissora, inclusive transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, o quórum previsto na Cláusula 10.11(iv) abaixo, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido) da série em questão, cuja convocação mencione expressamente esta matéria; (iv) falta de cumprimento pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão não sanada dentro de um prazo de 15 (quinze) Dias Úteis do recebimento de comunicação acerca do referido descumprimento: (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário; ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cura; (v) nacionalização, desapropriação, confisco ou qualquer ato governamental que acarrete a apreensão de ativos da Emissora essenciais para a consecução de sua atividade de distribuidora de energia elétrica, apreensão esta que afete de forma relevante e negativa a capacidade da Emissora de honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures; (vi) se a Emissora sofrer qualquer operação de incorporação, cisão ou fusão, exceto: (a) nos casos em que a incorporação, cisão ou fusão não resulte em rebaixamento do rating da Emissão em mais de 1 (um) nível (notch) conforme rating atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard & Poor's; (b) nos casos em que realizadas entre sociedades integrantes do seu grupo econômico; (c) mediante anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, o quórum previsto na Cláusula 10.11(iv), reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido) da série em questão; ou (d) se assegurado o resgate das Debêntures para Debenturistas dissidentes, nos termos do §1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; (vii) se houver alteração do objeto social da Emissora de forma a alterar as suas atividades preponderantes; (viii) não observância, pela Emissora, por 2 (dois) trimestres consecutivos do seguinte índice financeiro no limite abaixo estabelecido nas datas das suas respectivas apurações trimestrais constantes das Informações Trimestrais - ITR e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP apresentadas pela Emissora à CVM, a ser calculado e apurado pela Emissora, e acompanhado e revisado trimestralmente pelo Agente Fiduciário, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com relação ao segundo trimestre de 2019 ("Índice Financeiro"): o índice obtido da divisão da Dívida Líquida Financeira pelo EBITDA Ajustado (conforme definidos abaixo), que não deverá ser superior a 3,5 (três inteiros e cinco décimos); Onde: "Dívida Líquida Financeira" significa a Dívida da Emissora e das suas subsidiárias em base consolidada de acordo com o resultado trimestral contábil mais recente menos o caixa e aplicações financeiras. "Dívida" significa o somatório de: (a) todas as obrigações da Emissora por fundos tomados em empréstimo ou em relação a depósitos ou adiantamento de qualquer tipo; (b) todas as obrigações da Emissora evidenciadas por títulos, debêntures, notas ou instrumentos similares; (c) saldo líquido das operações da Emissora evidenciados por contratos de derivativos; (d) todas as dívidas de terceiros garantidas por (ou em relação a qual o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos pela Emissora, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; (e) todas as obrigações, condicionais ou não, da Emissora na qualidade de parte de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais; (f) todas as obrigações, condicionais ou não, da Emissora em relação a aceites bancários; e (g) dívidas com Pessoas Ligadas (conforme definido abaixo) listadas no passivo da Emissora, líquidas dos créditos com Pessoas Ligadas listadas no ativo da Emissora; excluindo-se: (i) os valores referentes aos contratos que não sejam mútuos, empréstimos e/ou financiamentos firmados com essas Pessoas Ligadas e desde que descritos em notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Emissora, e (ii) os mútuos subordinados firmados com essas Pessoas Ligadas, definidos como quaisquer mútuos que (A) possuam cláusula expressa de subordinação às obrigações decorrentes de debêntures emitidas pela Emissora, e (B) não contenham garantia de qualquer natureza; (iii) os empréstimos setoriais compulsórios ("Empréstimos Compulsórios"); (iv) empréstimos concedidos pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás ("Empréstimos Eletrobrás"); (v) os empréstimos concedidos por entidades governamentais com o exclusivo objetivo de recompor o caixa das distribuidoras já afetado pelas variações nos ativos e passivos regulatórios não reconhecidos na tarifa; e (vi) o valor da dívida equivalente aos ganhos e perdas atuariais reconhecidos contra o Patrimônio Líquido. As exclusões mencionadas nos itens "i" e "ii" acima somente serão aplicadas se a Emissora estiver atuando como agente repassador dos Empréstimos Compulsórios e dos Empréstimos Eletrobrás para outras entidades. Para fins desta Escritura, "Pessoas Ligadas" significa, com relação a qualquer pessoa, qualquer pessoa física ou jurídica que seja controladora, controlada, coligada ou esteja sob controle comum com a mesma, em quaisquer de tais casos, de forma direta ou indireta. Para evitar dúvidas de interpretação, fica estabelecido que passivos referentes a alugueis e arrendamentos de qualquer natureza não são compreendidos no conceito de "Dívida Líquida Financeira". "EBITDA Ajustado" significa o somatório dos últimos 12 (doze) meses: (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Emissora na linha "Resultado Operacional" (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada

18.12 - Outras informações relevantes

classificado na conta de “custo de operação”; (iv) os ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), desde que não incluídos no resultado operacional acima; (v) atualização do ativo financeiro da concessão (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídos no resultado operacional acima; (vi) provisão para contingências; (vii) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (viii) baixas de títulos incobráveis; e (ix) perda na desativação de bens e direitos. Caso seja editada nova lei ou ato normativo que altere a metodologia de apuração contábil no Brasil a partir da presente data, tais alterações serão obrigatoriamente desconsideradas para fins de cálculo da Dívida Líquida Financeira ou do EBITDA Ajustado, prevalecendo a regra contábil em vigor nesta data. (ix) comprovação da inveracidade de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura de Emissão, bem como provarem-se ou revelarem-se falsas, incorretas, enganosas, inconsistentes ou imprecisas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, em qualquer caso, que caracterize um Efeito Adverso Relevante; (x) redução do capital social da Emissora sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, exceto para absorção de prejuízos acumulados, ou se tiver sido previamente aprovada pela maioria dos Debenturistas; (xi) perda ou cancelamento do registro de companhia aberta da Emissora na CVM, observado que a Emissora poderá converter seu registro para companhia aberta “Categoria B”; (xii) cessão, venda e/ou qualquer forma de alienação (“Alienação”) pela Emissora por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de bens do ativo não-circulante da Emissora cujo valor individual ou agregado seja superior a 20% (vinte por cento) do ativo total da Emissora (conforme apurado com base nas demonstrações financeiras da Emissora mais recentes divulgada anteriormente à respectiva Alienação), observado que não estão vedados por este item (a) qualquer forma de cessão ou alienação fiduciária em garantia de qualquer ativo da Emissora, (b) a Alienação de ativos para substituição dos mesmos por ativos equivalentes; e/ou (c) a Alienação de recebíveis da Emissora; (xiii) inadimplemento de qualquer dívida financeira e/ou no mercado de capitais ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer (quaisquer) acordo(s) ou contrato(s) do(s) qual(is) a Emissora seja parte como devedora ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda, exceto se (a) sanado no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento; ou (b) a Emissora, conforme o caso, obtiver as medidas legais e/ou judiciais cabíveis para o não pagamento no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento; (xiv) questionamento judicial da validade ou exequibilidade das Debêntures, por qualquer pessoa não mencionada no inciso (ix) da Cláusula 6.1.1, desde que não contestado tempestivamente pela Emissora com vistas à elisão de tal questionamento, após validamente citada ou intimada.

18.12 - Outras informações relevantes

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve planos de recompra aprovados pela administração da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Exercício social 31/12/2018****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	3.058.154	
Quantidade adquirida	0	16,10
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	3.058.154	
Relação valores mobiliários em circulação	1,525149%	

Exercício social 31/12/2017**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	3.058.154	49.236.279,40
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	3.058.154	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2016**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	3.058.154	16,10
Quantidade alienada	0	0,00

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	3.058.154
Relação valores mobiliários em circulação	2,818460%

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 19.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação 15/05/2008

Órgão responsável pela aprovação Conselho de Administração

Cargo e/ou função A Companhia, seus acionistas controladores, diretos ou indiretos, membros do Conselho de Administração, diretores, membros do Conselho Fiscal, membros dos comitês ou de quaisquer órgãos com funções técnicas e consultivas, criados por disposição estatutária, empregados da Companhia que, em virtude de seu cargo, função ou posição, ou circunstancialmente, tenham acesso a Informações Relevantes, quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição nos Acionistas Controladores, nas sociedades controladas e nas sociedades coligadas, tenha acesso ou conhecimento de informações relevantes, prestadores de serviços e qualquer pessoa que tenha aderido expressamente à Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia ("Pessoas Vinculadas").

Principais características e locais de consulta

A Companhia adota as regras estabelecidas na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM nº 358"), quanto à negociação de valores mobiliários de sua emissão. Sendo assim, as Pessoas Vinculadas são vedadas de negociar valores mobiliários de emissão da Companhia, incluindo operações com derivativos que envolvam valores mobiliários de emissão da Companhia, nos períodos e condições descritos abaixo.

A Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia tem por finalidade registrar e esclarecer os critérios e procedimentos a serem empregados pelas Pessoas Vinculadas para evitar que os valores mobiliários sejam por elas negociados mediante a utilização de informação privilegiada, prevenindo, assim, a ocorrência da prática de insider trading, isto é, a utilização de informação privilegiada de que a pessoa vinculada tenha conhecimento e da qual deva manter sigilo, por força do disposto no artigo 155, §§ 1º a 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), e na Instrução da CVM nº 358, capaz de propiciar, para si ou para outrem, vantagem indevida, mediante negociação, em nome próprio ou de terceiros, com valores mobiliários. A Política de Negociação de Valores Mobiliários pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Av. Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, Sítio Tamboré, CEP 06460-040, cidade de Barueri, Estado de São Paulo; e (ii) internet: site da Companhia (ri.eneldistribuicao.com.br) no link "Governança", a opção "Políticas e Regimentos", site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização Nenhuma Pessoa Vinculada com acesso à informação privilegiada poderá negociar a qualquer tempo valores mobiliários de emissão da Companhia, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores, antes que tal informação seja divulgada ao mercado. As Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia nos seguintes períodos: (i) no período de 1 (um) mês que antecede o encerramento do exercício social, até a publicação do anúncio que colocar à disposição dos acionistas as demonstrações financeiras anuais da Companhia e demais documentos relacionados no artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) durante o período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações financeiras trimestrais; (iii) se estiver em curso a aquisição ou alienação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão; (iv) se houver intenção de promover fusão, incorporação, cisão total ou parcial, transformação ou reorganização societária envolvendo a Companhia; (v) quando tiverem conhecimento de informação relevante ainda não divulgada ao mercado, até o momento em que tal divulgação for efetivada; (vi) nos períodos determinados pela regulamentação emitida pela CVM; e/ou (vii) nos demais períodos declarados pelo Diretor de Relações com Investidores como períodos especiais de vedação à negociação.

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 20.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

As normas, regimentos e procedimentos internos relativos à divulgação de informações que a Companhia adota estão descritos na sua Política de Divulgação e Manutenção de Sigilo de Informações Relevantes, conforme disposta no item 21.2 deste Formulário de Referência.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Companhia possui uma Política de Divulgação e Manutenção de Sigilo de Informações Relevantes (“**Política de Divulgação**” ou “**Política**”), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterata (“**ICVM 358**”), aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de março de 2017, e é destinada aos seus acionistas controladores, administradores, conselheiros fiscais e pessoas vinculadas aos diretores, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, e membros dos órgãos com funções técnicas ou consultivos Companhia e pessoas físicas ou jurídicas que mantenham com as pessoas mencionadas acima os seguintes vínculos: (i) o cônjuge, de quem não esteja separado judicialmente; (ii) o(a) companheiro(a); e (iii) qualquer dependente incluído na declaração anual do imposto de renda (“**Pessoas Relacionadas**”).

A Política de Divulgação tem por objetivo estabelecer diretrizes e procedimentos a serem observados pela Companhia e pelas Pessoas Relacionadas, no que tange à divulgação de ato ou fato relevante (“**Informações Relevantes**” ou “**Informações Privilegiadas**”) e a manutenção do sigilo de Informações Privilegiadas. Através da Política, a Companhia assume o compromisso de divulgar informações de maneira oportuna, consistente e confiável, em consonância com as exigências legais, visando o acesso equânime às Informações Relevantes da Companhia a todos os segmentos da comunidade investidora e mercado em geral.

As Pessoas Relacionadas deverão aderir, mediante a assinatura do termo de adesão à Política de Divulgação, ou realizar adesão eletrônica por meio de sistema específico.

Caso a Companhia, no curso de qualquer negociação ou discussão de assuntos a ela relacionados, mantenha contato e dê conhecimento de Informações Relevantes não divulgadas a terceiros que não sejam considerados Pessoas Relacionadas, poderá exigir de tais terceiros a assinatura de um termo de confidencialidade, nos termos do Anexo II à Política de Divulgação.

A Pessoa Relacionada que tiver conhecimento de Informação Relevante deverá, sempre que verificar a omissão de sua divulgação, relatar a irregularidade, por escrito, ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, inclusive na hipótese do parágrafo único do artigo 6º da ICVM 358. Na hipótese de, decorridos 5 (cinco) dias úteis da data em que foi realizada a referida comunicação e não se configurando a decisão de manter sigilo, tomada na forma do artigo 6º da ICVM 358, a Pessoa Relacionada deverá constatar a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, sendo que somente se eximirá de responsabilidade pela omissão de divulgação de Informação Relevante caso comunique tal omissão, imediatamente, à CVM.

A comunicação de informações relevantes à CVM, à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e à qualquer outra bolsa de valores ou mercado de negociação em que o valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação (“**Bolsa de Valores**”) deve ser feita imediatamente por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente a informação relevante, de forma clara e precisa, em linguagem acessível ao público investidor, indicando, ainda, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos que a Companhia entender necessário.

A Informação Relevante deve ser divulgada ao público por meio de anúncio, no mínimo, em um dos seguintes canais de comunicação: (i) jornais de grande circulação utilizados regularmente pela Companhia, ou (ii) pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade. O anúncio divulgado na forma do item (i) acima pode conter a descrição resumida da

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Informação Relevante, desde que indique endereço na internet onde esteja disponível a descrição completa da informação relevante, em teor, no mínimo, idêntico ao texto enviado à CVM e às Bolsas de Valores.

Sempre que for veiculada Informação Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reunião de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no Brasil ou no exterior, a Informação Relevante será precedida ou divulgada simultaneamente à CVM, às Bolsas de Valores, entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários da Companhia sejam negociados e ao público investidor em geral.

Todas as Informações Relevantes serão centralizadas no Diretor de Relações com Investidores, o qual é responsável pela sua comunicação e divulgação. Qualquer Pessoa Relacionada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar Informação Relevante deverá proceder à comunicação imediata, por escrito, ao Diretor de Relações com Investidores. Para fins de orientação, sempre que houver dúvida a respeito do caráter de Informação Privilegiada de determinada informação, deve-se entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

As Pessoas Relacionadas devem guardar sigilo acerca de Informações Privilegiadas às quais tenham acesso até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao mercado, bem como zelar para que seus subordinados e terceiros de sua confiança também o façam. Dessa maneira, devem abster-se de discutir Informações Relevantes em lugares públicos. Da mesma forma, as Pessoas Relacionadas somente deverão tratar de assuntos relacionados à Informação Relevante com aqueles que dela tenham necessidade de ter conhecimento.

A violação às regras estabelecidas na Política de Divulgação, na ICVM 358 e nos demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis poderá sujeitar o infrator a responder processo administrativo sancionador e à aplicação, pela CVM, das seguintes penalidades previstas no artigo 11 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976: (i) advertência; (ii) multa; (iii) suspensão ou inabilitação para o exercício dos cargos de administrador ou conselheiro fiscal de companhia aberta, de entidade do sistema de distribuição de valores mobiliários ou de outras entidades que dependam de autorização ou registro na CVM; e/ou (iv) proibição para atuar, direta ou indiretamente, em uma ou mais modalidades de operação no mercado de valores mobiliários.

Qualquer aprimoramento ou reformulação da presente Política de Divulgação deverá ser deliberada pelo Conselho de Administração da Companhia e encaminhada à CVM e às Bolsas de Valores. Tais deliberações, entretanto, não poderão ocorrer na pendência de Informação Relevante ainda não divulgada pela Companhia.

A Política de Divulgação pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Av. Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, Sítio Tamboré, CEP 06460-040, Barueri-SP; e (ii) *website* da Companhia (ri.eneldistribuicaoasp.com.br) no link “Governança”, a opção “Políticas e Regimentos”; e (iii) *website* da CVM (www.cmv.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o seu Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 21.